

ANA CRISTINA ALVES BALBINO

DA LAPA AOS PORÕES DA DITADURA

As experiências de Raphael Martinelli

(1939-1973)

DOUTORADO EM HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE

SÃO PAULO – 2018

ANA CRISTINA ALVES BALBINO

DA LAPA AOS PORÕES DA DITADURA

As experiências de Raphael Martinelli

(1939-1973)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em História (História Social), sob orientação da Profa. Dra. Olga Brites.

SÃO PAULO

2018

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____ **Local e data** _____

Pesquisa realizada com o apoio, por meio da concessão de bolsa de estudos, concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, Raphael Martinelli, por ter me dado a oportunidade de desenvolver este trabalho. Sua disposição, atenção e apreço, foram muito importantes para as reflexões aqui propostas. Serei sempre grata à sua confiança e entusiasmo nas entrevistas. As horas em que ficamos juntos, fossem nas entrevistas ou não, nos possibilitaram uma amizade que será levada dentro de meu coração. Muito obrigada!

Esta pesquisa é fruto da persistência e do apoio que recebi ao longo dos últimos anos. Assumo inteiramente as falhas e inconsistências do trabalho, mas também credito as qualidades àqueles que me apoiaram por caminhos espinhosos. Sem essas pessoas essa tese não seria possível: professores, amigos e minha família, que fizeram leituras, ouviram meus lamentos e compreenderam minha ausência em muitos momentos.

Sou muito grata à minha orientadora, professora doutora Olga Brites, que mais uma vez em nossa trajetória acadêmica, com sua paciência e leitura minuciosa, ajudou-me e contribuiu com suas sugestões e críticas, indispensáveis ao trabalho. Novamente, reitero que a amizade construída será levada para toda a vida.

Também agradeço aos professores do departamento de História da PUC-SP que durante as aulas deram conselhos e dicas importantes, em especial aos professores da banca de qualificação Eduardo Silveira Netto Nunes e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, cujas leituras contribuíram com sugestões e dicas fundamentais.

Agradeço também a todos os funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade e do escritório Advogados, que prontamente se disponibilizaram a me ajudar naquilo que fosse possível.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP), por ter contribuído para o início dos estudos, por meio de bolsa que financiou parcialmente meus estudos; à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pela oportunidade; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que concedeu, por meio de bolsa de estudos, os recursos pelos quais consegui dedicar-me e desenvolver o trabalho de pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer a meus amigos que entenderam minha ausência em um período tão especial de minha vida. E agradeço principalmente minha família, também pelo distanciamento que a pesquisa proporcionou, por conta da dedicação necessária.

Meu agradecimento, em especial, ao meu companheiro Michel Justamand, que dedicou parte de seu tempo indicando bibliografias, fazendo leituras, sugestões, me acompanhando em arquivos e me incentivando a participar de eventos e escrever artigos. Sem sua amizade, amor e dedicação este trabalho não seria possível. Obrigada!

Amo todos vocês!

Dedico este trabalho às pessoas que mais amo: minha mãe Dora, que sempre me incentivou e apoiou; e meu companheiro Michel Justamand, que me inspirou com seu exemplo e dedicação. Sem essas duas sustentações, não chegaria tão longe.

Senti teus olhos na sombra
Como diamantes mudos,
teus olhos aprisionados
como passarinhos.

Guardei no peito teus olhos
de madrugada rebelde,
rompendo a noite
dos corredores.

Tomei na sombra tuas mãos feridas
como terra semeada
e aprendi o ódio dos escravos
no instante que precede a revolta.

(1974 “Companheira”, Pedro Tierra, in
Poemas do povo da noite)

Resumo

A história recente de nosso país é formada pela violência institucional e pelo desrespeito ao estado de direito. As experiências daqueles que enfrentaram as imposições ditatoriais devem ser exemplo da luta por um país melhor. Dessa maneira, as memórias de Raphael Martinelli tornam-se importantes para o entendimento do período destinado à esta pesquisa, 1939 a 1973. O sindicalismo, em especial na ferrovia Santos Jundiaí, e a luta contra a ditadura civil-militar, instaurada a partir de 1964, são exemplos de temas a serem refletidos e observados, de maneira que possamos rever conceitos e valores nos dias de hoje.

Nesse trabalho, tentamos traçar uma biografia do militante político Raphael Martinelli, cuja vida pode ser resumida em: uma passagem rápida pelo futebol na juventude, no time do São Paulo Athletic Clube, atual Nacional Atlético Clube; a experiência de ser ferroviário na São Paulo Railway; a presidência do Sindicato dos Ferroviários, em São Paulo; e da Federação Nacional dos Ferroviários; dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a perseguição política com o golpe de 1964; a participação na Ação Libertadora Nacional (ALN); e a prisão em 1971, na Operação Bandeirante (Oban).

A documentação que utilizamos para essa pesquisa resume-se na biografia “Estações de Ferro: Raphael Martinelli”; em documentos de seu acervo pessoal, tais como: fichas policiais, vídeos, entrevistas.

Conhecer a história de Martinelli é entrar em contato com momentos de mudanças políticas e sociais de nosso país. Seu contexto de vida é marcado por quatro pontos centrais, que dividiram os capítulos desta tese: futebol, ferrovia, sindicalismo e luta armada. Os temas são discutidos a partir de suas experiências e memórias. Por meio delas, torna-se possível observarmos outras possibilidades de um país que – no momento em que estava aprendendo a discutir questões democráticas, como as Reformas de Base, propostas pelo presidente João Goulart, e as relações entre trabalhadores, por meio de sua principal representação, o sindicato – sofreu um duro golpe, com a tomada do poder pelos militares, apoiados por setores civis, como ricos proprietários.

Abstract

The recent history of our country is formed by institutional violence and disregard for the rule of law. The experiences of those who have faced dictatorial impositions should be examples of the struggle for a better country. In this way, Raphael Martinelli's memoirs become important for the understanding of the period for this research, from 1939 to 1973. Trade unionism, especially in the Santos Jundiaí railroad, and the struggle against the civil-military dictatorship established after 1964, are examples of topics to be reflected and observed, so that we can review concepts and values today.

This work attempts to trace a biography of political activist Raphael Martinelli, who has his life summarized in: a quick pass for youth football, the team of the São Paulo Athletic Club, current National Athletic Club, the experience of being a railroad in the São Paulo Railway, the presidency of the Railroad Workers' Union in São Paulo and the National Federation of Railroad Workers, head of the CGT, political persecution with the 1964 coup, participation in the National Liberation Action (ALN) and imprisonment in 1971, in Operation Bandeirante (Oban).

The documentation used for this research is summarized in the biography “Iron Stations: Raphael Martinelli”; documents from your personal collection, such as police records, videos, interviews.

To know the history of Martinelli is to get in touch with moments of political and social changes of our country. Its context of life is marked by four central points, that divided the chapters of this thesis: soccer, railroad, syndicalism and armed struggle. The themes are discussed from their experiences and memories. Through them we can see other possibilities, from a country that at the moment when it was learning to discuss democratic issues, such as the Basic Reforms, proposed by President João Goulart; and the relations between workers through their main representation, the union, suffered a heavy blow, with the seizure of power by the military, backed by civilian sectors, as wealthy landowners.

Lista de abreviaturas e siglas

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ANPUH - Associação Nacional de História

AP – Ação Popular

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

CC – Comando Central

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CIA – Central Intelligence Agency

CIE - Centro de Informação do Exército

CISA - Centro de Informações da Aeronáutica

COB - Confederação Operária Brasileira

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CND - Conselho Nacional de Desportos

COLINA – Comando de Libertação Nacional

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEIC - Divisão Estadual de Investigações Criminais

DEOPS/SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ENEFD - Escola Nacional de Educação Física e Desportos

ESG - Escola Superior de Guerra

FBI – Federal Bureau of Investigation

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIFA – Fédération Internationale de Football Association
GTA - Grupo Tático Armado
HBMA - Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade
JEC - Juventude Estudantil Católica
LAI - Lei de Acesso a Informação
MAC - Movimento Anti-Comunista
MAR - Movimento de Ação Revolucionária
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN - Operação Bandeirante
OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade
ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PIDCP – Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos
POLOP - Política Operária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUA - Pacto de Unidade e Ação
RFFSA - Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SNI – Sistema Nacional de Informação
SPR – São Paulo Railway
STF - Supremo Tribunal Federal
UDN - União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Apresentação	15
Capítulo 1: Práticas desportivas e políticas no futebol.....	51
Capítulo 2: Do futebol à São Paulo Railway: O Sindicalismo.....	98
Capítulo 3: Do Sindicalismo à Clandestinidade: a Ação Libertadora Nacional – ALN	139
Capítulo 4: Da luta armada aos porões do Tiradentes	171
Considerações Finais	210
Bibliografia	217
Sites/Web	226
Periódicos/Revistas	229
Documentos/Fontes/Vídeos	230
Arquivos Pesquisados	230
Anexo I	231
Anexo II	232

Apresentação

Ferrovia sempre foi tema que despertou minha curiosidade e admiração, um trem sobre trilhos é algo que até hoje movimenta paixões e questionamentos. Inúmeros trabalhos acadêmicos são desenvolvidos sobre o tema, mas outras possibilidades ainda são possíveis, ou seja, as várias indagações ampliam os caminhos a serem percorridos. Desta forma, acabo não saindo do tema que me fez desenvolver o mestrado, quando pesquisei a São Paulo Railway¹. Durante a pesquisa me dei conta do porquê gostava tanto de locomotivas e trilhos. Essa nostalgia remetia-se ao meu subconsciente, pois não percebia que em minha experiência de vida a ferrovia estava intimamente ligada. Sou da zona rural de uma cidade do interior paulista, Atibaia, e ali ocorreu minha primeira experiência com os trilhos. Quando cursei a educação infantil, a escola ficava numa antiga estação ferroviária desativada, que naquele momento (era o ano de 1979) chamava-se Primec².

Além das ferrovias, o futebol representa outro assunto que chama minha atenção. A relação com o esporte começou em casa, as idas aos estádios, a família reunida para assistir aos jogos. A casa de minha mãe, é ponto de encontro da torcida do bairro. A paixão pelo Santos Futebol Clube é tamanha que a chácara onde residíamos em Atibaia foi vendida para a compra de um apartamento próximo à Vila Belmiro, bairro onde está localizado o estádio do Santos F. C., na cidade que o clube homenageia em seu nome, na Baixada Santista.

Somados à ferrovia e ao futebol, temas políticos também têm papel de destaque, salvo minha própria profissão – professora na periferia de São Paulo durante dezesseis

¹ A The São Paulo Railway Company foi a empresa inglesa que construiu e administrou o trecho ferroviário Santos-Jundiaí, de 1860 a 1946, quando passou para o controle do governo federal. Em 1955, incorporou-se à Rede Ferroviária Federal, e hoje, após encampação, o trecho paulista pertence à CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Aqui utilizarei as iniciais SPR para referir-me a ela.

² Essa relação foi perseguida quando no mestrado minha orientadora, Profa Dra Olga Brites, questionou: “Por que o trem? Quais são suas relações com o tema ferrovia?” Ela afirmou que algo em minha história deveria remeter ao trem. Foi essa busca ao passado que me fez relacionar a estrada de ferro a pesquisa e a minha própria experiência de vida, pois havia estudado numa antiga estação ferroviária. Em seu livro, *Memórias, sonhos, reflexões*, Carl Gustav Jung faz uma autobiografia na qual relata suas experiências da infância até suas pesquisas mundo afora, segundo ele: “Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nele repousa aspira a tornar-se acontecimento [...]”. Afirma que as lembranças estão em nosso destino, nos levando ao relembrar. JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 8. Sobre o inconsciente ver também: JUNG, Carl Gustav. “Chegando ao inconsciente”, in JUNG, Carl Gustav (Org). *O homem e seus símbolos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Em 2016, voltei até o local onde ficava a escola primária, uma nova foi construída ao lado e a antiga estação divide espaço com uma igreja evangélica e moradores de rua.

anos³–, que me faz participar do debate diário de questões relativas ao cotidiano. Crescer e viver no extremo da periferia da capital paulista acabou por me fazer refletir sobre as desigualdades, a pobreza e, fatalmente, a falta de oportunidades a que os jovens daquela e de outras periferias são expostos. Eu, como produto desse grupo, não me conformava! Por que somente aqueles que estavam num bairro bem próximo ao meu, como o Morumbi, por exemplo, podiam estudar nas melhores escolas, universidades, e nós, ali, fadados ao descaso? Dessa maneira, com insistência e a ajuda de pessoas que sempre acreditaram em mim, me foi possível chegar à Universidade, cursar a graduação, mestrado e agora posso apresentar mais um resultado de perseverança, a pesquisa do doutorado.

Durante o mestrado, pesquisei sobre as relações de conflito entre a SPR e a população paulista, no período de 1870 a 1890. Por meio da documentação da empresa e do poder público, de fotografias e da imprensa da época, procurei observar os reclamos dos moradores e usuários, os acidentes, além da relação entre a SPR e a imprensa paulista. A ferrovia continua presente em minha pesquisa, mas agora agregando outros elementos, como o futebol e as relações políticas no cotidiano de um funcionário aposentado da estrada de ferro, Raphael Martinelli.

As possibilidades foram surgindo a partir do momento em que meu companheiro conheceu, num debate sobre o 1º de Maio, um ferroviário, líder sindical e ex-jogador de futebol de um clube nascido às margens da ferrovia inglesa SPR, o São Paulo Railway Athletic Clube (atual Nacional Atlético Clube).⁴ Aquilo que tanto considerava possível, agora tomava forma. Iniciei os trabalhos em documentos, leitura de bibliografias e longas conversas com aquele ferroviário e ex-jogador de futebol, uma pessoa que muito me ensinou, e continua a ensinar, em nossas conversas. Além de líder sindical, foi perseguido político durante a Ditadura Civil-Militar⁵ (1964-85), preso, torturado e um dos

³ Retomando meu passado, voltei a morar à cidade de Atibaia e leciono numa escola pública da zona rural. Posso afirmar que a experiência como professora e o engajamento com o próprio tema de minha pesquisa levaram-me a militar mais, pois hoje sou representante do sindicato na unidade escolar em que trabalho. Além disso, a partir de junho de 2017 fui eleita conselheira e escolhida coordenadora da subsede da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), na região de Atibaia.

⁴ Agradeço desde já ao meu companheiro Michel Justamand, pois sem sua insistência essa pesquisa não seria possível. Ele foi o intermediário entre mim e Martinelli. O time de futebol, foi fundado oficialmente em 1919 como São Paulo Railway Athletic Clube, a mudança de nome da agremiação ocorreu após o fim da concessão inglesa na ferrovia, em 1946.

⁵ A expressão civil-militar vem sendo utilizada por parte da bibliografia especializada no golpe instaurado a partir de 1964. Também acredito que o governo formado a partir daquele ano obteve o apoio civil não apenas no processo de tomada do poder, mas também nos anos que se seguiram fazendo parte, inclusive, dos quadros do governo repressor. A própria Comissão Nacional da Verdade (CNV) utilizou a expressão em seu relatório.

fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN) com Carlos Marighella⁶. Aliás, sua vida permeia várias ditaduras, como, por exemplo, a do Estado Novo, o governo Eurico Gaspar Dutra (que aponta como um dos piores)⁷ e a civil-militar instaurada em 1964.

Ao entrar em contato com Martinelli, ele se mostrou inteiramente à disposição para me ajudar e permitiu que eu tivesse acesso a todo seu acervo pessoal. Ele tem uma grande paixão pelas ferrovias que cortam o país, em especial a antiga SPR, onde sua história como militante se iniciou; e fez questão que eu lhe desse uma cópia de minha dissertação de mestrado, tamanho seu interesse pela história da estrada de ferro.

Mesmo aos 92 anos, continua atuando e contribuindo para a construção de um país mais justo; é constantemente convidado para palestras e concede entrevistas, nas quais debate a atual situação ferroviária do país e fala de suas experiências políticas, principalmente as ações durante o regime de exceção. A luta por mudanças ainda faz parte de seu cotidiano. Mesmo com a idade avançada, o brilho que emana de seus olhos enche de vitalidade e esperança qualquer um que o ouve.⁸ Ele justifica a importância de suas memórias, como em sua fala, quando me fez um convite para assistir a uma de suas palestras, na Biblioteca da Lapa⁹:

“... o governo não fala nada, na minha palestra eu já vou falar pros filhos dos alunos, eu vou fazer propaganda, porque não custa você... falar pros alunos o que foi a ditadura, o que foi a democracia e tudo mais... então tem que saber, pelo menos eu sei né?... Negócio de juventude, dizer como é que foi, não adianta dizer que fui torturado, essas coisas, tem que dizer o que significou a ditadura, o que é uma democracia [...]”¹⁰

⁶ A Ação Libertadora Nacional, a ALN, como ficou conhecida, foi formada em 1968 por dissidentes do PCB. Nasceu inicialmente como Agrupamento Comunista de São Paulo, um grupo armado criado para enfrentar o governo autoritário, imposto a partir de 1964.

⁷ Para Raphael Martinelli, o governo Dutra (1946-51) também representou uma ditadura, pois cassou os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo tendo sido eleitos democraticamente no pleito de 1946. Eram tempos difíceis para os comunistas, pois o Brasil alinhou-se ao bloco liderado pelos EUA durante a Guerra Fria. O Estado Novo é a ditadura imposta no governo do presidente Getúlio Vargas, de 1937 a 1945.

⁸ Como na fala de duas pesquisadoras que o entrevistaram em 2010, para um artigo publicado na Revista Contemporâneos: “Apesar de possuir uma idade avançada e vasto conhecimento, obteve bastante coerência em suas falas, o que deixou a equipe de entrevistadores impressionada”. In: *Revista Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades*, n. 13, nov-mar., 2016. Disponível em: <www.revistacontemporaneos.com.br/n13/entrevistas/EntrevistaMartinelli.pdf>.

⁹ A palestra na Biblioteca da Lapa destinou-se aos jovens do Ensino Médio da rede municipal de São Paulo. Primeiramente, a representante da biblioteca homenageou a Martinelli; na sequência, assistimos um vídeo sobre a ditadura, algo que o emocionou. Fiquei ao seu lado durante o documentário, ele fez vários comentários e chorou ao ver antigos companheiros mortos pelo regime. Após o vídeo, falou aos jovens e afirmou que a perseguição nunca acabou, brincando que poderia estar sendo vigiado por alguém na plateia. Todos riram, e também ele próprio, mas às vezes ele realmente acredita que o monitoramento não acabou.

¹⁰ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

Suas falas são para aqueles que o querem ouvir, não importa que seja numa universidade ou para jovens secundaristas. Seu depoimento evidencia o descaso do poder público pela ausência de debates políticos nas escolas ou para a sociedade de um modo geral. Quando tem a oportunidade de falar, gosta de contar suas experiências de luta, a tortura, por exemplo, é algo que incomoda e, por vezes, não está na pauta das discussões.¹¹

Para Jeanne Marie Gagnebin, há uma imposição do esquecer por parte do Estado brasileiro, a autora nos afirma que esta ação do poder público impõe uma única maneira de pensar. Numa construção de “fazer as pazes com o passado”.¹² Evidente que, mesmo com as ações que direcionam ao esquecimento, pessoas lutam por justiça. Apesar de todos os traumas que um regime autoritário pode trazer, batalham pela verdade e elucidação dos fatos, sejam as próprias vítimas ou seus familiares. E este é também o papel do historiador, trazer as discussões das experiências passadas, para que não sejam esquecidas.

Na África do Sul, com a chegada de Nelson Mandela ao poder, formou-se uma Comissão da Verdade e Reconciliação no intuito de investigar os crimes cometidos durante o regime do *apartheid*¹³. Os criminosos que assumissem a culpa poderiam ser anistiados; já no caso brasileiro, diferentemente da africana, a Lei de Anistia¹⁴ conduz ao silêncio, o não falar significa a não culpa. Por vezes, a própria historiografia alimenta este silêncio, como nos afirma Michel de Certeau, a escrita pratica um “rito de sepultamento”. Assim, é necessário enterrar os mortos para vivermos o presente: “A escrita não fala do

¹¹ Nos depoimentos à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), os filhos de Martinelli afirmam que o pai evitou falar da tortura durante muito tempo. A filha Rosa Maria Martinelli diz que ela própria não queria saber e, quando teve coragem, pegou as fitas gravadas pelo pai para jornalistas e conheceu os relatos do período de prisão, onde a violência esteve presente: “Meu pai tem uma grande dificuldade de falar nisso”. *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. São Paulo: ALESP, 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf>.

¹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O preço de uma reconciliação extorquida*. p. 179. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs), *O que resta da ditadura - a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹³ Ibidem. O *apartheid* consistiu numa política de segregação (entre brancos e negros), imposta pelo governo, formado pela minoria branca, na África do Sul, de 1948 a 1994.

¹⁴ Em junho de 1979, o presidente João Figueiredo enviou para apreciação no Congresso Nacional o projeto Anistia, que se transformou na lei 6.683, naquele mesmo ano. A lei anistiava os crimes cometidos por militares e civis nos chamados crimes políticos ou conexos, como terrorismo e a tortura. A Anistia tentou trazer a ideia de perdão, mas também a do esquecimento de um passado que deveria ficar para trás. E assim como nos afirma Paul Ricoeur, o perdão leva à impunidade, consagrada pelas instituições judiciais: “os males são desgraças inqualificáveis para aqueles que os suportam”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 471. Ver também: RODEGHERO, Carla Simone. “A anistia entre a memória e o esquecimento” in: Revista História Unisinos, maio/agosto 2009, p. 131 a 139.

passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina”.¹⁵ Evidentemente cada país apresenta suas próprias características, mas ao mesmo tempo outras experiências também devem ser observadas.

As conversas com Martinelli ajudaram-me a traçar uma linha de pesquisa. Suas memórias apresentam-se como uma rica fonte de estudo, pois sua trajetória política sindical nos faz lembrar de um passado em que o trabalhador teve seu cotidiano marcado por reivindicações, golpes de estado e a presença do futebol em meio às transformações.¹⁶ Sua vida percorre vários momentos decisivos da história do Brasil, um caminho que sai da Lapa aos porões da Ditadura Civil-Militar (1964-85). Por conta de sua história e experiências, é convidado constantemente para debates, encontros, homenagens ou, ainda, entrevistas e presença em Comissões da Verdade instaladas em decorrência da ditadura.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi promulgada pela Lei 12.528, de 18 de dezembro de 2011.¹⁷ A iniciativa do governo federal brasileiro abriu precedente para que estados, municípios e universidades também criassem suas próprias Comissões da Verdade, e Martinelli participou de seções em algumas delas. Não apenas ele, mas também seus filhos, como na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em que foi instaurada a Comissão da Verdade Rubens Paiva. Ali, seus filhos Jaime Martinelli Sobrinho, Edson Lenin Martinelli e Rosa Maria Martinelli, contribuíram com um emocionante depoimento, num seminário chamado Verdade e Infância Roubada, onde foram ouvidos filhos de presos políticos, na época crianças que foram atingidas de alguma maneira pela ditadura instaurada no país a partir de 1964. Os depoimentos à Comissão estão disponíveis na internet, no site da ALESP. No dia do depoimento de seus filhos, Martinelli apareceu na mesa da sessão durante as gravações, mas não conseguiu

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 108.

¹⁶ Em vários momentos de sua história o futebol está presente, seja na infância, de maneira nostálgica, seja como sindicalista, de forma saudosista, seja como preso político, quando os sons do cárcere eram regados pela Copa do Mundo de 1970. E, em muitas vezes, suas falas são permeadas pelas experiências com o futebol.

¹⁷ BOLONHA, Carlos; RODRIGUES, Vicente. *Justiça de transição no Brasil: dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informação*. Disponível em: www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d0aae9539e4dd0bd

permanecer por muito tempo, e é possível vê-lo saindo. Afirmou que ficou muito emocionado.¹⁸

Em 30 de setembro de 2014, Raphael Martinelli deu seu depoimento à CNV, num material que resultou em 65 páginas. Iniciou sua história da forma que mais gosta, lembrando do tempo em que o futebol era seu grande sonho, e contou sua trajetória política como sindicalista e preso político. A gravação em áudio, transcrita na página do site da própria Comissão, marca um tempo total de quase três horas de duração. No documento, ele aparece na categoria de vítima civil.¹⁹ A importância da CNV e todas as outras criadas pelo país, em instituições públicas e privadas, significa valorizar e preservar a memória de um passado recente, tal qual ela é. Essas comissões formam acervos, documentos escritos e horas de entrevistas com pessoas afetadas de alguma maneira pelo regime de exceção. A formação da Comissão não se mostrou algo fácil, visto a grande resistência por parte da direita, ou seja, de grupos que se sentiam ameaçados: empresários, grandes proprietários rurais e militares envolvidos com a repressão, entre outros.

No capítulo Resgate da memória e da verdade: um direito de todos, da obra *Memória e Verdade*, Marco Antônio Rodrigues Barbosa e Paulo Vannuchi trazem a discussão da importância da memória para a consolidação da verdade.²⁰ Segundo os autores, não há respeito aos direitos humanos se a verdade não for conhecida por toda a sociedade: a democracia apresenta-se como falha e frágil, não se consolida. A verdade sobre o passado é a garantia de “modificar o presente e gerar um futuro de paz”. Para os pesquisadores, a busca por verdade e justiça é um anseio mundial, e não uma particularidade brasileira.

O direito à memória com verdade, se desrespeitado, afeta a todos os cidadãos; influi no cotidiano de suas vidas. A preservação da memória, como registro de fato ou acontecimento histórico e psicológico, individual e coletivo, exerce a função primordial na evolução das relações humanas: trata-se de um ato político que constitui a base sobre a qual a sociedade pode afirmar, redefinir e transformar os seus valores e as suas ações. Ao contrário do esquecimento, que, para os gregos, constitui a mais dolorosa das

¹⁸ www.comissaodaverdade.al.sp.gov.br

¹⁹ cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Raphael_Martinelli.pdf

²⁰ BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCHI, Paulo. “Resgate da memória e da verdade: um direito de todos”, in SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

experiências, a memória individual e a memória coletiva são os eixos primordiais e os meios de se aplicarem, na prática, os fundamentos dos direitos humanos.²¹

A justiça só pode ser conquistada se o passado, revelado por meio da memória e fundado na verdade, for inteiramente trazido à discussão. Ainda segundo os autores, governos ditatoriais tendem a suprimir a memória por meio de pactos de silêncio, em não ajustar as contas com o passado e na manutenção da ignorância sobre os fatos, principalmente sobre as gerações mais jovens. O acesso à informação é, assim, fundamental. A abertura de arquivos da ditadura contribui para o fim da ignorância e para a construção de uma verdadeira democracia. Infelizmente, isso é algo que o estado brasileiro ainda não promoveu em sua totalidade. O acesso a arquivos do regime militar continua sendo negado no Brasil.²²

Passei a acompanhar Martinelli, a fim de recolher o maior número de possibilidades possíveis e entender com maior clareza as problemáticas de meu entrevistado. Destaco a importância da interpretação na narração dele, evidenciando-a ao longo do trabalho.

Além das entrevistas (feitas em seu escritório na região central da cidade de São Paulo)²³, entrei em contato com uma rica documentação de seu acervo pessoal, como fichas criminais, resultado da perseguição empreendida pela repressão no período da Ditadura Militar. Ele conseguiu, junto ao Arquivo Nacional, documentos policiais a seu respeito, como relatórios sobre suas ações antes da prisão, enquanto preso ou, ainda, depois de liberto, ou seja, havia um rígido monitoramento mesmo depois de ele conseguir liberdade condicional em 1973²⁴; e esse material refere-se a Departamentos de Polícia de várias regiões do país. Sua atuação como líder sindical era de âmbito nacional, por conta disso, órgãos policiais de vários estados o investigaram, num monitoramento constante

²¹ Ibidem, p. 57-58.

²² “Há muitos arquivos da ditadura que não foram abertos”. André Botelho Vilaron, um dos redatores do relatório final da CNV, em entrevista ao site sul21, em 16 de maio de 2016. Disponível em: www.sul21.com.br/jornal/ha-muitos-arquivos-da-ditadura-que-nao-foram-abertos-diz-pesquisador/. O pesquisador afirma que a CNV encontrou dificuldades para entrar em contato com alguns documentos, principalmente aqueles que estão em posse das Forças Armadas. Também o jornalista Lucas Figueiredo, que fez parte da CNV, em entrevista à revista *Carta Capital*, afirma que os governos de Sarney à Dilma aceitaram o pacto de silêncio acordado entre Tancredo Neves e os militares. “A caixa-preta da ditadura-civil-militar” 13/10/2015. Disponível em: www.cartacapital.com.br/revista/871/medo-e-mentiras-8620.html

²³ Ele divide um escritório com mais dois colegas advogados, na rua 24 de Maio, região central da capital paulista.

²⁴ Raphael Martinelli ficou preso de 1970 a 1973, acusado de subversão. Com o decreto federal 5.584, de 18 de dezembro de 2005, foram recolhidos ao Arquivo Nacional em Brasília – subordinado ao Ministério da Justiça – documentos provenientes dos órgãos de informação do regime civil-militar.

de suas ações frente ao Sindicato dos Ferroviários. Apontando para os documentos, afirmou:

Esse aí, dá mais uns dez livros... Tem SNI, tem Exército, tem Aeronáutica, tem fotografia, tudo confidencial... Eles falam que queimaram... conversa... no Exército tá cheio... Tudo veio de Brasília, de todas as ferrovias que eu comandava... eu mandava parar...²⁵

Em 2014, Raphael Martinelli publicou um livro de memórias (o que contribuiu muito nas pesquisas), registro que somente se tornou possível por causa da ajuda do jornalista e seu amigo pessoal, Roberto Gicello Bastos, texto que me foi colocado à disposição para consulta antes mesmo de sua publicação.²⁶ A biografia resulta da persistência e colaboração de pessoas próximas, principalmente do ex-deputado estadual Adriano Diogo (PT)²⁷, pois é uma produção independente, impresso em gráfica, não foi lançado por uma editora. O livro inicialmente se chamaria “Caminhos de ferro”, mas teve o título alterado para “Estações de ferro: Raphael Martinelli”.

Meus três filhos foram prestar depoimento na Comissão da Verdade, impressionou eles... então ele, Adriano Diogo, assumiu pelo Estado, vai ser de graça, o livro. Não é para vender, vai ser de graça. Em outubro fica prontinho pra ser entregue. Eu tô atrasado com ele, tem coisa errada, tem que revisar... Todo mundo escreveu sobre o trem pagador, mas não participou, falaram coisas... como é que foi... Tem coisa que esta parecendo favorável pra mim, mas eu não peço nada pra ninguém, o Instituto João Goulart também vai fazer...²⁸

Martinelli evidencia-nos a importância de sua versão a respeito dos fatos, muitos escreveram sobre as ações da ALN, todavia agora teria chegado sua vez de falar. Apesar das tentativas e promessas, o livro não é de distribuição gratuita, uma vez que teve custos, pagos, em sua maioria, por meio de contribuições; não há um valor estipulado e aqueles que desejavam adquirir o livro contribuíam espontaneamente, com a importância que considerassem justa ou possível. A festa de lançamento ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil, no bairro do Brás, sindicato que leva o nome de seu principal líder: Raphael Martinelli.

²⁵ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013. Sistema Nacional de Informação (SNI).

²⁶ Após o lançamento do livro, foi necessária uma releitura do texto, pois houve algumas mudanças, além da paginação que não existia no material com o qual tive contato inicialmente.

²⁷ Existe uma forte ligação de Martinelli com o Partido dos Trabalhadores (PT), pois, no início dos anos 80 ele contribuiu para a fundação do partido. Quando da opção pela luta armada contra a ditadura, foi excluído dos quadros do PCB. Mas não poupa críticas aos governos de Lula e Dilma Rousseff, pois alega que estes não investiram no setor ferroviário e relegaram ao abandono a situação das poucas estradas de ferro no país.

²⁸ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

Em busca por informações para a pesquisa, percorremos também outros caminhos. Por indicação do próprio Raphael Martinelli, procurei o também ferroviário e atual presidente do Nacional Atlético Clube²⁹, Ayrton Franco Santiago. Em seu escritório na Estação da Luz, ele me atendeu prontamente e ajudou em questões e dúvidas que surgiram a partir da investigação. Sua vida está fortemente ligada à ferrovia, ele representa a quarta geração de uma família de ferroviários. Entrou na antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) na década de 60 e continua trabalhando como engenheiro consultor. Ele afirma que os administradores da ferrovia “não sabem nada, assim têm que perguntar para os mais velhos”. Além de pertencer a uma família de ferroviários, Ayrton F. Santiago frequenta desde a infância o Nacional³⁰. Apesar da relevância, as informações prestadas pelo presidente do Nacional colaboraram para me dar a certeza de que o caminho eram as entrevistas com Raphael Martinelli, pois ele está empenhado em registrar suas memórias, tem consciência da importância em registrá-las, além disso, sua experiência política nos faz refletir sobre um passado recente e sobre o presente de nosso país.³¹

Para o início das pesquisas em muito contribuíram as leituras de trabalhos acadêmicos sobre os temas abordados, perceber o que vem sendo produzido nos ajuda a uma reflexão mais apurada. A bibliografia voltada a temas propostos deu-me base teórica e metodológica para o entendimento de práticas e ações políticas. A imprensa também se mostrou um norteador importante, principalmente no primeiro capítulo, visto a carência de fontes sobre o menino Martinelli, jogador das categorias de base do time da SPR. Pesquisei os jornais O Estado de São Paulo³² e A Gazeta Esportiva³³. Escolhi os dois periódicos pelo fato de o primeiro figurar como o principal jornal de circulação na cidade de São Paulo no período pesquisado (1939 a 1973); e o segundo, importante no cenário esportivo paulistano.

A imprensa responde a diferentes anseios da população e os jornais eram consumidos tanto pela burguesia, entendida aqui como setores que detinham os meios de

²⁹ Antigo São Paulo Railway Athletic Club.

³⁰ Segundo SANTOS NETO, “a memória dos ferroviários também são fontes riquíssimas e muito pouco exploradas [...]”. In: SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo – primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

³¹ Importante salientar que Martinelli é um dos idealizadores do Memorial da Resistência em São Paulo. Local de preservação da memória dos perseguidos políticos da ditadura imposta a partir de 64, além de membro fundador do Fórum de ex-presos políticos.

³² Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

³³ Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade (HBMA).

produção – ricos proprietários e intelectuais – quanto pela população pobre. Enquanto os primeiros eram muitas vezes assinantes; a população tinha acesso a jornais operários, ou mesmo a um único impresso, que passava de mão em mão. Mesmo a burguesia tentando dominar o cenário letrado, a população entrava em contato com variadas formas de informação, inclusive a imprensa.³⁴ Era importante observar como o time do São Paulo Athletic Clube apresentava-se diante o público leitor de esportes e seu papel como time representante de uma categoria.

Acabei utilizando em maior volume A Gazeta Esportiva, com ênfase ao período em que Martinelli foi jogador das categorias de base do time, o qual consistia na principal publicação com maior abrangência esportiva, no período dedicado à minha pesquisa, na capital paulista.

A história oral apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento dessa tese, pois as entrevistas com Martinelli são importantes para a investigação. Durante as conversas, procurei deixá-lo à vontade para contar suas experiências, interrompendo o mínimo possível. Evidentemente que, por vezes, dúvidas surgiam e eu fazia perguntas, contudo, na maioria das vezes minhas falas tentavam estimular suas lembranças, pois a vontade do entrevistado deve prevalecer. Além das questões relacionadas ao trabalho na ferrovia e no cotidiano dentro do clube ferroviário, a vida pessoal do entrevistado acaba sendo relevante, no sentido de entrar em contato com suas práticas sociais e familiares. O papel do historiador consiste em observar o passado pelo presente, seja por documentos escritos ou não. A história oral constitui, dessa maneira, a construção do passado elaborada no tempo presente.³⁵

A memória é, a cada entrevista, reconstruída e ressignificada.³⁶ Mas, ao mesmo tempo, a História Oral privilegia o que se opõe à “memória oficial”, como nos afirma Michael Pollak, “reabilita a periferia e a marginalidade” da memória.³⁷ O historiador, dessa forma, deve discutir o narrado e o factual, o passado e o presente. Fontes orais constituem atos, um processo de lembrar e contar, nunca são anônimas e impessoais.³⁸

³⁴ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo. Educ/Fapesp, 2000.

³⁵ TONINI, Marcel Diego. *Além dos gramados: história oral de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2011.

³⁶ Ibidem.

³⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº 3, 1989.

³⁸ PORTELLI, Alessandro. “História, memória e significado de um massacre nazista em Roma”, in Revista Oralidades, nº 3, 2008, p. 153 a 175. <https://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/106992/105563> Ainda segundo o autor, a história oral considera que narrações e memórias são fatos históricos, e nos lembra

A leitura de Alessandro Portelli em muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, seus textos são o referencial para a metodologia aplicada nas entrevistas e suas interpretações. Para o autor, é nas falas que se evidencia como a história narrada afetou a vida do depoente. Segundo ele, as entrevistas possibilitam a chamada subjetividade do expositor, pois entramos em contato com outras interpretações de fatos e ações: o que ele queria fazer, no que acreditava e no que pensa hoje a respeito do evento ou momento do recorte histórico trabalhado.³⁹

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas.⁴⁰

A igualdade entre observador e observado deve existir, mas não pode ser construída, ela depende de condições sociais, por exemplo, oprimidos não se abrem (ou têm maior dificuldade) a membros da elite, assim a igualdade torna-se essencial para maior abertura nas comunicações. Pude estabelecer esse laço com Martinelli quando apresentei a ele minha dissertação de mestrado e a proposta para o doutorado, a partir daí uma afinidade estabeleceu-se entre nós. É necessário tratar o outro como sujeito, por isso o entrevistador não deve impor sua fala, mas estabelecer um diálogo denso, em que os dois tenham voz. O fato de ele ter sido ferroviário e jogador de futebol acabou abrindo um elo importante entre nós.⁴¹

Portelli salienta que as falas dos entrevistados são cheias de “aspas”, que devem ser cuidadosamente interpretadas, pois nossos ouvidos são treinados pela televisão, ou seja, temos o costume de ouvir e não interpretar, visto que as notícias já vêm interpretadas,

“a história oral não é meramente uma coleção de histórias, mas também sua interpretação e representação”, p. 172.

³⁹ “O primeiro requisito [...] é que o pesquisador ‘aceite’ o informante e dê prioridade ao que ele quer ouvir, reservando algumas questões não respondidas para mais tarde ou para outra entrevista”. PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente” in: Revista Projeto História da PUC-SP, nº 14 – Cultura e Representação, 1997, p. 35. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>

⁴⁰ PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: Revista Projeto História da PUC-SP, nº 14 – Cultura e Representação, 1997, p. 9.

⁴¹ Ele se identifica quando narro parte da história do período pesquisado durante o mestrado e dos funcionários da RFFSA que me ajudaram no processo de investigação, isso o fez se lembrar de suas experiências na ferrovia. A respeito desse vínculo entre entrevistador e entrevistado ver PORTELLI, Ibidem. Ver também BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. 3ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

por isso o autor considera que a história oral é repleta de aspas.⁴² Dessa maneira, não basta ouvir, é necessário também nos questionarmos: por que precisamos preservar aquela memória? O que queremos construir? As narrações do depoente devem ter objetivos os quais serão traçados pelo pesquisador: levar as possíveis reflexões adiante, por exemplo, publicar as memórias registradas na pesquisa, participar de eventos, como palestras e seminários. Não se deve registrar o material coletado e engavetá-lo: é necessário torná-lo algo que contribua para o debate político, social.

Nas falas de Martinelli ainda há muito de italiano, por causa de sua descendência. Ele gosta de lembrar da infância, nas experiências com os avôs, tios e dos próprios pais, pois a relação com a língua-mãe dos avôs era muito forte. Apesar de iniciar trabalhando nos escritórios da ferrovia, mantinha seus vínculos operários, que começou em casa, com o pai e os irmãos. Por conta dessa influência, decidiu dedicar sua vida à luta proletária.

Sua origem operária aproxima-se de minha origem, aumentando ainda mais nossos laços de afinidade, por vezes ele próprio me ligou para acompanhá-lo em algum evento, como em agosto de 2013, na capital paulista, quando a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o recebeu no prédio da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, considerado um dos símbolos da repressão política. Na solenidade, a OAB anunciou a criação, no local, de um Memorial da Luta pela Justiça – Advogados Brasileiros contra a Ditadura, da Comissão da Verdade da OAB-SP; também naquele dia, Martinelli me apresentou Clara Charf, viúva de Carlos Marighella.

O tema ditadura faz com que várias vozes narrem as experiências do período. Ao entrarmos numa das celas do Memorial da Resistência,⁴³ podemos ouvir as falas daqueles que ali estiveram encarcerados. É uma experiência única para aqueles que não viveram o período. O visitante senta nas representações das camas do cárcere, coloca os fones disponíveis e ouve os relatos dos ex-presos políticos. Dentre as narrações possíveis, está a de Martinelli.

Portelli sublinha que a memória individual figura a mais significativa, porque produto social, com sua própria subjetividade,⁴⁴ e é o que percebemos nas falas dos

⁴²Entrevista de Alessandro Portelli para o Departamento de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, em outubro de 1995, publicada na Revista *Projeto História*, em abril de 1997.

⁴³ O Memorial da Resistência está localizado no Largo General Osório, na capital paulista. Foi idealizado por ex-presos políticos do período da ditadura civil-militar, apesar de em seu site oficial afirma ser uma “instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade)”. Nos anos de chumbo, ali funcionou o DOPS/SP.

⁴⁴ Entrevista com Alessandro Portelli, História Oral e Memórias. In Revista *História e Perspectivas*, Uberlândia (50), jan/jun 2014, p. 197 a 223. www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/27504/15080

narradores do Memorial. Ali cada um expõe aquilo que considera mais significativo em sua passagem pela prisão. As muitas histórias que estão no acervo da instituição abrem um enorme leque de possibilidades, apesar de tratarem do mesmo momento histórico, estão carregadas de visões pessoais. Cada depoente tem sua visão da história, sua própria interpretação. Enxergam o passado conforme suas experiências.

Falar desse momento em que o país passou por um regime de exceção é importante para meu entrevistado, mas há passagens, como a tortura, por exemplo, que ele evita narrar. Esse sentimento de repulsa nada mais é do que um trauma em decorrência da dor física e pela humilhação causada por seus carrascos. A vida, ainda hoje, traz os fantasmas do passado em seu cotidiano. As perguntas não devem ser feitas, o entrevistador apenas abre espaço para as falas.⁴⁵

A história oral (fontes orais) torna-se documento quando transcrito, Portelli considera desnecessário dar grande atenção às transcrições, pois seria como fazer uma análise crítica da cópia de uma obra de arte. Muitas falas transmitem emoção conforme o ritmo das entrevistas, isso só pode ser notado ao ouvir as falas, e não quando ao lê-las. As mudanças no discurso/fala podem se dar com maior ou menor ênfase e não há regras fixas para interpretá-las. As falas evidenciam, por vezes, como a história afetou o narrador,⁴⁶ o que se mostra evidente quando vou transcrever as entrevistas: a percepção se altera. É no momento da fala que o entrevistado utiliza a entonação emotiva, pois não apenas sua voz nos mostra tal sentimento, mas também suas expressões faciais e gestos, elementos que nas transcrições se perdem.

A memória, o principal elemento de nossa pesquisa, dessa maneira, está repleta de significações, e evidentemente de subjetividade, a respeito de suas experiências. Portelli afirma que mudanças podem ocorrer na própria concepção do narrador, algo que acreditava e mudou de posicionamento. Para o historiador, o ponto deve ser não a mudança de opinião, mas naquilo que escondeu e o porquê escondeu. Aquele que fala está observando e analisando o entrevistador, constantemente. O resultado final reside num trabalho de ambos; a história contada várias vezes nunca é igual, assim como o

⁴⁵ O entrevistador não deve ser invasivo, para construir uma relação de confiança e tocar em assuntos que teriam sido falados “quando algo se passa na memória de alguém e literalmente se solta do próprio corpo, é um acontecimento tão pessoal e é algo que foi elaborado nessa memória individual a ponto de se transformar, isto é, em uma memória pessoal”. Ibidem, p. 219.

⁴⁶ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. Revista Projeto História, v. 14, 1997. João Carlos de Souza também discutiu como, por meio das entrevistas, particularidades, conflitos e memórias, são trazidas as falas dos depoentes. Suas vidas são lembradas e ressignificadas por eles próprios, num processo em que consideram que estão tendo espaço para sua voz e seus anseios. SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: A construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

entrevistador apresenta diferentes versões da mesma narração. Martinelli tem uma fala pronta, em todas as suas palestras que assisti a fala era sempre a mesma, independentemente do tema proposto. Apenas algumas adequações, todavia, de um modo geral, muitos assuntos são repetidos por ele. Acredito que sua idade avançada contribui para a repetição das narrativas.

O pesquisador italiano assegura existir um despertar de memórias que antes não fora trazido. É impossível esgotar a memória do narrador: “Pesquisa histórica com fontes orais, por isso, sempre têm a natureza inconclusa de um trabalho em andamento”.⁴⁷ Ainda segundo o autor, fontes orais são fundamentais para o estudo das classes operárias e menos necessárias às classes dominantes, pois são estas quem controlam a escrita, mas o controle do discurso está nas mãos do historiador, já que o material é publicado por meio de seus estudos.

A história oral não tem sujeito unificado: é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que a faz a história oral interessante⁴⁸.

Martinelli defende as causas que acredita, seu posicionamento frente às questões políticas é algo constante em suas falas. Ainda segundo o pesquisador, as entrevistas podem levar entrevistador e entrevistado a pensarem diferente sobre si mesmos: é a interferência na realidade observada, o que se constituiria numa forma útil de ação política.⁴⁹ Transcrevemos as falas de Martinelli em sua totalidade, sem correções, pois “o texto escrito é a representação de um falar cotidiano, corriqueiro, com elementos coloquiais [...]”.⁵⁰

Em República dos sciuscià, Portelli entrevistou sobreviventes de uma Roma sitiada durante a Segunda Guerra Mundial – momento em que os depoentes eram garotos que faziam de tudo para sobreviver, desde engraxar sapatos até pequenos furtos –, o pesquisador italiano nos afirma que se houver alteração nas transcrições das entrevistas

⁴⁷ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. Revista Projeto História, v. 14, 1997.

⁴⁸ Ibidem, p. 39.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ PORTELLI, Alessandro (Coord). *República dos sciuscià: A Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Editora Salesianos, 2004, p. 6.

ocorrerá uma falsificação nos relatos, por também acreditar nisso, manteve a fala nas transcrições.

É por isso que falamos de *auto-retrato*: todas as narrativas autobiográficas (e é isso que estas são, em essência) constituem uma auto-representação do narrador, uma expressão de sua subjetividade, de sua memória, do modo como deseja ser visto; e o conjunto dessas narrativas constitui uma auto-representação da instituição a que se reportam⁵¹.

No livro de memórias, de Raphael Martinelli, não existe uma preocupação em manter suas falas originais, percebemos que o jornalista responsável pela escrita do texto não preservou a entrevista, e é nítida a alteração. Possivelmente, isso ocorreu numa tentativa de manter a leitura mais dinâmica, fato que, por vezes, acaba alterando o sentido, num comprometimento da fonte. Mas deve-se considerar a questão de Gicello Bastos não ser historiador, e sim jornalista, não havendo, dessa maneira, a preocupação em manter a transcrição sem alterações.

No Brasil, atualmente, vemos inúmeras publicações sobre a História Oral, tais como revistas, periódicos, sites especializados, ou grupos de pesquisas e historiadores que dedicam seus estudos à documentação oral.⁵² Gwyn Prins, em seu texto História Oral⁵³, nos afirma que existe uma forte crítica pelo uso de fontes orais pela história tradicional, tribos africanas, por exemplo, foram consideradas a-históricas por não produzirem registros escritos. Para o autor, as pessoas que vivem “à margem” da sociedade estão sob o poder do registro escrito. A história oral está vinculada à memória, levando em consideração as variadas formas de comunicação das sociedades.

Um dos efeitos de se viver em uma cultura dominada pela palavra escrita, é devido ao rebaixamento da palavra falada, caracterizá-la... Ao observar uma cultura oral ou composta, temos de fazer um esforço consciente para tentar e retardar nosso passo de acesso, e considerar o testemunho oral como, potencialmente, do mesmo modo complexo.⁵⁴

Algumas memórias se perdem, por exemplo, as de sobreviventes de campos de concentração: “a sobrevivência foi muito pesada”. E o mesmo observamos nos presos

⁵¹ Ibidem, p. 11.

⁵² Segundo Portelli “depois da convenção, do Congresso Internacional do Rio de Janeiro, que foi em 1998, o Brasil tornou-se um centro internacional da história oral”. Entrevista com Alessandro Portelli, *Revista Historiar*, Universidade Estadual Vale do Acaraú, vol. 4, nº 4 (jan./jun. 2011). www.uvanet.br/hist/janjun2011/alessandro_portelli.pdf

⁵³ PRINS, Gwyn. “História Oral”, in BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

⁵⁴ Ibidem, p. 170.

políticos da ditadura civil-militar brasileira, quando se calam e querem esquecer o passado de violência. “Talvez para eles o passado não pudesse ser reinventado, nem comunicado. Era literalmente inenarrável”. Mas ao mesmo tempo, a memória pode revelar dados preciosos “a história oral é a que melhor reconstrói as particularidades triviais das vidas as pessoas comuns [...]”.⁵⁵

A memória lembra daquilo que tem significado para o depoente, mas a relação do passado com o presente muda conforme seu contexto. Há muitas práticas de oralidade, são culturas ou grupos sociais que se comunicam pela oralidade, e não pela escrita. Ela está por todos os lados, presente em nosso cotidiano. Os vestígios do passado também estão vivos nas ruas, em casa, numa pessoa, vestígios que representam “resquícios de outras épocas”⁵⁶. Os velhos, vistos com certa estranheza pelos jovens, figuram como testemunhas de outros estilos de vida e pensamentos. No entanto, numa sociedade industrial burguesa, os velhos tendem a ser substituídos pelos mais jovens.

Na sociedade capitalista que rejeita os velhos, sofrem menos aqueles que ao longo da vida acumularam bens, “suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa”.⁵⁷ A memória constitui uma função social, e o velho sente-se útil quando é instigado a lembrar. É ele quem nos conta histórias e dá conselhos. Mas a sociedade burguesa expurgou isso, pois consiste numa sociedade do imediato, da imprensa, do visual. Esse modelo social abomina a morte, por isso os velhos e a memória não são valorizados. Lembrar derruba a barreira entre passado e presente e faz uma ponte entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Assim, o velho tem “seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo”.⁵⁸

No caso da ditadura brasileira, implantada a partir de 1964, também muitas memórias se perderam, pois se os sobreviventes dos campos de concentração preferem esquecer um passado de violência, também os torturados de nossa ditadura assim o fazem.⁵⁹ O próprio Raphael Martinelli, por vezes, prefere não se ater muito aos relatos do período em que esteve em cárcere e foi torturado. Os próprios parlamentares da

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ BOSI, Ecléa, op. cit. A autora chama a velhice de “categoria social”.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem, p. 91.

⁵⁹ JUSTAMAND, Michel; MECHI, Patrícia S.; FUNARI, Pedro P. Abreu. “Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira”, in MECHI, Patrícia Sposito; MELO, Wanderson Fábio de. *Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações*. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2016.

Constituinte de 1988 ignoraram as denúncias contra o Estado brasileiro, mesmo a repressão sendo “burocrática”, gerando um conjunto de documentação, “Não faz parte da tradição política brasileira acertar contas com o passado”.⁶⁰

Lídia Maria Vianna Passos, em seu artigo sobre as viúvas de perseguidos políticos, nos diz ser necessário resgatar as falas desses personagens e considerar sua busca por reparação. Ao reconhecermos suas falas, suas trajetórias como sujeitos ativos, estamos contribuindo na reparação por justiça, além de reconhecermos que “existem protagonismos”⁶¹. Ao ouvirmos as vozes, temos a possibilidade de novas versões, assim como numa citação de Paul Thompson que a autora faz: “pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época”⁶². Ouvindo as vozes dissonantes, damos possibilidade às pessoas que têm experiências e querem repassá-las, afirmando-se como sujeitos.⁶³

O uso de fontes escritas é importante no sentido de mediar o conhecimento, por vezes, levava até Martinelli fragmentos, ou textos, para que fizesse comentários e análises, pois assim acabava lembrando de algo relevante para o entendimento de algumas questões.⁶⁴ Ele é um testemunho vivo, da história recente do país. No sentido de legitimar as narrativas, Portelli afirma ser necessário fazer um trabalho de verificação junto a fontes escritas.⁶⁵ Fazer um exercício de memória torna-se importante.

Temos a capacidade de conservar informações, assim podemos sempre nos remeter ao passado. Segundo Le Goff, cada vez mais os historiadores se interessam pela memória, pois por meio dela é possível observarmos outros meandros da história, aquilo que o papel (documento escrito) não evidencia, ou seja, as expectativas, as aspirações e

⁶⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Esquecer é começar a morrer”. SOARES, Inês; KISHI, Sandra, *Ibidem*, op. cit.

⁶¹ POSSAS, Lídia Maria Vianna. “Vivez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos ‘anos de chumbo’”, in: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. V. 12, n.1-2, jan. - dez. 2009. Rio de Janeiro, p. 87 a 102. A autora nos afirma ainda que “A memória e os relatos de memória seriam a cura da alienação e da coisificação”. *Ibidem*, p. 93.

⁶² *Ibidem*, p. 91.

⁶³ Para Edward Thompson, o conceito de experiência seria o catalisador das ações dos trabalhadores, e o processo de formação está relacionado às experiências desses sujeitos, formando assim a consciência social. Em seus estudos, busca compreender a história de homens e mulheres comuns ativamente participantes, levando em consideração elementos das tradições culturais e populares, sendo a ação humana transformadora da sociedade. THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa – II a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 4ª Edição. THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

⁶⁴ Ele acabou pedindo um desses textos, Memórias de um ferroviário, de Gabriel Ruiz Pelegrina. Afirmou que gostaria de ler o livro, pois aquele se tratava de um “pelego” (nome dado àqueles que não participavam das greves), algo a que prontamente atendi.

⁶⁵ Entrevista com Alessandro Portelli, *História Oral e memórias*, op. cit.

os anseios dos sujeitos. A entrevista vai se constituindo como fonte no momento em que ela se realiza, diferentemente de fontes escritas. Os acontecimentos da história não são fatos prontos e acabados. A própria concepção de documento abrange algo muito maior do que apenas papéis. Para o autor, hoje a memória torna-se arquivo oral, e o computador, ferramenta fundamental para o arquivamento de informações.⁶⁶ Parte das informações para nossa pesquisa foram obtidas por meio da internet, vários depoimentos orais e escritos de Martinelli estão disponíveis na *web*, fazendo-nos entender melhor as afirmações de Le Goff, no que ele chama de “memória eletrônica”.

Em seus estudos, Le Goff observou que os historiadores perceberam que fatos históricos são construções e os documentos não consistem em representações inocentes, mas resultado de manipulações. Afirma que os pesquisadores não devem abandonar a pesquisa documental, e sim desmascarar e denunciar mitificações. Assim ocorre com os estudos acerca de governos ditatoriais. Documentos forjados, destruição de provas e, no caso brasileiro, a construção do mito do perdão e do esquecimento. A apreensão da memória, das falas do passado, nada mais é do que a “apropriação do tempo”.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.⁶⁷

Segundo o pesquisador, a memória é essencial para a formação da identidade, seja individual ou coletiva, intimamente ligada à questão social e política. Para ele, nas sociedades ditas “desenvolvidas”, os arquivos estão sob controle estatal, cabendo então aos profissionais, historiadores, antropólogos, jornalistas, entre outros, a “luta pela democratização da memória social”. A própria História começou com um “relato”: “Eu vi, senti”; e o relato nunca esteve dissociado da ciência histórica.⁶⁸

⁶⁶ O historiador francês nos afirma ainda: “os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória, e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 427.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 435. Portelli acredita na memória individual, pois cada indivíduo tem sua própria experiência. Memórias que são compartilhadas, numa subjetividade individual, ou seja, a história de cada pessoa, seria assim mais significativa porque abrem maiores possibilidades. PORTELLI, Alessandro. “História oral e memórias”, *ibidem*.

⁶⁸ LE GOFF, op. cit.

A memória está intimamente ligada às funções psíquicas e, por isso, o homem consegue atualizar impressões passadas.⁶⁹ A adoção do sistema de escrita teria delegado um papel em segundo plano à memória. Apesar de a escrita ser fundamental para o armazenamento das lembranças, ela, ao mesmo tempo, contribuiu para o enfraquecimento da memória oral⁷⁰. A memória possui assim uma função social: a de armazenar informações, seja em sociedades sem escrita ou não. Recordações maleáveis, que alteram versões ao longo do tempo.⁷¹ A tradição, os costumes que estão armazenados em nossa vivência passada e presente fazem parte da identidade de pessoas e das sociedades. O papel da História consiste em trabalhar de forma que as experiências sirvam para a libertação, e não para a servidão dos homens.

A memória não deve ser depositária de dados e fatos, mas deve ser interpretada. Portelli sublinha que existe uma disputa da memória entre a história contada por grupos hegemônicos e a história contada pela população, assim não tem como haver uma História oficial, porque a memória é dividida entre os sujeitos. A importância das narrações consiste em podermos contestar a ideia hegemônica, uma vez que a participação popular pode apresentar outra versão dos fatos. A memória seria como uma colcha de retalhos, fragmentada, pois não existe uma cronologia na narração.⁷²

Pretendemos, assim, contribuir para os questionamentos que nos chegam através de inquietações, que ajudam a impulsionar a pesquisa, partindo das memórias de um sujeito atuante, que liderou 140 mil ferroviários durante as greves. Dialogando com documentos escritos e memórias, problematizamos aspectos do cotidiano da relação entre: ferrovia, futebol e sua luta sindical, além de suas experiências durante a ditadura civil-militar que prendia, torturava e retirava qualquer fio de liberdade individual.

O período que pesquisamos está em acordo com a trajetória de Martinelli. O depoimento, no tempo presente, no qual observamos reflexões sobre o período de 1939 a 1973, escolhido como recorte devido ao fato de serem anos que marcaram a vida do entrevistado possibilitando assim reflexões. Por conta desse recorte discutimos vários

⁶⁹ Sobre a relação da psicanálise e da memória ver THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁷⁰ O pesquisador chama-nos a atenção para o fato de existirem sociedades com memória oral e outras de memória escrita. Ainda segundo o autor, a memória escrita está intimamente relacionada ao processo de urbanização. LE GOFF, op. cit.

⁷¹ Portelli afirma que os depoimentos se modificam com o tempo, conforme anseios, contexto social, e aspirações sociais. PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: AMANO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁷² PORTELLI, Alessandro, “História Oral e memórias”, op. cit.

momentos de nossa história política, passando por ditaduras, veladas ou não.⁷³ O período de pesquisa justifica-se por Martinelli entrar para o time da SPR em 1939, e o recorte encerra-se em 1973, ano em que recebeu condicional depois de ser preso na Operação Bandeirante⁷⁴, por infringir a Lei de Segurança Nacional⁷⁵, imposta pelo governo civil-militar.

Os governos nos quais as experiências de Martinelli estão inseridas: Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e o período da Ditadura Civil-Militar, serão discutidos naquilo que for pertinente para o debate acerca das práticas do entrevistado, pois essas experiências perpassam momentos da trajetória da ferrovia paulista SPR e de seu principal líder sindical.

São Paulo, no início do século XX, era um território fértil para novas experiências. O discurso de “modernidade e desenvolvimento” ecoava por toda a urbe: indústrias, ferrovias, esportes, novas formas de viver eram experimentadas por sua população. O café seria responsável por boa parte de tais mudanças, por exemplo, a implantação dos trilhos do interior ao litoral do estado.⁷⁶ Entender São Paulo e discutir a bibliografia sobre o período, observando o cotidiano e as contradições de seu dinamismo, contribuem para o debate e também os trabalhos acadêmicos que refletem as novas inquietações.

A leitura de autores que discutem a História Cultural torna-se importante para o entendimento das relações entre o futebol/ferrovia/sociedade, e estudar o cotidiano nos faz refletir sobre as práticas culturais de determinadas sociedades, um tema que não se esgota, oferecendo a possibilidade de novas abordagens. Ao discutir uma bibliografia sobre a História Cultural, Peter Burke nos fala que:

⁷³ Governos considerados democráticos apresentaram características ditatoriais, por exemplo, as perseguições empreendidas durante o mandato do presidente Dutra ou o sistema de repressão no governo Juscelino Kubitschek. REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK(1956-1961)*. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2013.

⁷⁴ A Operação Bandeirante (Oban) foi criada em julho de 1969, na capital paulista para atuar em todo o estado. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

⁷⁵ A Lei de Segurança Nacional, decreto-lei nº 314, que responsabilizava todo cidadão pela segurança do país, foi substituída pelo decreto-lei nº 510. Além de ratificar a lei anterior, também previa “como políticos certos delitos pertencentes à esfera do crime comum”. *Ibidem*.

⁷⁶ O café representou o principal produto da economia brasileira durante boa parte do século XIX e início do XX, o interior de São Paulo, principalmente a região oeste, contribuiu para promover o desenvolvimento econômico do país. Ver BALBINO, Ana Cristina Alves. *O cotidiano através dos trilhos – Problema ou Progresso? A relação entre a São Paulo Railway e a população paulista 1870-1890*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2004.

“...Huizinga declarava que o principal objetivo do historiador cultural era retratar padrões de cultura, em outras palavras, descrever os pensamentos e sentimentos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. O historiador, sugeria ele, descobre esses padrões de cultura estudando ‘temas’, ‘símbolos’, ‘sentimentos’ e ‘formas’”.⁷⁷

Dessa maneira, seriam as mudanças culturais resultado de ações de pequenos grupos. Assim é possível observarmos as experiências do entrevistado cuja trajetória resume-se: na juventude, na família e no futebol; na fase adulta, no sindicato e na guerrilha. Ações conjuntas que forjaram um líder, que em seus grupos, fosse familiar, no sindicato ou na clandestinidade, contribuíram para a nova formação social brasileira no pós-85. Devemos ainda considerar que essa mesma trajetória foi percorrida por vários outros, que também lutaram pelo fim do regime de exceção. Assim, segundo Burke, “toda história é história cultural”.⁷⁸

Martinelli vivenciou a luta política, a prisão, a tortura e seus relatos instigam-nos, a cada instante, à reflexão. Conta-nos histórias curiosas como quando se negou a assinar o banimento do país, quando seu nome constava na lista de presos políticos a ser libertados em troca do embaixador suíço, sequestrado em 1971⁷⁹. Afirma, com orgulho, sobre o momento em que o delegado Fleury⁸⁰ o chamou: “Não assino, não fiz nada de errado para ser expulso do país, não quero ser marcado pelo banimento, ficarei”.

Em seu acervo pessoal, vários documentos remetem ao período da ditadura civil-militar, um deles tem destaque especial, pois é citado constantemente em suas falas:

DOCUMENTO Nº 1

Atos da Revolução de 1964

Volume I

De abril de 1964 a 15 de Março de 1967

Coletânea preparada pelo ministério da Aeronáutica

Atos do Comando Supremo da Revolução

⁷⁷ BURKE, Peter. *O que História Cultural?* RJ, Jorge Zahar Editora, 2005, p. 18.

⁷⁸ Ibidem, p. 105.

⁷⁹ O sequestro de pessoas consideradas importantes era uma tática usada pelos grupos de guerrilha contra o governo civil-militar, em troca, pedia-se, por exemplo, a libertação e extradição de presos políticos, para países onde pudessem recomeçar suas vidas. O embaixador estadunidense Charles Elbrick foi o primeiro na sequência de sequestros.

⁸⁰ Sérgio Paranhos Fleury foi delegado da Divisão de Ordem Social, o DOPS-SP.

O Comando Supremo da Revolução Resolve, nos termos do artigo 10 do Ato Institucional, de 9 de Abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

- 1 – Luiz Carlos Prestes
- 2 – João Belchior Marques Goulart
- 3 – Jânio da Silva Quadros
- 36 – Raphael Martinelli⁸¹

O nome de Raphael Martinelli ocupa o 36º lugar na lista de cassados e suspensos dos direitos políticos em 1964, e até hoje, em seus discursos, afirma ironicamente ser o número 36 da ditadura. Essa fala é imbuída de significados, pois seu nome, naquela lista entre os demais “inimigos” do golpe, mudaria sua vida para sempre. Constar na relação daqueles que não teriam mais seus direitos de cidadãos reconhecidos, trouxe muita tristeza e resultou em sua exoneração. A partir daquele momento, o governo de exceção o retirava do cargo de ferroviário da Santos-Jundiaí, a SPR, como ele ainda a chama. Mas não era o fim. Seria travada, a partir daquele momento, uma nova esfera de sua capacidade de questionamento. A perseguição o levou à clandestinidade a qual, por sua vez, lhe apresentou a guerrilha. Apesar de sua saída, suas relações com a ferrovia se tornariam muito mais fortalecidas.

Sua luta política sempre foi intensa, desde os primeiros anos como funcionário da estrada de ferro Santos-Jundiaí, como na greve de 1949, um dos primeiros movimentos importantes de que participou:

“...uma greve que fracassou né?... Fracassou, foi 200 e tanto companheiros na rua, e aí eu fiquei na ferrovia na época, mas o meu irmão mais novo (Dante), que era torneiro mecânico foi mandado embora, foi mandado 200 e tanto, período do Dutra, eu arrebento o Dutra como o pior de todos na ditadura, foi general desgraçado, acabou com o partido, fechou o sindicato, acabou com tudo, a greve de 49 ainda era ele quem tava lá, nós se achava poderoso na época, porque o partido veio na legalidade, 45/46 acabou a ditadura Vargas, veio a democracia, liberaram pra todos os partidos, até o Partido Comunista, Iedo Fiuza que foi o candidato a presidente e Prestes foi eleito senador, Marighella deputado estadual, tudo isso, aí o Dutra veio, anulou o Partido Comunista, fechou, cassou o Prestes, cassou o Marighella, cassou todo mundo, como nós tava forte, aquele negócio da vitória da URSS, os comunistas aqui ficaram fortes... então agente organizou a Santos Jundiaí, porque a ferrovia era a Santos Jundiaí [...]”⁸²

⁸¹ Ato Institucional nº 1. Acervo Raphael Martinelli. Ver ANEXO I.

⁸² Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

Observamos que, da perspectiva de Martinelli, o presidente Eurico Gaspar Dutra foi o pior entre os generais presidentes, pois ao contrário daqueles que fizeram parte da ditadura pós-64 que era escancarada (numa alusão ao livro *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari), o governo Dutra (1946-1951) trazia uma ideia de legalidade, pois fora eleito pelo voto direto.

Daí utilizar constantemente a palavra política: tudo é política, nossos atos estão permeados por essa prática legítima e deve, segundo ele, ser inteiramente voltados ao bem-estar da maioria. Segundo ele, não há como dissociar a prática de debates e discussões de nosso cotidiano, ou seja, como ele gosta de repetir: “é a política”.

João Ubaldo Ribeiro, em seu texto *Política. Quem manda, Porque manda, Como manda*, realiza um debate descontraído sobre o conceito de política. Segundo ele, seu livro resume-se num “curso rápido e elementar, para trabalhadores, estudantes, políticos, donas-de-casa e o povo em geral”. O autor aborda a política em várias esferas, numa discussão entre Estado e suas relações com os indivíduos e suas práticas de poder (violência, democracias e ditaduras). E é interessante observarmos como ele inicia o debate acerca da política:

O termo “Política”, em qualquer de seus usos, na linguagem comum ou na linguagem dos especialistas e profissionais, refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas consequências desse exercício. Toda maneira pela qual o poder é exercido se reveste de grande complexidade, às vezes não aparente à primeira vista.⁸³

Todos somos políticos, exercemos, de alguma maneira, nossa influência numa relação de poder. Evidentemente que o conceito de Política vai muito além dessa reflexão, vários são os caminhos pelos quais podemos observar e discutir a prática política. No Brasil, esse discurso vem muito atrelado à democracia, mas devemos considerar que, apesar de figurar uma característica de nosso discurso, está muito longe de ser alcançado. Além disso, a ideia de política, para a maioria da população, está atrelada a um conceito de partidário, algo alimentado pela Constituição de 1988, quando ela afirma que o poder do povo é exercido por meio de representantes eleitos.

Temos aí alguns problemas, visto que, apesar de votar, a população não se sente representada por nossos congressistas, uma representação deficiente, longe da tão sonhada democracia. Devemos considerar também que outros pontos da lei não são

⁸³ RIBEIRO, João Ubaldo. *Política. Quem manda, Porquê manda, Como manda*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 13.

respeitados, como a convocação de plebiscitos, referendos e iniciativas populares, e, quando o são, ocorrem de maneira deficitária, como a Lei da Ficha Limpa, em que o projeto, que partiu de uma ação da sociedade, quando chegou em nosso Parlamento sofreu inúmeras alterações.

Observamos assim que, apesar de a participação popular ser considerada uma característica fundamental de nossa prática política, ela não ocorre de fato. “Esta participação supõe possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes”.⁸⁴ O plebiscito, por exemplo, é um dispositivo que nossa legislação permite, mas pouco, ou nada acionado, alimentando assim nosso legado de teatralidade política. Não havendo soberania popular, não existe democracia. Há uma precariedade do debate político, pois, apesar de termos no Brasil inúmeros movimentos sociais, eles não atendem a toda necessidade política que anseiam, uma vez que não participam de maneira democrática nas tomadas de decisões. Existem, pressionam, mas não são ouvidos, num exemplo nítido de nossa deficiência institucional.

Bosi nos lembra que a veracidade dos fatos não deve ser confrontada, afinal, os livros de história não passam por esse julgamento. Os erros e lapsos da memória não devem, segundo ela, serem mais graves que as omissões da história oficial. O historiador deve ater-se ao que foi lembrado, naquilo que o entrevistado considerou para perpetuar-se na história de sua vida. E é assim que procuramos proceder nas entrevistas com Martinelli: suas lembranças são “a sobrevivência do passado”. Para Bosi, é necessário haver um vínculo de amizade entre os entrevistados, pois a pesquisa é válida quando se participa da vida do objeto:

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos fragmentos. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidência. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito⁸⁵.

⁸⁴ BENEVIDE, Maria Victoria. “Participação popular na Constituição: um corretivo à representação política”. In: *Brasil em artigos – Coletânea de textos publicados na revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 1995.

⁸⁵ BOSI, Ecléa, op. cit., p. 39.

As entrevistas com Martinelli ocorriam em seu escritório⁸⁶, por vezes parávamos para tomar um café ou até mesmo almoçarmos no restaurante que fica no térreo do prédio. E mesmo nos momentos em que estava gravando, ele acabava contando fatos da vida pessoal de sua família, como filhos e netos. A relação de amizade foi sendo construída a cada visita, e a confiança estabeleceu-se entre nós. Bosi nos lembra que os velhos já têm uma memória definida, e lembrar-se do passado é uma forma de ocupar-se.

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade⁸⁷.

No dia do lançamento do livro de memórias de Raphael Martinelli, a filha Rosa e a esposa Maria Claudete estavam ao seu lado, orgulhosas. A filha ainda me fez o seguinte comentário: “São muitas histórias”. Ele é o referencial de muitos que estavam ali, no Sindicato dos Ferroviários. Todos queriam tirar uma foto ao seu lado, inclusive eu. Nesse sentido, numa citação a Hegel, Bosi afirma que “é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de contínuo reavivamento e rejuvenescimento”.⁸⁸

O livro de memórias de Raphael Martinelli narra sua história, passando pela infância difícil de um garoto pobre, do bairro da Lapa, à luta sindical e política dos anos 40, até aos dias de hoje. Neto de imigrantes, e assim como grande parte da população que vivia às margens da ferrovia, teve parte de sua família, e ele próprio, uma trajetória profissional ligada aos trilhos. Afirma que dos sete filhos de seu pai, apenas um não foi operário. Mas nem todos os Martinelli passaram dificuldades. Seu avô, por parte de pai, era alguém que pouco se sabe, mas algo é certo: “tinha dinheiro”.

Aí ele veio para o Brasil pra uma tarefa política que nem sabe, meu pai não sabia e eu também não sei... ele trabalhou na Lapa, plantação de uva, tinha arroz, tinha gado. Ali na Lapa, ali na minha Lapa. Mas não deu certo, porque todo mês de Dezembro enchia de água, tinha enchente, enchia de água, então fracassou. Não sei a área política dele..., porque mesmo aqui ele foi pra Áustria operar a vista. Porque ele tinha dinheiro, nós é que não temos nada...⁸⁹

⁸⁶ O escritório de advocacia auxilia, principalmente, ferroviários, mas também atua em outras causas e dois advogados trabalham no local. Apesar de Martinelli ser formado em Direito, já não mais advoga. O espaço acaba sendo utilizado para receber jornalistas, pesquisadores, amigos. O escritório chama-se apenas *Advogados*, é como consta no cartão de visitas, com os nomes de José Luiz Ferreira, Raphael Martinelli e Luis Cardoso.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 63.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 74.

⁸⁹ Entrevista concedida em 2 de julho de 2013.

Martinelli nasceu em 16 de outubro de 1924, na Lapa, e como gosta de lembrar, num momento de luta, já que a cidade estava em estado de sítio, por causa do Movimento Tenentista.⁹⁰ Em suas lembranças, descreve a casa de madeira, construída com material da ferrovia, o cotidiano no ambiente familiar como o colchão o qual era colocado para secar por conta da urina das crianças, e mesmo morando num centro urbano a família possuía no quintal uma cabrita, horta, galinheiro etc. Não havia uma fronteira nítida entre campo e cidade, apesar das tentativas do poder público e das elites de eliminar os traços rurais da cidade.

Começou trabalhando cedo, como toda criança pobre da época; seu primeiro emprego foi de engraxate, e como grande parte dos meninos brasileiros, a brincadeira favorita era a bola. Bastos afirma em seu livro:

“Mas é claro que a grande paixão dos garotos – e de Léo, é claro! – era a bola. Ela representava o desejo de consumo de dez entre dez meninos daquela época; esperada, muitas vezes, como presente de Natal – quando Papai Noel traria o tão cobiçado brinquedo. Enquanto Papai Noel não vinha, restava à garotada confeccionar bolas de meia ou de outras coisas, desde que servisse para chutar e fazer gol”.⁹¹

Mesmo vivendo numa São Paulo dos anos 30, o jovem Martinelli, ainda na infância, entrou em contato com práticas típicas do campo: ordenhar a cabrita, colher na horta, ou os passeios que fazia com um tio rico, que o levava para caçadas em regiões próximas, como Francisco Morato, Pirituba, Franco da Rocha e Perus, onde caçavam capivaras, pacas e até veados. Uma São Paulo que se industrializava e que, por causa da ferrovia, se transformou em pouco tempo num grande centro econômico do país, e as práticas rurais ficaram apenas nas lembranças daqueles que viveram tal experiência. Mas são memórias que gosta de contar, tem prazer ao lembrar e narrar suas histórias tanto da infância quanto das ações políticas. E, diferentemente do adulto ativo que interpreta o uso de memórias como momento de lazer e descontração, para o velho, lembrar do passado é ocupar-se, trazer o passado para uma nova temporalidade.⁹²

Já a partir do final do século XIX, com a construção da Ferrovia Santos-Jundiaí, a cidade de São Paulo passou por um processo de transformação. Era necessário aproximar a capital dos costumes da *Belle Époque*. As ruas passaram a ser calçadas e

⁹⁰ O Tenentismo residiu num movimento que nasceu entre oficiais do Exército que questionavam as práticas republicanas, na década de 20 do século passado. Ver REIS, Daniel Aarão, op. cit.

⁹¹ BASTOS, Roberto Gicello. *Estações de ferro: Raphael Martinelli*. 2014, p. 58. Léo era o nome carinhoso pelo qual família, pais e irmãos o tratavam.

⁹² BOSI, Ecléa, op. cit.

iluminadas. Práticas consideradas do campo, como criar animais soltos, eram punidas com multas.⁹³ Evidentemente que eliminar os traços rurais da urbe não se mostrava tarefa fácil para a elite em ascensão, assim, décadas depois esses hábitos ainda eram comuns. “As leis agem no intuito de delimitar fronteiras de poder, num tipo de molde desejável para alguns setores da sociedade”.⁹⁴ Com a cidade se sobrepondo ao campo, o processo de urbanização foi absorvendo experiências rurais. A sociedade tende a ser completamente urbana.⁹⁵

Martinelli entrou para a ferrovia em 25 de maio de 1941, como aprendiz de escriturário, porque sabia escrever em máquina de datilografia, estava na função chamada de categoria 5. Já era jogador do São Paulo Railway Athletic Clube, e como nos empregos anteriores continuou sendo dispensado após às 14h00 para treinar no time.

O futebol esteve presente – de modo intenso e apaixonado – na infância e juventude do inquieto Lelo. De modo que ele foi chamado logo que perceberam seu talento na ponta-esquerda para jogar no juvenil do São Paulo Railway – time criado pelos ingleses e que a partir de 1936 iniciaria sua participação oficial no Campeonato Paulista. Entretanto, ele passou pelo Corinthians do Anastácio, rival dos times de seus amigos da “Lapa de baixo”.⁹⁶

Os anos 30 foram de grande disseminação e popularização do futebol no Brasil, o esporte caiu no gosto popular e passou a ser praticado nas ruas da cidade. O próprio Estado brasileiro passou a fazer uso do futebol frente às questões políticas, visto o poder de influência do esporte entre a população. No primeiro governo Getúlio Vargas⁹⁷, o esporte fazia parte da mobilização social proposta pelo governo. Houve momentos em que o Estado brasileiro se apropriou dos esportes, especialmente do futebol, para atingir um maior número de pessoas.⁹⁸

...é necessário apontar a intervenção direta que esses regimes impuseram sobre o esporte organizado. Clubes e federações passaram a serem comandados por membros do partido, ou do governo, ou novas organizações foram criadas para controlar as agremiações já existentes.⁹⁹

⁹³ BALBINO, Ana Cristina Alves, op. cit.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁹⁶ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 60-61. O Corinthians do Anastácio era um clube de várzea, rival do time armador da Lapa. Ainda hoje é comum times de várzea pelo país.

⁹⁷ Na primeira vez que esteve à frente da presidência da república, Vargas governou de 1930 a 1945.

⁹⁸ DRUMOND, Maurício. *Estado Novo e Esporte – a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

⁹⁹ Ibidem, p. 17.

Os jovens eram uma preocupação e tornava-se necessário controlar suas práticas. E o esporte surgiu como um viés importante para esse monitoramento e assim manter-se no poder. Drumond entende “o esporte como um dos fatores manejados na disputa pelo controle da hegemonia”. Dominar a sociedade por meio da força, utilizando-se para isso do poder público e de suas possibilidades. O esporte seria o caminho para aproximar-se dos indivíduos, por isso a importância em controlá-lo; até hoje, em países considerados democráticos ou não, os chefes de estado comparecem aos eventos esportivos, como na Copa do Mundo de Futebol ou nas Olimpíadas; o Estado faz questão de estar em evidência, seja patrocinando, ou promovendo o evento.¹⁰⁰

A família de Raphael Martinelli era ligada ao PCB, o pai e os irmãos mais velhos já militavam no partido e nos sindicatos, ele próprio, aos 16 anos filiou-se ao partido. Além da influência política em casa, lembra que o amigo José de Souza, que também morava na Lapa, o iniciou na leitura de textos políticos. E o primeiro que leu foi o de Lênin: Que fazer? No Partido Comunista, começou a fazer cursos, alguns ministrados por Clara Charf, esposa de Carlos Marighella, assim conheceu seu futuro companheiro de guerrilha, em 1952. Neste mesmo ano, integrou a chapa que concorreu às eleições do Sindicato dos Ferroviários, como tesoureiro, e pela primeira vez os comunistas venceram.

Apesar de trazer uma bagagem política importante da família, o sindicato teve papel fundamental na formação de Martinelli, por meio dele sua figura ficou conhecida nacionalmente. Discutir a importância das organizações sociais, principalmente dos sindicatos, é algo que nos ajuda a entender a dinâmica e trajetória do entrevistado. As agremiações de trabalhadores têm um histórico de luta frente às conquistas dos operários brasileiros.

Para Vinicius Caldeira Brant, em “Sindicatos de trabalhadores” a necessidade de organização do trabalhador vai de encontro aos interesses das associações empresariais, ou seja, é necessário enfrentar os acordos definidos pelos capitalistas.¹⁰¹

Os sindicatos constituem a forma típica de organização dos trabalhadores para a defesa de seus interesses específicos nas relações de trabalho. Numa sociedade em que, cada vez mais, a produção e os serviços se organizam em grandes unidades, os

¹⁰⁰ Na Copa do Mundo de 1938, na França, em pleno Estado Novo, a filha de Getúlio, Alzira Vargas, recebeu o título de madrinha da seleção. *Ibidem*.

¹⁰¹ BRANT, Vinicius Caldeira. “Sindicato de trabalhadores”, in SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. (Org.) *São Paulo: O povo em movimento*. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

trabalhadores têm interesses coletivos a defender e só podem defendê-los eficazmente na medida em que se associem¹⁰².

Segundo o autor, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) veio garantir o controle do trabalhador, limitando o confronto entre patrões e empregados; os sindicatos perderam sua autonomia, procurou-se limitar as lutas sindicais. Mas esta é uma realidade em vários períodos de nossa história sindical: diminuir a ação dos sindicatos, alargar operários; apesar da violência institucional contra as organizações sindicais, elas souberam resistir.

Martinelli gosta de contar suas histórias e por vezes lembrava de algo que considera engraçado, como da vez que serviu o Exército, no ano de 1945. Pertencia ao que ele chamou de “soldados rebeldes”, pois, muitas vezes cantavam, em suas marchas pelas ruas de São Paulo ou no quartel, a Marselhesa. Em seu livro de memórias, afirma:

“Para você ver como era um pessoal da capital mesmo que todo mundo conhecia a Marselhesa. Se fosse, por exemplo, um pessoal do interior, dificilmente eles conheceriam a Marselhesa. Você vê como um negócio gostoso de cantar, e que não adiantava o sargento falar, fazer seus protestos e gritar contra o hino francês na nossa marcha, porque era o coletivo cantando e cantando não pára. Quando para o coletivo era a marcha de bate o pé: um...dois...três...uhu-há... um...dois...três... uhu-há era todo mundo de madrugada. Aquilo era coisa gostosa da juventude. Se fosse no período da Ditadura (de 64) era capaz de o soldado ser fuzilado ou coisa assim. Onde já se viu um soldado indisciplinado daquele jeito?”¹⁰³

Em sua fala, salienta que: “Se fosse, por exemplo, um pessoal do interior, dificilmente conheceriam a Marselhesa”. Podemos considerar uma visão preconceituosa em relação à população do interior, ou não, pois Martinelli mantinha um forte vínculo com o campo. Tinha conhecimento de que a educação era ainda mais precarizada nas cidades do interior, e as informações, difíceis de chegarem.

Enquanto esteve no Exército, lutou boxe e narra que, em seu batalhão, havia um forte sentimento antiestadunidense e contra a Força Pública do governo Adhemar de Barros¹⁰⁴. Várias são as passagens que nos evidenciam sua revolta contra influências repressoras.

¹⁰² Ibidem, p. 29.

¹⁰³ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 88-89. Contou-me esta história com pequenas risadas, ele próprio orgulha-se de suas experiências. A Marselhesa é o hino da França, nasceu nas ruas de Marselha durante a Revolução Francesa, no período jacobino. Tornou-se hino de resistência à opressão de governos tiranos, pois conclama o povo à luta. Ele serviu o Exército até 1947.

¹⁰⁴ Adhemar de Barros construiu carreira política em São Paulo, foi nomeado por Getúlio Vargas interventor paulista e governou o estado de 1938 a 1941.

“...nós ferroviários éramos considerados da reserva. A ferrovia era considerada área de segurança nacional... nesse período de guerra o ferroviário não podia casar, não podia mudar de endereço sem avisar. Mas, uma particularidade na convocação para o Exército, em 1945, é que esta alcançou muito mais gente de São Paulo capital. Muita gente da Mooca, da Lapa, da Barra Funda; gente eu não digo revoltada, mas mais avançada, no sentido de compreender o que se passava no mundo e na vida política, não era gente do interior... eu servi num quartel que não era assim, digamos, tão radical, tão rigoroso do ponto de vista da disciplina militar – o 2º Batalhão de Saúde, ficava no Cambuci, atrás do hospital militar”.¹⁰⁵

Mais uma vez uma referência à “gente do interior”. Para ele, as pessoas da capital eram “mais avançadas”, numa referência de que a população do interior não tinha acesso a informação, muito menos a questões políticas. As falas de Martinelli nos mostram que a cidade representava um espaço de rebeldia, onde as pessoas expressavam-se de maneiras variadas e em diversas situações, mesmo dentro dos quartéis do Exército as práticas questionadoras ocorriam.

Segundo David Harley, existe um direito coletivo à cidade, as pessoas sentem-se pertencentes a este espaço, mesmo quando isso lhe é negado:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.¹⁰⁶

Martinelli sempre foi contestador. Enquanto estava servindo o Exército sofreu um acidente (caiu do bonde na Lapa) e foi mandado para o hospital militar, afirma que não recebeu o devido atendimento e que as condições eram precárias. O tempo só não foi entediante porque, como foi jogador de futebol, conhecia muita gente. Assim, durante os dias que ficou internado “bateu muito papo”, além disso, ele e outros pacientes fizeram um protesto contra a comida do hospital (eram três). A militância esteve e está presente em diversos momentos de sua vida e por esse ato de rebeldia ficou preso dez dias, sendo que, anteriormente, já havia ficado encarcerado por três dias, pois perdeu uma luta de boxe representando o Exército.

Contestar e ir preso é algo que está presente na vida de Martinelli, suas prisões apenas alimentaram seu sentimento de lutar por justiça, e certamente contribuíram para a

¹⁰⁵ Ibidem, p. 87.

¹⁰⁶ HARVEY, David. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 14.

decisão em advogar por causas justas. Depois que saiu da prisão em 1973, decidiu voltar a estudar e formou-se em Direito, em 1979, aos 55 anos. Afirma ter sido o único dos irmãos a estudar.

Casou-se pela primeira vez em 27 de dezembro de 1947, com Maria Martins e foi morar no bairro paulista do Piqueri, numa casa alugada, mas o cunhado, meses depois, ofereceu um aluguel mais barato em Jundiaí. Por ter um grande ciclo de amizades, quando chegou na nova cidade foi convidado para jogar num time local, assim, para completar a renda, jogou no São João de Jundiaí, time que disputava a 2ª divisão do Campeonato Paulista. Em seu livro de memórias, nos conta:

“Eu acabei treinando no São João e acabei ficando no São João porque o time estava na 2ª divisão (do Paulista). E a cada jogo, a gente recebia 50 cruzeiros. Ajudava. Aí começou aquele problema com meu sogro, um português, o seu João Martins, me enchendo o saco... Ele implicava porque, acho, eu não ficava em casa. Pra ele, bola era perda de tempo. Pra mim eram 50 cruzeiros que entravam!...

Sabe por que ele ficou com raiva de futebol? Uma vez foi jogar, em Jundiaí, a Portuguesa com um time de lá. Ele, português, foi assistir ao jogo para prestigiar o clube dos patrícios. Daí ele ficou puto, só porque o time era quase todo formado por negros”.¹⁰⁷

Observamos que nem todas as relações familiares eram tranquilas. Com o sogro, por exemplo, havia um embate, pois era crítico de sua participação como jogador, considerava algo que tomava seu tempo. Em uma de suas entrevistas, confessou o que realmente lhe fez desistir do futebol: num jogo entre a Seleção de Jundiaí e o Palmeiras, marcado na cidade do interior paulista, ele era o titular, mas perdeu o posto para outro jogador, pois, segundo ele, o técnico, para fazer política, o colocou na reserva. Perderam de 7 a 0. Depois dessa partida, decidiu nunca mais jogar futebol.

Eu joguei lá, até que me aborreci num jogo contra o Palmeiras, treinei com a Seleção de Jundiaí, eu era o titular, treinei, era o titular... O técnico, na hora de jogar lá no campo do Paulista - porque tinha o time do Paulista – e eu fiquei na reserva, pra facilitar... Paulista, São João... tinha vários times que fez a Seleção. No treino da Seleção, eu era o titular, mas ele pra satisfazer os outros times, botou um ponta esquerda... eu me aborreci...¹⁰⁸

Ainda em Jundiaí, participou de uma greve de tecelãs em 1953, e ajudou a organizar o sindicato da categoria na cidade. Sua relação com as operárias tecelãs deveu-

¹⁰⁷ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 92. Esta história foi repetida numa de suas entrevistas. Considera que o sogro era preconceituoso, mas achou graça, pois a partir daquele momento ele passou a criticar o futebol.

¹⁰⁸ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

se não apenas por sua conduta comunista, mas também pelo fato de a esposa ser costureira e conhecer muitas operárias. Ela não trabalhava em nenhuma fábrica, mas costurava para lojas da Rua 25 de Março, na capital. A cidade de Jundiaí está presente em muitas de suas histórias.

Suas experiências de luta o conduziram à frente do Sindicato dos Ferroviários; também foi membro-fundador do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), experiências que o levaram a ser vigiado ao longo de sua trajetória política. Por conta disso, é possível encontrar documentos da inteligência do Estado brasileiro em seu acervo.

DOCUMENTO Nº 2

São Paulo – 05 de Abril de 1972

Assunto: Relação de elementos presos com condenação e preventiva decretada.

Origem: A Ponte

Difusão: SSP/SNI/6º DN

Informação nº 703 – B/72

Remetemos para seu conhecimento uma relação de elementos presos, condenados e com preventiva decretada.

Este trabalho foi elaborado a pedido do Gabinete do Ministro do Exército com o fim de responderem com dados reais a campanha difamatória com respeito à qualidade de subversivos presos no país.

...

Raphael Martinelli – Preso em 12 de Maio de 1970. Indiciado em Inquérito em 1970, teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria do 2º Regimento Militar Ramon Fernandes.¹⁰⁹

O documento é assinado por Fichário e Arquivo da Ordem Social, em 8 de maio de 1972 e informado por J. B. Klein, o encarregado. O documento, parcialmente transcrito, evidencia como Martinelli era qualificado pelo governo militar um indivíduo que difamava, além de ser considerado subversivo. É possível encontrarmos documentos que datam dos primeiros anos da década de 80, num monitoramento de suas práticas políticas, como a participação em Fóruns, Debates e Seminários. Costuma falar, até hoje, de maneira irônica, que continua sendo vigiado.

¹⁰⁹ Acervo Raphael Martinelli.

DOCUMENTO Nº 3

ACE nº 3481/83 Agência Pará

Raphael Martinelli

SDP – DOU – 10.04.64

Consta residir em SP.

Ex membro da Federação Nacional dos Ferroviários.

Em julho de 1972, foi preso pelo DOPS/SP, conforme mandato de prisão da 2ª auditoria da 2ª CJM.

Em agosto foi posto em liberdade condicional.

São desconhecidas suas atividades político-administrativas atuais.

Recuperou os direitos políticos em 10.04.74¹¹⁰

Os documentos apresentam sua prisão em maio de 1970, no documento nº 2, e julho de 1972, no documento nº 3 erroneamente, já que a mesma ocorreu em abril de 1970, evidenciando que a repressão produziu documentos que, por vezes, não eram fiéis aos fatos, requerendo maior atenção na leitura das fontes. Quando questionado sobre a data errada, Martinelli afirmou “a ditadura era burra”. A atividade política é fundamental em sua vida, graças a ela resiste e é combatente até hoje.

Podemos considerar que o Golpe Civil-Militar foi escancarado, já no Ato Institucional nº 1. Martinelli teve seus direitos políticos cassados por dez anos e posteriormente exonerado da ferrovia. Em 1967, ajudou a fundar a Ação Libertadora Nacional, a ALN como ficou conhecida e entrou de vez na clandestinidade; entre suas ações como guerrilheiro, destaca-se o assalto ao trem pagador, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, a antiga SPR, em 1968¹¹¹. Em 1970, foi preso durante a Operação Bandeirante, e usava o codinome David. Ficou preso no DOPS/SP¹¹², depois da condenação foi transferido para o Presídio Tiradentes. Teve sentença de reclusão por oito anos, mas foi solto em condicional em 27 de setembro de 1973.

Nossa tese apresenta quatro capítulos que permeiam a história desse cidadão brasileiro, personagem importante nas narrativas da experiência ferroviária no Brasil. Seu nome é obrigatório em qualquer evento que se relacione às ferrovias e, evidentemente, à ditadura brasileira imposta a partir de 1964. A proposta dos capítulos segue sua trajetória

¹¹⁰ Acervo Raphael Martinelli.

¹¹¹ Não chegou a participar de ações armadas enquanto esteve na guerrilha, sua função era ajudar na organização das ações.

¹¹² O DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) ou DOPS/SP, como passou a ser chamado, foi criado em 30 de dezembro de 1924. Seu objetivo era reprimir delitos considerados contra a segurança do Estado. Foi extinto em 4 de março de 1983.

de vida. No primeiro, conhecemos o menino Martinelli, que sonhava em ser jogador de futebol (da infância até 1941, ano em que abandona o esporte); no segundo, a construção do líder sindical, ou seja, seu caminho como ferroviário e sindicalista (1941 a 1964); no terceiro, propomos uma discussão a respeito de sua clandestinidade e a atuação na guerrilha, nos quadros da ALN, de sua cassação a 1971; o quarto capítulo, a prisão, a tortura no DOPS e sua passagem pelo presídio Tiradentes (de 1971 a 1973).

Evidentemente que sua luta política não se esgota em 1973 com a liberdade condicional, ao contrário, ela se intensifica, nos possibilitando, assim, a continuidade deste trabalho na posteridade. Os anos que seguem à sua soltura são marcados pelo bacharelado em Direito, a defesa de direitos dos ferroviários, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT); ações na preservação da memória dos anos de chumbo, como a criação do Memorial da Resistência em São Paulo e do Fórum de ex-presos políticos da ditadura, também na capital paulista; além, claro, de suas palestras e entrevistas.

Martinelli está sempre pronto a falar de suas experiências. Quando digitamos seu nome na rede várias são as entrevistas, matérias, homenagens, falas e palestras. Os temas remetem-se a ferrovia, ditadura, sindicalismo. Numa entrevista, intitulada A vida fora dos trilhos. A classe de Raphael Martinelli, de janeiro de 2014, nos chama atenção o subtítulo: Perto dos 90 anos, o ferroviário, remanescente do antigo CGT, segue fazendo o que mais gosta: criticar o poder. E não tem dúvida de que mataram Jango.¹¹³

Para a Revista Contemporâneos afirmou: “A minha luta sindical foi séria mesmo contra as administrações, a favor dos direitos, um monte de coisas, greves e tal”, frase que fora colocada na chamada da matéria.¹¹⁴ Falas em atos sindicais, como em 2014, no Ato Sindical Unitário em Santos; também em 2014 recebeu o título de cidadão bauruense, onde defendeu a importância dos investimentos em ferrovia no país; e ainda a palestra em um evento anarquista, que teve outros palestrantes, sobre o dia do trabalhador, em São Paulo: 1º de maio, Libertário e de lutas – história, resistência, lutas, desafios.

¹¹³ www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/a-vida-fora-dos-trilhos-1026.html

¹¹⁴ www.revistacontemporaneos.com.br/n13/entrevistas/EntrevistaMartinelli.pdf

IMAGEM A



<https://www.youtube.com/watch?v=pIRW5t540nE>

A imagem refere-se a um discurso de Martinelli no centro da capital paulista, em defesa da revisão da Lei de Anistia, gravação publicada no You Tube, datada de 2010. No vídeo, é possível observarmos que poucas pessoas participam do ato. O evento foi organizado de forma simples, sem palanque ou faixas, apenas uma caixa de som e um microfone. As pessoas que passam pelo local dão pouca atenção, visto o pequeno número de pessoas no vídeo. Mas ao mesmo tempo podemos observar empenho por parte daquele que tem sua vida imbuída de luta e persistência.

As fontes utilizadas resumem-se na documentação do acervo pessoal de Raphael Martinelli, a imprensa (A Gazeta Esportiva e O Estado de São Paulo), entrevistas, além de seu livro de memórias. Outros materiais foram de extrema relevância, como a entrevista transcrita, cedida gentilmente por Isa Grinspum Ferraz, sobrinha de Carlos Marighella, que, ao produzir um documentário sobre o tio, entrevistou Martinelli. A internet também foi instrumento importante de pesquisa, pois há inúmeros vídeos, entrevistas e matérias sobre o depoente. Sem esquecer-me da entrevista dada ao programa Provocações, da TV Cultura de São Paulo, em outubro de 2012, no qual Antônio Abujamra o provocou.

Suas experiências podem ser resumidas em: 1939 entrou para o time juvenil da SPR; 1941 entrou para o escritório da ferrovia; 1952 a chapa da qual Martinelli fazia parte vence as eleições no Sindicato dos Ferroviários, ele assume como tesoureiro; meses depois é escolhido como presidente; 1959 chega à presidência da Federação Nacional dos Ferroviários e muda-se com a família para o Rio de Janeiro; 1964 foi exonerado da

ferrovia; 1968 ajuda a formar a ALN; 1971 foi preso pela Operação Bandeirante; 1973 sai em liberdade condicional.

Martinelli acredita que é significativo manter sua história viva e por isso publicou um livro contando suas experiências. Sobre seu acervo, afirma que ainda quer organizar e discutir em futuras publicações os documentos recolhidos. Considera sua atividade política importante, e graças a ela resiste e é combatente até os dias de hoje.

CAPÍTULO 1

Práticas desportivas e políticas no futebol

A história de Raphael Martinelli começa no bairro da Lapa. Era de família italiana e comunista, seu pai e dois de seus irmãos eram ferroviários; mas seu coração batia mais forte pelo futebol. O sonho de ser jogador fez parte de sua infância. Sua passagem pelos gramados do clube da inglesa São Paulo Railway (SPR) levará à discussão sobre o esporte, e assim iniciamos nossa pesquisa.¹¹⁵ Ele gosta de contar sobre sua passagem curta pelo futebol e afirma: “era melhor com a bola no pé”, mas a condição social mudou seu destino, assim como o de muitos garotos pobres que sonham com a carreira de jogador e são obrigados a trabalhar para ajudar no sustento da família.

Quando Martinelli começa a narrar sua história de vida, o esporte está sempre presente, não há como esquecer os tempos em que jogava nos times de várzea, principalmente no São Paulo Railway Athletic Club. Isso faz parte dos amantes do futebol, citá-lo sempre que possível, usar suas expressões tão comuns nas falas cotidianas.¹¹⁶ Gosta de afirmar que é necessário apresentar suas versões, pois vivenciou o que hoje está nos livros de história, acadêmicos e didáticos. Ele representa uma outra versão. Ouvir os personagens significa o que Jim Sharpe chama de “história vista de baixo”.¹¹⁷ Suas falas nos orientam no sentido de, por meio de suas experiências, conhecermos outras possibilidades. E a história oral é mais um elemento que nos permite compreender o cotidiano.

¹¹⁵ Antes de entrar para o time, em 1939, Martinelli jogou em times de várzea, como o Corinthians do Anastácio, do bairro da Lapa, região oeste da capital paulista. O futebol de várzea é aquele que ocorre em campos abertos e surgiu no Brasil antes da profissionalização do esporte. Quando o futebol se profissionalizou, os jogos de várzea continuaram a ocorrer, pois muitos jogadores não tinham espaço nos times. Mesmo hoje é uma prática comum, visto que faz parte da cultura nas periferias. A várzea também é frequentada pelos chamados olheiros, pessoas que dedicam seu tempo na busca de jovens revelações. O maior campeonato de várzea do mundo ocorre em Manaus, capital do Amazonas, e na edição de 2017 teve mais de 600 times inscritos na competição. Ver em <http://www.acritica.com/channels/esportes/news/maior-campeonato-de-peladas-do-mundo-comeca-neste-sabado-no-clube-do-trabalhador>

¹¹⁶ Em seu depoimento na Comissão Nacional da Verdade em 2014, a experiência com o futebol não foi esquecida, ele fez questão de narrar sua vivência com o esporte. Segundo Portelli, elementos da cultura popular estão sempre presentes em nosso cotidiano e falas. Entrevista de Alessandro Portelli, para o Departamento de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, em outubro de 1995, e publicada na Revista *Projeto História*, em abril de 1997.

¹¹⁷ SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”, in BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Existe uma escassez de fontes sobre a participação de Martinelli no time da SPR, como ele era jogador da base, não há registros de sua passagem pelo clube.¹¹⁸ Em decorrência disso, para discutirmos o futebol e sua importância no contexto, utilizamos a imprensa como principal documentação nesse capítulo; e os depoimentos de Martinelli complementam o debate. É evidente que nos servimos de outras fontes, por exemplo, a entrevista do atual presidente do Nacional Atlético Clube, antigo São Paulo Railway Athletic Clube.

O futebol faz as pessoas extravasarem, emoções são afloradas, e tem peso, no Brasil, de religião oficial: “Diz-se que um menino brasileiro, ao nascer, recebe um nome para honrar, uma crença religiosa para seguir, e um time de futebol para torcer. Ignorar qualquer uma dessas três heranças é visto como uma inominável traição”.¹¹⁹ Guterman faz parte de uma geração de historiadores que se dedicam a pesquisar e escrever sobre o futebol. Estudos acadêmicos abriram novas possibilidades ao mostrarem o esporte como uma importante fonte de estudos dos costumes e das práticas populares. Também é campo para o entendimento do uso dos desportos, por governos não democráticos.¹²⁰ No Brasil, podemos citar os exemplos de Getúlio Vargas e Emílio Garrastazu Médici, como momentos que os esportes foram largamente usados como propaganda política e no processo de aproximação com a população.

Apesar de o futebol ser considerado “parte indissociável” de nossa cultura, a visão historicamente construída de sermos “o país do futebol”, por vezes mascara conflitos, descompassos e descontinuidades.¹²¹ A impressão é que “o país do futebol” traz uma relação harmoniosa, sem conflitos, com a sociedade e que não apresenta alterações no espaço social ou entre as quatro linhas.¹²² O passado e o presente refletem relações conflituosas, onde o esporte ainda é o motivador de lutas e questionamentos não apenas numa visão crítica, mas também de euforia, pois o futebol é território de expressão popular.

¹¹⁸ Os times, principalmente de futebol, apresentam várias categorias. As iniciais, ou seja, antes de o jogador tornar-se profissional, é chamada de Categoria de Base.

¹¹⁹ GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: O caso da Copa de 70*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2006, p. 9. José Carlos Marques também nos lembra que “esse esporte alcançou o status de ‘ícone’ de uma certa cultura nacional estereotipada, ao lado do samba e do carnaval”. MARQUES, José Carlos. *O futebol em Nelson Rodrigues – O óbvio ululante, o Sobrenatural Almeida e outros temas*. 2ed. São Paulo: Educ, 2012, p. 26.

¹²⁰ DRUMOND, Maurício, op. cit.

¹²¹ MACHADO, Felipe Morelli. *Bola na rede e o povo nas ruas! Estado Novo, imprensa esportiva e torcedores na Copa do Mundo de 1938*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.

¹²² A expressão “quatro linhas” é usada para se referir ao futebol, pois o campo é composto por quatro linhas demarcatórias que formam um retângulo.

Ao discutirmos o esporte mais popular do país, refletimos acerca do conceito de “cultura popular”. Seu significado é heterogêneo e pode ser classificado como “saberes”, ou de resistências às imposições. Vivemos numa sociedade complexa, com inúmeros valores e concepções, muitos desses elementos são construídos, ressignificados, incorporados, implementados ou, ainda, impostos. É necessário, dessa maneira, pensarmos em cultura, como algo plural. O futebol apresenta aspectos variados no tempo e no espaço.¹²³ Foi utilizado como mecanismo de manobra, mas ao mesmo tempo de resistência às mesmas imposições.¹²⁴

Segundo Stuart Hall, as disputas e mudanças no equilíbrio das relações de forças marcam as lutas em torno da cultura e das formas de vida dos trabalhadores. O campo da cultura popular, dessa maneira, é local de interesses e conflitos por parte do capital, que almeja seu controle e, dessa forma, o ressignificar para manter seu poder. Logo, a cultura popular constitui palco de mudanças e resistências, num constante “movimento de conter e resistir”.¹²⁵

A cultura popular, e o futebol faz parte dela, são impostas por um poder hegemônico, mas ao mesmo tempo é nesse ambiente baseado pelos interesses do mercado que ocorre a resistência, quando o esporte é praticado nas várzeas, por exemplo. Mas ainda segundo Hall, as formas culturais são antagônicas e estáveis, porque, mesmo aquele que resiste jogando em campos de terra batida, pode ser descoberto por seu talento e engolido pelo capital. Nesse caso, o que importa “é a luta de classes na cultura ou em torno dela”.¹²⁶

¹²³ ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Segundo o autor, a cultura é dinâmica, não estática: “construída através da justaposição de elementos residuais e fragmentários considerados resistentes a um processo ‘natural’ de deterioração”, p. 18. Ver também GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes – O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. SP, Cia das Letras, 1987.

¹²⁴ Assistimos, no ano de 2013, uma série de manifestações pelas ruas do país contra a Copa de Futebol Fifa 2014, que se realizaria no Brasil. Chamaram a atenção da população os gastos vultosos com as obras do evento, principalmente nas construções dos estádios. Era comum observarmos, nas passeatas, cartazes com os dizeres: “Queremos Educação com padrão Fifa”, ou ainda “Saúde padrão Fifa”. Dentre os protestos nasceu o grupo “Não vai ter Copa”, que promoveu uma série de ações nas ruas e em redes sociais. As arquibancadas sempre foram palco para ações de protestos no futebol brasileiro, como as faixas colocadas nos estádios atualmente. Em 2016, no estado de São Paulo, torcedores exigiam ações do governo paulista, para investigações a respeito do desvio de verbas da merenda das escolas da Secretaria da Educação do Estado. Devemos ainda lembrar gritos das torcidas nos estádios contra o monopólio de transmissões da Rede Globo de Televisão ou contra o governo provisório do presidente interino Michel Temer, no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

¹²⁵ HALL, STUART. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 258.

Ferrovia e futebol, são temas que despertam sentimentos variados e ao mesmo tempo muito próximos. Os trens trazem às pessoas uma melancolia que sempre remonta a um passado nostálgico. As ferrovias estão presentes, por vezes, em cenas de filmes, principalmente despedidas, ou seja, os trilhos levam a um tempo bom na memória das pessoas, dessa forma, ferrovia e futebol são temas que despertam emoções. Todavia, ao mesmo tempo em que trazem sentimentos positivos, também podem trazer frustrações, como quando observamos a realidade do transporte de passageiros sobre trilhos no Brasil. O descaso do poder público com uma realidade de trens lotados, atrasos, falta de manutenção, levam a população a protestar constantemente.¹²⁷ E também o futebol é gerador do mesmo sentimento de frustração, quando as famílias não frequentam os estádios por conta da violência, lotação, sujeira em suas dependências ou pelos altos valores dos ingressos, principalmente nos estádios que receberam jogos da Copa Fifa 2014.¹²⁸

Expressões populares nasceram com o advento das ferrovias. Para os mineiros, trem tem conotação de coisa: “tem boi na linha”, “trem das 7”, “andar na linha”, “o trem se espera na estação”, entre outras. Sentimento igual nos traz o futebol. Além de parar uma guerra, como fez o Santos de Pelé,¹²⁹ também suas expressões permeiam nosso cotidiano: “está jogando um bolão”, “baixar a bola”, “bola pra frente” etc. Assistir jogos de futebol aos domingos é quase uma obrigação à maioria dos brasileiros, tornou-se costume popular e, assim como nos afirma Thompson, “os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns”.¹³⁰

¹²⁷ Em rápida pesquisa na internet é possível encontramos matérias a respeito: “Desrespeito às mulheres em trens e metrô provoca protestos no Rio e em SP”, g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/desrespeito-as-mulheres-em-trens-e-metro-provoca-protestos-no-rio-e-em-sp/4531077/, 12/10/2016; “‘Desumano’, avalia Ricardo Boechat ao enfrentar trens lotados” televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/27/desumano-avalia-ricardo-boechat-ao-enfrentar-trens-lotados-em-sao-paulo.htm, 27/03/2015; “Protesto interrompe circulação de trens na zona leste de São Paulo”, noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/17/protesto-interrompe-circulacao-de-trens-na-zona-leste-de-sao-paulo.htm, 17/10/2013; “Em protesto, movimento sociais miram Alckmin e transporte ruim e lucrativo”, jornalggn.com.br/categoria/movimentos-sociais?page=141, 15/08/2013.

¹²⁸ Ver: “O (eterno) problema da segurança nos estádios”, www.universidadedofutebol.com.br, 04/02/2015; “A situação dos banheiros nos estádios do Brasil”, www.terra.com.br, 07/10/2009.

¹²⁹ Em 1969, o Santos Futebol Clube, numa excursão pela África, parou uma guerra separatista que já durava dois anos na Nigéria. Foi decretado feriado na tarde do jogo, que ocorreu na cidade de Benin. O Santos venceu por 2 x 1 a Seleção do Meio Oeste. PELÉ, com Brian Winter. *A importância do futebol*. Santos, SP: Realejo Edições, 2014. CUNHA, Odir. *100 anos de futebol arte*. Magna, SP, 2012.

¹³⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86. Apesar de o futebol também apresentar um caráter impositivo por conta das ações de emissoras de Rádio e TV, é importante salientar seu caráter popular.

O esporte de maior paixão nacional dispõe, inclusive, de horário reservado nas emissoras de TV: nada pode acontecer e mudar o horário do jogo, se houver a necessidade de remanejamento, isso deve acontecer com outros programas da grade horária. Infelizmente, existe monopólio nas transmissões dos jogos. O poder está dividido entre duas emissoras na TV aberta: a Rede Globo de Televisão e a Rede Bandeirantes, havendo predominância da primeira em alguns campeonatos, como a Taça Libertadores da América, forçando a que maioria dos amantes do futebol não tenha opção ao assistir os jogos.¹³¹

José Carlos Marques, na discussão que faz com o texto *Homo Ludens*, de Johan Huizinga, nos afirma que o entusiasmo causado por uma partida em quatro linhas é explicado por sua função social. O esporte, em especial o futebol, por vezes torna-se uma fuga da vida agitada nas cidades, por parte de alguns espectadores, num clima de dramaticidade, pois se trata de uma fuga da vida real. Os estádios tornam-se, assim, templos ritualísticos:

...o autor aproxima o jogo do culto, que também é um espetáculo e uma representação dramática, que se dá num local e num tempo próprios, consubstanciando-se, em suma, como uma figuração imaginária de outra realidade. O ato de culto possuiria assim todas as características formais e essenciais do jogo. Nas sociedades primitivas, o jogo é que dá origem ao culto, adquirindo pouco a pouco a significação de ato sagrado. Tal como no jogo, o culto também necessita do estabelecimento de um local sagrado... daí a aproximação entre o templo com o espaço destinado ao jogo... (estádios, campos, tabuleiros, etc).¹³²

Para Marques, a sociedade burguesa industrial procurou separar o lúdico do futebol, mas em algumas regiões isso não ocorreu, como no Brasil, por exemplo. Para ele, a paixão pelo esporte no país ainda o faz lúdico.

Refletir a relação entre ferrovia e futebol é importante, já que muitos clubes nasceram por conta das linhas férreas que cortam o país, principalmente no estado de São Paulo. Dentre os clubes com suas histórias ligadas às ferrovias temos: Clube Atlético Sorocabano de Mairinque, Botafogo de Ribeirão Preto, Ituano, Paulista de Jundiaí, Ponte

¹³¹ A Rede Globo possui exclusividade em outros campeonatos, mas vende o sinal de transmissão à emissoras como Rede Bandeirantes. Mesmo na TV por assinatura, a Rede Globo possui a maioria dos monopólios nos jogos de futebol.

¹³² MARQUES, José Carlos, op. cit., p. 30-31.

Preta de Campinas, Ferroviária de Araraquara, Capivariano, Rio Claro, Nacional de São Paulo, entre tantos outros.¹³³

Apesar de não serem funcionários da estrada de ferro, os jogadores do time do São Paulo Railway Athletic Clube eram chamados pela imprensa de ferroviários. A edição de 8 de março de 1941 trazia matéria especial sobre o início do Campeonato Paulista, na capa, uma imagem do zagueiro Escobar, e a primeira página trazia os dizeres: “Athleta arrojado e dinâmico, Escobar representa um dos bons valores do quadro ‘ferroviário’”.¹³⁴ Já em texto especial, por causa do início do campeonato, com matéria intitulada: “Inicia-se o Campeonato Paulista de 1941!, trazia uma grande imagem de jogadores dos clubes paulistas e o primeiro jogo seria contra o São Paulo, o texto chamava a atenção: “O próprio São Paulo no torneio passado, nada fez contra a turma ferroviária”,¹³⁵ numa referência ao ruim resultado para o São Paulo. Em 22 de março, mais uma vez jogadores foram capa de A Gazeta Esportiva, na legenda lê-se: “Leopoldo e Vieira formaram no ‘onze’ do SPR contra o São Paulo. O debut dos ‘ferroviários’, no campeonato não foi feliz”.¹³⁶ Referir-se aos jogadores como ferroviários era prática comum no jornal, não havia como dissociar os atletas da linha férrea.

Até a década de 30, os esportes não apresentavam grande importância social no contexto nacional ou internacional. Somente a partir de 1936, com as Olimpíadas de Berlim, os desportos passaram a apresentar caráter político-ideológico, prática consolidada com o advento da Guerra Fria.¹³⁷ Os campos, quadras ou piscinas passaram a ser também campos de batalhas de ideologias político-econômicas.

O São Paulo Railway Athletic Clube era uma agremiação da empresa ferroviária inglesa, que apresentava dois pontos distintos: o time de futebol, que disputava campeonatos oficiais; e o clube destinado aos funcionários da via férrea.

Considerando que os clubes eram usados como espaço não apenas de lazer, mas, supõe-se, também de discussões políticas, nesse capítulo discutimos parte da história do

¹³³ E os laços perduram até hoje, em matéria no seu site, o Globo Esporte/SP, programa esportivo da Rede Globo, a respeito do Campeonato Paulista aponta: “O que teriam em comum, além da vaga no Paulistão, os times do Botafogo, Capivariano, Grêmio Osasco Audax, Ituano, Linense, Marília, Mogi Mirim, Penapolense, Ponte Preta, RB Brasil, Rio Claro, São Bento e XV de Piracicaba? Os representantes do interior no campeonato estadual se conectam pelos trilhos das ferrovias paulistas”. In: <http://globoesporte.globo.com/sp/sorocaba/futebol/campeonato-paulista/noticia/2015/01/paulistao-historias-de-cidades-e-times-do-interior-sao-ligadas-pela-ferrovia.html>

¹³⁴ “A Gazeta Esportiva”, 8 de março de 1941. Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ “A Gazeta Esportiva”, 22 de março de 1941. Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹³⁷ TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. Editora Cortez, SP, 1992.

futebol paulista, evidenciando as práticas no clube da SPR. Entendemos que a política não é praticada, necessariamente, nas ações diretas, mas também a partir de discussões e ações indiretas¹³⁸, algo comum em suas dependências, já que o clube era formado, em sua maioria, por ferroviários. Evidentemente que na maioria das vezes o clube era usado e visto como espaço de lazer. É necessário ter um olhar também para as demais agremiações de São Paulo, pois devemos considerar o forte apelo popular dos esportes nas primeiras décadas do século XX, principalmente o futebol. Os clubes eram espaços que, muitas vezes, tinham campos de futebol, além, é claro, da atuação de grupos políticos frente aos esportes.¹³⁹

A organização por parte dos trabalhadores entrou em conflito com os interesses do poder público, pois este passou a controlar as práticas esportivas, a partir da década de 30. Era necessário manter a população sob controle, sem reivindicações e questionamentos, e o esporte foi o caminho. O objetivo consistia em desmobilizá-los e torná-los passivos. Governos fascistas que se instalaram no Brasil e em Portugal, no período de 1930 a 1945, por exemplo, almejavam transformar os esportes em “símbolos de unidade nacional e vigor pátrio”. No Brasil, criaram-se entidades criadas, como a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) de 1939, para maior controle dos jovens, e, em 1941, criou-se o Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade controlada diretamente pelo gabinete do presidente.¹⁴⁰

Em decorrência da escassez de documentação do São Paulo Railway Athletic Clube, a imprensa mostrou-se como grande aliada nos trabalhos, pois os jornais trazem notícias do esporte, que se tornava a grande paixão dos brasileiros, já nas primeiras décadas do século XX. Por isso pesquisamos os periódicos: O Estado de São Paulo e A Gazeta Esportiva.¹⁴¹

¹³⁸ Entendo como política tudo aquilo que permeia nossas vidas. Ir ao clube, por exemplo, e discutir os problemas da cidade, do país. Apontar possíveis soluções. Criticar os posicionamentos partidários. Lutar, por meio do sindicato, por melhores salários e condições de trabalho. As relações humanas não conseguem se dissociar do debate político, pois, como afirmo anteriormente, tudo é política.

¹³⁹ Governantes, partidos, grupos anarquistas, por exemplo, utilizavam o futebol para atrair as pessoas. O presidente Getúlio Vargas utilizava os estádios para fazer seus pronunciamentos. A Seleção Brasileira foi usada inúmeras vezes como propaganda de governos; no início do século XX, eram comuns eventos anarquistas serem encerrados com partidas de futebol. Utilizar-se dos esportes para atingir a população foi prática efetiva no Brasil. Em períodos de ditadura no Brasil, a imprensa esteve sob rígido controle do Estado, a censura garantia que veículos de informação transmitissem apenas notícias positivas sobre os governos.

¹⁴⁰ DRUMOND, Maurício, *op. cit.*

¹⁴¹ A pesquisa na imprensa teve como recorte o período em que Raphael Martinelli era jogador do clube da SPR. Não há registros de sua passagem pelo time de futebol, pois pertencia às categorias de base, dessa maneira, utilizaremos apenas seu depoimento como fonte relacionada à sua participação no esporte.

Na imprensa, o futebol é tratado, de maneira geral, como “um rito”. Segundo Melina Pardini, o esporte é capaz de proporcionar aos espectadores vários significados:¹⁴² alegria, raiva, tristeza, nostalgia, ao que ela denomina de “complexidade shakespeariana”, numa referência a Nelson Rodrigues.¹⁴³ O jornal O Estado de São Paulo, destinava parte de suas edições aos esportes, já A Gazeta Esportiva era especializada no mundo dos desportos.

Para trabalhar a imprensa como fonte, é necessário discuti-la como formadora de opinião, e também como aquela que apresenta interesses e aspirações, como porta-voz de parte da elite, representada na figura do poder público. Pretendemos discutir o papel dos jornais pesquisados em relação ao futebol, indagando sobre formas de representação do esporte naquele importante veículo de comunicação da cidade de São Paulo, no início do século XX. A difusão da escrita e da leitura tornam-se mecanismos de relacionamento entre os habitantes.¹⁴⁴ Devemos considerar que a maioria da população não tinha fácil acesso aos periódicos, um único exemplar era lido por várias pessoas, assim os jornais corriam de mão em mão, atingindo grande número de leitores.

Os jornais O Estado de São Paulo e A Gazeta Esportiva foram escolhidos por serem, o primeiro, o maior em termos de tiragem, trazia em suas páginas esportes ligados às práticas elitistas, como corridas de cavalos e carros; já o segundo, modalidades mais populares, como o futebol e o pugilismo; além de outros esportes que não eram esquecidos em suas páginas.

Em 1928, A Gazeta Esportiva surgiu como um suplemento do jornal A Gazeta. A imprensa em São Paulo tratava de forma homogênea o futebol de várzea, e com a folha, inicialmente semanal, o esporte não oficial passou a ter cobertura, com o *slogan* “promotora do esporte amador”. Alguns jornalistas incumbiram-se de escrever textos de fácil acesso, ou seja, de fácil entendimento para a maioria da população leitora do jornal.¹⁴⁵

A ideia de atrelar o futebol à cultura popular ocorreu com certo empenho na década de 30, e o jornalista Mário Filho notabilizou-se por essa prática, algo reiterado

¹⁴² PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. *A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2009, p. 13.

¹⁴³ O comentarista de futebol e cronista Nelson Rodrigues produziu vasto material sobre o futebol e foi colunista de periódicos importantes, como: *Jornal dos Sports*, *O Globo*, *Manchete Esportiva*, *Globo Esportivo* e *Cruzeiro*.

¹⁴⁴ CRUZ, Heloísa de Faria, op. cit.

¹⁴⁵ SILVA, Diana Mendes Machado da. *A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

pelo governo de Getúlio Vargas. A seção da Gazeta, tinha como título: “Nas várzeas e nos subúrbios” e o subtítulo: “Os que hoje são promessas, amanhã se tornarão campeões”.¹⁴⁶ O jornal trazia notícias de esportes oficiais e amadores, dessa forma atraía diferentes grupos de leitores. A folha caiu no gosto popular e já no mesmo ano o semanário passou a ser publicado duas vezes por semana. A crescente apenas continuaria: “A importância do futebol, que ocupa largo espaço nos jornais, permite à *Gazeta* lançar, em dezembro de 1928, a *Gazeta Esportiva*... até 1948, quando, tornando-se diário [...]”.¹⁴⁷

O jornal apresenta notícias de várias modalidades esportivas: futebol (oficial e amador), ciclismo, basquete, pugilismo, ginástica, xadrez, pingue-pongue, atletismo, automobilismo, esgrima, luta livre, entre outros; com notícias nacionais e internacionais e não estava centrado apenas no futebol. É importante destacarmos que, diferentemente de O Estado de São Paulo, A Gazeta Esportiva também apresentava propagandas de produtos esportivos.¹⁴⁸ O periódico tinha uma coluna com o título “À hora do café...”, na qual pessoas consideradas importantes no mundo esportivo – dirigentes, atletas ou jornalistas de outros jornais – visitavam a redação e davam entrevistas. Também apresentava uma coluna dedicada às curiosidades dos esportes, o “Cantinho das curiosidades...”.

As matérias apresentavam um discurso positivo dos times de futebol, inclusive do SPR:

“O SPR assinalou a maior contagem da rodada na sua esperada vitória contra o Comercial – 7 a 3”;

“O SPR embora tenha enfrentado o Ipiranga num primeiro tempo magnífico (2 a 1) impõe-se por 4 a 2, consolidando a sua posição de ponteiro”;

“Uma contagem ampla – 5 a 0 – traduziu a prevista superioridade do SPR sobre o Lusitano”.¹⁴⁹

As expressões “esperada vitória”, “magnífico... ponteiro”, “prevista superioridade”, nos confirmam a ideia de considerar o futebol praticado pelo clube como algo bom e de categoria. O jornal tanto nos mostra que o time dos ingleses mantinha certa regularidade nos resultados quanto nos confirma sua relevância frente ao futebol paulista,

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 365.

¹⁴⁸ Em julho de 1941, o jornal oferecia a venda de um livro sobre futebol, com prefácio de Arthur Friedenreich, o texto dizia: “Max Valentim – O futebol e sua técnica. A doutrina dos mais competentes treinadores aliada à prática dos mais completos jogadores do mundo, com 90 desenhos e fotografias”. “A Gazeta Esportiva”, 14 de julho de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹⁴⁹ “A Gazeta Esportiva”, 5 de junho de 1939; 26 de junho de 1939; 4 de janeiro de 1937. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

um dos mais disputados do país. Os resultados nos jogos evidenciam placares largos, bem ao gosto do público.

“Portuguesa e SPR iniciam o campeonato com um empate de um tento, dividindo assim as honras do prélio de abertura da temporada em Santos”;

“Com melhor ‘chance’ o SPR torna seu o triunfo contra o Juventus 2 a 1”;

“Triunfo logico do SPR sobre o Luzitano (8 a 0)”¹⁵⁰

Apesar das matérias, o São Paulo Railway Athletic Clube (SPR) era um time modesto, mas que disputava os jogos com a elite do Campeonato Paulista,¹⁵¹ a maior parte dos clubes disputava as categorias de várzea ou campeonatos do interior. Um espaço considerável era destinado ao SPR na imprensa. É possível observarmos isso nas imagens abaixo:

IMAGEM B

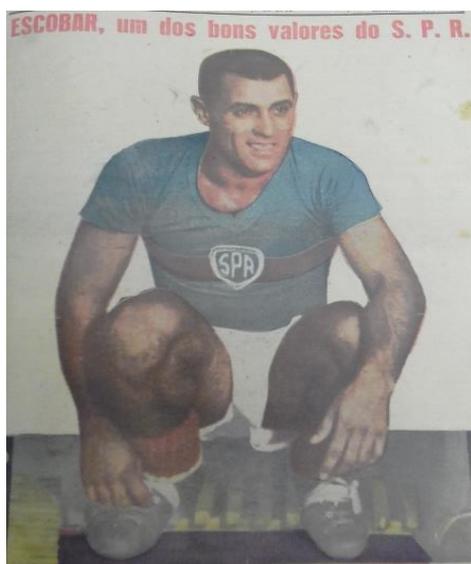


IMAGEM C



A imagem **B** é a primeira página do jornal, com o zagueiro Escobar¹⁵², já na imagem **C** vemos dois importantes jogadores, os atacantes Eduardinho e Vicente, com os dizeres “A ala que não é infernal, mas que realiza e assombra!”.¹⁵³ Esta segunda trata-se

¹⁵⁰ “A Gazeta Esportiva”, 14 de junho de 1937; 26 de julho de 1937; 2 de agosto de 1937. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹⁵¹ Elite no futebol significa jogar nos principais clubes. No período aqui pesquisado, não existiam as chamadas Séries, em que hoje o futebol está dividido. Havia, sim, campeonatos regionais, por exemplo, um campeonato com os times da capital e outro com os clubes do interior e litoral.

¹⁵² IMAGEM A - “A Gazeta Esportiva”, 8 de março de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹⁵³ IMAGEM B - “A Gazeta Esportiva”, 17 de maio de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

de um pôster, toda edição trazia em sua última página uma imagem ampliada de jogadores de futebol. Não foram observados pôsteres de atletas de outras modalidades, mais uma referência da importância do futebol para os leitores do periódico.

Claro que o time também conhecia derrotas, visto que não chegou a conquistar nenhum título paulista. Não existia um campeonato de âmbito nacional, por isso o time da SPR restringia-se ao campeonato local e a amistosos com clubes de outros estados. A imagem que segue é a tabela do Campeonato Paulista de 1940, o time estava na oitava posição, condição que oscilou ao longo da competição. O jornal encontrou uma forma descontraída de apresentar a posição dos clubes na tabela e suas pontuações,¹⁵⁴ publicada toda semana com um breve resumo dos resultados da rodada:

IMAGEM D



De maneira geral, *A Gazeta Esportiva* era um jornal bastante ilustrado, a fim de chamar a atenção de seus leitores: muitas dessas imagens coloridas, algo não muito comum na época aos periódicos; as matérias não eram assinadas por jornalistas, dando a impressão de que os textos representavam a visão da própria instituição; fotografias, desenhos e curiosidades faziam parte de suas páginas, dando uma aparência bem diferente dos demais jornais.

¹⁵⁴ IMAGEM C - “A Gazeta Esportiva”, 4 de janeiro de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade.

O Estado de São Paulo traz, em suas páginas, notícias de vários esportes: corrida de cavalos, tênis, atletismo, polo aquático, corrida de carros e, claro, o futebol,¹⁵⁵ o que contribuía para ampliar o público leitor. O esporte aparece por meio de várias categorias e torneios, jogos nacionais e internacionais. Os jornais nos evidenciam que o futebol tinha um grande número de seguidores, tamanha a quantidade de notícias a ele dedicada. Foi na Copa de 1938, na França, que se disseminou no Brasil a prática de “parar o país”, lojas, escritórios e até mesmo repartições públicas eram fechadas para ouvir, pelos rádios, as partidas da Seleção. De maneira geral, os jornais começaram, nesse período, a acompanhar mais de perto o cotidiano dos atletas, fazendo grande cobertura dos eventos futebolísticos¹⁵⁶ e caindo no gosto dos leitores.

Os periódicos também evidenciavam um relacionamento com as ligas e clubes que, por vezes, não era amistoso, pois é comum encontrarmos matérias críticas aos times. *O Estado de São Paulo*, traz uma matéria, em janeiro de 1941, de uma situação de conflito entre a Liga de Futebol Paulista e jornalistas:

“Como é do domínio público, o presidente da Liga de Futebol do Estado de São Paulo, não concordando com uma campanha dirigida contra a designação da data de 31 de Dezembro ultimo para a realização do encontro paulistas-gauchos, resolveu cassar as permanentes concedidas pela referida entidade ao jornal “O Esporte”, bem como proibir a entrada dos seus redactores na sede social da L.P.E.S.P.”.¹⁵⁷

O periódico contesta a decisão e, numa matéria intitulada “Protesto dos Chronistas Esportivos”, rebate a atitude da Liga de proibir a presença de jornalistas de *O Esporte* e solicita a ajuda do presidente do Corinthians, Sr. Manole Correcher, para resolver o problema. Afirma que poderia recorrer à ajuda dos outros clubes da Liga, citando inclusive o São Paulo Railway – o que evidencia certa relevância do time no cenário esportista paulista –, mas afirma que o presidente do Corinthians teria “essa honra” de intermediar o conflito. As críticas também podem ser percebidas aos árbitros e aos jogadores, considerados violentos dentro de campo. Observamos tensões entre jornalistas e a Liga de Futebol, em que aparecem também outros atores, como os próprios atletas.

¹⁵⁵ O jornal apresenta textos longos, com letras bem pequenas, quase não há ilustrações, na maioria das vezes elas se restringem às propagandas. Não é possível solicitar cópias do periódico, pois o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) não possui esse tipo de serviço para documentos em microfilme, é possível fotografar, mas as imagens saem com péssima qualidade, pois são tiradas do visor da máquina.

¹⁵⁶ FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês – Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁵⁷ “O Estado de São Paulo”, 04 de janeiro de 1941. Acervo Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

A Gazeta Esportiva e O Estado de São Paulo, mostram-se, dessa maneira, espaços de discussões do futebol na cidade, importante para observarmos as disputas sociais num campo de historicidade e peculiaridades. A imprensa escrita apresentava grande público leitor, visto o número de periódicos, inclusive dedicados aos esportes. Para Cruz e Peixoto, os meios de comunicação, com o desenvolvimento de novas tecnologias, estendem seu leque a um número cada vez maior de leitores. Considerando suas possibilidades, subjetividades e intencionalidades:

“Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos”.¹⁵⁸

Mesmo com toda essa construção por meio do Estado e da imprensa escrita, devemos observar que a população resistia e resiste às imposições burguesas. O forjar do futebol não serviu apenas para alienar, mas também garantiu que outros tantos na sociedade, como meninos pobres, enxergassem nos esportes a chance de se inserir e de contestar a ordem imposta, por exemplo, os campeonatos de várzea¹⁵⁹ e as manifestações nos estádios, com uso de faixas e gritos de ordem.

É também pelo futebol que a população pode construir identidades e representações,¹⁶⁰ além de uma memória coletiva;¹⁶¹ grupos sociais, letrados ou não, se apropriam de aspectos culturais. Também é necessário considerar o contexto histórico, pois há momentos de homogeneidades, já que a elite, por vezes, apropria-se de costumes populares, ou vice-versa,¹⁶² como nos afirma Tubino, “a prática esportiva, quando práxis, contribui para o conhecimento humano, oferecendo condições para o surgimento de novos fatos esportivos, sociais e culturais”.¹⁶³

¹⁵⁸ CRUZ, Heloisa de Faria; e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa” in: Revista Projeto História, São Paulo, nº 35, dezembro de 2007, p. 258. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322>

¹⁵⁹ Hoje temos vários exemplos de resistência na prática do futebol como o Peladão de Manaus, o maior campeonato de times de várzea na história do futebol, e a Copa do Mundo de Futebol de Rua, que corre paralelamente à Copa do Mundo FIFA.

¹⁶⁰ Ver SREAPCO, João Paulo França. “Cego é aquele que só vê a bola” *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

¹⁶¹ Sobre memória coletiva ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

¹⁶² Segundo SREAPCO as camadas mais abastadas passaram a comandar financeiramente o futebol, numa tentativa de evitar a ascensão daqueles considerados indesejáveis pelas elites.

¹⁶³ TUBINO, Manoel José Gomes, op. cit., p. 19.

Edward Thompson afirma que os letrados impõem novos hábitos, mas a população pobre resiste e por vezes novos costumes refletem “as reivindicações de novos ‘direitos’”. Ao observar a cultura popular na Inglaterra do século XVIII, percebeu que houve um embate entre a cultura patriciana e a plebeia, pois esta resistia às imposições da primeira. No caso inglês, o letramento burguês queria impor-se à oralidade popular, contudo mesmo numa sociedade onde as leis passaram a ser estatutárias, a memória dos velhos continuava a ser consultada,¹⁶⁴ hoje, as sociedades ditas modernas, consideram que não “precisam” do conhecimento das tradições. A lógica capitalista industrial os engoliu, e apenas em sociedades onde existe certo isolamento os costumes antigos perduram. Dessa maneira, para o autor, o papel dos pesquisadores é o de lembrar e valorizar os costumes.¹⁶⁵

Dessa maneira, as lembranças de Martinelli remontam a um tempo em que as práticas no futebol ainda não estavam tão capitalizadas. O esporte era visto como momento de interação, de descontração e lazer, até mesmo pelos meninos que jogavam no time de base do SPR; evidentemente que eles almejavam a subida para o time principal na busca de melhor qualidade de vida e satisfação, sobre isso Martinelli afirma:

Sabe qual era o prêmio nosso? Tomar um guaraná e chupar uma laranja, e depois davam dez passes de bonde, o passe de bonde era vermelhinho, valia pra você viajar no bonde... são coisas daquele tempo...

Eu saía às 17h, mesmo quando eu estava na SPR, na ferrovia, eu saía às 17h, na Lapa, Água Branca. O Nacional é na Água Branca, eu ia a pé, correndo...¹⁶⁶

Era juvenil... eles tinham função de profissional nos juvenis! Porque a gente jogava em preliminares antigamente: Palestra e Corinthians, SPR e Ipiranga.¹⁶⁷

Hoje, é possível encontrarmos jovens que jogam em clubes e recebem apenas uma ajuda de custo ou um salário mínimo, mesmo em categorias profissionais. Embora o futebol represente enormes ganhos, isso ainda é restrito a pequenos grupos. A maior parte trabalha em condições precárias, inclusive em times das grandes cidades do país.

¹⁶⁴ Para Portelli, a luta pela manutenção da memória e seus significados elucidam a história. PORTELLI, Alessandro. “História, memória e significado de um massacre nazista em Roma”, in *Revista Oralidades*, nº 3, 2008, P. 153 a 175. <https://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/106992>

¹⁶⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, op. cit.

¹⁶⁶ Apesar de ter jogado no São Paulo Railway Athletic Clube, Martinelli por vezes usa a expressão Nacional para referir-se ao antigo clube.

¹⁶⁷ Entrevista concedida em 09 de maio de 2013. Martinelli jogou nas categorias de base do time da SPR de 1939 a 1941.

São Paulo era um território fértil a novas experiências, o discurso de “modernidade” e “desenvolvimento” promovido pelas elites¹⁶⁸ ecoava por toda a urbe, entre o fim do século XIX e início do XX. Novas formas de viver eram experimentadas. O café foi o responsável direto pela implantação dos trilhos do interior ao litoral do estado¹⁶⁹. O esporte em quatro linhas acompanhou as ferrovias. Ao mesmo tempo em que São Paulo expressava ser a visão de “modernidade”, por parte da camada burguesa, também trazia em seu cotidiano uma relação conflituosa entre os grupos sociais.¹⁷⁰ Não apenas a capital paulista foi afetada pelas mudanças oriundas das riquezas do café, mas todo o estado, considerado a “locomotiva” econômica do país.

O futebol tem suas origens intimamente relacionadas à industrialização: em São Paulo chegou com os trilhos, na Inglaterra, surgiu com o advento das fábricas. O futebol moderno, tal qual o conhecemos, nasceu na ilha britânica no período da Revolução Industrial, e como nos afirma Hilário Franco Júnior, “Os dois fenômenos baseiam-se em competição, produtividade, secularização, igualdade de chances, supremacia do mais hábil, especialização de funções, quantificação de resultados, fixação de regras”.¹⁷¹

Para os ingleses, assim como o futebol, os esportes serviam para vigorar o corpo, melhorar o raciocínio e principalmente criar líderes. Essa mentalidade vem com as vitórias inglesas nas guerras, levadas às práticas esportivas, pois os esportes, como os conflitos armados, são disciplinadores.¹⁷² No Brasil, mesmo sendo um esporte, inicialmente elitista, assim que se popularizou o futebol de várzea perdeu a característica de competição e apresentou-se com um caráter de diversão para a população pobre que o praticava nas ruas e nos espaços – campos vazios –, principalmente na capital paulista.

Quando indagado sobre os motivos da fundação do clube da SPR, Raphael Martinelli afirmou que “era o esporte deles, né?”. Ele vê com naturalidade o fato de os ingleses fundarem um time de futebol, considera “isso é coisa normal”, não observa que talvez fosse uma forma de manipulação e controle da empresa sobre seus funcionários. Ele não via com estranheza o fato de os garotos do juvenil não receberem qualquer ajuda de custo, apenas “uma folha de passe de bonde e uma laranja, mas pelo menos dava pra você

¹⁶⁸ Entende-se como elites grandes proprietários rurais e industriais e a parcela urbana da burguesia, como banqueiros e grandes comerciantes. Evidentemente que outros grupos também estavam inseridos no conceito de elite, como médicos e advogados, entre outros.

¹⁶⁹ BALBINO, Ana Cristina Alves., op. cit.

¹⁷⁰ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

¹⁷¹ FRANCO JR, Hilário, *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 25.

¹⁷² FRANCO JR, Ibidem; MURRAY, Bill. *Uma história do futebol*. Hedra, SP, 2000.

viajar a semana toda de graça no bonde”. Lembrou dessa história com graça e acabou dando risadas “da sorte” de quando era garoto e jogava no time do SPR.

Entre o final do século XIX e início do XX, as ferrovias cortavam o estado de São Paulo carregando mercadorias e passageiros; à beira dos trilhos nasceram vilas de operários e cidades, que cresceram e tornaram-se importantes para o cenário econômico paulista. Às suas margens, surgiram clubes e agremiações de trabalhadores das ferrovias, lugares de lazer e divertimento, mas que, por vezes, foram locais de discussões e práticas políticas e sociais,¹⁷³ o que nos evidencia que a população pobre estava inserida num contexto onde as imposições burguesas eram por vezes superadas por aqueles que não eram considerados pela elite. As regiões de várzea e as margens das ferrovias foram ocupadas pela população pobre que buscava trabalho e moradia barata.

Os anos entre 1910 e 1930 foram períodos de construção de uma cidade com novos valores impostos pela elite. A suposta “modernidade” forjou símbolos e personagens. Arthur Friedenreich era um desses exemplos, brilhou em esporte dedicado aos mais ricos. Ele trazia em seu futebol as jogadas e os gols que levaram o esporte à máxima nacional, contribuindo assim, para sua popularização.¹⁷⁴

Times de várzea que se apresentavam apenas como espaço de socialização ou clubes que cresceram e passaram a ter representação no esporte estadual e até mesmo nacional, como a Ferroviária, de Araraquara; a Ponte Preta, de Campinas; o Clube Atlético Sorocabana, de Mairinque; Botafogo, de Ribeirão Preto; Ituano, de Itu; Paulista, de Jundiaí, entre muitos outros, destacaram-se no cotidiano das cidades paulistas. Nas fundações dos clubes estavam presentes funcionários das estradas de ferro que cortavam o estado e sócios das ferrovias,¹⁷⁵ ou não, já que empresários de outros ramos passaram a se interessar pelo crescimento do esporte e suas possibilidades. Ao observarmos a história dos clubes, verificamos a forte relação entre o esporte e as ferrovias. Clubes criados por empresas ou pelos próprios funcionários, como o Sport Club Corinthians Paulista, que tinha quatro de seus fundadores trabalhando nas oficinas da São Paulo Railway.¹⁷⁶

¹⁷³ BRUNI, José Carlos. (Org.). Dossiê Futebol. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, 1994. <http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/2026>

¹⁷⁴ GONÇALVES JR, René Duarte. *Friedenreich e a reinvenção de São Paulo (1910-1930)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2008.

¹⁷⁵ Já no final do século XIX, o estado de São Paulo era cortado por várias ferrovias, além da SPR: Estradas de Ferro Mogiana, Noroeste, Sorocabana e Companhia Paulista.

¹⁷⁶ GUTERMAN, Marcos, op. cit.

Esse elo entre trilhos e esporte era, por vezes, alimentado pelos jornais. Os jogadores de futebol e de basquete da SPR eram chamados constantemente de ferroviários, mesmo não sendo operários nas ferrovias. A matéria publicada em março de 1941, além de trazer no título “A personalidade do ataque ferroviário”, também afirma “A ‘máquina’ ainda não produziu tudo!”, ou seja, não bastava a referência à via férrea, mas também a própria questão industrial “máquina”, numa possível alusão à locomotiva, o motor propulsor dos vagões.¹⁷⁷

IMAGEM E



Esses eram os principais jogadores do São Paulo Railway Athletic Clube que iniciaram o Campeonato Paulista de 1941. A matéria é longa, o que nos mostra que o clube tinha papel importante frente aos times que disputavam o campeonato. O texto mostra inclusive que os atletas eram cobrados por bons resultados:

Aí está a ofensiva “esesperreana”, segundo jogou na abertura do campeonato. Agostinho, Tampinha, Carlos Leite, Eduardinho e Vicente. Um ataque interessante, sem ser clássico, autor de três tentos e um anulado por equívoca interpretação do arbitro. Esses “goals” foram feitos contra um adversário de categoria e nas de redes de um dos maiores arqueiros paulistas do momento – King. Durante a semana, entretanto, circularam notícias de que o SPR, insatisfeito com a produção do quadro, teria afastado vários de seus integrantes, entre eles dois da vanguarda que se esforçou para marcar quatro pontos numa partida difícil. Esse detalhe, porém, foge ao propósito destas notas.¹⁷⁸

¹⁷⁷ “A Gazeta Esportiva”, 15 de março de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade.

¹⁷⁸ “A Gazeta Esportiva”, 15 de março de 1941. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mario de Andrade.

Apesar da derrota por 6 a 3 para o São Paulo Futebol Clube, último campeão paulista, a matéria reconhece que o jogo foi difícil, pois classifica o rival como “adversário de categoria”. Contudo, o resultado não animou os dirigentes do clube inglês e, segundo o jornal, alguns jogadores foram afastados da posição de titular, no entanto, o jornalista não quis entrar no mérito. Verificamos, assim, tensões dentro do clube, não bastava jogar bem: exigia-se bons resultados mesmo numa partida contra um dos favoritos no campeonato. Importante observar também a crítica ao árbitro, o qual não passou despercebido, pois teria anulado um gol legítimo.

As relações do futebol com as populações são ambíguas e controversas, já que os clubes se tornaram locais de encontros e festividades populares e também de domínio da elite paulista. Agremiações nasciam para oferecer um espaço de lazer aos ricos, clubes eram fundados para satisfazer as necessidades de uma classe sedenta por diversão, como: Associação Atlético Mackenzie College, Sport Club Internacional e Sport Club Germania. Ao mesmo tempo em que o esporte era praticado pela elite, não se pode dissociá-lo da prática popular, já que os locais onde ocorreram as primeiras partidas eram campos improvisados e muitos jogadores pertenciam às camadas menos abastadas, sendo negros ou mulatos, evidenciando-nos as controvérsias do futebol desde sua chegada ao país.¹⁷⁹

O primeiro ídolo do futebol nacional foi Arthur Friedenreich, que apesar do nome alemão era filho de pai branco e mãe negra. Ele tornou-se figura importante numa sociedade dita “europeizada”, jogou nos principais clubes do país e foi ídolo da Seleção Brasileira,¹⁸⁰ apelidado de *el tigre*. Inúmeros autores dedicaram pesquisas ao primeiro “herói” do futebol nacional, os registros de seus lances e jogadas apaixonam os amantes do esporte, todavia, é a construção do personagem que chama a atenção dos pesquisadores:

Mas as qualidades geniais de Fried não bastam para explicar sua importância. A biografia desse craque é uma espécie de síntese da formação do Brasil, dos seus contrastes e singularidades, razão pela qual seu nome deveria inspirar muito mais do que as estatísticas sobre seus gols...¹⁸¹

Apesar de ser filho de um judeu com uma negra, antes de entrar em campo alisava o cabelo e por isso era sempre o último a subir para o gramado, reflexo de uma sociedade

¹⁷⁹ GUTERMAN, Marcos, op. cit.

¹⁸⁰ GONÇALVES JR., René, op. cit.

¹⁸¹ GUTERMAN, Marcos, op. cit., p. 40.

preconceituosa. Segundo Mario Filho,¹⁸² era o jogador “mulato que queria ser branco”. O caso de Friedenreich não era único, outros jogadores negros passaram pela mesma experiência. Os clubes os aceitavam como jogadores profissionais porque precisavam de suas habilidades para as vitórias; herança de uma sociedade que ainda carregava características escravocratas, pois era o negro levando diversão e lucros à elite branca.

Clubes do Rio de Janeiro chegaram a proibir a participação de negros e mulatos em seus quadros, numa tentativa de evitar a ameaça à hegemonia branca no futebol,¹⁸³ mas a categoria e genialidade dos meninos que se formavam nas várzeas falou mais alto, e eles acabaram dominando o cenário futebolístico. Ainda hoje, a maior parte dos jogadores são garotos que saem das periferias de todo o país, e o maior ídolo do futebol mundial é um negro brasileiro, Pelé. Numa discussão sobre a questão, Pardini nos afirma que o futebol é algo para meninos pobres, que têm em sua formação a suposta “arte da mentira, travessuras, e roubos”, isso se enquadra a favor dos interesses nacionalistas dos grupos dominantes.¹⁸⁴ Parte da elite, principalmente industriais e grandes comerciantes, que lutou contra a participação dos pobres nos esportes, percebeu a chance de aumentar seus lucros explorando o mundo dos esportes, e hoje estão representados, em grande parte, nos empresários dos jogadores e cartolas (dirigentes) dos clubes.

O futebol apresenta uma relação extremamente íntima com o cotidiano da população, expressões de nosso uso diário tornaram-se jargões do próprio futebol e vice-versa. O esporte acabou sendo classificado como algo relacionado à violência ritual ou drama. Há expressões que evidenciam uma “guerra”: “matar o jogo”, “dar um tiro” ou “fuzilar”, ou expressões menos agressivas, tal quando um time vence facilmente outro “por meio de um balé”.¹⁸⁵ O futebol apresenta até mesmo sua própria linguagem:

“O futebol é, sem dúvida, linguagem. Ele possui morfologia, semântica e sintaxe próprias. Existe uma Academia da Língua (International Board), cuja gramática (regras do jogo) é zelada por representantes (árbitros) que devem sancionar todo desrespeito a ela (falta, penáti, advertência, expulsão)”¹⁸⁶.

Franco Jr., dedica parte de seu livro para falar sobre a linguagem do futebol, num capítulo intitulado *Metáfora linguística*. Para ele, o esporte é uma forma de expressão,

¹⁸² Mário Rodrigues Filho, cronista esportivo e escritor, considerado o fundador do primeiro jornal dedicado exclusivamente aos esportes no Brasil. O estádio Jornalista Mário Filho, popularmente conhecido como Maracanã, é uma homenagem à sua dedicação ao futebol. Ibidem.

¹⁸³ GUTERMAN, Marcos, Ibidem.

¹⁸⁴ PARDINI, Melina, op. cit.

¹⁸⁵ GUTERMAN, Marcos, op. cit.

¹⁸⁶ FRANCO JR, Hilário, op. cit., p. 349.

não a linguagem usada para referir-se ao futebol, mas ele como linguagem. Estudar profundamente o esporte requer o conhecimento de suas regras “da mesma maneira que outras gramáticas”, pois o futebol requer interpretação “Como toda gramática, nela certos fatos da língua impõem-se mais pelo espírito que pela letra da norma [...]”.¹⁸⁷

Os estádios eram construídos como espaços de controle e atuação do poder público. A partir dos anos 30, veem-se registros de violência nos campos de futebol, e construindo estádios, locais para a prática do esporte, o poder público controlava seus praticantes e espectadores como também recebia vantagens econômicas, pois a entrada aos jogos passou a ser cobrada. O Ato nº 2007, de 28 de abril de 1923, proibia o futebol nas ruas e praças da cidade, evidenciando como a população gostava de esportes, praticando-o em diferentes espaços da urbe e também o interesse do poder público na prática esportiva.¹⁸⁸ Drumond, em seu estudo sobre o uso do futebol pela ditadura Vargas, afirma que esse controle significou a disputa pela hegemonia do poder público, isso significou o controle da sociedade:

As disputas estabelecidas entre diferentes grupos em busca do controle ou de uma maior representação dentro da organização esportiva será uma marca do período, especialmente no Brasil, tendo o Estado brasileiro atuando diretamente como mediador e conciliador.¹⁸⁹

Era necessário que o Estado mantivesse o controle sobre as práticas esportivas, o futebol, em especial popularizava-se, logo seria utilizado como mecanismo de manobras políticas. O autor ainda nos lembra que foi o esporte que contribuiu para projetar internacionalmente o Brasil, por conta das competições fora do país. E o governo passou a intervir diretamente nas convocações dos atletas de várias outras modalidades, inclusive para os jogos olímpicos, em especial os de 1936.

A imprensa e a literatura especializada colaboraram para a construção da teoria de que a chegada do futebol ao Brasil ocorreu por meio de Charles Miller, funcionário da Estrada de Ferro São Paulo Railway, o que ocorreu, possivelmente, por ele pertencer ao ciclo de ingleses da cidade, já que seu pai era inglês, engenheiro da empresa. Em uma viagem à Inglaterra, Miller, conheceu o esporte e na volta trouxe uma bola, um par de chuteiras e um livro com as regras do jogo. Mas outras versões apontam a chegada do futebol ao Brasil para além de Charles Miller. Diferentes autores consideram desde os

¹⁸⁷ Ibidem, p. 350.

¹⁸⁸ SREAPCO, João Paulo França, Ibidem.

¹⁸⁹ DRUMOND, Maurício, op. cit., p. 62.

marinheiros ingleses que praticavam futebol enquanto estavam aportados no Brasil; aos jogos indígenas; e ou até padres jesuítas que teriam introduzido o esporte nas escolas durante as aulas de Educação Física.¹⁹⁰

Raphael Martinelli também considera Miller como o responsável pela chegada do futebol ao país e afirmou que insistia com o jornalista que escreveu seu livro de memórias, Roberto Gicello Bastos, a publicar algo sobre o futebol na ferrovia inglesa. Sua fala nos evidencia que a construção da ideia de que Charles Miller é o “pai do futebol” no Brasil está presente, inclusive, entre aqueles que atuaram no time da SPR.

O esporte, em pouco tempo, profissionalizou-se. De suas práticas iniciais, na Várzea da Carmo aos sítios do Bom Retiro, na capital, popularizou-se e se espalhou pelo interior do estado de São Paulo. Os estádios passaram a ser identificados com a formação da memória no processo de urbanização das cidades e em espaços de expressão ritualística.¹⁹¹ A junção desses elementos transformou o esporte no país. E nenhum outro esporte passou a ter tanto destaque na sociedade quanto o futebol.

No início do século XX, os primeiros locais a se praticar o futebol em São Paulo eram variados: Chácara Dulley, Velódromo, campo do Mackenzie, Parque Antártica, Chácara da Floresta, Jardim América e nas várzeas do Carmo, dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí. Da Várzea do Carmo, o futebol tomou os espaços públicos e as ruas também passaram a ser locais de práticas esportivas, principalmente após a canalização do rio Tamanduateí, em 1914, empurrando os times para outras várzeas e regiões.¹⁹² Operários, jovens e crianças reuniam-se para praticar o esporte e interagir-se. A criação dos estádios, dessa forma, pode ser entendida não apenas como local para a prática do esporte, mas também para controle daquela população por parte do poder público.

Em 1902, organizou-se o primeiro campeonato paulista de futebol no Velódromo Paulista.¹⁹³ A composição dos times era formada por jovens da elite e garotos pobres que se destacavam nos times de várzea. Negros não integravam a lista de jogadores profissionais;¹⁹⁴ no entanto, Arthur Friedenreich quebrou essa máxima. Em janeiro de

¹⁹⁰ SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: Quinta coluna ou tudo buona gente?* Tese de Doutorado, USP, 2007; Ver também SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo – primórdios do futebol no Brasil*. Cosac & Naify, SP, 2002.

¹⁹¹ SREAPCO, João Paulo França, op. cit., p. 14.

¹⁹² A canalização do rio levou ao fim das cheias na região e a antiga várzea transformou-se no Parque Dom Pedro II.

¹⁹³ O Velódromo era o antigo espaço das corridas de bicicletas, daí o nome, foi arrendado pelo Club Atlético Paulistano em 1902, para a prática do futebol. O endereço atualmente é a rua Nestor Pestana, nas proximidades da Rua da Consolação, no bairro de Higienópolis. GONÇALVES JR, René, op. cit.

¹⁹⁴ TONINI, Marcel Diego, op. cit.

1941, o jornal *A Gazeta Esportiva*, trazia uma foto do ídolo com o título: “Arthur Friedenreich, o ‘mago’ da pelota, focalizado por De Vaney – a carreira magnífica do notável atacante – Fried, o maior e mais completo futebolista de todos os tempos”!¹⁹⁵ O jornal traz a foto do ídolo com outros jogadores e sobre a imagem os dizeres: “Fried ao lado de outros ‘azes’ famosos de outrora”.¹⁹⁶ O próprio Martinelli afirma que Friedenreich era um de seus ídolos no futebol. A imagem destacada no jornal evidencia o quanto o jogador era admirado, pois ela ocupa boa parte da página, acompanhada de um texto a respeito do jogador.

A vida esportiva de Arthur Friedenreich faz lembrar a passagem de um filme em séries, onde cada sequencia possui o sabor das grandes epopeias.

Continuou a ascensão pelos anos afôra. Longe de declinar a sua atividade, aumentou-a, enchendo de glórias o C. A. Paulistano, a seleção paulista e os conjuntos representativos do Brasil.¹⁹⁷

A matéria homenageia o jogador que já estava aposentado dos gramados, e consistia uma prática do periódico, lembrar dos craques do passado, sendo comum encontrarmos matérias homenageando atletas, em sua maioria do futebol.

Assim, as formas de resistência eram variadas, a população encontrava brechas na organização social imposta. Por exemplo, na Barra Funda foi fundado, em 1901, o União Futebol Clube, composto por negros e mulatos. No time, jogaram apenas dois brancos pobres, italianos do bairro do Bixiga.¹⁹⁸ Ainda hoje é possível observarmos situações de preconceito no futebol, além de jogadores negros serem hostilizados durante as partidas, nas posições de técnicos, diretoria ou até mesmo nas federações, é pequena a presença de negros. O Brasil também fora prejudicado em algumas competições internacionais, por ter jogadores negros e mestiços, como no empate num jogo do mundial, de 1938, contra a Tchecoslováquia, jogo que ficou conhecido como a “Batalha de Bordéus”, por conta da violência da seleção tcheca contra os atletas brasileiros.¹⁹⁹

Inicialmente, os times de várzea eram formados por moradores dos bairros próximos ou de funcionários de empresas, como a SPR. Com a difusão do esporte bretão, surgiu o futebol oficial, praticado em locais fechados, numa nítida distinção entre rico e pobre, negro e branco, paulista ou imigrante. Assistir a uma partida de futebol oficial

¹⁹⁵ *A Gazeta Esportiva*, 4 de janeiro de 1941, Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *Ibidem*. Foi no Club Athletico Paulistano que o jogador construiu sua fama de craque.

¹⁹⁸ SANTOS NETO, José Moraes dos, *op. cit.*

¹⁹⁹ FAUSTO, Boris, *op. cit.*

significava um acontecimento social, prezava-se a boa educação, dentro e fora de campo; numa placa no Velódromo podia-se ler que era proibido vaiar,²⁰⁰ numa imposição de valores burgueses e na tentativa de afastar a maioria da população, pois, além disso, os ingressos eram caros.²⁰¹

A chegada do futebol em outros bairros era, muitas vezes, incentivada por empresários ou comerciantes, pois contribuía para o desenvolvimento econômico do local e resultava em grandes aglomerações de pessoas. Os empresários estavam presentes na administração dos novos clubes de bairro ou na fundação de agremiações fabris, ou seja, industriais acabavam vendo no futebol um mediador com os empregados, ascendendo assim os times, que disputavam torneios entre fábricas. Jogar no time da empresa podia significar vantagens no emprego:

“...Aos poucos, passaram a usufruir benefícios não disponíveis para aqueles que não jogavam pelo time da empresa, como folgas para treinos, promoções mais rápidas e funções mais leves dentro do sistema produtivo. Em contrapartida, defendiam o nome da companhia ou de seus produtos pelos campos da cidade em que disputavam partidas de futebol”²⁰².

Os empresários, ao criarem os clubes, estavam interessados na propaganda que os times podiam proporcionar às suas empresas, também devemos considerar o controle que passavam a ter sobre seus funcionários e na construção de identidades entre patrões e empregados. Mas a profissionalização do futebol levou muitas empresas a desistir do esporte, em decorrência dos gastos e principalmente por não conseguir grande sucesso.

Michel Foucault destaca que o comando sobre os corpos seria o controlar sua utilidade:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – do corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.²⁰³

²⁰⁰ GONÇALVES JR, René, op. cit.

²⁰¹ Existe hoje um movimento parecido. Para assistir aos jogos em alguns estádios, o torcedor deve contribuir com uma mensalidade, ou seja, ser Sócio Torcedor. Caso não seja sócio, deve então pagar valores elevados nos ingressos, fato este que tem gerado muitos protestos por parte dos amantes do futebol, faixas são colocadas nas arquibancadas, exigindo ingressos mais baratos. Afirmam que os pobres estão sendo afastados dos estádios.

²⁰² SREAPCO, João Paulo França, op. cit., p. 43. Hoje o futebol continua sendo campo fértil para lucros de grandes empresários, os nomes de suas marcas são carregados nas camisas dos jogadores, e estes, por sua vez, não podem tirá-las durante as comemorações dos gols. Durante muito tempo tirar a camisa fazia parte do rito de comemoração. Agora, quando isso ocorre, o atleta é punido com o cartão amarelo.

²⁰³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 117.

Segundo Foucault, cria-se a “anatomia política”, uma construção calculada da manipulação dos comportamentos. O controle nas fábricas – e agora nos campos, fosse pelos clubes ou nos estádios – deveria ser eficaz no domínio dos indivíduos, além de vigiá-los, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.²⁰⁴ Esse controle e a busca pelo lucro fizeram parte da nova dinâmica capitalista com a popularização do esporte. Tudo deveria ser revertido em renda ou em utilidade. O desporto, em especial o futebol, cumpriria os dois papéis: o controle daqueles que consumiam e praticavam o esporte; e a renda oriunda dos jogos e de todos os outros atrativos relacionados.

Claro que não podemos falar em “controle absoluto dos corpos”, pois há resistências, tanto daqueles que praticam o esporte quanto daqueles que o consomem indo ao estádio assistir aos jogos, por exemplo. O futebol também foi usado em oposição à governos ditatoriais e até mesmo utilizado como ferramenta de luta. Alguns jogadores são conhecidos pela militância dentro e fora de campo, como Sócrates, que, além de comemorar seus gols com o punho cerrado, em suas entrevistas afirmava: “nós jogadores somos artistas, e os artistas são os únicos trabalhadores que têm mais poder que o seu chefe”; “O futebol permite que o pior ganhe. Nada mais marxista ou gramsciano que o futebol”. Também o ex-jogador Reinaldo comemorava os gols com um punho cerrado e um soco no ar, sobre isso afirma “Levantar o punho era um gesto revolucionário. Eu usava o futebol como tribuna, e sabia que os militares não podiam me agredir fisicamente, porque seria com dar um tiro no pé”²⁰⁵. Ambos jogaram durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-85) e enfrentaram o governo repressor por meio dos gramados e do microfone. Tinham ciência de que como eram atletas consagrados, podiam usar-se desse artifício de luta. Mas isso não aconteceu com todos os jogadores. Nando, por exemplo, irmão de Zico, teve sua trajetória no futebol freada pelo governo de exceção – imposto a partir de 1964 –, e como não era famoso sofreu com a violência: além de preso e torturado, teve as portas dos clubes fechadas e acabou se despedindo do esporte como atleta.²⁰⁶

Assim como os jogadores em campo, os torcedores também mandam seus recados das arquibancadas. Faixas, refrãos e manifestos são práticas daqueles que estão ao lado de fora dos gramados. As críticas referem-se a diversas questões, desde faixas contra o

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ FIGOLS, Victor de Leonardo” Futebol e Política: O futebol resiste!”, in www.ludopedio.com.br/archibancada/futebol-e-politica-o-futebol-resiste

²⁰⁶ Ibidem.

atual presidente da república com o “Fora Temer” a cobranças de ingressos com valores excessivos. Alguns exemplos nos chamam a atenção, como as faixas colocadas nos estádios pela Torcida Organizada do Ferroviário de Fortaleza, relacionadas à luta de classes. No interior de São Paulo, a Ferroviária de Araraquara tem sua torcida organizada batizada de Afeganistão, e também promove ações sociais. Dessa maneira, observamos que os corpos não estão num completo controle e alienação, e sim na luta e resistência às imposições.

Nas primeiras décadas do século XX, o jogo entre quatro linhas passou a pertencer ao cotidiano da urbe e suas funções na sociedade eram variadas: empresários, clubes, poder público, partidos políticos, sindicatos, todos passaram a usar o esporte de maneira a atingir a população e alcançar seus interesses. Também partidos de esquerda passaram a usar o futebol, por exemplo, em festividades promovidas as quais eram encerradas com partidas, tamanho era o apelo junto à população. A capital paulista apresentava inúmeros espaços vazios que foram ocupados pelos “meninos descalços dos bairros operários”. A população pobre resistiu às imposições e grupos políticos viram na nova prática esportiva a possibilidade de organizar o trabalhador:

“...anarquistas e comunistas comemoravam o dia 1º de maio com festivais que culminavam, invariavelmente, em jogo de futebol. É importante salientar que os esportes se tornaram elementos fundamentais de aglutinação, lazer e sociabilidade para todas as camadas sociais, principalmente aos domingos”²⁰⁷.

As margens dos rios eram ponto de encontro, de divertimento de amigos e famílias. Sendo a várzea uma das vias de democratização do esporte, a população pobre inseria-se e muitos dos bairros operários possuíam seu time amador. O futebol estava integrado ao cotidiano dessa população que insistia em ter espaço e o conquistava.²⁰⁸

Drumond,²⁰⁹ lembrando Raymond Williams, nos afirma que “a hegemonia não deve nunca ser vista como única ou como uma forma passiva de domínio”, a imposição era e é contestada e deve ser redefinida constantemente, pois os dominados resistem e

²⁰⁷ ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira. “Práticas esportivas e o predomínio do futebol (1870-1940)” in *São Paulo - das tribos indígenas às tribos urbanas*. Coord. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. SP, CIEE, 2013, p. 76. Ainda segundo a autora, no início da popularização do futebol, comunistas, anarquistas e sindicalistas consideravam o esporte uma prática burguesa, e enquanto estavam na discussão o jogo entre quatro linhas tornava-se prática comum da cultura operária.

²⁰⁸ ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira, “O futebol nas fábricas”, *Revista USP*, nº 102, p. 102 a 109. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26963>. Ver também, da mesma autora, *Futebol de fábrica em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Sociologia, USP, 1992.

²⁰⁹ DRUMOND, Maurício, op. cit., p. 25.

questionam. O futebol, mesmo depois de sua profissionalização e da construção de estádios, continuou a ser praticado nas várzeas pela população pobre. Campeonatos de times de bairros eram formados, numa exemplificação da resistência popular. Antes de entrar para o time da São Paulo Railway, Raphael Martinelli jogou em times de várzea, como o Corinthians do Anastácio, clube da Vila Anastácio, bairro da região oeste da capital paulista. Em entrevista à Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmou que o time para o qual sua família torcia era o Marinheira, clube da Lapa:²¹⁰

“Ô, Nélio, você não quer jogar no Corinthians, lá no Anastácio?” Porque era, lá no Anastácio tinha o Corinthians, que era, vamos dizer, o rival da família era da lapa, sabe? O time da Corinthians Anastácio, são uns caras assim, tinha o Teixeira do São Paulo, que era um fabuloso e, tinha, quando eles vinham na Lapa, brigavam, eles apanhavam, é perto do Tietê, quando a gente ia na, no Anastácio, nós é que, entende? Isso era futebol antigo e eu nunca esqueço que o rapaz disse: “Você não quer jogar no Corinthians Anastácio?” Eu conhecia, porque eu torcia para o Marinheiro, que era o meu time, da minha família...²¹¹

Observamos que as relações entre os times não eram amistosas. Apesar de não serem profissionais, os clubes de várzea mantinham acirrada disputa e rivalidade e as brigas faziam parte dos confrontos.

Enquanto, a maioria dos clubes ferroviários foi fundada pelos próprios operários, o clube da SPR foi formado pela própria empresa, elemento interessante que nos faz refletir sobre o papel do empregador junto ao lazer dos funcionários e, evidentemente, o controle de seu cotidiano e práticas. Há registros de outras companhias que incentivaram práticas culturais/esportivas de seus funcionários, mas não com a estrutura do São Paulo Railway Athletic Clube, pois ele chegou a competir na elite do futebol paulista.

SPR fundou seu clube como uma agremiação, ou seja, um clube de lazer para seus funcionários em 1919, e daí nasceu o time de futebol. Segundo Ayrton Franco Santiago,

“Os ingleses, que agente sabe eles sempre se dedicaram à cultura física, esporte, gostavam... Eles gostavam de formar associações dos próprios empregados para lazer, naquela época não tinha tanto lazer... Tanto é que eles participavam dos eventos esportivos, sociais... Aliás, tinha mais eventos sociais que agora [...]”²¹²

Ayrton F. Santiago é o atual presidente do Nacional Atlético Clube (antigo São Paulo Railway Athletic Clube), está no terceiro mandato consecutivo, é engenheiro

²¹⁰ Depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), 30/09/2014.

²¹¹ CNV, o apelido de Martinelli foi transcrito como Nélio, sendo na verdade Léo.

²¹² Entrevista concedida em 16/07/2013.

aposentado pela Rede Ferroviária Federal, mas continua atuando, tanto no clube quando na ferrovia, como engenheiro consultor. Sua experiência à frente do Nacional teve início em 1982, quando assumiu pela primeira vez a diretoria do clube, ficando durante três mandatos. Ele mesmo afirma que os administradores da ferrovia “não sabem nada, assim tem que perguntar para os mais velhos”. Além de pertencer a uma família de ferroviários, Ayrton Santiago frequenta, desde a infância, o Nacional:²¹³

“Hoje o Nacional é um clube sócio desportivo né? O Nacional chegou a ter nove esportes olímpicos, mas tudo encareceu, então nós tínhamos natação, voleiball, futebol de salão, basquete, judô, boxe... tudo isso. Futebol de botão, uma série de coisas né? Tudo encareceu, tudo precisa de patrocínio e o pessoal que patrocina quer ter retorno, então tudo agente tem que acompanhar mais ou menos dentro das possibilidades, então oficialmente o Nacional... temos futebol de salão, o judô vai recomeçar, tem as escolas de futebol de categoria de base desde os oito anos de idade, então tudo isso é um esquema que a gente tem feito pra recuperar [...]”.²¹⁴

Inúmeras histórias permeiam o nascimento do time. Charles Miller, funcionário da ferrovia paulista, é apontado como um dos responsáveis pela difusão do futebol no Brasil. Miller era ferroviário, funcionário da SPR, os primeiros jogos teriam sido disputados entre os próprios trabalhadores da estrada de ferro. Em 14 de abril de 1895, ocorreu um jogo entre o The Gas Works Team e o The São Paulo Railway Team, partida ocorrida bem antes da data oficial de nascimento do time, que é de 1919,²¹⁵ evidenciando-nos que a empresa, possivelmente, organizou vários eventos esportivos antes da fundação do clube, pois há registros de outros jogos de funcionários da empresa sob o comando de Miller.

O São Paulo Railway Athletic Clube foi fundado oficialmente em 16 de fevereiro de 1919, pelo inglês Arthur J. Owen, superintendente da ferrovia São Railway Company. Logo num dos primeiros amistosos levou uma goleada do Santos Futebol Clube, em 9 de março do mesmo ano, 10 a 0 para o time da baixada.²¹⁶ A sede administrativa do clube situava-se na Estação da Luz e, devido a um incêndio ocorrido no mesmo ano do fim da

²¹³ Segundo SANTOS NETO, “...a memória dos ferroviários também são fontes riquíssimas e muito pouco exploradas [...]”. (SANTOS NETO, 2002). Durante as investigações para esta pesquisa, muitas foram as buscas e entrevistas. Apesar de não discutir profundamente as falas de Ayrton Santiago, suas afirmações contribuíram para o entendimento de algumas questões. A entrevista foi concedida em sua sala, num prédio anexo à ferrovia, no bairro da Luz.

²¹⁴ Entrevista concedida em 16/07/2013.

²¹⁵ SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: Quinta coluna ou tudo buona gente?* Tese de Doutorado, USP, 2007. Sobre este jogo ver também DRUMOND, GONÇALVES JR. e SANTOS NETO.

²¹⁶ CUNHA, Odir, op. cit.

concessão da ferrovia aos ingleses, em 1946, quase toda a documentação se perdeu. Trabalhar com fontes escritas do período anterior ao incêndio representa uma árdua missão, por isso a imprensa torna-se importante para nossa pesquisa.

O clube São Paulo Railway Athletic Clube oferecia aos funcionários da ferrovia paulista variadas formas de lazer: matinês, natação, futebol (que é parte de nosso objeto de estudo nesse capítulo). O time da SPR chegou a fazer parte da elite do futebol paulista e teve como seu maior feito um quarto lugar no campeonato de 1939; além do artilheiro da competição, o jogador Passarinho, em 1945, com 17 gols, artilharia dividida com Servílio de Jesus, do Corinthians.²¹⁷

A pouca documentação salva, como por exemplo o Estatuto de 1924 e duas Atas de Reunião do Conselho estão no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); também na sede do Nacional Atlético Clube, localizado no bairro da Barra Funda, existe um pequeno acervo documental, que não está disponível à pesquisa. Segundo Ayrton Santiago, os documentos estão sendo organizados e atualmente o clube não tem estrutura para atender pesquisadores.

No estatuto do clube de 1924, o artigo nº 1 define:

DOCUMENTO 4

CAPÍTULO I – Do Clube e seus afins

Art. 1º - O São Paulo Railway Athletic Clube, fundado em 16 de fevereiro de 1919, 52º aniversário da inauguração do tráfego da linha de Santos a Jundiahy... compõe-se de indeterminado numero de sócios, sem distinção de nacionalidades, regendo-se por estes estatutos e regulamentos aprovados pela Assembleia”.²¹⁸

Conforme o mesmo Estatuto, o clube oferecia diversos esportes e realmente há relatos e registros nos jornais pesquisados de várias práticas esportivas em suas dependências: futebol, natação, críquete, tênis, bola ao cesto (basquete), entre outros. O texto destaca que era indeterminado o número de sócios, pois, segundo o estatuto, não

²¹⁷ Nacional Atlético Clube. 2012. História do Clube. São Paulo, 17/10/12. Disponível em: <http://www.nacionalacsp.com/2012/10/historia-do-clube.html> Apesar de muito restrito, o site do clube traz algumas informações, como a história do clube. Hoje a principal preocupação do time é revelar talentos, sendo esta a base econômica do Nacional. O clube também aluga o campo com gramado sintético. Aliás, este tem mais estrutura do que o campo destinado aos jogos do time, que tem de jogar ainda com a luz do sol, pois não há refletores, enquanto que o campo alugado possui um ótimo sistema de iluminação. O Nacional também é alvo da especulação financeira, por estar localizado num ponto nobre da cidade, várias são as ofertas pela compra do terreno, por conta disso, o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo apresentou proposta para o tombamento do estádio Nicolau Alayon, processo em tramitação desde 2005. *Diário de São Paulo*, 13/08/2013, “*Campo do Nacional pode ser tombado pela Prefeitura*”.

²¹⁸ Estatutos do São Paulo Railway Athletic Clube, 14/02/1924, APESP.

ferroviários poderiam associar-se ao clube, além disso, afirma não haver distinção de nacionalidades, visto que o próprio quadro de funcionários da empresa era hegemônico, por conta do grande número de imigrantes no Brasil, parte deles empregados na estrada de ferro.²¹⁹ O artigo destaca que o clube fora fundado 52 anos depois da inauguração da via férrea, evidenciando o forte elo entre a empresa (ferrovia) e a agremiação.

Várias eram as notícias sobre as principais modalidades do clube, o futebol e o basquete. Os times dessas modalidades disputavam campeonatos importantes, de âmbito nacional.

Na quadra da rua Visconde do Rio Branco, travar-se-á, sexta-feira, o máximo cotejo da semana, no qual estarão em luta o SPR e o Esperia. O alviceleste, não há dúvida, deverá impor sua melhor classe, da mesma forma que fez o Palestra há pouco, embora com alguma dificuldade no início. Os “ferroviários”, que quase marcaram passo contra o Penha naturalmente procurarão desenvolver um jogo mais eficiente e conseguir um resultado que lhes conceda uma reabilitação, ainda mais contra um quinteto mais capacitado.²²⁰

A notícia acima se refere ao time de basquete. Observemos que os jogadores são chamados de “ferroviários”, e não havia como dissociar a estrada de ferro do time, fosse de futebol ou de basquete. A partida está relacionada a uma batalha, “travar-se-á” ou “em luta”, prática comum no mundo dos esportes, pois que ele gera competitividade. O texto também nos dá a ideia de que o selecionado da São Paulo Railway (SPR) não tinha um time que batesse de frente com os adversários; além de ter sido derrotado na partida anterior, o jornal afirma que o Esperia apresentava um elenco “mais capacitado”. De qualquer maneira, a empresa conseguia marcar sua presença no cotidiano da cidade, fosse nos transportes ou nos esportes, e observamos nos jornais pesquisados, principalmente em A Gazeta Esportiva, que suas publicações contribuíram para que esse processo se efetivasse.

Podiam associar-se ao clube funcionários, aposentados e filhos de funcionários. Os associados deveriam pagar uma mensalidade para usufruir das dependências da agremiação. O Estatuto definia ainda que pessoas que tivessem prestado relevantes serviços ao clube ou realizado donativos também poderiam ser aceitas no quadro de associados, desde que aprovadas pelo conselho. Entretanto, o documento afirma que os funcionários do alto escalão da ferrovia teriam funções de liderança dentro do clube.

²¹⁹ BALBINO, Ana Cristina Alves, op. cit.

²²⁰ “A Gazeta Esportiva”, 03/07/1939. Acervo Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Grande parte da diretoria era formada por ingleses, num nítido controle dos trabalhadores por meio da agremiação, numa relação de poder ocultado. Pertencer ao conselho do São Paulo Railway Athletic Clube significava também ser representante dos interesses da empresa inglesa. O clube era quem mantinha as relações entre patrão e empregado de maneira próxima, sem que os funcionários percebessem que estavam sob domínio e vigilância.

DOCUMENTO 5

CAPÍTULO VII

Da Directoria e suas atribuições

Art. 29 – A Administração do Clube será confiada a uma

Directoria composta de:

Presidente

Vice-Presidente

1º Secretario

2º Secretario

1º Thezoureiro

2º Thezoureiro

Director Esportivo

Eleita anualmente e cujo mandato terminará na posse da Directoria eleita para o anno seguinte e de um Conselho Consultivo permanente composto pelos chefes das diversas repartições da São Paulo Railway Company, que terá como Presidente o Superintendente da Companhia.²²¹

Podemos pensar no controle que os funcionários de alta patente da SPR passaram a ter sobre, inclusive, os momentos de lazer do operário, mas não é o que se observa nas falas do atual presidente do Nacional, Ayrton Franco Santiago e nas de Raphael Martinelli. Eles afirmam que os ingleses gostavam da prática esportiva e por isso fundaram a agremiação, sem distinção. Ou seja, segundo eles, funcionários de todos os níveis hierárquicos da empresa usufruíam, juntos, das dependências do clube. Devemos considerar que a presença de lideranças da empresa no clube era algo planejado, assim, além de criar um ambiente onde todos tinham a impressão de um convívio único, os ingleses consolidaram a ideia de igualdade e amistosidade, tal qual podemos observar nas falas dos entrevistados. Mesmo Martinelli, que participou do sindicato e liderou inúmeras greves, paralisando a ferrovia e batendo de frente com os interesses da empresa, apresenta

²²¹ Estatutos do São Paulo Railway Athletic Clube, 14/02/1924, APESP.

um discurso de morosidade frente às práticas patronais no que se referia ao clube da estrada de ferro. Afirma que fez parte do quadro de diretores do Nacional, cargo que perdeu com o golpe de 64.

Porque a algum tempo, eu era amigo do Jango e eu arrumei Cem mil Reais pro Nacional na época. Eu era diretor de Patrimônio... fui cassado, fui cassado como diretor, arrumei um advogado em 64. E tava tudo certo, tinha conversado com o Jango, ia inaugurar piscina em São Paulo, no Nacional em Jundiaí, e eu ia fazer toda uma passeata com o Jango de carro. De São Paulo à Jundiaí, tava tudo certo, programado, veio a ditadura...²²²

Em sua fala, é possível notarmos a relação mantida com João Goulart.²²³ É comum fazer várias referências a Jango, afirmando que era seu amigo e que até hoje mantém relações com a família do ex-presidente, uma aliança não apenas política, mas também afetiva. No trecho acima, fala que conseguiu verba suficiente para a construção de uma piscina no clube da ferrovia, junto ao governo federal, em mais uma demonstração de proximidade e influência. Observamos que sua história com o clube ia além dos gramados.

Os ingleses estão ligados à fundação de vários clubes pelo país não apenas do futebol, e sim de outras modalidades esportivas. Trouxeram de seu país de origem a prática do vigiar por meio de agremiações, num difundir das práticas de domínio implantadas nas fábricas pós-Revolução Industrial. Na literatura esportiva, é comum encontrarmos referências aos ingleses:

Na época em que o time foi fundado, 45% dos moradores de Santos eram estrangeiros. Destes, mais da metade, portugueses. Os ingleses eram minoria, mas, ao lado dos norte-americanos, controlavam o alto comércio do café, as agências de navegação e os serviços públicos. A influência britânica se notava na arquitetura da cidade, no mobiliário das casas, nas roupas e até no modo de falar. Sem contar, é claro, o gosto pelos esportes, notadamente críquete, tênis, remo golfe, corridas de cavalo e futebol.²²⁴

Em seu texto, Odir Cunha destaca a influência inglesa na cidade de Santos e ressalta “o gosto pelos esportes” dos britânicos. Considero que esse “gosto” devesse ser carregado de interesses econômicos e ideológicos, pois parte das agremiações referiam-se a empresas de controle inglês.

²²² Entrevista concedida em 03 de julho de 2013.

²²³ João Belchior Marques Goulart, primeiro ministro em 1961, presidente de 1962 a 1964.

²²⁴ CUNHA, Odir, op. cit., p. 17.

Inúmeras maneiras foram encontradas pelas ferrovias para monitorarem seus funcionários. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sediada em Rio Claro, também se utilizou desse mecanismo. Em 1896, funda a Sociedade Musical “União dos Artistas”, renomeada, em 1905, para Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia Paulista de Estradas de Ferro. A empresa, observando a grande utilidade do clube, no sentido de controle de seus operários, passou a ajudar a agremiação financeiramente, além de sua diretoria ser composta por altos funcionários da ferrovia. Outros clubes foram fundados na cidade com a participação de ferroviários, inclusive em bairros afastados, como o Anhangás Foot-Ball Club ou o Rio Claro Futebol Clube.²²⁵

É possível ainda observarmos nos jornais da época os campeonatos de futebol amador com clubes ligados às indústrias e às linhas férreas.²²⁶ Todavia, pesquisar as origens dos clubes de futebol ligados às ferrovias não representa tarefa fácil, pois são escassos os trabalhos acadêmicos sobre o tema, mesmo considerando o grande número de agremiações relacionados aos trilhos; além disso, os clubes não demonstram interesses em atender aos pesquisadores, visto que entrei em contato com alguns e não obtive resposta.

O futebol, por vezes, esteve envolto nas lutas sociais de nosso país. Existem exemplos que se perpetuaram na história do futebol, como dos jogadores de futebol frente à Campanha pelas Diretas Já,²²⁷ ou por melhorias em sua condição de jogador profissional, como Afonsinho (ex-Botafogo) pelo Passe Livre;²²⁸ a comemoração de Sócrates (ex-Corinthians) ao marcar gols, quando fazia o punho cerrado; ou do atual movimento de jogadores, o Bom Senso Futebol Clube.²²⁹

²²⁵ TONINI, Marcel Diego, op. cit.

²²⁶ Foram consultadas as edições do jornal Gazeta Esportiva, entre os anos de 1937 e 1941. O futebol era tema de destaque cotidianamente.

²²⁷ A Emenda Constitucional Dante de Oliveira, propunha eleições diretas para presidente da república. A proposta acabou dando origem a um movimento popular, que ficou conhecido como Diretas Já, entre os anos de 1983-84. As ruas das principais capitais foram tomadas pelo pedido de aprovação da Emenda, o que foi rejeitado pelo Colégio Eleitoral.

²²⁸ Afonsinho mesmo enquanto jogava continuou estudando e acabou participando do movimento estudantil, na década de 60. Por conta de seu engajamento político, acabou questionando a situação dos jogadores, que considerava “escravo” de clubes e empresários. Passou a defender o Passe Livre, ou seja, a possibilidade de negociar seu vínculo com o clube que o havia contratado. Na época estava no Botafogo do Rio de Janeiro, o time negou sua saída e o jogador recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, em 1971 tornou-se o primeiro atleta brasileiro a ter passe livre.

²²⁹ Movimento criado em 2013, e extinto em 2016, era formado por jogadores, com o objetivo de lutar por melhorias nas condições do futebol.

O esporte caminhou junto a construção da metrópole e suas lutas sociais. E, da mesma forma que o Estado se utilizou de manobras, a população assim também o fez.²³⁰ O futebol foi repetidamente conduzido politicamente no Brasil, por Getúlio Vargas e pelo governo civil-militar, especialmente na Copa de 70, por exemplo. Em ambos os casos, não só os clubes, mas principalmente a Seleção Brasileira aparecem como projeto de formação da “identidade nacional”. O esporte passou, nesses governos, a ter função de “unidade nacional” e “vigor pátrio”.²³¹

Para alguns pesquisadores, como Guterman, o futebol não deve ser visto apenas sob a ótica alienante, mas considerar o poder social e cultural do esporte no Brasil. O ir às ruas comemorar pode ser avaliado também como momento de explosão, de ocupar os espaços públicos. Para um país onde o povo tem, por vezes, suas ações ignoradas, o futebol representa um mecanismo importante: “Além de ser um mecanismo de atuação coletiva, o futebol no Brasil serve para proporcionar a sensação de vitória às classes que não conhecem outras formas de vencer em meio a um profundo desnível de oportunidades”.²³²

É nesse contexto que as memórias de Raphael Martinelli se apresentam como uma rica fonte de estudos, pois sua trajetória política-sindical nos lembra de um passado em que o trabalhador teve seu cotidiano marcado por reivindicações, golpes de estado e a presença do futebol em meio às transformações. Sua vida percorre vários momentos decisivos da história do Brasil: um caminho que sai dos campos de várzea da Lapa aos porões da Ditadura Civil Militar (1964-85). Em 1964, foi exonerado da ferrovia Santo-Jundiaí, por causa de sua atividade sindical, mas mesmo depois do desligamento forçado continuou vinculado ao Sindicato dos Ferroviários, atuando em prol dos trabalhadores. Carrega sentimentos que vão de vitórias (em relação às conquistas que obteve frente ao Sindicato) e de frustrações (quando fala da atual situação das ferrovias do país).

Quando lembra da Lapa, local onde nasceu e vive até hoje, afirma:

“Eu jogava bem bola, então, tem jogadores na várzea, que agente jogava na várzea né? E ao mesmo tempo..., até lembrei ontem em casa, como era o nome dele..., eu não vou lembrar o nome dele né? Ele pegou: “Ô Lélo, você não quer jogar na SPR? É um time de juvenil, eu tô lá jogando, e tal e tal... por que você não vai lá? Vai numa terça-

²³⁰ GUTERMAN, Marcos, op. cit.; PARDINI, Melina, op. cit.

²³¹ Ver DRUMOND, Maurício, op. cit.

²³² GUTERMAN, Marcos, op. cit., p. 17. A população ocupa os espaços públicos, seja nas comemorações, seja para protestar como em 2014, quando o país foi assolado por inúmeras manifestações contrárias à Copa do Mundo FIFA

feira lá, treinar... não sei o quê... Na terça-feira ...” Eu sempre fui ponta esquerda e ele foi meia esquerda, eu já na várzea jogava com ele, ele era meia e eu ponta, então já era uma ala que vinha jogando... e tal... Fui treinar e tudo mais, e aprovei, e aí sempre ele na meia e eu na ponta esquerda, já na SPR, aí fui aprovado e fiquei anos jogando com ele e só jogava na várzea, sempre com ele também né?... Na Lapa...”.²³³

Ele evidencia o bairro da Lapa em vários momentos de suas entrevistas, um lugar importante para sua história. A várzea é uma referência para Martinelli, lembra o tempo todo dos momentos que jogou nos campos de terra batida. Veio de uma família comunista e de ferroviários, seguiu a tradição familiar e também se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, iniciando sua trajetória sindical dentro da SPR, seguindo uma tradição política de sua família. Em suas memórias, afirma que a Lapa era um bairro italiano, por conta disso, um reduto anarcossindicalista, com forte presença de socialistas, comunistas e anarquistas. No entanto, em suas falas nunca se esquece de suas experiências com o futebol:

“Porque eu jogava bola desde moleque, a única coisa que eu fazia bem era futebol, o pessoal fala que é política, mas é o contrário, futebol era de fato...era ponta esquerda, meu pai era ponta esquerda também, meu pai... E ele era canhoto e eu nasci canhoto também, então o canhoto tem sempre um q diferente das outras áreas né? Meu pai 39 anos de ferrovia, meu irmão mais velho aposentou na ferrovia, tudo SPR, meu pai entrou na... em 1910 que ele entrou, porque ele casou em 1914 com a minha mãe, ele casou com a minha mãe em 1914, já era ferroviário, entrou na pintura, o irmão dele foi chefe da calderaria, Pedro Martinelli. O meu irmão mais velho André foi aposentado na fundição da Lapa, o Dante ele aposentou como anistiado, porque em 49 foi mandado embora na greve de 49 [...]”.²³⁴

Relata de forma saudosista suas experiências com os esportes “a única coisa que eu fazia bem era futebol”. Também as lembranças do pai se entrelaçam ao futebol e à ferrovia. Parece não haver distinção, pois assim como o pai “era canhoto”. Há várias referências ao pai e à família, principalmente aos irmãos. Mas existe uma distinção, enquanto o pai e os irmãos eram exemplos de luta e militância, a relação de Raphael Martinelli com os próprios filhos é diferente. Apesar de ser citado por eles como exemplo de honestidade, nenhum seguiu a militância do pai. Em seus depoimentos à Comissão Estadual da Verdade, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), evidenciam o trauma que as experiências do pai lhes causaram. Devemos considerar que as constantes

²³³ Lélo é o apelido de Raphael Martinelli. Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

²³⁴ Ibidem.

viagens enquanto sindicalista, a clandestinidade no pós-64, período marcado por fugas e a prisão, ficaram marcados de maneira traumática. Reconhecem a importância da luta do pai, mas assumem que tal experiência deixou feridas.

Pouco tempo depois de entrar para a ferrovia, em 1941, teve de abandonar o futebol, época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) em que a estrada de ferro precisava funcionar de segunda a segunda. Para Martinelli, eram tempos difíceis, pois o Brasil deixou de receber o carvão da Inglaterra e ao mesmo tempo as locomotivas alimentadas com o minério não podiam parar.

Em seus relatos, cita o momento em que um funcionário da SPR disse a seu pai: “ou seu filho larga o futebol ou será demitido”, e ele optou pela estrada de ferro, visto que a condição social de sua família o obrigou a tomar esta decisão:

Joguei quase toda a vida, mas não fui profissional porque entrei na SPR. Entrei na ferrovia porque jogava. Não podia faltar no domingo. Tempo de guerra. Eu faltei dois domingos, porque eu jogava fora e jogava na SPR. Faltei dois domingos. Não treinava. Porque na fábrica Tupy – era inglesa – eles me licenciavam toda terça pra ir treinar na SPR. A Tupy era inglesa e liberava pra ir treinar na SPR e a SPR não me liberava nada. Era tempo de guerra. Depois era locomotiva, era dezesseis estruturas, maquinistas, isto e tal... carvão, lenha. Não vinha mais carvão da Inglaterra. Todas as máquinas foi transformava em lenha. Eu participei de tudo isso, essa luta. Então você analisa, eu faltei dois domingos. Meu pai era da pintura, oficina da Lapa, Oficina Geral 3500, meu pai era do setor de pintura. O Camilo chamou “O Máximo...”. Meu pai era Máximo, mandou vir e falou: “Máximo, se teu filho faltar mais um domingo, vai pra rua”. Assim mesmo! Antigamente era assim... e aí não faltei mais...²³⁵

Apesar de trabalhar no escritório, Martinelli também estava na ferrovia aos domingos.²³⁶ Segundo ele, em tempos de guerra o trabalho era dobrado. Percebemos em sua fala o tamanho da estrutura da empresa: na oficina da Lapa trabalhavam 3.500 funcionários; era a maior, mas havia Jundiaí e Paranapiacaba, que também comportavam grande número de ferroviários.

Sua experiência no time da SPR só confirmou seu amor pelo esporte. Enquanto jogava no clube, durante a semana, saía do escritório da empresa e ia participar dos treinos, entre o final da tarde e início da noite, e aos domingos ocorriam os jogos. Eram partidas preliminares, que aconteciam antes dos jogos oficiais do Campeonato Paulista. Apesar de o São Paulo Railway Athletic Clube pertencer à empresa, observamos tensões

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ Foi contratado em maio de 1941.

entre os trabalhos na ferrovia e o futebol. A prática esportiva deixa de ser importante a partir do momento que ela afeta o rendimento da estrada de ferro, que estava mais interessada nos lucros obtidos com a guerra do que com as práticas do clube, principalmente se isso afetasse seus funcionários. E aí observamos as tensões entre o trabalho produtivo e o futebol.

Com 14 anos eu jogava lá, ou antes de 14 anos... Da bola... eu era moleque, já jogava. Em 41 eu entrei na ferrovia, eu jogava na SPR, mas a própria ferrovia não me licenciou, você lembra? Porque na Tupy eu trabalhei um ano... lá na Tupy. Então na Tupy os ingleses me licenciavam. Na Vidraria Santa Marina eu já jogava no juvenil do SPR. Com 14 anos eu entrei na Vidraria Santa Marina... então com 13 anos eu já jogava no juvenil da SPR, então você bota: 41 entre na ferrovia, saindo da Tupy, então em 40 eu tava na Tupy, em 39 na Vidraria Santa Marina... que eu sou de 24, 24...²³⁷

Portelli enfatiza que a entrevista consiste no momento em que diferentes experiências se encontram;²³⁸ nesse caso, eu e Martinelli. Quando ele pergunta “você lembra?”, ele refere-se aos outros momentos em que estivemos juntos e nos quais ele havia me contado algo. O que evidencia o quanto tivemos conversas próximas. E eu não interferia quando ele repetia as mesmas histórias, porque sei que, para ele, contar novamente era importante, pois tem orgulho de seu passado.

Martinelli queixa-se que os ingleses não o dispensavam para jogar no time, enquanto que a Tupy e a Vidraria Santa Marina permitiam sua saída. A Fábrica de Artefatos de Aço Tupy era uma empresa inglesa que o dispensava todas as terças-feiras, às 14h00, para os treinos. E assim também ocorreu na Santa Marina. As funções, desempenhadas nessas fábricas eram de operário na linha de produção. Quando chegou à SPR, foi trabalhar no escritório, segundo ele, porque sabia utilizar a máquina de escrever.

A guerra afetou inúmeros setores do país não apenas a economia e a política, mas também clubes, agremiações, sociedades de bairro, tudo o que estivesse diretamente relacionado ao conflito. Ao declarar guerra ao Eixo, o governo Vargas implantou uma série de restrições às comunidades dos países liderados pela Alemanha.²³⁹ Por exemplo, clubes de grande popularidade tiveram seus nomes alterados: o Palestra Itália mineiro e o paulista, passaram a se chamar, respectivamente, Cruzeiro e Palmeiras; imigrantes foram perseguidos e tiveram seus hábitos transformados por conta da intolerância, que

²³⁷ Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013.

²³⁸ Entrevista com Alessandro Portelli, *Revista Historiar*, Universidade Estadual Vale do Acaraú, vol. 4, nº 4 (jan./jun. 2011), op. cit.

²³⁹ O Eixo era formado por Alemanha, Itália e Japão.

fora alimentada pelo Estado brasileiro; o clube de São Paulo acabou sendo acusado de estrangeiro e de traidor da pátria.²⁴⁰

Martinelli é torcedor do Palmeiras e em suas falas, quando menciona o time, o chama de Palestra, como parte da torcida. A memória não se apaga, perpetua práticas e costumes, pois mesmo depois de tantos anos a antiga referência ao clube não se apagou da memória coletiva.²⁴¹

Le Goff, ao lembrar Hobsbawm, afirma “a função social do passado”, e que este existe para ser revisitado, valorizado e trazido à contemporaneidade:

Se a ligação com o passado pode admitir novidades e transformações, na maior parte dos casos o sentido da evolução é percebido como decadência ou declínio. A inovação pode aparecer em uma sociedade sob a forma de um regresso ao passado: é a ideia-força das “renascenças”²⁴².

A referência ao passado transformou o presente. As falas de Rafael Martinelli e de todo palmeirense os fizeram comemorar a mudança do nome de uma importante via da cidade, perpetuado na memória do clube. O Palmeiras ainda é o Palestra Itália.

Abandonando o futebol, Martinelli decidiu seguir a carreira de ferroviário, e em pouco tempo já estava ligado ao sindicato da categoria, o que anos mais tarde residiria em sua principal atividade: líder sindical em âmbito nacional. Começou trabalhando cedo, como toda criança pobre da época, e a mãe costumava dizer: “trabalho não mata ninguém”²⁴³; fazia bicos como engraxate e entregador de pães aos 12 anos de idade – o primeiro emprego formal foi na Indústria de Produtos Químicos Sucury – e como grande parte dos meninos brasileiros, a brincadeira favorita era a bola. Nas palavras de Bastos:

Mas é claro que a grande paixão dos garotos – e de Léló, é claro! – era a bola. Ela representava o desejo de consumo de dez entre dez meninos daquela época; esperada, muitas vezes, como presente de Natal – quando Papai Noel traria o tão cobiçado brinquedo. Enquanto Papai Noel não vinha, restava à garotada confeccionar bolas de meia ou de outras coisas, desde que servisse para chutar e fazer gol²⁴⁴.

Casou-se em 27 de dezembro de 1947, com Maria Martins, e foi morar no Piqueri, mas logo depois mudou-se para Jundiaí; para completar a renda, jogou no São João de Jundiaí, time que disputava a 2ª divisão do Campeonato Paulista. O sogro foi contra, mas

²⁴⁰ CAMPOS JR., Celso de. *1942: o Palestra vai à guerra*. Santos, SP: Realejo Edições, 2012, p. 24-25.

²⁴¹ Em 2015, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a mudança de nome da Rua Turiassu (local onde está localizado o estádio do Palmeiras), para Rua Palestra Itália.

²⁴² LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 202-203.

²⁴³ BASTOS, Roberto Gicello Bastos, op. cit.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 58.

argumentou: “Sr. João, o sr. vai ouvir o que vou falar agora: o sr. sabe o que significa pra um jogador uma bola pingando no canto, na direção dele? Eu encho o pé [...]” O pai de sua companheira considerava que futebol não era coisa de homem sério, que não dava futuro. Mas para Martinelli, além de ser sua grande paixão, jogar no São João significava completar o salário:

No São João, eu treinei lá. Um jogador que foi um espetáculo no Palestra, Afonsinho, eu treinava, driblava, jogava bem na ponta esquerda... Aí veio me corrigir... “Pô, você tá driblando demais”, eu falei “Olha quem fala, você era o maior driblador no Palmeiras, eu te conheço...” São coisas da vida...²⁴⁵

Martinelli afirma em muitas das suas falas que foi um bom jogador de futebol, alimentando assim o imaginário acerca de sua experiência com o esporte, idealização confirmada em sua biografia; além disso, em muitas de suas entrevistas começa contando suas experiências com o futebol. Ele relembra possibilidades de “um vir a ser” numa projeção do sonho de ter sido atleta profissional. Contar essas histórias concretiza e alimenta um imaginário de que suas experiências estejam atreladas ao esporte e de que sua condição de menino pobre o separou de seu grande desejo: ser jogador profissional num grande clube.

A partida de futebol é um rito e por isso torna-se tão fascinante aos espectadores. O campo é local de liberdade, onde o torcedor exprime todos seus anseios:²⁴⁶ o futebol é uma “guerra” simbólica:

Seu caráter guerreiro transparece em diversos indícios. A linguagem usada nele tem expressões significativas, como “matar a bola”, “matar a jogada” ou “matar o jogo”. O jogador encarregado de fazer a maior parte dos gols da equipe é o “artilheiro”, o “matador”, o carrasco dos adversários. O representante do time junto ao árbitro é conhecido por uma patente militar, “capitão”.

²⁴⁵ Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013.

²⁴⁶ FRANCO JR, Hilário, op. cit. Esta reflexão de Franco Jr., fez-me lembrar de um momento onde fui com minha mãe à Vila Belmiro ver o Santos jogar, era um clássico paulista, o time da baixada contra o São Paulo da capital. No segundo tempo, estávamos próximo ao gol do adversário, cujo goleiro era Rogério Ceni. Numa partida de futebol as pessoas realmente libertam-se de todas as amarras e evidenciam, por vezes, aquilo que a sociedade tradicional repudia. Minha mãe proferiu palavras ofensivas ao goleiro do São Paulo, não apenas ela, mas muitos que estavam no estádio, afinal ali é a “terra da liberdade”, onde é comum expor tudo aquilo que é tão reprimido numa sociedade dita “conservadora”. Mesmo minha mãe, pessoa de mais idade e que segue os padrões considerados corretos, naquele momento, transgrediu os valores defendidos por uma sociedade cristã, mesmo indo na manhã seguinte à Igreja, pedir “perdão” pelas ofensas proferidas. “A atuação do torcedor no rito de futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras”. Ibidem, p. 214. O autor ainda nos lembra que “Se em todo fenômeno humano existe ‘uma representação da sociedade por ela mesma’, segundo a expressão do historiador Roger Chartier, talvez a mais totalizante das representações seja o futebol”. Ibidem, p. 222.

... o jogo apresenta ambientação de claro sentido militar. A arena onde se desenrola é cercada por escudos, bandeiras, hinos e “gritos de guerra” das torcidas... a localização (das torcidas) no estádio, atrás de uma das metas, é escolha estratégica para numa etapa da partida estimular seus atacantes e na outra etapa intimidar os atacantes adversários.²⁴⁷

Se futebol é “guerra”, ele também é festa, e como em toda festividade há tensões em seu preparo e durante as partidas. O futebol contribuiu na formação de Rafael Martinelli, evidentemente que pelo fato de pertencer a uma família de comunistas suas referências são muito mais politizadas do que a da maioria dos garotos de sua época, mas gosta de contar que ganhava pouco ou nada como jogador. O esporte, segundo ele, ajudou a forjar seu espírito de conjunto e garra. Não serviu apenas na contribuição de sua formação, mas também para abrir as portas da SPR. Diferentemente dos membros da família, que eram operários na estrada de ferro, foi contratado para trabalhar no escritório da Estação da Luz, e por sua popularidade em decorrência da época do futebol, afirma ter conseguido formar uma chapa vencedora no sindicato dos ferroviários. O grupo formado por membros do Partido Comunista lutava não apenas por salário, mas também por melhores condições de trabalho. Segundo ele, a renda dos ferroviários havia caído muito após a encampação da estrada de ferro pelo governo brasileiro.

Trajetória bem diferente do diretor do Nacional. Quando indagado sobre sua participação no sindicato dos ferroviários, ou em greves, Ayrton F. Santiago diz não ter participado por conta de seu cargo na empresa, mas que sempre apoiou a luta dos trabalhadores.²⁴⁸ Ele gosta de falar do clube, local onde várias gerações de sua família marcaram presença, como o avô, o pai e agora, ele:

A minha trajetória no Nacional é desde que eu nasci, porque eu sou a quarta geração na ferrovia, e desde o meu avô, ele fazia parte do clube né? Foi diretor, aquele negócio todo, meu pai a mesma coisa, então desde pequenininho eu frequentei, o clube era ligado a ferrovia né? E eu também trabalhei na ferrovia... sou ferroviário desde que me formei, então minha vida está toda ligada à ferrovia e a ferrovia ligada ao clube, esse foi o elo...²⁴⁹

Sua entrada na SPR ocorreu em 1967 e, como Martinelli, também é descendente de imigrantes, mas de espanhóis. Não sabe dizer ao certo quando o avô entrou para a

²⁴⁷ Ibidem, p. 237-238.

²⁴⁸ Dias depois dessa entrevista, estive com Martinelli, e ele me afirmou que o presidente do Nacional não passava de um “pelego”, e que nunca apoiou as greves. A entrevista com Ayrton F. Santiago foi importante para perceber divergências no clube, pois Martinelli, por exemplo, o frequentava apenas por conta do futebol, enquanto Ayrton aspirava ascensão na diretoria da agremiação.

²⁴⁹ Entrevista concedida em 16 de julho de 2013.

ferrovia, mas o pai teria ingressado em 1928, ano em que o avô já estava aposentado, ou seja, a entrada do avô remete-se ao século XIX. Assim como a maioria dos garotos, também sonhou em ser jogador de futebol, mas sua trajetória o levou a outro caminho: formou-se engenheiro, foi trabalhar nos escritórios da ferrovia e depois nos bastidores do clube, onde está até hoje:

Joguei até certo ponto, joguei no Nacional na parte de amadorismo, e fui... o estudo não era compatível na época, a não ser para grandes craques..., não participava de política ou futebol, minha vida foi praticamente mais na parte esportiva, participei da federação de futebol, da federação de futebol de salão...²⁵⁰

Quando Santiago passou a integrar a diretoria do clube, afirma que não interferia nas questões apenas do futebol, mas de todas as outras modalidades praticadas na agremiação. Com relação à política, salienta que nunca havia se interessado, que preferia ficar com questões ligadas ao esporte. Na verdade, a vida do presidente do Nacional, sempre esteve às voltas com questões políticas, pois seu papel frente ao clube já é de um posicionamento que requer debates, alianças, propinas,²⁵¹ ou ainda relações com políticos.²⁵²

O Nacional não se restringia apenas aos esportes em seus tempos áureos, havia também uma discoteca em suas dependências, uma “domingueira para a juventude” como afirma o presidente, além de outras práticas esportivas. Segundo Ayrton, os clubes perderam este status de reunião entre amigos e famílias com a construção de condomínios, o que obrigou o Nacional a virar um clube-escola. O fim da concessão inglesa na ferrovia resultou no início da decadência do São Paulo Railway Athletic Clube. A situação agravou-se com o declínio da própria ferrovia, pois o clube era mantido pelos sócios, em sua maioria, ferroviários.

Para Ayrton F. Santiago, vários outros fatores como o fato de as mulheres da classe média saírem para trabalhar e os finais de semana serem destinados não aos clubes, mas a trabalhos domésticos; o aumento do poder aquisitivo da população, em que maior

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ Em 2015 Ayrton F. Santiago foi acusado de cobrar até 6 mil reais para atletas jogarem no time titular do Nacional. “Ex-técnico do Nacional detalha máfia na base”, bananeirasonline.com.br/noticias/8/ex-tecnico-do-nacional-detalha-mafia-na-base.html

²⁵² O atual presidente do Nacional teria ligações com o ex-deputado federal Mendes Botelho (PTB-SP), que supostamente recebeu vantagens para manter afiliados em cargos de ferrovias paulistas, em troca teria votado a favor de mudança constitucional, no governo do presidente José Sarney. “Deputado troca voto em 5 anos por nomeação”, www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/123525/16%20a%2019%20de%20marco%20-200079.pdf?sequence=1.

número de pessoas adquiriu imóveis no campo ou na praia, constituem elementos que contribuíram para a crise das agremiações. Apesar de afirmar sua origem humilde, o diretor do Nacional evidencia-nos valores burgueses em suas falas. E a respeito daqueles que frequentavam no Nacional afirma:

Era um ambiente familiar, o Nacional sempre foi um clube familiar, primeiro por causa da ferrovia né? E grande parte dos associados do Nacional são ferroviários, então muitos já se conhecem do trabalho né? Sempre foi tudo aberto à sociedade, total aberto à sociedade, uma grande parte era de ferroviários que já se conheciam e existiam campeonatos internos e existem até hoje Olimpíadas Ferroviárias no Nacional, na época era Rede Ferroviária Federal, depois CBTU, hoje é CPTM... era um clube de classe média, onde existiam pessoas tanto de um nível superior, quanto de um nível inferior, baseado principalmente nas categorias da ferrovia, que não distinguia ninguém, até hoje não se distingue, tanto faz um funcionário de uma carreira menos importante, quanto um funcionário maior, todos convivem praticamente juntos...²⁵³

As afirmações do presidente do Nacional demonstram certa contradição, pois inicialmente afirma que “era um clube de classe média”, e posteriormente diz que todos os funcionários frequentavam a agremiação. Sua fala também evidencia certo preconceito quando afirma que o clube era frequentado por pessoas de “nível superior” e de “nível inferior”. Percebemos que, enquanto a estrada de ferro era controlada pelos ingleses, havia maior participação dos funcionários no clube, mas após a encampação da ferrovia pelo governo federal o São Paulo Railway Athletic Clube, que passou a se chamar Nacional, começou a ser frequentado apenas por parte dos trabalhadores. Isso se deve, possivelmente, porque não recebia mais os subsídios da empresa por ter de caminhar apenas com as contribuições dos associados, o que resultou num aumento significativo das mensalidades, excluindo parte dos ferroviários, havendo, dessa maneira, um esvaziamento da agremiação.

Hoje, o Nacional é um clube voltado para descobrir “novos craques”. Existe uma escolinha de futebol para crianças e adolescentes. O time participa de categorias de acesso do futebol paulista, não havendo participação em campeonatos de âmbito nacional. Parte do espaço é alugada para eventos e partidas de futebol não profissional, para isso existe um campo paralelo, com grama sintética e refletores, o que contribui para a renda do clube.²⁵⁴

²⁵³ Entrevista concedida em 16 de julho de 2013.

²⁵⁴ No primeiro semestre de 2017, o Nacional foi campeão da Série A3 do futebol paulista, e subiu para a Série A2, algo que não acontecia desde 2007. O que faz com que o clube seja procurado por muitos meninos, pois a ascensão no futebol de São Paulo, torna-se uma vitrine de âmbito nacional.

Uma importante fonte de estudo da trajetória de Raphael Martinelli reside, sem dúvidas, em seu livro de memórias. Ali é traçado um paralelo entre sua história e o contexto de sua vida. O livro, por vezes, parte para discussões relacionadas a questões econômicas, políticas e sociais, numa dinâmica interna e externa ao país, pois o jornalista considerou que faziam parte da trajetória do dirigente sindical. Além disso, há falas encontradas do jornalista e escritor Roberto G. Bastos e de Raphael Martinelli, algo que dificulta a leitura, nos forçando a ter grande atenção, para não confundir as narrativas. Quando me apresentou o projeto do livro, afirmou que: “Primeira página vai ser a casa de madeira, na rua 12 de Outubro, número 1, minha mãe e meu pai lá na frente, com dois cachorrinhos no quintal [...] esse começo eu quero que fica”, mas a imagem foi retirada do início da biografia. As imagens se concentram ao final do texto. Em nossos encontros, ele gostava de ler fragmentos do livro em produção, explicar as imagens e dali lembrar de suas histórias:

Na vida eu comecei... trabalhei na Vidraria Santa marina, que é na Lapa né? Entrei na Tupy Lona. Eu conheço! Na Tupy Lona fui ajudante de ferreiro. (Mostra uma foto) Aqui é uma vassoura. Tinha que ter a marreta e não a vassoura (risos). E eu... (mostra uma cicatriz em uma das mãos e emite sons de marretadas) com a marreta e uma lasca saiu da.... Costuma sair lasca da... e entrou aqui (mostra a cicatriz). Quase que varou desse lado. Fui pro hospital, moleque né... 15 anos. Todo mundo socorreu. Fui pro hospital, vasculharam, vasculharam. Pegou a lasca aqui... estou lembrando... (risos)²⁵⁵

Enquanto folheava as páginas onde estavam digitadas parte de sua história, lembrava de passagens de sua vida e gostava de contá-las. Martinelli muda de assunto constantemente, exigindo que eu ficasse muito atenta às suas falas e por isso as gravações foram tão importantes.²⁵⁶

O futebol perpassa vários momentos do livro, desde a infância, com o sonho de ser jogador de futebol; à adolescência, fase em que jogou no time da SPR; e à fase adulta, permeada por períodos de presença do esporte. Desde bicos para completar a renda; ou em jogos ligados à ferrovia, como na foto tirada, em 1963, no Chile com a Seleção Brasileira Ferroviária; ou depois de liberto, em 1974, numa fotografia tirada num campo de terra batida no bairro paulista de Pirituba, com os camaradas ferroviários.

Bastos nos diz que:

²⁵⁵ Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013.

²⁵⁶ Mudar de assunto rapidamente é uma de suas características, no depoimento à CNV, por exemplo, os entrevistadores tinham que trazê-lo aos temas iniciados, constantemente.

O futebol esteve presente – de modo intenso e apaixonado – na infância e juventude do inquieto Lele. De modo que ele foi chamado logo que perceberam seu talento na ponta-esquerda para jogar no juvenil do São Paulo Railway – time criado pelos ingleses e que a partir de 1936 iniciaria sua participação oficial no Campeonato Paulista. Entretanto, ele passou pelo Corinthians do Anastácio, rival dos times de seus amigos da “Lapa de baixo”.²⁵⁷

Nessa passagem, observamos duas questões relevantes, primeiro a conotação atribuída a Martinelli: o “inquieto Lele”. A inquietação atribuída pelo autor é fator constante na vida de nosso personagem; sua ansiedade o leva a não se conformar e continuar lutando pelos ferroviários brasileiros. Outra questão presente no fragmento é a constatação de sua participação nos times de várzea. Nas entrevistas, afirma que a várzea fez parte de sua formação. Além da visão romanceada do ex-jogador, “logo que perceberam seu talento”. Em uma das fotos do livro, observamos uma em que ele aparece compondo o time do União Marinheiro da Lapa, imagem de 1941, mesmo ano que deixou o time da SPR.²⁵⁸

IMAGEM F



Martinelli é o penúltimo agachado.

Como observamos na imagem, os times de várzea eram organizados, tinham sede, escudo, uniformes. Muitos jornais de bairro e até mesmo alguns de grande circulação, como A Gazeta Esportiva, divulgavam os campeonatos. Hoje a várzea perdeu espaço para o futebol dominado pelo grande capital. É óbvio que existe resistência: os campeonatos em campos de terra batida não morreram e aos domingos esses locais são ocupados pelos amantes do esporte. No livro de memórias, Bastos afirma que:

²⁵⁷ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 60-61.

²⁵⁸ IMAGEM E - Ibidem, p. 485.

Foi trabalhar na Vidraria Santa Maria... Ali os menores trabalhavam em turnos. Entretanto, o período da Santa Maria ficaria mais em sua memória por ter sido a fase de sua juventude em que começou a jogar futebol em clubes reconhecidos. Chegou a jogar em clubes profissionais e era um ponta-esquerda que prometia muito. Mesmo num período em que os salários dos jogadores profissionais não alcançassem as fábulas milionárias do futebol de hoje... o futebol já fazia parte de um mundo alternativo para que a juventude pobre almejasse uma vida melhor para si e para sua família... Lele permaneceu, entretanto, ainda atado ao trabalho na vidraria. E como todo bom menino-operário sentia no futebol mais um prazer presente do que um sonho futuro, a despeito do reconhecido talento e da indiscutível elegância com a bola nos pés.²⁵⁹

Existe um saudosismo ao referir-se a Raphael Martinelli, “indiscutível elegância com a bola nos pés”, é possível que tenha sido um bom jogador, mas o fato é que não chegou ao profissional, sua participação restringe-se ao juvenil do time da SPR ou em clubes de várzea. Em suas falas, ele salienta o fato de ter de optar pelo futebol incerto ou pelo emprego como ferroviário, escolhendo a segunda opção. Apesar de o pai e os irmãos serem ferroviários, é a entrada no time do São Paulo Railway Athletic Clube que mudaria sua vida não como jogador de futebol, mas sua entrada para o escritório da empresa. Somada às experiências com a política em casa e no bairro, a vida o levaria para o cargo máximo de um operário ferroviário: a liderança do sindicato.

O esporte é tão presente em suas falas que até mesmo nos relatos do período em que esteve no cárcere cita o esporte. Foi preso em 1970, ano em que o Brasil foi Campeão Mundial de Futebol, no México. Em suas memórias sobre a prisão, nos relata que as seções de tortura eram permeadas pelos jogos da Copa. Mesmo durante os espancamentos, os agentes da repressão não deixavam de assistir às partidas da Seleção.

Quando indagado sobre as discussões políticas dentro do clube de ferroviários, Martinelli afirmou que isso não ocorria, pois falar de política era algo clandestino. Cita o exemplo do próprio PCB, o qual permaneceu parte de sua história na clandestinidade. Assim, organizar-se era algo que requeria muito cuidado e o clube era um local arriscado. Apesar de os comunistas que trabalhavam na ferrovia frequentarem a agremiação, eles procuravam não tocar em questões políticas, afinal, era local onde engenheiros estavam no mesmo ambiente em que maquinistas, por exemplo.

As perseguições àqueles que pensam diferente dos que estão no poder ocorrem com grande frequência. Em 2014, ano da Copa do Mundo de Futebol da Fifa no Brasil, também foram lembrados os 50 anos do golpe, e debates ocorreram a fim de discutir e

²⁵⁹ Ibidem, p. 65-66.

refletir os dois temas, futebol e ditadura. Em um desses eventos, tive a oportunidade de assistir três ex-jogadores que sofreram as mazelas de um regime ditatorial e tiveram suas vidas marcadas pela intolerância e a violência: Afonso Celso Garcia Reis (Afonsinho), José Reinaldo de Lima (Reinaldo) e Fernando Antunes (Nando).²⁶⁰ Cada um narrou suas experiências frente à repressão. Afonsinho era constantemente vigiado e foi coagido inúmeras vezes; Reinaldo teve sua atenção chamada por lutar pelos direitos dos atletas; e Nando viu sua carreira ser encerrada, pois os representantes do estado brasileiro, ameaçaram o futuro de seu irmão Zico no futebol, caso ele continuasse no esporte e principalmente a fazer declarações relacionadas à política.

Dos três jogadores, Afonsinho acabou se destacando em minhas inquietações, pois além de ter sido ávido defensor do Passe Livre, ou seja, do fim das amarras que ligavam jogadores a clubes, era defensor da ideia de que o atleta deveria ter liberdade para mudar de time. Também fundou, nos anos 70, um time de amigos – dentre eles muitos jogadores – chamado Trem da Alegria, cujo objetivo era contestar a falta de liberdade no regime ditatorial; e num questionamento às práticas coercitivas do futebol que prendiam os jogadores nas concentrações, por exemplo.²⁶¹

A Democracia Corinthiana também se destacou frente às lutas de jogadores, na busca pela tão sonhada liberdade dentro do futebol. Mais um movimento que objetivava questionar as imposições dentro do esporte,²⁶² construindo um marco na história futebolística.²⁶³ José Paulo Florenzano, em seu estudo sobre o movimento considerado de rebeldia dentro do Corinthians, afirma que houve a tentativa de podar o pensar do jogador,

²⁶⁰ O 2º Simpósio Internacional de estudos sobre o Futebol: “Expressões, memórias, resistência e rivalidades”, ocorreu no Museu do Futebol, no Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, em 16/05/2014.

²⁶¹ O nome do time deve-se ao fato de Afonsinho ser filho de ferroviário, e ter passado parte de sua vida numa casa a beira da via férrea no interior de São Paulo.

²⁶² Hoje, numa referência à Democracia Corinthiana, a ideia é de algo bom ocorreu para o futebol e para a sociedade como um todo, pois os jogadores que fizeram parte daquela geração lutaram por seus direitos dentro do clube, e levaram a luta para as ruas, quando participaram da campanha pelas Diretas Já, em 1984. Para Le Goff, “Para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça ou os temores em face do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes [...]”. LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 263. O imaginário popular esta, desta maneira, por vezes, relacionado a momentos de alegria e satisfação, assim representa o movimento da Democracia Corinthiana, para o futebol nos dias atuais.

²⁶³ Segundo Tom Cardoso, não é unânime, entre os pesquisadores, a ideia de que a Democracia Corinthiana era politizada e de que os jogadores estavam engajados na luta pelo retorno da democracia no Brasil. Lutaram por maior liberdade dentro do clube, mas a questão ganhou contornos que saíram dos muros do Parque São Jorge (sede do time), e ganharam as ruas, quando foram chamados para participarem dos comícios em defesa da Emenda Dante de Oliveira, que propunha o retorno de eleições diretas para presidente. CARDOSO, Tom. *Sócrates: A história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

pois este devia apenas jogar. Segundo ele, o “monopólio do saber” está reduzido à comissão técnica, e não ao elenco:

... o processo de modernização do futebol brasileiro, deflagrado em meados dos anos 60, revelava como um de seus vetores principais a expropriação do saber do jogador, provendo-o cada vez mais de velocidade, força muscular e resistência física, ao mesmo tempo em que se lhe subtraía a atividade de pensamento.²⁶⁴

O esporte passou a fazer parte das estratégias do estado brasileiro no processo de alienação. O golpe civil-militar de 64 mostrou-se o grande estrategista dessa construção ideológica no período: o futebol como instrumento alienante. Mas não foi o que a prática mostrou. Assim como afirma Florenzano, o esporte apresentou-se como fio condutor politizante não apenas no time do Parque São Jorge, liderado por Sócrates, mas também nas ações e falas de esportistas, como Afonsinho, por exemplo. Mesmo a Seleção Brasileira, intensamente utilizada pelo governo do presidente Médici,²⁶⁵ demonstrou suas práticas de rebeldia. Apesar das imposições dentro da Seleção, como a demissão do técnico João Saldanha, crítico do governo e da contratação de Zagalo para o cargo, os jogadores reuniram-se no quarto de Pelé e organizaram o esquema tático do time durante a concentração, no Rio de Janeiro, para a Copa do México, em 1970.²⁶⁶

O texto de Florenzano desenha o mapa da oposição dentro do futebol brasileiro, citando exemplos da luta de atletas por melhorias, como os pioneiros, as Seleções da Argentina e Uruguai, além de clubes brasileiros, Flamengo e Bahia, nos anos 70. Observamos, dessa maneira, que o esporte consegue tornar-se ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que foi utilizado por governos como máquina de manobra, significou a luta de jogadores pela liberdade, num questionamento às práticas repressoras de dirigentes e governo. Além, é claro, de simbolizar local de libertação, os estádios tornam-se local de manifestação, com forte sentimento de pertencimento das pessoas. Evidentemente, que fenômeno parecido ocorre com clubes, pois, diversamente da Seleção, essas agremiações conseguem atingir as pessoas de maneira ainda mais direta. Os times passam a ter forte laço com a região em que estão instalados, o bairro é quase uma extensão do nome do clube: Santos de Vila Belmiro, Juventus da Mooca, Fluminense das Laranjeiras, São Paulo do Morumbi.

²⁶⁴ FLORENZANO, José Paulo. *A Democracia Corinthiana – práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010, p. 21.

²⁶⁵ O general Emílio Garrastazu Médici, governou o país de 1969 a 1974.

²⁶⁶ *Ibidem*.

O futebol foi utilizado como mecanismo de manobra em alguns momentos de nossa história, mas deve-se considerar também que, ao mesmo tempo, significou luta, forjada em meio à população. Mas isso é motivo de controvérsia, discussões e debates acalorados, seja no boteco da esquina, seja nas salas da Academia.

Martinelli encontrou espaço para militância e emprego na ferrovia, por conta de sua influência familiar. O vínculo com os pais e irmãos o levam à essa trajetória, de maneira que dará forma a sua luta política. Evidentemente que esse caminho poderia ter sido trilhado fora da ferrovia, pois já era militante do PCB, mas foi no universo da São Paulo Railway Company que iniciou sua carreira profissional e pôde chegar à liderança do sindicato da categoria. O futebol, tornou-se, assim, apenas uma passagem, à qual considera importante em sua vida e gosta de contar com nostalgia.

CAPÍTULO 2

Do futebol à São Paulo Railway: O Sindicalismo

Em 1941, o sonho de Raphael Martinelli de ser jogador de futebol extinguiu-se quando se viu obrigado a escolher entre o futebol e a ferrovia, apesar de ser uma escolha difícil, optou pela segunda. Decisão influenciada pela origem humilde, pois o futebol até aquele momento não se mostrava garantia de sustento, já a ferrovia, era a certeza de emprego; além disso, parte da família já trabalhava na São Paulo Railway (SPR). Ele daria continuidade à tradição de ferroviários do núcleo familiar. Assim como grande parte do operariado paulista, na primeira metade do século XX, era filho de imigrantes italianos, e as fábricas e ferrovias eram destino comum entre os trabalhadores estrangeiros na cidade de São Paulo. Apesar de grande parte ter seguido rumo ao interior, para as fazendas de café – durante os fluxos imigratórios – um número significativo ficou na capital, compondo a mão de obra da indústria paulista.²⁶⁷

As experiências de Martinelli no bairro operário da Lapa e as próprias relações familiares dentro de casa formaram o ambiente onde o líder sindical começou a ser forjado. Nasceu e viveu a maior parte da vida no bairro da Lapa, saiu dali poucas vezes: quando foi representante da Federação Nacional dos Ferroviários e membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ambos com sede no Rio de Janeiro; além do período de clandestinidade no governo civil-militar instaurado a partir de 1964. Hoje continua a viver, na “minha Lapa de baixo”, como gosta de dizer. O sentimento de pertencimento ao local de nascimento é grande em suas falas.²⁶⁸ O bairro apresenta duas características distintas: a Lapa de baixo e o alto da Lapa, numa nítida divisão social. Enquanto a primeira é formada por fábricas e moradias populares, a segunda compõe-se por famílias com melhores condições econômicas, alta e média burguesia. O início do século XX marcou a segregação entre os grupos sociais na capital paulista, dando origem a bairros considerados “nobres” e locais de moradia popular.

²⁶⁷CARONE, Edgar. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2001. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 3ª edição. MARTINS, Luis Carlos. “Urbanização, industrialização e favelas: O Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas”, in Revista *Projeto História São Paulo*, nº 53. Mai-Ago 2015, p. 210 a 226. revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25158

²⁶⁸Em suas entrevistas afirmou inúmeras vezes que seu próximo livro seria sobre o bairro que muito contribuiu para sua formação.

Embora a elite e os trabalhadores vivessem relativamente próximos uns dos outros, havia uma tendência de a elite ocupar a parte mais alta da cidade – em direção ao espigão central onde se localizaria a Avenida Paulista – e os trabalhadores viverem em áreas mais baixas, ladeando as margens dos rios Tamanduateí e Tietê e próximos ao sistema ferroviário²⁶⁹.

A Lapa representava um dos muitos bairros operários em São Paulo. No final do século XIX, quando se iniciou o processo de industrialização paulista, nasceram as vilas operárias.²⁷⁰ Parte desses bairros (residenciais), formados pelos próprios industriais e compostos em sua maioria por imigrantes, objetivava controlar o operário, ideal que por vezes agia na contramão de seus idealizadores, visto a organização dos proletários. A Lapa está localizada na região oeste da capital paulista e fomentava grande aglomeração de trabalhadores, pois ali era local de trabalho, moradia e diversão.

Thompson, em *A formação da classe operária inglesa*, nos afirma que a massa de operários reunidos no mesmo espaço resultava numa nova forma de relação social.²⁷¹ Dessa maneira, o operariado conseguia articular-se e organizar-se; eram comuns eventos culturais, escolas e jornais criados dentro das fileiras dos trabalhadores, e sempre impulsionados pelos sindicatos; além, é claro, do próprio movimento anarquista, que em muito contribuiu para a luta operária. As reivindicações a respeito das carências legitimavam-se por meio dos sindicatos, outros reclamos tornavam-se possíveis a partir daquela experiência. Assim, a nova ordem operária formava-se, principalmente a partir das décadas de 30 e 40, com uma nova realidade industrial no país, em especial nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

No período em que Martinelli era apenas um garoto, as experiências, o cotidiano nas vilas e bairros criavam um clima propício a debates e luta política e na Lapa grupos de esquerda, como comunistas e anarquistas, encontraram um rico ambiente para movimentos de resistência operária. Não apenas sindicatos, agremiações políticas partidárias, mas também times de várzea ou apenas o bate-papos nos portões das casas, práticas essas, por vezes clandestinas: era a virada da década de 30 e vivia-se a ditadura varguista do Estado Novo.²⁷²

²⁶⁹CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000, p. 214.

²⁷⁰CARONE, Edgar, op. cit. Alguns bairros compunham o conjunto de aglomerações operárias entre o final do século XIX e início do XX, dentre eles: Brás, Bixiga, Barra Funda, Lapa e Mooca.

²⁷¹THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa – II a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 4ª Edição.

²⁷²Estado Novo: 1937 a 1945.

Assim como numa citação de W. Cooke Taylor em Thompson “Há energias vigorosas adormecidas nessas massas [...]”.²⁷³ Em 1941, o movimento operário brasileiro estava de mãos atadas por conta da ditadura estadonovista. Amordaçado, o trabalhador encontrava em seu próprio cotidiano brechas para os debates políticos: resistir às adversidades era algo que fazia parte dessas experiências.²⁷⁴

Quando questionado por Antônio Abujamra, em seu programa *Provocações*, de como teria conseguido chegar à liderança sindical, Martinelli afirmou:

Eu já tinha na minha família alguns companheiros, irmãos que pertenciam ao Partido Comunista, já em 41. Então eu tive, a influência da própria casa, da própria família e de alguns democratas que moravam na Lapa... comunistas expulsos da Itália de Mussolini.²⁷⁵

A família e o próprio bairro compuseram um cenário de vivências fundamentais para sua formação política sindical. Para Thompson, em sua análise a respeito da formação do operariado inglês, é necessário olhar para os pequenos grupos de trabalhadores no processo de formação da classe operária, como sintetiza na frase: “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada”.²⁷⁶ Algo que pode ser redirecionado ao Brasil na década de 40, quando o governo Getúlio Vargas iniciou um processo de investimento na indústria, contribuindo para o aumento do operariado, principalmente nas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo. A nova política varguista e a Segunda Guerra Mundial representaram fatores que impulsionaram o crescimento da indústria do país, pois o Brasil passou a fornecer artigos industrializados para a Europa, ou a produzir produtos que não eram mais importados por conta do conflito europeu.

Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), Martinelli relembra as experiências da infância e fala sobre as histórias de luta em sua família, lembra de quando os operários da Vidraria Santa Maria entraram em greve, e seu avô materno, que tinha um restaurante, ajudou os grevistas:

...o restaurante foi indo, aí posso dizer que um dos motivos também, é onde existe, naquela solidariedade do ser humano, ele abriu, o restaurante, ele sustentou a greve

²⁷³ Ibidem, p. 13.

²⁷⁴ Parte dos imigrantes que chegaram ao Brasil, entre final do século XIX e início do XX, representavam grupos perseguidos em seus países de origem, além de operários e camponeses que buscavam melhores condições. Fugiam de situações de crise econômica e guerras, como por exemplo, durante as unificações da Itália e Alemanha. Ver DEAN, Warren, op. cit.

²⁷⁵ Entrevista ao programa da TV Cultura/SP, *Provocações*, em 9 de outubro de 2012. www.youtube.com/watch?v=ZJt6_xH8En4

²⁷⁶ THOMPSON, E. P., op. cit., 1987, p. 18.

da Vidraria Santa Marina um ano, todo mundo comendo no restaurante dele, com aquela promessa: “*Quando voltar a trabalhar, nós pagamos.*” Quase ninguém pagou, etc. e tal, a polícia entrou na casa da minha mãe, minha mãe contava isso, quer dizer, ela contava certas coisas que marcou para mim, porque a polícia entrou na casa dela, porque o pai é que sustentava, no restaurante, todos os grevistas, entrou, gozado, ela contou o seguinte: que eles vieram com uma certa brutalidade, ela com os cinco irmãozinhos, claro, porque o parto daquela, daquela que morreu, morreu, era menina, acabou morrendo. Então, com aquela pressão, é certo que vai a polícia, entrou, seria o oficial, o Sargento, que era o oficial, um negão, diz que era um negro, ficou bravo com todo mundo: “*O que vocês têm que está a pressionar essa família? Não está vendo? São crianças e tal.*” Aquele negócio no soldado, que ela contava isso, quer dizer, eu tenho uma raiva de farda...²⁷⁷

Observamos que a transcrição do depoimento foi feita de maneira a respeitar as falas do depoente, em alguns momentos existe o registro de *ininteligível*, numa referência às falas nas quais, durante a transcrição, não foi possível o entendimento tanto do entrevistado quanto das entrevistadoras. Isso é comum nas gravações, pois às vezes o depoente fala num tom mais baixo, a boca não fica numa posição em que o gravador possa captar a voz da melhor maneira, o que dificulta a transcrição. É importante destacarmos que algumas questões comprometeram a transcrição, pois o apelido de Raphael Martinelli, Lélo, foi transcrito para Nélio, ou ainda, Paranapiacaba, por vezes é chamada pelo entrevistado de “Parana”, um costume em referência à pequena vila na Serra do Mar, mas a transcrição assume “no Paraná”, numa alusão ao estado brasileiro, o que se deve ao pouco conhecimento a respeito da vida e cotidiano do entrevistado.

No trecho citado acima, Martinelli nos mostra outros elementos de suas experiências: as memórias de sua avó evidenciam que a família apresentava uma história de luta que influenciou diretamente o futuro líder sindical, que termina dizendo: “tenho uma raiva de farda”. A repressão policial foi marcante em sua vida, desde as narrativas da avó até suas prisões na idade adulta. Um trauma que carrega até hoje.

O crescimento demográfico e o desenvolvimento industrial contribuíram para o aumento das periferias e favelas nas principais cidades do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Esse processo ocorreu segundo o que Luís Carlos Martins chama de “hierarquização dos espaços”, ou seja, a população pobre foi empurrada para regiões de

²⁷⁷ Depoimento colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), 30/09/2014. A entrevista foi feita pelas pesquisadoras Ariana Bazzano de Oliveira e Raíssa Wihby Ventura. O texto não está marcado com numeração nas páginas, mas sim por linhas, por isso, utilizarei as numerações de linhas. Linhas 44 a 57.

desinteresse da elite, locais afastados dos centros das cidades.²⁷⁸ No período em que Martinelli iniciou suas atividades no sindicato dos ferroviários – na segunda metade da década de 40 –, assistiu-se à transição do país da condição de uma economia dependente da agricultura para um avanço industrial.

A maior parte dos trabalhadores que cruzaram o Atlântico e desembarcaram no Brasil era formada por operários ligados ao movimento sindical, os quais, perseguidos em seus países de origem, na América vinham formar novas formas de luta e sobrevivência. Mas ao chegarem em terras brasileiras também conheceram a perseguição e a violência do Estado. Desde as primeiras décadas do século XX, o governo brasileiro, em reação às organizações sindicais, criou órgãos e decretou leis que tentaram conter o avanço sindical no país.

Raphael Martinelli gosta de contar as histórias de luta na ferrovia – mesmo aquelas que não viveu – num passado em que o sindicalismo ainda estava nascendo no país. Em uma de suas entrevistas, leu um fragmento de seu livro de memórias que ainda estava sendo produzido,²⁷⁹ um trecho que conta a história da primeira greve de ferroviários na Estrada de Ferro Paulista de Jundiaí, em São Paulo, em 1906. Uma greve que, segundo ele, durou quinze dias e se espalhou por todo o estado. Após a leitura, comentou:

Você está entendendo? Você vê como é as coisas né? Não conseguindo que queriam, que a greve foi anunciada com propósito pacífico... (continua a leitura)

Esse é o comentário que eu coloco, e vai embora, são coisas que historicamente... então fica a critério.²⁸⁰

O objetivo da leitura era mostrar-me o quanto a ferrovia apresenta um histórico de mobilizações em que o trabalhador se organizava e, mesmo com a violência do Estado, os ferroviários não se curvavam. Assim, quando chegou à presidência do sindicato pôde dar continuidade a esse passado de batalhas em favor dos direitos dos trabalhadores. E, para ele, fica a critério de cada um considerar essa luta. No depoimento à CNV, expôs a importância do papel sindical na conscientização dos trabalhadores e de toda a população:

...13º, é folga, o próprio povão estava simpático, porque o movimento grevista normal é aquele que você fala a programação, vai nas oficinas, discute sessão por sessão: “Olha, nós estamos pedindo tanto, o Governo não quer dar, é por isso, por aquilo,

²⁷⁸ MARTINS, Luís Carlos, op. cit.

²⁷⁹Sobre memória ver MOURA, Irene Barbosa de. “São Paulo: memória e identidade”. In AVELINO, Yvone Dias e FLÓRIO, Marcelo. *Polifonias da cidade. Memória, arte e cidade*. São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

²⁸⁰ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

estamos brigando, olha, se não der vamos parar.” Nós, de trem, corria os trem carregados de gente: *“Olhe, vocês estão viajando e tudo mais, mas, olha, nós estamos brigando com o patrão, se ele não der, dia tal vai parar, vamos, aguenta aí.”* Essas coisas não se fez mais, a gente parava por telefone, está entendendo?²⁸¹

Ele nos evidencia a importância em discutir junto ao trabalhador a necessidade de mobilização e luta. Falar diretamente com o operário, mostrar em que pé andavam as negociações. Além disso, ter o apoio popular também se torna importante. Segundo ele, é necessário trazer a sociedade para o lado dos trabalhadores, num reconhecimento da luta sindical. Murilo Leal nos lembra que os operários possuíam uma consciência de classe, pois organizaram-se, mobilizaram-se e lutaram por seus interesses nos movimentos de luta, na primeira metade do século XX, desconstruindo a ideia de um trabalhador alienado, que, oriundo do meio rural, aceitava as imposições dos patrões na cidade.²⁸²

A memória é construída ao longo do tempo e da ação de elementos sociais. Existe a preocupação de Raphael Martinelli em registrar sua história, a partir de sua ótica, e não deixar nas mãos daqueles que apenas escrevem a história. O registro de suas memórias, de suas experiências, é a garantia de um não manipular dos registros, de que não seja forjado por parte daqueles que querem manter apenas uma versão dos fatos. É necessário antes de tudo aceitar o passado. Quando Portelli pesquisa sobre o massacre nazista ocorrido em Roma, em 1944, ao entrar em contato com pessoas que tiveram alguma ligação com o evento, nos afirma que o episódio levou alguns à luta política (no que ele classifica como a luta por memória) e outros, ao silêncio.²⁸³ Para Martinelli, a militância é o resgate da memória sobre o que passou, as experiências não devem ser esquecidas, e por isso considera importante o debate.

Eunice Nodari também discute a respeito da construção da memória.²⁸⁴ Segundo ela, memória e identidade são usadas como manobra pelo Estado brasileiro em alguns momentos, em especial durante as ditaduras:

Durante o Estado Novo, tanto a memória como a identidade foram utilizadas para homogeneizar a memória e a identidade nacional. Os discursos do governo e as suas

²⁸¹CNV, op. cit., linhas 626 a 632.

²⁸² LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

²⁸³ PORTELLI, Alessandro. “História, memória e significado de um massacre nazista em Roma”, op. cit.

²⁸⁴ NODARI, Eunice Sueli. “A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina”. In *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 12, n. 1-2, jan. - dez. 2009. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, p. 157 a 176.

ações reforçaram a ideia da construção de uma “nova” identidade nacional. Nesse momento histórico em especial, tanto as identidades como as memórias são construções políticas e sociais, e devem ser tratadas como tais.²⁸⁵

A autora afirma que cabe ao historiador decodificar as identidades, para desvendarmos as relações que criam e mantêm a memória. Dessa forma, a história figuraria como o contraponto da memória. Martinelli considera importante registrar suas memórias e apresentar sua própria versão a respeito dos fatos, cabendo ao historiador observá-las e decodificá-las.

No primeiro governo Vargas, houve uma diminuição da participação operária nos sindicatos, isso teria ocorrido por conta da repressão policial, pois a perseguição aos sindicatos e a seus membros era uma realidade, fato que intimidou os trabalhadores a engrossarem as fileiras das agremiações sindicais.²⁸⁶ Era comum sindicalistas serem presos, acusados de práticas subversivas.²⁸⁷ A criminalização dos movimentos sociais era uma realidade praticada pelo Estado brasileiro e que teve sua continuidade confirmada pelas políticas públicas nos anos subsequentes,²⁸⁸ e que infelizmente ocorre até os dias atuais. Ainda é possível observarmos manifestações populares sofrerem com a repressão policial por todo o país. A criação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1924, apenas aumentou o leque de instrumentos de controle e repressão. Vigilância a sindicatos, prisões e deportações passaram a ser cada vez mais comuns.

Os DOPS foram criados no intuito de investigar e punir ações de natureza política, numa evidente ação do governo brasileiro de cercear quaisquer ações contrárias às políticas instauradas. Com a chegada de grupos de esquerda entre os imigrantes, sentiu-se a necessidade de criar um aparato repressivo aos grupos considerados “indesejáveis”.

Para conseguir apoio popular, parte dos trabalhadores foram seduzidos pelas leis trabalhistas do presidente Vargas, e o governo brasileiro deu início a uma política conhecida como Populismo.²⁸⁹ Apesar de estarem num regime de exceção, criaram-se leis

²⁸⁵Ibidem, p. 157.

²⁸⁶AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista – Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

²⁸⁷ Segundo Azevedo, mesmo depois da promulgação das leis trabalhistas, a repressão aos operários continuou. Em 1931, por exemplo, um levante de oficiais da Força Pública teria ocorrido para impedir as comemorações do Dia do Trabalhador. Ibidem.

²⁸⁸ O Conselho de Segurança Nacional fazia constante vigilância dos movimentos sindicais nos anos do governo do presidente Juscelino Kubitschek, e emitiu inúmeros relatórios contra organizações sindicais e o direito a greve. OLIVEIRA, Nilo Dias de, op. cit.

²⁸⁹ A partir da década de 1930 nasce na América Latina, o Populismo, política que perdurou por décadas em vários países latino-americanos, seus principais expoentes foram Getúlio Vargas no Brasil, Lázaro Cárdenas no México e Juan Francisco Peron na Argentina. Tal política consistia em governos autoritários,

que beneficiavam os trabalhadores, numa tentativa de legitimar o governo por meio do apoio popular. Evidentemente que devemos estar atentos para o fato de as leis trabalhistas no Brasil serem decretadas em decorrência da histórica luta do próprio trabalhador. Para manter o controle do operário, instaurou-se o peleguismo no sindicalismo brasileiro.²⁹⁰ Antigas reivindicações trabalhistas foram atendidas, mas, ao mesmo tempo, o operariado fora amordaçado.

A gente formava as oficinas da Lapa, tinha as seções: montagem, calderaria, pintura, ferraria. Tinha tudo. Então a organização, vamos dizer, tanto política quanto sindical. Você organiza a seção. Você pega a seção de base, dos companheiros mais ligados, que tem o secretário sindical, tem o secretário de propaganda, secretário de finança... são essas coisas que existiam na ferrovia. Então a gente criava as organizações, em cada seção. Depois dessa seção, isso tudo era formado em Santos, em Jundiá. Em todos os lugares da ferrovia. Aí reunia todos esses companheiros da mesma tendência e criava o Comitê de Empresa. É claro... a nossa vida né? Vem o movimento sindical, o Dutra cassou todo mundo. Foi todo mundo cassado. Acabou-se a liberdade. Acabou tudo. Eu costumo dizer politicamente que foi a influência do Imperialismo Americano. Porque já os Estados Unidos, pensava na terceira guerra, porque ele era o único que tinha as bomba atômica.²⁹¹

No trecho acima, Martinelli explica como os comunistas iniciaram a formação sindical na ferrovia, o que os levaria ao controle da organização. A ideia consistia em formar núcleos nas seções da estrada de ferro, ir ocupando pouco a pouco, a base era importante. Ela iniciou-se a partir da sessão que apresentava trabalhadores mais organizados e politizados, dali se espalharia a outros setores. Também existia preocupação com a influência dos EUA, segundo ele, uma aliança entre estadunidenses e o governo brasileiro levou a uma grande perseguição aos movimentos sindicais e aos

mas com forte apelo popular por conta de medidas adotadas, como implantação de leis trabalhistas e criação de empresas públicas, que serviam de propaganda desses regimes. No governo Vargas, o Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) contribuíram para a construção da figura de populista do presidente. SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, 13ª edição. Ver também IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

²⁹⁰ Raphael Martinelli usa constantemente a palavra pelego para referir-se aos sindicalistas que não defendem os trabalhadores, a expressão é de uso comum dentre os sindicalistas. Nas definições de Maurício Tragtenberg: “Pelego é uma pele de carneiro curtida. Pode ser também cabra ou de outros animais que possuam peles macias. É usado sobre a sela do cavalo para amaciá-la e, assim, impedir que o trotar do animal maltrate as nádegas do cavaleiro. Em nosso país, atribui-se, ainda, à palavra outro significado, devido à semelhança de utilidade: pelego é o dirigente sindical que, comprometido com determinações oficiais, coloca-se entre o governo e os integrantes de sua categoria, servindo como amortecedor dos conflitos de classe ou sociais” TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009, p. 412.

²⁹¹ Entrevista ao programa da TV Cultura/SP, *Provocações*, em 9 de outubro de 2012.

comunistas. O contexto internacional acaba sendo uma de suas preocupações. No período em que dirigiu o sindicato dos ferroviários viagens e intercâmbios com movimentos de esquerda fora do país eram comuns.

É necessário considerar a trajetória de luta do sindicalismo brasileiro que, mesmo com pouco tempo de atuação, considerando-se a primeira década do século XX, marcou-se por inúmeras conquistas. O olhar sobre a resistência dos trabalhadores requer apreciar todos os seus personagens. Claudio Batalha, em seu estudo *O movimento operário*, nos afirma que pensar em sindicalismo e operariado no Brasil, nos primeiros anos de nossa República, é logo associado ao anarquista imigrante, desconsiderando a atuação do próprio trabalhador brasileiro. Para o autor, foram, ambos, os responsáveis pela luta e, conseqüentemente, por sua organização:

Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; nas periferias dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e de infra-estrutura; ou, ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas... via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais.²⁹²

A organização desse trabalhador esteve pautada pela repressão policial e pela violência, de forma mais acentuadas em São Paulo. Segundo Batalha, isso ocorria porque o Rio de Janeiro era a sede do governo, estando mais propenso às pressões populares em caso de excessos por parte do Estado. Com o advento do governo republicano, em 1889, o trabalhador passou a se constituir em forma de sindicatos, os quais, por vezes, traziam outras denominações, tais como: grêmio, liga, união, entre outros. As categorias sindicais estavam organizadas por cidades e a primeira tentativa de criar uma organização em âmbito nacional ocorreu em 1906, com a Confederação Operária Brasileira (COB).

O ano de 1922 é importante para o movimento sindical brasileiro, pois marca o nascimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB); contudo, apesar de sua contribuição, não podemos esquecer do importante papel do movimento anarquista, que já vinha organizando os trabalhadores (escolas, teatros, agremiações, jornais), e levaram à maior greve que São Paulo já conheceu, em 1917. A presença combativa dos anarquistas levaria a uma disputa, entre eles e os comunistas, pela liderança dos sindicatos. Mas a crise de 1929 esfriou os ânimos, o aumento da repressão e a convulsão econômica mundial

²⁹² BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 11.

acarretaram numa paralisia da organização operária.²⁹³ A crise levou a uma mudança no direcionamento político partidário brasileiro e, juntamente, nas relações entre Estado e movimento sindical.²⁹⁴

O golpe em 1930 da Aliança Liberal²⁹⁵ e a chegada de Vargas ao poder, levaram a uma sequência de leis trabalhistas, cujo objetivo era atrair o trabalhador. Medidas como a criação do Ministério do Trabalho deram início à formação do primeiro conjunto de leis trabalhistas, que seria chamada de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As práticas do governo evidenciavam o controle do operariado e preparavam o terreno para a implantação de uma ditadura.²⁹⁶ As manobras do presidente visavam o fim da independência sindical e a eliminação da influência comunista-anarquista das lutas dos trabalhadores, “incorporar o proletariado à sociedade”, sempre em nome da “ordem e progresso”.²⁹⁷

As incorporações do governo, em relação às leis que beneficiavam os trabalhadores, representavam uma novidade na história política brasileira, resultado, evidentemente, da luta dos trabalhadores, mesmo considerando os verdadeiros interesses em relação aos decretos. Vargas conseguiu impor-se frente ao governo e atrair a população. Apesar dos avanços em relação às leis trabalhistas, os sindicatos estavam sob o controle do Estado. O operário teve de encontrar brechas para se organizar e sociedades de ajuda nasceram, temas sobre os quais Martinelli falou em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV):

... tinha a clandestinidade, você sabe, quer dizer, o Getúlio criou o sindicato nosso em 1932, então, antes de 32, existia a Sociedade Mútua de Assistência ao Ferroviário, vamos dizer, era organismos que se tinha, de esquerda, eles não sabiam que era de esquerda, mas, era uma sociedade, tudo mais, não é isso? Você contribuía, contribuía, contribuía, não tinha, não tinha previdência, não tinha médico, não tinha nada, vamos dizer, um companheiro ficava doente, a Sociedade Mútua de Assistência, os

²⁹³ Segundo Hobsbawm os sindicatos irão acompanhar as instabilidades econômicas. Se os países apresentam problemas na economia, o movimento sindical também sofre com baixas. “O gráfico do número de membros de virtualmente todos os movimentos sindicais, por exemplo, parece uma série de degraus inclinados, ou de largos vales interrompidos por picos agudos, ou uma combinação de ambos; muito raramente ele é uma simples inclinação ascendente”. HOBBSAWM, Eric J., *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 156.

²⁹⁴BATALHA, Claudio, op. cit.

²⁹⁵ Os principais candidatos para as eleições presidenciais de 1930 eram: Júlio Prestes, pelo Partido Republicano Paulista (PRP); e Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal (grupo formado por lideranças políticas dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba).

²⁹⁶NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

²⁹⁷Ibidem, p. 32.

companheiros, (ininteligível) e ia na casa do companheiro: “*O que é que tem, o que não tem?*” Isso sempre existiu. Então, eu sou lapiano, na Lapa, a maioria das nossas assembleias, já no meu tempo e tudo mais, era na Associação Mútua da Lapa, que era do passado daquele tempo que eles, veja você. Então, não podia avançar o sinal, porque quem avançou o sinal, estava preso, Marighella preso, todo mundo preso, um colosso de gente presa, quer dizer, o problema é o seguinte: então, vamos ver, vem a luta ferroviária, com todas essas transformações e tudo mais...²⁹⁸

A Sociedade Mútua de Assistência do Ferroviário foi a entidade que antecedeu a organização sindical. Ele afirma que a entidade era de esquerda, e clandestina, pois os comunistas estavam proibidos de participarem de qualquer organização de trabalhadores. A ausência de auxílio por parte do poder público fez com que os próprios operários criassem mecanismos de sobrevivência. Observamos um sentimento solidário, era necessário unirem-se para sobreviver, “e ia na casa do companheiro”, ou seja, havia grupos que visitavam companheiros que estavam doentes ou passando necessidade, para dar a assistência necessária e possível. Essa união fez com que já na década de 50 o sindicato dos ferroviários se tornasse o maior do país.

A partir de 1937, o país conheceu mais uma ditadura, agora não mais velada como as anteriores,²⁹⁹ mas assumida pelo governo, que justificaria “o golpe dentro do golpe”³⁰⁰ como uma necessidade em decorrência da “ameaça comunista”,³⁰¹ o Estado Novo. Iniciou-se, mais uma vez, a perseguição aos comunistas. Devemos considerar que o PCB, mesmo nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, continuou na ilegalidade. Prática que confirmava o posicionamento do presidente de não legitimar a democracia, mas sim um governo que chegou ao poder de forma ilegítima e que apenas esperava o momento certo para implantar uma ditadura, segundo o modelo ideológico tão admirado por ele, o fascismo italiano. Nas palavras do presidente:

Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz de nossa formação espiritual, só

²⁹⁸CNV, op. cit., linhas 283 a 295.

²⁹⁹Considero que os primeiros anos da República brasileira configuraram-se em ditaduras, pois os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, apresentaram administrações autoritárias e reprimiram com violência qualquer forma de manifestação contrária a seus governos. Além de não terem sido escolhidos pela maioria da população para governarem o país.

³⁰⁰“Golpe dentro do golpe” porque Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930, por meio de um golpe de estado, e as vésperas de ocorrerem eleições, o presidente decretou o Estado Novo (1937 a 1945), anulando as possibilidades de um pleito e anunciou sua permanência no cargo por tempo indeterminado.

³⁰¹Por conta da Intentona Comunista – em 1935 os comunistas liderados por Luís Carlos Prestes, iniciaram um levante para tomar o poder no país, mas foram desarticulados pelo governo Vargas -, o Estado brasileiro forjou uma tentativa de golpe comunista, que ficou conhecido como Plano Cohen, em 1937, e anunciou a necessidade de maior intervenção política, decretando um regime de exceção.

podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade.³⁰²

O trecho acima refere-se à parte do discurso do presidente ao anunciar à população brasileira a necessidade de intervenção, numa justificativa para a instauração da ditadura do Estado Novo. Notamos em sua fala que o Partido Comunista Brasileiro não havia saído da ilegalidade por questões ideológicas, posta em prática oficialmente pelo Estado brasileiro a partir de 1937. E o próximo governo, Eurico Gaspar Dutra, apenas daria continuidade à perseguição aos comunistas.

Em meio às convulsões políticas do país, Raphael Martinelli foi contratado como ferroviário, em 25 de maio de 1941. Suas funções restringiam-se ao escritório da São Paulo Railway (SPR), na Estação da Luz, como escriturário. No entanto, quando podia, saía de sua sala e caminhava entre os trilhos, os galpões e as oficinas: era apaixonado pelas locomotivas e seu funcionamento. Como nasceu e cresceu no bairro da Lapa, a ferrovia fazia parte de seu cotidiano mesmo antes de ele entrar para seu quadro de funcionários. Os trilhos cortam o bairro, e ouvir o apito das locomotivas sempre fez parte de sua vida. Barros narra que:

Tudo isso gerava um profundo fascínio no menino Lele, um adolescente que nasceu e cresceu em meio ao burburinho dos foguistas, maquinistas e outros ferroviários, e o apito diuturno que o acompanhou desde os primeiros anos...

Mas o que mais prendia sua atenção eram as sôfregas tarefas dos operários das oficinas e o trabalho quase insano de corrigir estes problemas em tempo suficiente para não paralisar as atividades da ferrovia. Os operários mal-remunerados e com sobrecarga de horas em suas jornadas de trabalho...³⁰³

Claro que, mesmo sendo jovem, ao entrar na SPR já era fortemente influenciado por uma ideologia comunista, em decorrência de sua experiência familiar. Mas o contato direto com a exploração dos trabalhadores apenas alimentou sua vontade política sindical/partidária. Aos dezesseis anos, já pertencia ao quadro do PCB, como Martinelli mesmo afirma, a militância começou em casa:

Lógico que nós tínhamos toda uma influência do Partido Comunista. A minha família era do Partido e eu também já era. A vitória da União Soviética (na 2ª Guerra

³⁰² NETO, Lira, op. cit., p. 256. Discurso pelo rádio de Getúlio Vargas, em 31 de dezembro de 1935.

³⁰³ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 69. Ainda hoje Martinelli mora às margens da estrada de ferro. De seu apartamento é possível ouvir o trem e suas composições passando.

Mundial), o espírito democrático de revolução contra a ditadura (de Getúlio Vargas) estava no Brasil todo. Prova é de que Getúlio caiu, um negócio maravilhoso...³⁰⁴

Observe que Martinelli nos fala em democracia contra o governo Vargas, sendo grande admirador de Stálin. Para ele, não há problema nenhum em defender o stalinismo, pois “foram os soviéticos que derrotaram o nazi fascismo”. Uma ditadura em prol dos trabalhadores e contra a exploração burguesa é válida, segundo sua ideologia. Em entrevista à Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmou:

... com a vitória da União Soviética, com a vitória dos comunistas, que eles falam, eu costumo dizer: até aí era tido que os comunistas comia criança, que não sei o que, tomava casa dos outros, que eram, era uma taxaço de, muito, muito ruim mesmo, quer dizer, em tudo achavam que os comunistas não tinham proveito e, com a vitória da União Soviética, mostrou o contrário, como aquele país que não tinha, era ignorante, conseguiu derrotar o nazi fascismo? E com a morte de 25 milhões de companheiros, dos melhores que eu considerava como homens, comandantes, a prova é que ficou os oportunistas lá, por isso dizem que eu sou stalinista, que eu sou, eu falo que sou stalinista mesmo, porque o Stalin morreu em 53, quem é que ficou lá? Aqueles oportunistas que não foram na guerra, nem nada, os melhores quadros, porque nós, quem tem experiência, vamos dizer, patriótica mesmo, para se ganhar uma batalha dessa, você coloca os melhores quadros que você tem, as melhores armas, os melhores homens, os melhores isso, para você vencer o nazi fascismo, as tropas de Hitler, que quem vê filme, não era brincadeira não, era de matar mesmo, os homens, não era fácil vencer e venceu, mas, morreram 25 milhões, puxa vida.³⁰⁵

Martinelli destaca que, apesar de toda a construção negativa em torno do comunismo, os soviéticos venceram a guerra e mostraram ao mundo a força comunista; porém, a vitória trouxe um amargor, pois os “melhores” morreram em combate e a URSS ficou nas mãos dos “oportunistas”. Enquanto muitos passaram a ser críticos do governo stalinista, quando os crimes de Stálin vieram à tona, ele mantém suas opiniões convictamente:

Eu sou conhecido, o pessoal me admira, ou me critica... eu continuo dizendo que sou stalinista. Eu falo isso porque tem certas horas que eu vejo na minha andança política né! Certas críticas à URSS, etc. Tudo bem. Mas se não tivesse o Stálin, até na época da guerra e tudo, e o regime que o Stálin implantou, vamos dizer que têm os seus erros, tem os seus erros... Mas um regime que teve a força suficiente para derrotar o nazi fascismo.³⁰⁶

³⁰⁴ Ibidem, p. 87.

³⁰⁵ CNV, op., cit., linhas 262 a 277.

³⁰⁶ Programa *Provocações*, op., cit.

Martinelli reconhece os erros da URSS stalinista – ele mesmo afirma inúmeras vezes a necessidade da autocrítica –, mas considera importante a vitória sobre o nazismo, algo sempre sufocado pela visão estadunidense da guerra de que teriam sido eles, os EUA, que derrotaram as tropas de Hitler.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial levou ao próprio estrangulamento do governo Getúlio Vargas. O Estado Novo enviou tropas para Europa, e nossos soldados lutaram ao lado dos Aliados.³⁰⁷ O posicionamento do presidente abriu caminho para os debates promovidos pela oposição e inúmeros questionamentos passaram a ocorrer pela imprensa e até mesmo nas ruas do país ocorreram manifestações contrárias ao governo. Os próprios militares retiraram o apoio ao presidente frente à queda do Eixo. Em citação à Góis Monteiro, principal articulador da retirada de Vargas do poder, o militar evidencia o desejo pelo fim do Estado Novo: “Não se pode compreender que o Brasil, que nesse momento combate as nações totalitárias, permaneça sendo ele próprio um Estado totalitário”.³⁰⁸

A derrota do Eixo contribuiu para a queda de Getúlio, que, pressionado pela oposição, renunciou. Em outubro de 1945, o presidente se afastou e um governo provisório foi organizado por Góis Monteiro, que pôs à frente da presidência o ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. As eleições de dezembro do mesmo ano elegeram o general Eurico Gaspar Dutra, com 55% dos votos.³⁰⁹ O pleito também escolheu um novo parlamento, e o PCB elegeu nove deputados e um senador.³¹⁰ O Partido Comunista saiu da clandestinidade, numa tentativa do Estado brasileiro de evidenciar a democracia no país, e o partido pôde concorrer às eleições. Mas a euforia durou pouco.

Dutra, com seu discurso “democrático” e populista, cassou a esquerda e colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade. Assim, os primeiros anos do jovem Lelé na SPR foram marcados por crises políticas e perseguições. Havia uma grande preocupação por parte da direita,³¹¹ com a chegada dos comunistas ao poder, por isso era

³⁰⁷ O governo brasileiro foi pressionado pelos Estados Unidos a declarar guerra ao Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. Além das pressões, o vizinho do norte, concedeu vultoso empréstimo para o Brasil, cerca de 50 milhões de dólares, dinheiro empregado na construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, além de uma agência para criar mecanismos de aproximação com o país. TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NETO, Lira, op. cit.

³⁰⁸Ibidem, p. 453.

³⁰⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³¹⁰Ibidem.

³¹¹ O conceito de “direita” aqui defendido refere-se à grupos que possuem o poder político e econômico, e que defendem uma estrutura marcada pelas características do capital, estão representados, principalmente, nas figuras de ricos proprietários e banqueiros, por exemplo.

necessário se articular, afinal, a ascensão da URSS no pós-guerra era significativa. Assim, em 1948, criou-se a Escola Superior de Guerra (ESG), os militares sentiram a necessidade de iniciar o fortalecimento das Forças Armadas e o mapeamento dos movimentos sociais.

O governo Dutra³¹² iniciou um momento particular da história política brasileira. Um período que é comum aparecer na bibliografia com a expressão “governo democrático”, algo discutível, pois o Brasil optou por se alinhar ao bloco capitalista, liderado pelos EUA, e retomou a perseguição aos comunistas.³¹³ O governo iniciou uma série de medidas truculentas, reprimindo movimentos sociais fechando instituições comunistas,³¹⁴ como o banimento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e a interdição de quatrocentos sindicatos: todos os mandatos do Partido Comunista, no pleito de 1945, foram cassados e o partido posto na ilegalidade novamente.

Eram quase dez horas da noite quando a mesa proclamou o resultado da votação: por 169 a 74, estavam cassados os mandatos. Os deputados do PCB subiram nas mesas e protestaram... Foi o símbolo do adeus dos camaradas... Escondido na zona norte carioca, Marighella recomeçava tudo de novo.³¹⁵

A cassação dos deputados, por parte do Congresso Nacional, evidenciou os caminhos a serem percorridos pelo governo, e Carlos Marighella, assim como o partido, caíram na clandestinidade. A crise política pela qual passou o país serviu para dar subsídios ao futuro líder sindical, Raphael Martinelli.

É ainda na administração Eurico Gaspar Dutra que a SPR sofre a encampação por parte do governo federal, ou seja, era o fim do controle inglês na ferrovia – algo a que Martinelli tece severas críticas ao dizendo que com os ingleses os salários eram melhores e havia investimento – e, em 1946, passou a se chamar Estrada Ferro Santos-Jundiaí. Talvez por isso suas falas sejam tão incisivas em relação ao governo que sucedeu a Vargas, se referindo ao presidente com a expressão “foi o pior”:

...eu arrebento o Dutra como o pior..., foi general desgraçado, acabou com o partido, fechou o sindicato, acabou com tudo. A greve de 49 ainda era ele quem trava lá, nós se achava poderoso na época, porque o partido veio na legalidade, 45/46 acabou a ditadura do Vargas, veio a democracia, liberaram pra todos os partidos, até o Partido

³¹² O marechal Eurico Gaspar Dutra, governou o país de 1945 a 1950.

³¹³ Com o término da Segunda Guerra Mundial, tem início a chamada Guerra Fria, período em que os países estiveram sobre influência de um dos blocos que se formaram, o lado capitalista, liderado pelos EUA, e de outro, o socialista, liderado pela URSS.

³¹⁴ Em maio de 1947, Dutra ordenou o fechamento da União da Juventude Comunista, foi a primeira de uma série de perseguições. MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 191.

Comunista. Iedo Fiuza que foi o candidato a presidente... Prestes foi eleito senador, Marighella deputado estadual, tudo isso aí o Dutra veio, anulou o Partido Comunista, fechou, cassou o Prestes, cassou o Marighella, cassou todo mundo. Como nós tava forte, aquele negócio da vitória da URSS, os comunistas aqui ficaram fortes... então a gente organizou a Santos Jundiaí, porque a ferrovia nossa era a Santos Jundiaí...³¹⁶

Martinelli lembra que a abertura política promovida no final do mandato de Vargas encheu de otimismo os comunistas, citando que a própria vitória bolchevique na Revolução Russa alimentou as expectativas. Mas o governo pós-Getúlio serviu apenas para colocar novamente o PCB e seus membros na ilegalidade. Dessa maneira, o controle do sindicato mostrava-se fundamental.

Devemos lembrar que as ferrovias tiveram papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, pois em seus primeiros anos tinham como principal função escoar o café do interior paulista ao porto de Santos.³¹⁷ A tecnologia transformou as relações comerciais, de transporte e trouxe nova percepção de velocidade aos cidadãos.

O início do século XX se caracteriza pela importância do trem; no século anterior, a locomotiva representava sinônimo de “modernidade e avanço”, segundo a ótica burguesa. E o próprio desenvolvimento dos transportes contribuiu para a decadência das ferrovias, tendo no automóvel o “responsável”.³¹⁸ No caso das vias férreas, a indústria automobilística dará o golpe final, pois as produções agrícolas passaram a ser transportadas por estradas de rodagem, e não mais pelos trilhos.

Existe uma forte relação entre tecnologia e cidade, analogia construída na Inglaterra e exportada para regiões onde a presença britânica era latente. No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, vemos uma forte influência inglesa, mas no pós-Segunda Guerra é a cultura de consumo estadunidense que passa a ter maior domínio, com o chamado “american way of life”,³¹⁹ cujo grande símbolo era o automóvel.

E nesse ambiente Martinelli cresceu e viveu parte de sua juventude. A ferrovia ainda representava um meio de transporte importante tanto para o escoamento de mercadorias quanto para o transporte de usuários. Este último, sim, passou por mudanças.

³¹⁶ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

³¹⁷BALBINO, Ana Cristina Alves, op. cit.

³¹⁸Marco Sávio afirma que o automóvel era “a realização do sonho de independência burguês”, o veículo automotor representava as aspirações de uma burguesia ansiosa pela dita “modernidade”. Ele irá, assim, satisfazer uma nova expectativa capitalista. SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni. *A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC, 2002.

³¹⁹No período entre guerras houve a construção do ideal de consumo. Os EUA conheceram grande desenvolvimento econômico e o “estilo de vida americano”, foi exportado para países periféricos. TOTA, Antonio Pedro, op. cit.

Enquanto entre o final do século XIX e início do XX o transporte ferroviário era destinado, em sua maioria, a apenas parte da população, a partir da década de 40 o trem passou a transportar a parcela com menor renda. E nos anos 50, com a implantação de um parque industrial automobilístico em São Paulo, decretava-se a decadência das ferrovias.³²⁰

A SPR contribuiu no processo de urbanização da cidade de São Paulo e com o nascimento de outras tantas pelo interior; por onde a via férrea passava, havia influencia na mudança de hábitos e costumes. No início do século XX, São Paulo já se desenhava como metrópole e os trilhos refletiam esse crescimento. Muitos imigrantes empregavam-se na ferrovia, por exemplo, a família Martinelli. O primeiro a entrar para a empresa foi o patriarca Maximino Martinelli, além de dois de seus filhos, ou seja, a entrada do mais novo, Raphael, para o quadro de ferroviários e do sindicato da categoria seria um “processo natural”. A proximidade com o sindicato ocorreu desde a infância. A esse respeito, Bastos comenta:

Todos os anos, o pequeno Lele acompanhava o pai até o Sindicato dos Ferroviários para que este pintasse a sede da entidade – estes seriam então seus primeiros contatos com o ambiente que nortearia toda sua caminhada como homem de ação política e de luta pela classe trabalhadora: o mundo sindical.³²¹

A participação ativa do pai no Sindicato dos Ferroviários foi algo que marcou Martinelli não pelo fato de ser sindicalizado, mas pela própria construção da luta sindical, pois o pai, todos os anos, pintava a sede da entidade, algo que nos evidencia o reconhecimento da importância da instituição para os associados. Como o pai era pintor na ferrovia, também desempenhava a mesma função na agremiação sindical. A atuação em atividades sindicais torna-se importante para a conscientização da luta do trabalhador, mas acredito que não apenas no sindicato é que se constrói a ação, essa dinâmica é viva e latente em outros âmbitos. É nas micro ações que o operário também se forma, em suas experiências no bairro, na igreja, na comunidade.³²² O sindicato tem seu papel de destaque

³²⁰ SOUKEF JR., André, MAZZOCO, Maria Inês Dias. *Cem anos Luz*. São Paulo: Dialetto Latin American Documentary, 2000.

³²¹ BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 60.

³²² SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

evidente nesse processo, pois é nele que ocorrem as trocas de experiências mais significativas: ali se arquiteta a luta operária.³²³

O meu pai, eu costumo dizer, quando ele ia pintar, ele me levava, ele era pintor, então todos os anos ele ia ao sindicato, que era na rua Prates, lembra? O sindicato era na rua Prates, não tem o Jardim da Luz? Aquela rua é a rua Prates. Tem a José Paulino e a rua Prates, o sindicato era ali... quando ele pintava, ele me levava...

Meu pai entrou na ferrovia pintor, aprendeu a pintar, e ficou pintor...³²⁴

Entender a trajetória de Raphael Martinelli nos faz remontar as atuações e significados do sindicalismo brasileiro no período de sua formação sindical. Esta instituição passou a figurar não apenas na luta por melhorias das condições de trabalho dos ferroviários, mas principalmente em sua própria história de vida. As experiências frente ao trabalhador acabaram levando-o para a política. A militância alterou profundamente suas relações com os trabalhadores e com a própria família. Assim, como nos lembra Eder Sader, “Nas lutas sociais, os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos”.³²⁵

Apesar de ter uma história de ferroviários na família – algo que interferiu diretamente em sua formação política – o mesmo não ocorreu com seus filhos. Quando indagado se eles seguiram carreira ferroviária, afirmaram: “Não..., ninguém quer problema..., a gente evoluiu de toda maneira. Com todo o fracasso do capitalismo, se comparar minha família [...]”. Martinelli diz que seus filhos não quiseram “o problema”, pois hoje as ferrovias estão sucateadas e possivelmente seria um sofrimento e este já é carregado pelo pai, se observarmos toda sua luta pela sobrevivência das estradas de ferro do país. Outra questão em sua fala é que, mesmo com “o fracasso do capitalismo”, sua família conseguiu avançar, e os filhos trabalham em funções burocráticas, por exemplo, no funcionalismo. A carreira ferroviária e sindical na família, por ora, termina em Raphael Martinelli,³²⁶ que trabalhou em várias empresas e funções, mas como ferroviário é que sua vida política foi construída.

³²³ Apesar da representatividade sindical entre as décadas de 70 e 80, ela foi esvaziada a partir dos anos 90. Políticas públicas e as novas relações de trabalho resultaram num enfraquecimento do movimento sindicalista, não apenas no Brasil, mas também num contexto internacional.

³²⁴ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

³²⁵ SADER, Eder, op. cit., p. 142.

³²⁶ Os filhos não percorreram o mesmo caminho político do pai, mas viveram em seus cotidianos as experiências de luta de Martinelli, além disso, carregam em seus nomes relações a grandes personagens da história: Luís Carlos, Rosa Maria, e Edson Lênin. Nomes que se remetem a: Luís Carlos Prestes, Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin. Apenas o filho mais velho não tem seu nome ligado a alguma influência do pai: Jaime.

...meu pai 39 anos, meu irmão mais velho aposentou na ferrovia, tudo SPR, meu pai entrou na ferrovia... em 1910...ele casou em 1914 com a minha mãe, já era ferroviário, entrou na pintura, o irmão dele foi chefe da calderaria, Pedro Martinelli, o meu irmão mais velho André, foi aposentado na fundição da Lapa, o Dante aposentou como anistiado, porque em 49 foi mandado embora na greve de 49...³²⁷

As experiências familiares seguiram a máxima, pois desde criança estava acostumado a ouvir em casa as falas do tio, do pai e dos irmãos a respeito do trabalho, das lutas, e principalmente do sindicato. Sua vida se forjou num ambiente de luta. E não poderia ser diferente, uma vez que a trajetória sindical também já estava delineada em sua vida: além do pai e de os irmãos, André e Dante, pertencerem ao sindicato dos ferroviários, outro irmão, Fortunato, construiu carreira sindical, tornando-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Martinelli destaca que as experiências do pai e dos irmãos se mostraram fundamentais a sua formação.

Para Thompson, a agremiação sindical é resultado da “consciência de uma identidade de interesses entre todos os diversos grupos de trabalhadores”.³²⁸ E isso é possível se observarmos aquela experiência: conversas, histórias e debates dentro de casa e no sindicato, quando era levado pelo pai; tudo isso deu ao jovem menino a “consciência de uma identidade”.

Sua atuação no Sindicato dos Ferroviários demorou alguns anos, como era funcionário do escritório da SPR, os demais companheiros da ferrovia não o consideravam um operário, por isso não era chamado para as reuniões. A participação efetiva iniciou-se depois da demissão de seu irmão Dante, na greve de 1949.³²⁹ Como era um dos poucos comunistas no sindicato, Martinelli intermediava a entidade junto ao Partido Comunista Brasileiro.

O PCB apresenta um histórico de lutas junto ao trabalhador brasileiro e teve participação efetiva entre operários, camponeses e estudantes em vários momentos de nossa história, principalmente nos anos que antecederam o golpe de 64. Essa forte influência teria sido, ademais, um dos motivos para a implantação de um regime de exceção. Segundo Carlos Fico, pressões de vários setores, inclusive dos comunistas,

³²⁷ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

³²⁸ Thompson, E. P., op. cit., 1987, p. 17.

³²⁹ A greve de 1949 ficou conhecida como “A Greve dos 52 dias”, e tinha como principais reivindicações reparação salarial, e os cumprimentos da CLT, que segundo os grevistas, a lei não estava sendo respeitada pelo governo Dutra. Mas Martinelli chama a atenção para o fato de a greve ter apresentado também caráter político-ideológico, pois os ferroviários eram críticos ao presidente, principalmente por conta das perseguições empreendidas aos comunistas, e por sua posição adotada durante a Guerra Fria, alinhando o país ao bloco capitalista.

levaram o presidente João Goulart a propor as Reformas de Base, tamanho o poder de atuação do partido³³⁰ diante do governo. A ligação de Jango com o movimento sindical e sua proximidade junto ao PCB teria sido fundamental para a eclosão do golpe, pois havia o medo de a esquerda instalar-se no poder durante o mandato de João Goulart. É necessário, dessa maneira, reconhecer o papel do partido, bem como sua importância no cenário político brasileiro. Por todas as suas ações é que Martinelli anima-se toda vez que cita as ações do Partidão,³³¹ sublinhando, em seu livro de memórias:

O Partido Comunista na ferrovia era forte, tinha aglutinação leninista, que funcionava pelas bases. Assim, numa oficina ferroviária, temos a base na fundição, na carvoaria, na carpintaria; os companheiros responsáveis pela organização distribuem o jornalzinho, vão ao sindicato, atuam no comitê de empresa do Partido. Em minha ferrovia era assim: de Santos a Paranapiacaba são 137km; havia ao longo deste percurso núcleos comunistas (como em outros): em Santos, Paranapiacaba, Jundiá, Lapa, Água Branca; a reunião desses núcleos formava o comitê de empresa, o qual era responsável pela ferrovia no papel de direção. Então, neste exato período, os companheiros começaram a pensar como tomar o sindicato, que há tempos estava nas mãos dos pelegos.³³²

Observamos que mesmo antes de chegarem à presidência sindical, os membros do PCB estavam organizados e articulados dentro da ferrovia. Além disso, há um sentimento de pertencimento de Raphael Martinelli em relação à estrada de ferro, mais uma vez, vemos em suas falas a expressão “minha ferrovia”. A via férrea apresentava-se como uma continuidade de sua vida. Não havia distinção entre “meu” e “não meu”, a ferrovia tinha um significado ainda maior: representava um passado e um presente de lutas não apenas sua, mas também de sua família. Até hoje trabalha em prol das estradas de ferro e dos ferroviários do país, e representa um passado nostálgico em que ser ferroviário significava sinônimo de luta.

Nos anos 40, segundo Martinelli, para concorrer às eleições nos sindicatos era necessário ter um “atestado ideológico”, apresentado junto ao Ministério do Trabalho. Este documento, emitido pelo próprio governo, atestava que o indivíduo não tinha ligações com greves, ou com o Partido Comunista. Por isso, durante o governo Dutra, os

³³⁰ As Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart apresentavam mudanças estruturais em alguns setores, tais como educação, habitação, sistema tributário, estrutura agrária. Segundo Leal, o governo federal foi acusado pela oposição de incitar greves, numa chamada “conspiração sindicalista”. LEAL, Murilo, op. cit. Ver também FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

³³¹O Partido Comunista Brasileiro é chamado de Partidão por seus membros e ex-membros, numa alusão romancada e nostálgica das experiências de luta.

³³²BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 95.

comunistas não tinham chances de disputar eleições em qualquer sindicato brasileiro. O próprio partido foi colocado na ilegalidade, por um período de dois anos. E somente com o retorno de Vargas ao poder, em 1951, o PCB saiu da clandestinidade e pode atuar novamente. Numa de nossas conversas, lembrou de um companheiro que abandonou o partido para não perder o emprego:

... o Ataulfo que era encarregado do escritório... ele era crente. Aquela religião crente. Ninguém gostava dele, porque ele tinha um moleque de 18 meses, o filho dele... aquele negócio de garganta, que toda criança pode ter... tem um nome... as crianças passam por isso. Meus filhos passaram. E a religião dele não queria médico, não queria nada. Deus deu, Deus tira. São os crentes... e a criança morreu. E ninguém gostava dele. Só que em 46 ele tinha sido comunista, depois largou o Partido Comunista e entrou nessa religião, pra não ser mandado embora.³³³

Martinelli posiciona-se contra o colega ferroviário que havia se convertido a uma religião cristã. Apesar de ter sido educado dentro do cristianismo, pois a mãe era muito religiosa, e de citar um padre da paróquia da Lapa que muito o ajudou durante a clandestinidade, não demonstra simpatia pela religião, relatando ter maiores laços com o Kardecismo.³³⁴

As ações sindicais de Martinelli passaram a incomodar os dirigentes da ferrovia. Mesmo no período em que ainda não pertencia ao quadro de gestão do Sindicato dos Ferroviários, já era atuante dentro da instituição. Distribuía panfletos, organizava os trabalhadores e era o interlocutor do Partido Comunista dentro do sindicato. Era difícil desarticular os trabalhadores das estradas de ferro, pois geralmente suas casas se localizavam às margens da linha férrea, o que ajudava na luta por melhorias, e reuni-los não se mostrou tarefa difícil. Além disso, os sindicatos ferroviários estavam organizados por empresas, ou seja, cada ferrovia possuía sua própria organização sindical, facilitando o recrutamento, a comunicação e a articulação por parte dos sindicalistas. E, para melhor atuação dos ferroviários frente às suas reivindicações, havia uma representação sindical nacional, a Federação Nacional dos Ferroviários.³³⁵ O poder público tentava desarticular os trabalhadores por meio do controle das instituições ou da repressão policial. Em seu livro de memórias, Martinelli lembra que,

³³³ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

³³⁴ O Kardecismo, baseado nas propostas do francês Alan Kardec, prega a mediunidade e a reencarnação.

³³⁵ A Federação era composta por 22 estradas de ferro federais e 4 estaduais paulistas, sendo elas: Araraquarense, Sorocabana, Mogiana, e a Cia Paulista. A antiga SPR, que após o fim da concessão inglesa passou a se chamar Rede Ferroviária Federal S.A.

Em 1950, conseguimos um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas, pedindo uma assembleia, que não arredava o pé em sua mais urgente reivindicação: o retorno dos demitidos na Greve de 1949... Então eu participei de minha primeira Assembleia. Nunca me esqueço. A polícia na porta do sindicato, e se você não tivesse a carteirinha não podia entrar. Elegemos a direção e discutimos tudo.³³⁶

Nesta assembleia foi escolhida uma comissão que levaria as reivindicações dos ferroviários da SPR ao novo presidente eleito. Em 1950, ocorreram eleições presidenciais no Brasil, e com 48,7% dos votos Getúlio Vargas venceu o pleito, pelo voto direto. Contudo, apesar de ter chegado ao poder por meio de votação direta, seus inimigos do passado foram implacáveis na oposição ao governo. Liderados pela União Democrática Nacional (UDN), na figura de Carlos Lacerda, uma intensa campanha, por meio da imprensa, desqualificava a cada dia a gestão de Vargas. Os comunistas, por sua vez, mantiveram distância do debate, mesmo em relação às críticas, pois o presidente possuía grande apoio popular.³³⁷ Com a vitória de Getúlio, as coisas não mudaram inicialmente para o sindicalismo brasileiro. As greves e os movimentos sociais continuaram a ser reprimidos. Contudo, mesmo com a violência do Estado, paralisações de ferroviários estouraram em todo o país e o presidente se viu obrigado a negociar, prometendo uma nova estrutura sindical. Esta mudança de postura deveu-se ao novo formato do governo do presidente, que desejava não mais ser comparado ao ditador do Estado Novo, mas ter sua figura associada a um democrata. Sua proposta era perpetuar-se como um populista, o “pai dos pobres”.

O Getúlio veio, eu tenho uma opinião política né. A ditadura agente condena, a ditadura Vargas, mas ele veio, tá fazendo um pouco de autocrítica naquilo que errou. Então foi o problema do petróleo, o problema de renda, remessa de lucro, né, e liberdade sindical. Então nós ganhamos na Santos Jundiaí, na Leopoldina, na Great Western, em todas as ferrovias, na Paulista, na Mogiana. Os sindicatos foi todos eleitos com a famosa unidade...³³⁸

Na assembleia do sindicato dos ferroviários, Martinelli foi escolhido para fazer parte da comissão que se encontraria com o presidente Getúlio Vargas, fato ocorrido em

³³⁶BASTOS, Robetto Gicello, op. cit., em citação de entrevista concedida por Martinelli à Edileuza Pimenta de Lima e Carlos Henrique de Oliveira, em 2006, p. 108.

³³⁷IGLESIAS, Francisco, op. cit.

³³⁸ Programa *Provocações*, op. cit. A “unidade” foi a união de várias tendências dentro da mesma luta sindical, eram comunistas, anarquistas, socialistas cristãos, todos unidos com o objetivo de retirar os “pelegos” das agremiações sindicais.

1952. Na biografia escrita pelo jornalista Roberto Gicello Bastos, em todo momento existe um enorme saudosismo em relação à figura do futuro sindicalista, como segue:

Em 1952, portanto, Lele, o menino da Lapa que se tornou líder sindical, atravessa os portões do antigo palácio da Presidência da República. Muito provavelmente não tenha se atentado para um jardim com lago, a gruta e o coreto que se situavam à frente do edifício de arquitetura neoclássica.³³⁹

A exaltação da figura do menino que se tornou sindicalista é evidente neste trecho, a própria narrativa do episódio da visita ao presidente tem como objetivo construir e valorizar suas experiências. Após esse encontro, os comunistas formaram uma chapa para concorrer às eleições no Sindicato dos Ferroviários, que ocorreram em 1952, confirmando a vitória dos comunistas. Martinelli fazia parte do grupo e entrou para o sindicato na função de tesoureiro. Pouco tempo depois, assumiu o cargo de Secretário Geral, quando Antônio Dozzo, que exercia a função, ficou por um período de dois anos na antiga Tchecoslováquia.³⁴⁰ A chapa vitoriosa era formada por representantes do PCB e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sobre isso, Bastos explica:

O líder do movimento de encampação de 1946, Antônio Gonçalves Viana, filiado ao PTB, foi escolhido como cabeça de chapa; para a secretaria-geral, o dirigente do PCB, Antônio Dozzo; na tesouraria, Raphael Martinelli; na secretaria de assistência social foi colocado Elói Tirzo Alves Sobrinho, também do PTB; a chapa contava ainda com Rogelio Rulfo, comunista espanhol que tinha sua atuação política reconhecidamente combativa na ferrovia em Santos, os maquinistas Wilson Ferreira e ainda Salvador Machezinni, Álvaro Martins do Prado e João Falconi. A definição desta chapa foi feita basicamente a partir dos membros da comissão escolhida na famosa assembleia de 1950 para representar os trabalhadores no encontro com Getúlio Vargas [...] ³⁴¹

Existe uma distinção entre os nomes que compunham a chapa. É possível notar que, enquanto alguns aparecem ligados a partidos políticos, outros estão associados às suas funções dentro da ferrovia, nos evidenciando que nem todos estavam atrelados a agremiações políticas. A nova realidade do país, mesmo com suas adversidades, mostrava-se com um futuro de mudanças dentro do Sindicato dos Ferroviários. O governo sabia da importância de manter boas relações com os trabalhadores, por isso deu

³³⁹BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 109.

³⁴⁰Era comum, sindicalistas passarem temporadas em países onde os comunistas estavam no poder. O próprio Martinelli, tempos depois, viajou para Cuba, URSS, Polônia, Tchecoslováquia. As visitas tinham cunho político, os líderes sindicais participavam de eventos, faziam cursos, palestras, ou até mesmo tratamento de saúde, visto que no Brasil a saúde pública era precária.

³⁴¹Ibidem, p, 110.

continuidade à política trabalhista. Iniciou-se o período do chamado populismo, inaugurado ainda em seu primeiro mandato (1930-45) e que teve continuidade entre os próximos presidentes, sendo prática comum até o governo João Goulart. Os sindicatos voltaram a atuar, mas com os chamados pelegos em sua estrutura, o que constituía uma das principais práticas do governo varguista. Por isso os sindicatos que estavam sob o controle dos comunistas observaram a necessidade de conquistar vitórias em âmbito nacional, ou seja, nas Federações Nacionais, e entre os ferroviários não foi diferente. Martinelli confirma:

Os primeiros a ganhar o sindicato da ferrovia, no Brasil (depois da fase de abertura sindical promovida por Getúlio), foram os companheiros da Leopoldina, no Rio de Janeiro. Nós ganhamos em seguida. Mas o sindicato que entrava em greve encontrava imediatamente a oposição das federações pelegas. Então começamos a entender que deveríamos pegar também as federações. A luta sindical passou a adotar a linha das federações, isso até 1964³⁴².

A organização de base popular mostrava-se o caminho a ser percorrido, como defende Maurício Tragtenberg, para uma reforma estrutural, uma mudança social. Não há como pensarmos no poder do Estado, sem antes observarmos as organizações nas fábricas, escolas, fazendas, sindicatos. Segundo ele, são esses movimentos que apresentam melhores condições de promover as transformações.³⁴³ E esse era o objetivo do PCB, ter o apoio do trabalhador por meio dos sindicatos e depois conquistar vitórias nas eleições. a fim de obter uma liderança sindical/nacional.

No entanto, o resultado do pleito de 1952 no Sindicato dos Ferroviários foi contestado pela chapa derrotada. Entraram na justiça alegando haver comunistas entre os eleitos; segundo Martinelli, ele e sua família foram citados na petição, sendo chamados de italianos vermelhos. O PCB, mesmo na ilegalidade, representava uma ameaça, pois possuía grande número de simpatizantes. A questão só foi resolvida com a intervenção do vice-governador de São Paulo, Porphyrio da Paz, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo partido que compunha a chapa vencedora. Gicello Bastos descreve em seu livro o diálogo narrado por Martinelli:

Mal se aproximou o grupo e o Ministro já se adiantou falando alto e em tom de advertência (como que avisando o colega político de algo grave e perigoso):

-São comunistas, Porphyrio! São comunistas!

³⁴²Ibidem, p. 121.

³⁴³ TRAGTENBERG, Maurício, op. cit.

Porphyrio da Paz falou com a candura possível e com a energia necessária ao Ministro, que ruborizou de surpresa:

- Comunistas, não, ministro. Que comunistas que nada! São meus meninos! São meus meninos! Tem que dar a posse deles!³⁴⁴

Segundo Martinelli, assim que saíram da reunião com o ministro, souberam que uma paralisação geral seria marcada; os ferroviários apoiaram o movimento e os comunistas conheceram a primeira greve em sua gestão no sindicato da categoria. A presença de comunistas à frente de agremiações sindicais estava vedada, como em anos anteriores, por conta das perseguições impostas durante o governo Dutra, e como decorrência a chapa que disputou as eleições era composta por PCB e PTB. A composição vencedora incomodou a derrotada, ainda mais que a vitória no pleito havia sido apertada: 1800 contra 1400 votos.

Em 1950, Martinelli sofreu um “castigo”, como ele mesmo classifica, quando foi transferido de seu posto de Jundiáí para Paranapiacaba, no alto da Serra do Mar. A transferência teria ocorrido por sua atuação sindical na ferrovia. Não adiantou muito, pois sua persistência era tanta, que começou a articular os novos companheiros de trabalho. Na pequena vila, conquistou o controle da Cooperativa dos funcionários da estrada férrea:

...eu trabalhei um ano na Serra, fui transferido lá como um castigo, eu era dirigente sindical, morava em Jundiáí, eu era encarregado, me tiraram de encarregado. Todo mundo sabia que eu ia para o Alto da Serra, como castigo. Eu cheguei a conversar com o engenheiro que era um doutor..., telefonou pro RH (risos), “de fato Martinelli, o Alto da Serra é que tá precisando [...]”³⁴⁵

Sua atuação em Paranapiacaba acabou fazendo com que fosse reconduzido à antiga função, além disso, afirmou que ameaçou seus superiores dizendo que levaria o caso à administração, pois no Alto da Serra não precisavam de funcionários e estava ficando com o tempo ocioso, pois desempenhava seu trabalho em poucas horas. Mas o período que passou na pequena vila deu a ele experiência de organização e liderança.

...não mexeram mais comigo. Porque na Serra quem tinha... vamos dizer... não cobrava. Qualquer operário que precisasse, era tudo de graça. Tinha a delegacia do sindicato, tinha dentista. Eu combinei com o sindicato de contratar uma parteira... O Ceará, que era de esquerda, deu a casa pra ela, porque precisava de parteira... Não tinha..., eu ganhei a Serra, um ano... O padre ficou comigo. O padre tirou fotografia, tem fotografia! Paraná era a primeira a fazer greve... porque tinha Cooperativa... Cooperativa

³⁴⁴BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 111.

³⁴⁵ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

também. Porque antes dos ferroviários era uma exploração Paranapiacaba, era uns canalhas que cuidavam da Cooperativa. Aí reunimos com os companheiros...³⁴⁶

Martinelli tem a certeza de que a atuação na vila do Alto da Serra foi determinante para sua saída do posto na pequena vila, pois organizou os trabalhadores e a Cooperativa. Em sua fala, faz questão de chamar atenção para a presença de comunistas e sua atuação, que significava a ação do sindicato na organização dos ferroviários, num local onde ainda não havia uma presença sindical sistemática, por isso vê de forma positiva o “castigo” que recebeu; e tece uma crítica à construção da ferrovia na Serra do Mar:

...eu coloco... rebento Paranapiacaba com a Serra, rebento mesmo. Aquela construção dela, foi tudo espanhóis, italianos, portugueses... o Império fazer aquilo! Naquele tempo! Com onça, cobra... tem uma febre nossa... então os caras morriam e ficavam nas valetas... Então eu coloco isso. Eu arrebento com ela, e depois eu fiz uma auto crítica. O livro... eu tô falando pro escritor... eu quero dizer que a ferrovia na sua criação morreu muita gente... Você analisa aquela ferrovia lá... Qual é o nome dela? Aquela que tá parada... da borracha... a Madeira Mamoré... que cada dormente representa cada pessoa que morreu. Ali morreu chinês... uma coisa histórica. Eu tenho documentos, um livro original que só eu que tinha... eu tenho todo histórico da Serra, dos ingleses mesmo, feita por eles, que parece com as fotografias. Um amigo meu que fez todo o trabalho na ferrovia, que eu cheguei a te mostrar, aquele desenho...³⁴⁷

O trecho transcrito evidencia-nos a indignação de um ferroviário com o descaso da empresa para com os funcionários que morreram durante a obra na Serra do Mar. Ele compara a história da SPR com a ferrovia Madeira Mamoré, estrada de ferro conhecida como “ferrovia do diabo” em decorrência do grande número de trabalhadores mortos, principalmente por malária.³⁴⁸

O Brasil passava por um período considerado democrático, pois os dois últimos presidentes foram eleitos pelo voto direto, Dutra e Vargas, mas isso não significava que a democracia estava consolidada, visto os episódios políticos que estavam por acontecer nos anos seguintes, até o golpe definitivo em 1964. O segundo governo do presidente Getúlio Vargas³⁴⁹ (1951 – 1954) foi marcado por forte oposição, o próprio presidente não

³⁴⁶ Ibidem.

³⁴⁷ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

³⁴⁸ Sobre a Madeira-Mamoré ver FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. SP: Melhoramentos, 2005. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma – A modernidade na selva*. SP, Cia das Letras, 1988.

³⁴⁹ Getúlio Vargas governo pela segunda vez o país de 1951 a 1954.

conseguiu resistir às pressões e acabou se matando antes do término do mandato. Assim, em agosto de 1954, assumiu o vice, Café Filho.

O papel do novo presidente era o de convocar novas eleições, pleito que ocorreu em ambiente marcado por tensões e disputas. A vitória foi do candidato mineiro do Partido Social Democrático (PSD), Juscelino Kubitschek,³⁵⁰ mesmo partido de Vargas. O resultado não agradou a oposição e houve uma tentativa de golpe por parte daqueles que recebiam o novo governo, movimento liderado pelo general Henrique Teixeira Lott. Alegaram que Juscelino não havia recebido a maioria absoluta dos votos, mas a lei não exigia uma margem vantajosa em relação ao segundo candidato.³⁵¹ No processo de tentativa de impedir a posse de JK, Martinelli conheceu sua primeira prisão, o que conta em seu livro de memórias:

Como se sabe, quando se quer dar um golpe ‘clássico’, a primeira coisa a se fazer é prender os dirigentes sindicais, isso é fato. E no dia 11 de novembro, uma quinta-feira, eu fui até o centro da cidade, aqui em São Paulo, num local onde se centralizavam todas as atividades sindicais, ali a gente se reunia e já tínhamos informações, um tanto desconstruídas, mas bastante pertinentes, de que pairava no ar uma atmosfera golpista. Aí eu fui até lá pra saber o que estava acontecendo...

Foi todo mundo pro Dops. E ficamos lá até sábado de manhã. Quem foi importante para nossa libertação foi o Delegado Regional do Trabalho, que era um cara progressista, amigo do meu irmão, Fortunato, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos³⁵².

Martinelli nos afirma que quando chegou ao local, a polícia já havia tomado a sede da Central Sindical. Temendo a prisão, argumentou que não era comunista, mas todos que chegavam acabaram sendo presos. No entanto, a tentativa de golpe foi frustrada, a oposição a JK não conseguiu apoio suficiente nem mesmo dentro das Forças Armadas e Juscelino foi empossado presidente.

...meu irmão Fortunato foi presidente do sindicato dos metalúrgicos... aqui em São Paulo, 400.000 metalúrgicos na época, comunista mesmo. Primeiro comunista que assumiu depois do Dutra. Em 55 eu era diretor do sindicato dos ferroviários e ele era presidente do sindicato dos metalúrgicos. Em 55 eu fui preso, ele foi preso, na tentativa do golpe do Lacerda... então nós fomos presos na quinta-feira, aí o Lott deu o contra golpe,

³⁵⁰ O presidente Juscelino Kubitschek governou de 1956 a 1961.

³⁵¹ IGLESIAS, Francisco, op. cit., Juscelino recebeu 36% dos votos, enquanto que o segundo Juarez Távora recebeu 30%.

³⁵² BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 135-136. Martinelli em entrevista à CNV, afirmou que esta foi sua primeira prisão, já havia sido levado ao DOPS em outras ocasiões, mas era fichado e liberado logo em seguida.

queriam derrubar o Lott!... ele não queria a posse do Juscelino. O Lott deu o contra golpe, nós fomos presos na quinta feira, no sábado fomos soltos, no DOPS, eu e meu irmão Nato. Era Fortunato, agente em casa era Nato e eu era o Lele.³⁵³

Martinelli tem orgulho do irmão, que também foi presidente sindical. A trajetória da família é algo que sempre faz questão de ressaltar.

Em 1958, Raphael Martinelli concorreu às eleições para deputado federal pelo PTB, pois o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral no governo Dutra, e ainda continuava na clandestinidade. A vitória no pleito não veio, mas ficou a experiência e a sensação de trabalho cumprido, já que obteve 9.112 votos, ficando atrás apenas do último eleito, Menotti del Picchia, que recebeu 9.363 votos.³⁵⁴ Todavia, em suas memórias, é possível observarmos um certo amargor pela derrota, pois esperava que sua popularidade como líder sindical fizesse diferença.

Apesar do resultado negativo nas urnas, as conquistas foram se sucedendo, principalmente quando, em 1959, Martinelli assumiu a presidência da Federação Nacional dos Ferroviários, no Rio de Janeiro. Ele afirma que o cargo lhe foi entregue pelos membros do PCB que já haviam conquistado a direção do sindicato nacional, por isso não seria possível recusá-lo: era como se fosse uma missão da cruzada comunista. E nos conta:

Na verdade, eu cheguei ao Rio de Janeiro para reerguer o nome da Federação, que por aqueles tempos estava com a imagem bastante arranhada na categoria, aquela coisa meio pelega ainda permanecia na entidade...

Minha vida foi organizar os ferroviários nacionalmente. Greve de todos os tipos em todos os lugares. Levamos uma federação que era tida como pelega e policial, e a transformamos em uma entidade combativa.³⁵⁵

Para o Rio de Janeiro levou toda a família, esposa e filhos. Foi morar num apartamento da própria Federação, no bairro do Meier. Nesse período, grande parte dos sindicatos ferroviários possuíam suas próprias escolas, algo de que Martinelli se orgulha, pois afirma que “Podemos entender um pouco daí a importância dos ferroviários no quadro das conquistas dos trabalhadores brasileiros. É uma categoria que ajudou a elevar o nível educacional e político do povo brasileiro [...]”.³⁵⁶ Afirma que é necessário

³⁵³ Entrevista concedida em 9 de maio de 2013.

³⁵⁴ BASTOS, Roberto G., op. cit. Em suas falas, Martinelli afirma que as eleições foram marcadas por fraudes e corrupções, já que em seções onde sua vitória era garantida, os votos não foram computados.

³⁵⁵ Ibidem, p. 166-184.

³⁵⁶ Ibidem, p. 166.

reconhecer o importante papel dos ferroviários nas experiências de luta da sociedade brasileira.³⁵⁷ Verificamos mais uma vez sua exaltação às ferrovias, quando diz “ajudou a elevar o nível educacional”.

O discurso democrático do governo JK era apenas uma tentativa de manter a ideia de que todos tinham voz numa sociedade que acabara de sair de um período de exceção, o Estado Novo.³⁵⁸ O controle ocorria por meio do Sistema de Segurança Nacional, um verdadeiro aparato repressivo teria sido criado, com apoio e subsídios da CIA e do FBI, com conexões não apenas com os Estados Unidos, mas também com países europeus e latino-americanos. Essa ligação teria ocorrido em decorrência de uma burguesia frágil, incapaz de promover mudanças, além, é claro, da “ameaça comunista”. O Brasil foi, assim, palco para a presença de interesses estrangeiros.³⁵⁹

Todo o aparato criado no governo Dutra efetivou-se no mandato de JK. Os anos seguintes foram de vigia e produção de informações a respeito de líderes sindicais e outros movimentos sociais e suas instituições. As Forças Armadas seriam defensoras dos interesses burgueses no preparo para o golpe civil-militar, numa dinâmica que garantisse a dominação por parte da elite. Era necessário, dessa maneira, acompanhar de perto os grupos de esquerda, visto o grande poder de organização dos movimentos sociais no pós-46.

...a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), os DOPS estaduais e o Conselho de Segurança Nacional seriam, na década de 1950, seu aparato legítimo na particularidade da formação social brasileira e responsável pela contenção política através de estratégias de vigilância intermitentes e dissimuladas para auxiliar o controle social necessário à consolidação do projeto político dos segmentos da burguesia dominante, respaldado na ideologia de Segurança Nacional em gestação desde a década de 1930.³⁶⁰

Para Oliveira, no governo JK havia forte aparato militar nos órgãos de governo, pois existia o medo da revolução comunista, talvez por isso Juscelino manteve o PCB na ilegalidade. O resultado dos trabalhos dos órgãos de controle residiu num conjunto de informações e dados, um acervo documental de espionagem dos movimentos sociais, que facilitou a repressão no pós-64.

³⁵⁷Em 2015 a Câmara de Deputados na Assembleia Legislativa de São Paulo numa sessão da Comissão Estadual da Verdade, no Seminário Infância Roubada, os filhos de Martinelli afirmaram que momentos de lazer com o pai era algo raro, mas lembram-se com ternura do período em que viveram no Rio de Janeiro, pois num desses poucos momentos a praia era destino da família.

³⁵⁸OLIVEIRA, Nilo Dias de, op. cit.

³⁵⁹Ibidem.

³⁶⁰Ibidem, p. 35.

Em 10 de novembro de 1960, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, portuários, marítimos e ferroviários, decidiram decretar uma greve geral que paralisaria o escoamento de produtos pelo cais. Dentre as reivindicações: melhores salários e sua equiparação aos vencimentos dos militares. O movimento tomou proporções consideráveis, a ponto de o presidente Juscelino Kubitschek receber as lideranças sindicais, dentre eles Raphael Martinelli. Segundo ele, o presidente sempre teve boa relação com os sindicalistas, mas é necessário ressaltar que o governo manteve forte controle de setores que considerava “perigosos” aos interesses do Estado brasileiro. Martinelli, em suas memórias a respeito do encontro entre o comando de greve com JK, lembra do intermédio do deputado federal Tenório Cavalcanti, mais conhecido como o “Homem da Capa Preta”. Segundo ele, por ser comunista, sua presença na reunião foi ameaçada por Tenório. Mas os companheiros de sindicato afirmaram que o encontro não ocorreria se Martinelli não estivesse presente, e o líder ferroviário acabou participando.

Apesar da repressão do Estado pelas ruas do país contra os grevistas, o presidente, acabou atendendo as reivindicações dos sindicatos. A vitória do movimento levou à formação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), uma entidade formada por lideranças sindicais (ferroviários, marítimos e portuários), cujo objetivo era a união dos trabalhadores brasileiros.³⁶¹ Mais tarde, em 1962, seria transformada no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade sindical do qual Martinelli também fez parte. Era visível o crescimento do movimento sindical no país, mesmo com o forte aparato de repressão por parte do poder público.

Eu era presidente da Federação, do Comando Geral dos Trabalhadores no Rio, o CGT, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, fui morar no Rio, e era do Comando Geral, do CGT, amigo do Jango... Na Federação, fui eleito Nacional dos ferroviários, parava 150 mil, parava mesmo... porque tinha organização...³⁶²

É possível observar em suas falas o orgulho de sua história sindical, por várias vezes Martinelli repete que pertencia ao CGT, e que fora escolhido por seus pares. Afirma ainda que a organização da entidade era positiva, a ponto de conseguirem grande adesão

³⁶¹A PUA teve maior atuação na cidade do Rio de Janeiro, uma de suas lutas era conseguir a aprovação pelas Reformas de Base, propostas pelo governo João Goulart, além de defender o plebiscito pelo retorno do presidencialismo. Era considerado ilegal pelo Ministério do Trabalho. Fonte: www.cpdoc.fgv.br

³⁶² Entrevista concedida em 3 de julho de 2013. Para Munakata, o CGT, foi a tentativa, por parte do Partido Comunista, de organizar uma estrutura que mantivesse o controle sindical do país. O que chamamos hoje de Central Sindical, como por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

de trabalhadores durante as greves. Considera sua história importante, e que hoje suas palestras servem para mostrar aos jovens a importância da luta sindical e política. Ele ressalta também a grande proximidade que tinha com João Goulart, mesmo antes de ele tornar-se presidente, uma afinidade que perdura até hoje entre as duas famílias. Relata que Jango atendia às reivindicações dos trabalhadores, fosse como ministro ou como presidente.³⁶³

Enquanto esteve à frente do CGT conheceu um de seus grandes parceiros de luta, Carlos Marighella. Baiano, comunista e membro do PCB, era membro do Comando Central do Partidão (CC); eleito deputado federal, mas cassado no governo Dutra, sua vida esteve marcada pela luta política e pela ilegalidade; e foi considerado o inimigo número um da Ditadura Civil-Militar:

Conheci ele no Rio, na época eu era presidente da Federação, membro do CGT, ele era ligado ao Comitê Central, conheci ele. Nossa amizade vem de lá, eu que trouxe ele pro Comitê Estadual... Derrubei os não educados revolucionariamente, minha posição era clara... Respeitei a decisão do Comitê Central de São Paulo, fazia auto crítica, era responsável, parava mais de 150 mil ferroviários, quer dizer que o papel meu como dirigente eu fiz revolucionar. Uma falha do partido, que não educou revolucionariamente os seus quadros.³⁶⁴

Observamos a crítica que Martinelli faz ao PCB, o qual, segundo ele, por vezes trazia jovens para liderarem piquetes e greves, quadros que ainda não estavam prontos, pois, além de não terem experiência, não apresentavam conhecimento suficiente. Para ele, a chegada de Marighella no Comitê Estadual de São Paulo faria com que as lideranças paulistas aceitassem a crítica de que era necessário mudar as estratégias de luta. Segundo Mário Magalhães, Marighella teria vindo clandestinamente para São Paulo com a função de reorganizar o Comitê Piratininga, como era chamada a célula paulista.³⁶⁵

São inúmeras as experiências de Martinelli à frente do Sindicato dos Ferroviários. Momentos que marcaram sua vida: piquetes, greves, negociações, discussões e viagens ao exterior representando o Sindicato dos Ferroviários. Em junho de 1961, a convite da União dos Ferroviários, embarcou e esteve quarenta dias na ilha caribenha. Em 26 de julho participou de um comício na Plaza de la Revolución, onde esteve junto de Fidel,

³⁶³Ligado ao presidente Getúlio Vargas, João Goulart foi empossado ministro do Trabalho em junho de 1953, mas acabou sendo afastado em fevereiro de 1954 por conta de pressões de setores conservadores, que o acusavam de ligações com os comunistas. IGLESIAS, Francisco, op. cit.

³⁶⁴ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

³⁶⁵MAGALHÃES, Mário, op. cit.

Raul e do cosmonauta Yuri Gagarin. Esse comício foi marcado pela presença de prisioneiros, todos obrigados a assistir as falas dos dirigentes; e o discurso de Fidel durou quase cinco horas.

Conheceu as ferrovias cubanas, as quais, segundo ele, estavam sucateadas pelo governo deposto pelos “barbudos”. Trouxe pedidos para a compra de 600 vagões de carga, 500 de passageiros, além de peças de reposição, produzidos por uma empresa da Lapa, mas as vendas não prosperaram, pois era necessária a permissão do governo federal, e semanas depois o presidente Jânio renunciou, criando um clima de instabilidade. Viajou pela ilha caribenha onde entrou em contato com pequenas cooperativas agrícolas e pequenas fábricas, como as de charuto. Numa delas, discursou para os operários:

Há de chegar o dia em que esse capitalismo expropriador e explorador terá um fim. A exploração do homem pelo homem será apenas uma imagem do passado. Aqui se constrói todo dia a todo instante um novo mundo. Haverá o dia em que o trabalhador cubano e toda classe operária no mundo inteiro terão conquistado o direito de comprar e fumar o seu próprio e legítimo charuto cubano, tão legítimo quanto seu trabalho e seu suor.³⁶⁶

O discurso foi proferido no local onde antes um funcionário ficava vigiando os trabalhadores, em sua maioria mulheres. Foi muito aplaudido. Um episódio curioso está narrado em seu livro de memórias. Quando o levaram para conhecer uma casa noturna em Havana Vieja, assistiu mulatas, com as pernas de fora, dançando mambo e salsa, e lhe prometeram que depois do show conheceria algumas delas no camarim. Minutos depois, quando o espetáculo acabou e o levaram para trás do palco, uma daquelas garotas saiu de uma das portas, com uniforme militar e fuzil nas mãos. Martinelli levou um susto. A moça se apresentou e saiu, estava indo para seu posto de vigilância cumprir seu papel na revolução. A prostituição havia sido proibida em Cuba.

Ainda lembra com nostalgia de suas experiências na ilha: “Durante 40 dias, eu vivi a Revolução Cubana, vivi uma revolução socialista de verdade”.³⁶⁷ Mas o ano de 1961 guardava surpresas ao líder ferroviário e toda sociedade brasileira, pois com a renúncia do presidente Jânio Quadros começou a se delinear o golpe civil-militar de 64.

Eleito com 48% dos votos válidos, Jânio Quadros é um personagem controverso de nossa história política. Seu curto mandato foi o suficiente para gerar uma crise política,

³⁶⁶ BASTOS, Roberto Gicelli, op. cit., p. 218.

³⁶⁷ Ibidem, p. 220. O livro apresenta fotos de Martinelli em algumas dessas viagens, que ocorreram, em sua maioria, entre o final dos anos 50 e início dos 60.

que levou a um governo de exceção.³⁶⁸ Sua aproximação ao bloco socialista levou o presidente a um maior debate com o movimento sindical brasileiro, mesmo sendo acusado de ser conservador nas relações internas do país.³⁶⁹ Num encontro com Jânio em Brasília, Raphael Martinelli levou como pauta a readmissão dos companheiros demitidos na greve de 1949, e segundo suas memórias, o presidente teria dito: “Fala com o (Hermínio) Amorim (Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA na época), e diz que é pra voltar todo mundo”.³⁷⁰ Os trabalhadores foram readmitidos, mas com o golpe de 64, a decisão foi anulada, numa demonstração de truculência do novo governo. Segundo Martinelli, Jânio lhe ofereceu o cargo de presidente da RFFSA, mas ele não aceitou, pois afirmou ter compromisso com a Federação Nacional dos Ferroviários. Em entrevista à Comissão Nacional da Verdade (CNV), assegurou que o presidente era homem de palavra, “o Jânio tinha isso, viu? Nós é que não soubemos aproveitar [...]”.³⁷¹ Porém, o episódio da renúncia do presidente, em agosto de 1961, gerou grande ação das lideranças sindicais do país, havia um ambiente de união dos trabalhadores, o que Martinelli revela em seu livro de memórias:

Imediatamente, eu acionei os companheiros que estavam em postos-chave do movimento para deixa-los em prontidão. Nada de paralisação ainda. Por outro lado, os sindicatos e as federações começaram a organizar uma grande reunião, que envolveria gráficos, bancários, têxteis, marítimos, portuários, além de nós e outras forças trabalhadoras. Começamos, então, a toda força, a criar o Comando Geral dos Trabalhadores.³⁷²

O CGT foi criado em São Paulo, em 1962, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores. Articulava inúmeros sindicatos, agremiações, federações e confederações de todo o país e era controlado pelo PCB. Sua atuação foi curta, mas de fundamental papel no processo de luta dos direitos dos trabalhadores. Foi desarticulado com o golpe de 1964. Mesmo sendo dirigente do CGT, Martinelli continuava à frente do Sindicato dos Ferroviários, e em janeiro de 1962, presidiu em Salvador o VI Congresso Nacional dos Ferroviários, evento que contou com a participação de ferroviários cubanos.

³⁶⁸REIS, Daniel Aarão, op. cit. Jânio Quadros governou de janeiro de 1961 a agosto do mesmo ano.

³⁶⁹ O presidente aproximou o Brasil ao bloco comunista: condecorou Che Guevara, restabeleceu relações diplomáticas com a URSS, e enviou o vice à uma viagem oficial para a China.

³⁷⁰BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 224.

³⁷¹CNV, op. cit., linha 419 e 420.

³⁷²BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 229. Segundo Skidmore, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), era ilegal, pois não respeitava a legislação trabalhista de Vargas, que definia organizações sindicais sobre o controle do Estado, e a entidade era independente, além disso, a maioria de seus membros diretores pertenciam ao PCB. SKIDMORE, Thomas, op. cit.

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, meses depois de sua posse, pegou todos de surpresa, o presidente não deixou claro em sua carta de abdicação os motivos para tal decisão. Iniciou-se assim uma crise política, pois setores da elite não aceitaram a ideia de verem o vice, João Goulart, ascender ao poder. Jango, como era chamado, era acusado por esferas conservadoras de ser ligado aos movimentos sindicais e, automaticamente, à esquerda. Na ocasião da renúncia de Jânio, o vice-presidente estava em visita oficial à China, assumindo interinamente a presidência o líder da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli.³⁷³ Os ferroviários da Leopoldina, principal empresa férrea do Rio de Janeiro, num ato de apoio à João Goulart, paralisaram a circulação de trens.

A leitura de Thomas Skidmore torna-se importante, pois seu livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, nos apresenta informações, principalmente dos últimos acontecimentos antes do golpe. O autor confirmou, tempos depois, que fora informado da deflagração do golpe um dia antes do ocorrido. Informação que gerou inúmeros debates e críticas a respeito do posicionamento do pesquisador, que não revelou a informação anteriormente. Seu texto traz um debate dos governos que contribuíram para a construção de um estado de exceção pós-64. A discussão inicia-se com o golpe de Vargas em 1930, o governo ditatorial do Estado Novo, e seus sucessores, até chegar à presidência de Castelo Branco, primeiro presidente do regime instaurado por setores civis e das Forças Armadas, em abril de 1964. Relata os bastidores da política e a formação de um grupo de militares que conspirou e chegou ao poder, manobras que foram fundamentais com a renúncia de Jânio Quadros.

Os ministros militares não se acalmaram; em 29 de agosto divulgaram um manifesto explicando suas razões para continuar considerando inaceitável a volta de Jango, por motivos de segurança nacional... Acusava Jango de ser notório agitador nos círculos trabalhistas e de ter dado os principais cargos a “agentes do comunismo internacional”, além de elogiar o sucesso dos comunas populares durante sua recente visita à China comunista... Era um sintoma de medo constante dos militares de que um movimento trabalhista “sindicalista” pudesse tomar o lugar das forças armadas como o grupo mais poderoso da política brasileira.³⁷⁴

Para Skidmore, havia uma divisão nas Forças Armadas entre aqueles que não aceitavam a possibilidade da posse de João Goulart e aqueles que defendiam a

³⁷³SKIDMORE, Thomas, op. cit., Segundo Skidmore, Jânio estava sem apoio popular, mesmo com sua guinada à esquerda no que se referia as questões externas, algo que satisfazia os movimentos sociais. Com sua renúncia, havia a possibilidade da ascensão de João Goulart, alguém que realmente despertava um sentimento positivo de mudanças para as organizações sociais.

³⁷⁴Ibidem, p. 252.

manutenção da Constituição, ou seja, a posse do vice no cargo de presidente. Toda a sociedade fora pega de surpresa com a atitude de Jânio Quadros, inclusive os militares. Em contrapartida, Leonel Brizola³⁷⁵, político popular do Rio Grande do Sul, iniciou um movimento para o cumprimento da Carta Magna, chamado de “Campanha da Legalidade”, em defesa de Jango. O Congresso Nacional, juntamente com os ministros militares, chegaram ao consenso – depois de inúmeras pressões populares e de alguns setores importantes – estudantes, intelectuais, igrejas, entre outros, de que o vice João Goulart seria empossado pela via parlamentarista, no cargo de primeiro ministro. Para Daniel Aarão Reis:

A posse de Jango, apesar das limitações do parlamentarismo, foi interpretada por quase todas as forças de esquerda como uma vitória. Uma virada. Passar de Jânio Quadros, “um líder da reação”, para João Goulart, um veterano líder trabalhista, votado pelas classes populares, sensível a suas reivindicações, constituía uma reviravolta inesperada e positiva. E uma nova derrota das direitas. Depois de 1954 e 1955, pela terceira vez frustrava-se o golpe que almejavam³⁷⁶.

Para Reis, é importante salientar que a maior parte daqueles que defendiam a legalidade da Constituição não almejava grandes mudanças, ou seja, levantavam a bandeira da democracia, mas sem as reformas propostas por Jango. A derrota dos golpistas resultou na vitória, mesmo que limitada, das forças de esquerda, que apoiaram o vice de Jânio. Mas devemos considerar que a vitória se mostrou amarga, pois João Goulart foi empossado pela via parlamentarista, todavia o Brasil era presidencialista. Além disso, setores conservadores estavam prontos para entrar em ação novamente, tempos depois, para definitivamente tomarem o poder.

A fase parlamentarista foi marcada por disputas de poder em meio à crise política que não havia sido superada. João Goulart utilizou-se de sua popularidade para recuperar, por meio de um plebiscito, o presidencialismo, e assim conseguir maiores poderes políticos.³⁷⁷ Iglesias também nos fala em “articulação” por parte de Jango em relação à

³⁷⁵Leonel de Moura Brizola foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e lançado na política por Getúlio Vargas. Suas relações com o presidente João Goulart iam além da política, pois era casado com a irmã de Jango, Neusa Goulart. “A sorte do vice-presidente se decidia muito longe de lá – no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola empunhou uma submetralhadora INA, convocou a resistência e advertiu pela ‘Cadeia da Legalidade’, a rede nacional de rádio que congregaria 104 emissoras: ‘Não daremos o primeiro tiro, mas o segundo será nosso.’” MAGALHÃES, Mario, op. cit., p. 256.

³⁷⁶REIS, Daniel Aarão, op. cit., p. 299.

³⁷⁷SKIDMORE, Thomas, op. cit.

mudança de sistema, o pleito ocorreu em janeiro de 1963, e o presidencialismo conseguiu a maioria dos votos, 9.457.488 contra 2.073.582, uma vitória inquestionável.³⁷⁸

Segundo Martinelli, desde o governo Juscelino Kubitschek, o sindicalismo brasileiro passou a conhecer inúmeras vitórias, mas com a chegada de Jango ao poder é que as coisas começaram realmente a andar. Para ele, havia certa dificuldade em organizar a luta sindical entre os ferroviários, pois existiam no Brasil na década de 50, por volta de 200 mil ferroviários, destes, 50 mil eram organizados pela CLT e 150 mil, funcionários da Rede Ferroviária Federal, empresa criada em 1957. Pelas leis do funcionalismo, eles não podiam se sindicalizar. Evidentemente que, apesar de não serem sindicalizados oficialmente, havia entidades que os representavam.

Martinelli nos afirma que um golpe partindo de setores conservadores não era algo que o Partido Comunista acreditava ser possível. Luís Carlos Prestes teria sido indagado inúmeras vezes sobre a possibilidade da tomada de poder pelas elites e afirmava que eram os comunistas que estavam chegando ao poder. Teria dito “os acontecimentos provam que o imperialismo decai e o socialismo avança”.³⁷⁹ Para Magalhães, o golpe contra João Goulart em 1961, evidenciou a fraqueza política e de articulação do PCB. Nas palavras de Carlos Marighella: “nosso despreparo político e ideológico ficou demonstrado”.³⁸⁰

Eu rebato quer dizer, que a ditadura quer nos colocar e que o clero nos colocou, porque o clero nos colocou “defesa da democracia”, contra a ditadura que nós ia implantar ditadura sindical. Não tinha nada disso na nossa cabeça. Nós tínhamos comício organizado aqui em São Paulo, depois Minas Gerais e todos os anos nós íamos fazer atos. Só que nós queríamos a reforma...³⁸¹

Martinelli nos diz que houve um processo de desconstrução do governo Jango, por parte da elite, a qual afirmava haver uma possível aliança do presidente com grupos de esquerda. Ele diz que mesmo com o diálogo próximo à João Goulart, existia pressão dos comunistas, para que ele aprovasse as Reformas de Base, e os sindicatos organizavam atos e ameaçavam com greves, para que as mudanças fossem implantadas.

Em outubro de 1963, Raphael Martinelli embarcou pela segunda vez para a URSS, agora representando o CGT, uma comitativa de representantes sindicais foi formada para o

³⁷⁸IGLESIS, Francisco, op. cit.

³⁷⁹REIS, Daniel Aarão, op. cit., p. 300.

³⁸⁰MAGALHÃES, Mario, op. cit. Em 1962, após a crise provocada pela renúncia de Jânio, o PCB se dividiu a respeito do posicionamento a ser adotado diante da nova situação política do país. Os dissidentes fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B), formado por quadros do próprio Partidão, tais como Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, Diógenes Arruda, entre outros.

³⁸¹ Programa *Provocações*, op., cit.

XIII Congresso dos Sindicatos da URSS. Da primeira vez, em 1959, havia sido convidado para as comemorações do 1º de Maio: “Fomos lá para confraternizar com nossos camaradas, o Dia Internacional do Trabalhador. Stalin tinha morrido seis anos atrás, mas o socialismo continuava em pé”.³⁸² Hospedou-se num hotel luxuoso na Praça Vermelha. No dia seguinte, iniciaram-se os festejos, com um desfile militar na frente do Kremlin. Estava ele, Álvaro Davi e Ferreira, estes dois da Estrada de Ferro Leopoldina. No dia seguinte, foi apresentado a uma liderança ferroviária e viajou de trem para Leningrado, e no museu do Hermitage conheceu uma obra Portinari. Ficou emocionado. Também teve a oportunidade de assistir a uma apresentação da Companhia Bolshoi de Balé, e visitou o mausoléu de Lênin. Foram quase três semanas. Lamenta-se que as fotos da viagem se perderam.

Em seu retorno à Rússia, em 1963, pode ver um país já transformado pela burocracia e o início do sucateamento. Agora estava acompanhado do aeroviário Paulo de Mello Bastos, do bancário Humberto de Menezes Pinheiro e do metalúrgico Amorim, todos do CGT.

O evento estava caracterizado por muitas línguas, roupas, culturas. Algo que muito chamou sua atenção. Documentos foram lidos a respeito da situação do operariado mundial, num apanhado de algumas regiões, mas em especial da URSS. Assim como na primeira viagem, as traduções eram para o espanhol. Segundo ele, durante as discussões e apresentações no evento, nenhum sindicalista foi privado ou censurado em suas falas, havia plena liberdade aos “camaradas”. Os sindicalistas estrangeiros puderam discursar no Congresso, e Martinelli não se fez de rogado. Falou das conquistas dos trabalhadores brasileiros nos últimos anos e dos desafios dos comunistas no país, segundo ele, uma fala breve, mas que rendeu aplausos.³⁸³ Naquele momento, jamais poderia imaginar que tudo aquilo acabaria tão breve.

Sua estadia em território soviético ainda lhe rendeu um encontro com o futuro secretário do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Leonid Brejnev. A reunião teria sido solicitada por Luís Carlos Prestes, o assunto foi o VI Congresso do PCB, no Brasil. É possível observar a importância de Martinelli no contexto sindical dos anos 60. Em viagem à URSS, representou uma das maiores lideranças do PCB, Prestes, num

³⁸² BASTOS, Roberto G., op., cit., p. 172.

³⁸³ Com o golpe de 1964, a sede da CGT foi invadida pelos militares e todos os documentos recolhidos, inclusive o discurso proferido no evento. Segundo Martinelli, o texto foi usado como prova de suas ligações com a URSS, e anexado ao processo de cassação de seus direitos políticos.

encontro com um dos homens mais importantes do bloco soviético. Brejnev lhe fez uma pergunta direta: quando ocorreria a Revolução no Brasil? Martinelli respondeu:

Vou responder com minha avaliação pessoal... Se nós continuarmos a tratar as questões políticas como estamos tratando atualmente, acredito que a revolução brasileira vai custar a acontecer, pelo menos uma revolução do tipo clássica, com a tomada do poder pelo proletariado e insurgência total do campesinato contra o grande latifúndio. Neste atual governo, nós temos até algum espaço, demos alguns passos importantes na área sindical. Por outro lado, os setores conservadores e principalmente os ligados ao capital internacional mantêm vigilância permanente sobre nossos movimentos populares. Não dá pra ser muito otimista.³⁸⁴

Também evidenciou ao camarada soviético que a Revolução Cubana havia acendido o sinal de alerta ao gigante imperialista do Norte e às elites nacionais. Apesar de ter sido rápida, a reunião marcou sua experiência como líder sindical e comunista.

A viagem à Europa foi estendida e aproveitou para conhecer a Hungria, estava curioso para saber mais sobre o país que promoveu sua própria mudança política. Ali foi convidado a conhecer locais importantes na luta pela implantação do socialismo no país. Conheceu bairros operários, viajou pelo interior do país, e curiosamente, numa dessas cidades, foi assistir a um jogo entre a seleção de ferroviários e um combinado local. Num evento que, mais uma vez, nos evidencia o forte laço existente entre ferrovia e futebol.³⁸⁵ Da Hungria voou para a Itália, onde foi recepcionado por camaradas comunistas, mas a viagem não tinha cunho político, ele objetivava conseguir os documentos de nascimento de sua mãe, que haviam se perdido num incêndio no Brasil. Sua ida à Itália não obteve o sucesso desejado, mas serviu para Martinelli conhecer suas raízes italianas.

De volta ao Brasil e de volta às lutas sindicais. Assim que pisou em solo brasileiro, Raphael Martinelli recebeu a notícia de que os trabalhadores da Ferrovia Sorocabana, em São Paulo, estavam em greve e o governador do Estado, Adhemar de Barros, não aceitava negociar. O sindicalista conseguiu mobilizar as ferrovias de todo o país, numa grande paralisação em apoio aos companheiros da Sorocabana e com o propósito de pressionar o governo paulista.³⁸⁶ O líder sindical também conseguiu uma audiência com o Secretário

³⁸⁴ BASTOS, Roberto G. op. cit., p. 265.

³⁸⁵ Em 1963, a pedido do presidente João Goulart, Martinelli organizou uma Seleção de Ferroviários que foi jogar contra um combinado chileno, para comemorar o Dia do Chile, em 18 de setembro. Foram marcados dois jogos, no primeiro a seleção ferroviária perdeu de 7 a 0, já no segundo jogo, um heroico empate de 2 a 2. Clubes de futebol com suas histórias relacionadas às ferrovias, existem em todos os continentes, principalmente na Europa, como por exemplo, o Locomotiv de Moscou.

³⁸⁶ A Estrada de Ferro Sorocabana era administrada desde 1919 pelo governo do estado de São Paulo.

de Transportes de São Paulo, Dagoberto Salles, que resultou numa promessa do fim da greve, por parte do sindicalista, e a não represália aos grevistas, por parte do governo paulista. Mas na assembleia dos funcionários, ele não conseguiu convencer os trabalhadores e a votação decidiu pela continuidade da greve. Ao final de 18 dias de paralisações, o saldo final: nenhuma conquista por parte dos ferroviários e 200 demitidos. A assembleia dos ferroviários, na greve da Sorocabana, era a primeira derrota de Martinelli como sindicalista. Duro golpe, que lembra com amargor, pois o resultado dias depois foi de completa derrota aos trabalhadores.

A herança inflacionária do governo JK e a renúncia de Jânio levaram o país uma profunda crise econômica e política. Com a oposição das elites e dos EUA, Goulart aproximou-se cada vez mais dos movimentos sindicais. Reformas estruturais e o apoio popular eram o caminho a ser percorrido pelo presidente. O ano de 1963 foi marcado por greves e o crescimento da representatividade do sindicalismo.³⁸⁷ Apesar da repressão policial dos estados, os movimentos grevistas cresciam por todo o país. Para Martinelli, as greves eram o caminho “Então nós apertávamos o Jango”.³⁸⁸

Em 1964, o governo João Goulart continuava a ser pressionado por organizações sociais. O comício, em março do mesmo ano, na Central do Brasil, no início daquele ano, seria o marco para o fim de seu governo. O evento resultara das pressões de centrais sindicais sobre o presidente, no sentido de ele anunciar as Reformas de Base. O CGT foi o responsável por articular o comício. O panfleto de convocação dos trabalhadores teve assinatura de inúmeros representantes dos sindicatos e movimentos sociais. Trabalhadores de todo o país foram ao Rio de Janeiro ouvir Jango anunciar suas reformas.

Eu estava no palanque, porque eu era do CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. E eu era o organizador do comício e algumas coisas que nós discutimos com Jango ninguém pode esconder isso, que o Comando Geral dos Trabalhadores... eu tinha amizade com Jango. Sofri muito pelas torturas por ser amigo do Jango. Essa é a verdade.³⁸⁹

Segundo Martinelli, trens foram deslocados para levar ferroviários de várias regiões, inclusive do Nordeste. A composição que saiu de São Paulo em direção à Central

³⁸⁷Em 1963 nasceu na capital paulista, o Pacto de Ação Conjunta, uma entidade que defendia uma campanha salarial unificada para várias categorias. Ocorreu ainda no estado de São Paulo, a chamada *Greve dos 700 Mil*, organizada por inúmeras entidades sindicais. A ferrovia Santos-Jundiaí também parou, em solidariedade às várias categorias que cruzaram os braços. Ver LEAL, Murilo, op. cit.

³⁸⁸ Programa *Provocações*, op., cit.

³⁸⁹ Programa *Provocações*, op., cit.

do Brasil foi chamada de “O Trem das Reformas de Base”. Dias depois, o presidente foi deposto. Os grupos que lideraram o golpe justificaram a tomada do poder em decorrência da ameaça comunista, afirmando que a esquerda deflagraria um golpe. Acerca disso o líder sindical afirmou:

Em momento algum de meus contatos com Jango, e foram muitos, alguns reservados, e mesmo em conversas um pouco duras sobre assuntos políticos delicados, eu vi nos olhos do presidente a intenção de desferir um golpe. Muitos militares sabiam disso, dessa sua não propensão às soluções de força, inclusive militares que o cercavam. Então, essa conversa de que “eles” deram um golpe antes que a esquerda, guiada pelos sindicalistas comunistas, antes de Jango e Brizola, é pura conversa fiada para justificar algo muito mais profundo, algo que estava sendo preparado há muito tempo pelos setores que vivamente odiavam o populismo fundado por Vargas e herdado por Jango³⁹⁰.

A fala de Martinelli evidencia-nos que suas relações com o presidente João Goulart eram muito próximas, confirmando a tese de que Jango mantinha grande simpatia com os movimentos sindicais.³⁹¹ Exemplo disso ocorreu na Bahia, quando o governador do estado Juracy Magalhães, decidiu desativar a linha férrea que atendia o interior baiano. Raphael Martinelli, em atendimento aos ferroviários da região, interveio na questão. Marcou horário com o presidente da república, que ouvindo suas justificativas decidiu resolver a pendenga. Segundo o sindicalista, João Goulart teria afirmado:

Só tem uma maneira de resolver o problema. É transferindo a ferrovia, da esfera estadual, para a esfera federal. É incorporando a ferrovia à Leste-Brasileiro, que faz parte da RFFSA. Fala com o Amorim (presidente da RFFSA no período) e vê como é que faz pra resolver esta questão. Eu autorizo a transferência.³⁹²

Essa proximidade do sindicalista com o Executivo nacional rendeu-lhe status de herói na Bahia, por isso foi recebido com grande festejo na cidade de Nazaré das Farinhas, no início de 1964. Segundo suas memórias, a própria viagem de trem, algo que fez com toda a família, foi marcada por festejos quando o trem ia parando nas estações ferroviárias do interior baiano. O desfecho de tudo isso: repressão aos movimentos sociais, em especial ao sindicalismo, dali a poucos meses. A liberdade conquistada pelos

³⁹⁰BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 299.

³⁹¹ Em citação a Marieta de Moraes Ferreira, o presidente tinha “a ideia era compelir o Congresso, mediante pressão das massas, a mudar alguns artigos da Constituição, concedendo ao presidente poderes legislativos para executar as reformas”, in LEAL, Murilo, op. cit., p. 322.

³⁹²Ibidem, p. 281. Mário Magalhães em seu texto *Marighella*, fala sobre as impressões do presidente para aqueles que eram próximos a ele: “Para o banqueiro Magalhães Lins, ele era um homem doce. Para o aguerrido Raphael Martinelli, ‘era um cara de coração, se era correto, dava’”. MAGALHÃES, Mario, op. cit., p. 276.

trabalhadores brasileiros seria duramente golpeada e as principais lideranças do país cairiam na ilegalidade.

A maior parte das entrevistas ocorreu num momento em que parte da população foi às ruas para protestar contra a Copa do Mundo Fifa de Futebol, que ocorreria em 2014. Quando indagado sobre as manifestações, mostrou-se favorável, nos dizendo que:

Ótimo, muito bom, é isso mesmo, as vezes tem pessoa que exigir muito da gente, eu sou um cara que não desisti, é a política..., acha que não tem o que fazer, que eu tenho que botar o povo na rua... formamos o Fórum de ex presos políticos, é aquilo que estamos fazendo... Numa Conferência botamos mais de 800 pessoas no Caetano de Campos, mostramos o que era, quer dizer, isso aí, a sociedade vai tomando conhecimento, todas as faculdades eu fiz palestras, todos eles gostaram e viram o que foi a ditadura. Tudo aquilo vai entrando na cabeça, não precisa eu chegar e: “leia”, “faça isso”, “faça aquilo”... eu sou contra porque, como um homem de esquerda, agente tinha essa orientação de obedecer quem manda, mas não recomendo mais nada, eu não recomendo... O que você tem que saber: quem é o inimigo de classe, quem te explora, quem quer que eu morra, o que é o capitalismo, e porque ele faz isso...³⁹³

Martinelli representa exatamente o que o trecho transcrito nos evidencia: um turbilhão de informações. Nesse pequeno fragmento, é possível discutirmos várias questões. “eu sou um cara que não desisti [...]”, notamos sua luta cotidiana, de uma vida, nas questões políticas do país, visto sua grande participação em eventos políticos, entrevistas, palestras, entre outros. Cita a ditadura do regime de exceção imposto a partir de 64. Apesar de ter vivido outros momentos de governos autoritários, é o militar que recorre constantemente. Isso se deve, possivelmente, à experiência com a tortura, a violência física foi maior do que qualquer outra agressão. Finaliza o trecho por meio de suas convicções políticas: “um homem de esquerda”. Sua vida fora marcada por golpes e governos autoritários, por isso tem uma fala que se remete à “inimigo de classe”, “quem quer que eu morra”. Passagens que nos remetem a um passado que deixou marcas que nunca irão se apagar, e é por meio delas que Raphael Martinelli pretende discutir a sociedade e reinventar-se como sujeito social. O sindicalista que se forjou ao longo dos anos, ainda continua vivo.

³⁹³ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

CAPÍTULO 3

Do Sindicalismo à Clandestinidade: a Ação Libertadora Nacional – ALN

No Brasil, há uma forte tentativa de apagar da memória os Anos de Chumbo. Todos os movimentos de guerrilha sufocados pelo sistema de repressão do governo civil-militar, sofreram um processo de “apagar da própria história”. Assim nos afirma Enrique S. Padrós: “No caso latino-americano é pertinente discutir os usos da memória e do esquecimento dentro da perspectiva da desmemória e da memória confiscada”.³⁹⁴ Mas os desaparecidos políticos acabam contribuindo para a manutenção da memória, pois existe uma luta por verdade e justiça. A batalha travada por familiares de desaparecidos ou de grupos sociais traz o debate, fazendo com que a história daqueles personagens não caia no esquecimento.³⁹⁵

A negação da democracia e a violência institucional levaram o país a um momento de privação dos direitos e imposições arbitrárias do Estado brasileiro. Devemos considerar ainda que o Brasil não fez um acerto de contas com o passado, principalmente se compararmos nossa realidade com a de nossos vizinhos latino-americanos, em relação aos mecanismos de justiça de transição. O que houve até o momento, é o que Carlos Bolonha e Vicente Rodrigues chamam de “justiça de transição à brasileira”.³⁹⁶ Afirmação que se deve ao fato de o país não ter punido os responsáveis pelos Anos de Chumbo, principalmente em relação nas questões relacionadas às violações dos direitos humanos.³⁹⁷ Contudo, ao mesmo tempo devemos considerar as conquistas dos últimos anos, em relação à nossa prestação de contas com o passado.

Em 2011, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) inúmeros debates iniciaram-se acerca das investigações e possíveis punições aos envolvidos em

³⁹⁴ PADRÓS, Enrique Serra. “Memória e Esquecimento das Ditaduras de Segurança Nacional: Os Desaparecidos Políticos”. História em Revista n.10. Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, 2004.

³⁹⁵ Ibidem.

³⁹⁶ BOLONHA, Carlos e RODRIGUES, Vicente. “Justiça de transição no Brasil: dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações”, in COLEÇÃO CONPEDI/UNICURITIBA - *Justiça de Transição: Verdade, Memória e Justiça*. Organizadores: MEZZAROBBA, Orides. FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coêlho. Coordenadores: PFLUG, Samantha Ribeiro Meyer. MALISKA, Marcos Augusto. Curitiba - PR : vol.30 - 1ª ed., Clássica Editora, 2014.

³⁹⁷ JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia S. Guerrilha do Araguaia: Arqueologia, História e Direitos Humanos. Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 8, p. 73-90, 2014.

perseguições e mortes nos anos que seguiram a 1964.³⁹⁸ Assim, em meio aos debates, em 2012, o Ministério Público da União publicou em sua página oficial a definição sobre o termo “justiça de transição”:

...conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias utilizados para enfrentar o legado de violência em massa do passado, atribuir responsabilidades, exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, fortalecer as instituições com valores democráticos e para garantir a não repetição das atrocidades.³⁹⁹

As Comissões da Verdade criadas em todo o país e a abertura de arquivos fazem parte do conjunto de ações necessárias para a garantia da memória e da verdade histórica, e não a judicial.⁴⁰⁰ Acreditamos que levar os possíveis culpados a julgamento é de extrema importância para que o país passe a limpo seu passado marcado por violência institucional, prática que vitimou, direta e indiretamente, parte de sua população.

O esquecimento deve ser combatido tanto pelo estado como pela sociedade. Por conta disso, Raphael Martinelli considera tão importante suas falas, principalmente as palestras em escolas e universidades, pois as feridas abertas durante anos de repressão ainda não foram fechadas: “Eles falam que queimaram, conversa. No Exército tá cheio... Tudo veio de Brasília, de todas as ferrovias que eu comandava [...]”. Ele afirma que as Forças Armadas, principalmente o Exército, ainda possuem um grande acervo documental do período ditatorial.⁴⁰¹ Esse sentimento é de grande parte daqueles que lutam pela elucidação de um passado ainda recente. Devemos lembrar que o sucesso das Comissões da Verdade depende da vontade política governamental,⁴⁰² pois este deve dar todo o suporte necessário aos trabalhos de seus membros.

A Comissão Nacional da Verdade, criada em 18 de novembro de 2011, segundo seu artigo primeiro, tem por objetivo geral: “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. A CNV apresenta seu compromisso: identificar a

³⁹⁸ Apesar do clamor de grande parte da sociedade, que esperava por punições, este não era o objetivo da CNV, mas sim investigar e trazer à luz as violações por parte de representantes do Estado brasileiro, no período delimitado pela Comissão. É o reconhecimento do poder público em assumir os erros do passado, frente à sociedade.

³⁹⁹ www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php, ver também BOLONHA, Carlos e RODRIGUES, Vicente, op. cit., p. 115.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ Essa documentação seria resultado de vigilâncias, perseguições, depoimentos, prisões e tantas outras práticas ilegais que ocorriam dentro dos quartéis no país.

⁴⁰² Membros da Comissão Nacional da Verdade apontaram dificuldades durante as pesquisas, como o não acesso à arquivos militares.

tortura como prática comum do Estado brasileiro, no período de setembro de 1946 a outubro de 1988.⁴⁰³ A fala “reconciliação nacional”, foi algo muito repetido por aqueles que defenderam a Lei de Anistia,⁴⁰⁴ no sentido de deixar o passado para trás e iniciar uma nova caminhada para o país, a partir daquele momento do fim do regime ditatorial. Uma fala que ainda persiste nos dias de hoje, inclusive em tribunais, como em 2010, no Supremo Tribunal Federal (STF), onde, por sete votos a dois, os ministros foram contra sua revisão. Mas isso não desanima aqueles que lutam por justiça, como Raphael Martinelli.

Eu li, estou contente, porque eu tô lendo o jornal, que o Curió, um besta, um besta quadrado – eu posso dizer -. Porque ele achou que passou trinta anos: “Eu matei mesmo, eu fiz isso, fiz aquilo...” Mas a lei internacional é aquela, o corpo não apareceu, quando não aparece, não venceu o prazo. Ele vai ter que responder. E parabéns à juíza lá do Pará, que já enquadrou ele...⁴⁰⁵

O Estado brasileiro reconheceu sua culpa no processo de eliminar a oposição e de todos aqueles que lutavam por maior liberdade. Assim como nos evidencia a Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002:

São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

O reconhecimento ainda ocorreu, por meio da Lei nº 10.559, no chamado “Regime do anistiado político”, no qual se definiu, por exemplo, reparação indenizatória aos perseguidos políticos que sofreram ameaça/perseguição, por parte de representantes do estado de exceção imposto a partir de 1964. Isso se torna importante porque significou a reparação moral àqueles que sofreram com as perseguições, prisões, torturas ou que foram exilados.

⁴⁰³Importante lembrar que a Associação Nacional de História (ANPUH) criticou a formação dos membros da Comissão, por esta não ser composta por, ao menos, um historiador.

⁴⁰⁴ A lei nº 6.683, promulgada em 1979, pelo presidente João Figueiredo, definiu a anistia de cidadãos comuns e militares envolvidos em crimes políticos, eleitorais, ou ainda com tortura ou guerrilha. Evidente que, como ressaltado anteriormente, a Lei foi uma vitória para aqueles que lutavam contra a ditadura, pois muitos que estavam no exílio a anos puderam retornar e retomar suas vidas, por exemplo.

⁴⁰⁵ Programa *Provocações*, op. cit. O major Curió foi responsável pela repressão à Guerrilha do Araguaia. É ex-oficial do Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 2012, a juíza Nair Cristina Corado Pimenta de Castro, de Marabá, aceitou denúncia contra o major Curió, por crimes cometidos à repressão na região do Araguaia, no Tocantins.

A posição tomada por parte do governo, em relação à reparação junto às famílias de mortos e desaparecidos, que tanto lutaram e lutam para que o Estado brasileiro assuma as atrocidades praticadas, foi considerada uma vitória. As reparações são um passo no processo de conquista. Os arquivos representam, desta maneira, mecanismos importantes para a manutenção da memória e a busca por verdade e justiça. O Brasil, por conta de sua amplitude geográfica, possui inúmeros arquivos do período repressor. Segundo Bolonha e Rodrigues, “O Brasil é detentor do maior conjunto documental de origem pública sobre a repressão política na região sul-americana”.⁴⁰⁶ Além de arquivos particulares, como por exemplo, da Igreja Católica e universidades.

Importante salientar ainda, que em 2009, por meio da Portaria nº 204, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, sob gestão do Arquivo Nacional e gerenciado pela Casa Civil da Presidência da República. O que possibilitou parcerias entre instituições públicas e privadas no sentido de unificar as informações a respeito do período delimitado. Além desse intercâmbio, o Centro tem, a cada dois anos, um Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, dado a monografias cujo período pesquisado compreenda o da Ditadura Civil-Militar.

A justiça de transição torna-se importante porque tem o papel de elucidar os fatos considerados como violação dos direitos humanos, para assim construir um leque de ações, no sentido de manter a memória viva e deixar um legado de não repetição das atrocidades e violações cometidas. É certo que a Lei de Anistia vai de encontro com a CNV no sentido de barrar a condenação dos envolvidos com torturas, mortes e desaparecimentos ou qualquer outra forma de desrespeito aos direitos dos cidadãos.

O relatório foi entregue oficialmente ao poder executivo em 10 de dezembro de 2014, numa audiência pública marcada pela emoção e com a presença da presidenta Dilma Rousseff. O documento está dividido em três volumes, e entrar em contato com o resultado deste trabalho é importante, pois nos faz conhecer outras versões. Os depoimentos orais em muito contribuíram para a pesquisa e estão acessíveis pela internet, o que fornece maior acesso à população.⁴⁰⁷ Entrar em contato com os resultados nos possibilitam maior reflexão e análise crítica de períodos marcados pela violação do Estado aos direitos dos cidadãos brasileiros ou todo aquele que teve sua vida caracterizada pela perseguição de um regime de exceção.

⁴⁰⁶Ibidem.

⁴⁰⁷ www.cnv.gov.br/

O papel da CNV não é o de condenação, mas sim o de elucidar os fatos e trazer à discussão. Assim, espera-se uma nova postura daqueles que detêm o poder político e o judiciário de rever a anistia aos membros do estado, acusados como violadores dos direitos humanos. A Lei de Acesso à Informação (LAI) 12.527, de 2011, disponibilizou parte do acervo documental referente ao período da Ditadura Civil-Militar, lembrando que nem todos os arquivos foram abertos, muitos ainda se encontram “escondidos” em arquivos país afora.

Atualmente, a LAI aponta que deve preponderar o direito de acesso a informações sempre que estiver configurado o interesse histórico ou a necessidade de esclarecer casos de violações dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a seu mando. Permanece, contudo, o enorme desafio de identificar acervos desaparecidos, ou pelo menos descobrir quem os destruiu.⁴⁰⁸

Os autores afirmam que o esclarecimento do passado deve servir para o “amadurecimento democrático do Brasil”, algo que também acredito. Somente um debate profundo com nossa história será possível superarmos este episódio, marcado por crises em nosso sistema político e social.

Para Martinelli, é fundamental a manutenção da memória e discussão do passado recente, para que as novas gerações conheçam a história de nosso país, marcado por lutas e repressões:

Eu tenho esperança ainda na juventude, porque quando eu falo pra juventude nas palestras, na faculdade... No Memorial nosso, Memorial nosso, antigo DOPS, nós fomos, com o secretário... mudamos o próprio decreto para Memorial da Resistência, porque nós dissemos ao secretário: “Aqui nós era morto, era espancado, resistia à ditadura..., porque não tira Liberdade e coloca Resistência?” Ele botou. Pedimos todo aquele aparato lá, da ditadura...⁴⁰⁹

O Memorial da Resistência representa local importante para a manutenção da memória aos movimentos e personagens que resistiram ao regime de exceção. Hoje, além da exposição permanente, com relatos e documentos, também faz um importante papel de preservação do sentimento de luta, com palestras, debates, cursos, lançamentos de livros e exposições, que contribuem para o debate do tema. Mais uma vez, observamos o

⁴⁰⁸Ibidem.

⁴⁰⁹ Programa *Provocações*, op. cit. A proposta inicial do governo paulista era chamar o centro de memória da ditadura de Memorial da Liberdade, mas os ex-presos políticos, que fizeram parte do grupo que contribuíram para a formação do centro, propuseram o nome Memorial da Resistência, o que foi consentido pelo governo paulista.

sentimento de pertencimento de Martinelli, “Memorial nosso”, mas agora ele estende ao “nosso”, numa alusão aos companheiros. Ao visitante do local é possível ver seu nome gravado nas paredes, bem como relatos e fotos no acervo. A sala, onde pode-se ouvir os depoimentos daqueles que ali estiveram presos, causa um certo impacto naqueles que visitam o local. Os relatos e o ambiente causam grande emoção, num ambiente carregado por um passado triste e traumático, mesmo para aqueles que não viveram aquela história.

A luta armada foi uma escolha difícil para muitos daqueles que optaram por ela. Significaria viver na clandestinidade, com identidades falsas. A partir daquela escolha teriam uma vida que não era de verdade: teriam codinomes, e não nomes. Muitos desistiram, tamanha a entrega e o sofrimento; outros se mantiveram fortes e tombaram, foram mortos; mas muitos conseguiram sobreviver às torturas e hoje ajudam-nos a entender esse episódio triste da construção política e social de nosso país. Uma obra inacabada, que ainda sofre com as mazelas de um passado marcado pelo coronelismo e os mandos de uma elite dominada pelo “imperialismo sedutor”.

A guerrilha brasileira, a partir do golpe civil-militar de 1964, é densamente estudada, um sentimento marcado pela necessidade de resgatarmos aqueles personagens.⁴¹⁰ Pessoas que foram capazes de pegar em armas para defender seus sonhos e propor uma sociedade mais justa, menos cruel. Homens, mulheres, jovens, pessoas comuns... Todos lutando por uma causa: derrubar um governo ilegítimo. Os vários grupos que existiam, apesar das diferenças ideológicas e de projetos, acreditavam em algo comum: somente pelas armas derrubariam o governo. A revolução era o caminho, este era o consenso. A História nunca se esgota, lembrando uma citação de Paul Veyne, de que é o historiador que fará o estudo a partir de sua ótica, é ele o responsável por celebrar um determinado ponto, ou ainda, “o objeto de estudo não é nunca a totalidade dos fenômenos observáveis num tempo e num meio dado, mas sempre um de seus aspectos que são escolhidos”.⁴¹¹

Na introdução de *Imagens da Revolução*, Daniel A. Reis⁴¹² aponta os pilares que deram origem aos grupos armados no Brasil, divididos em cinco troncos: a Organização

⁴¹⁰ JUSTAMAND, Michel. “Contribuições da arqueologia, da história e dos direitos humanos para a Guerrilha do Araguaia”, in GRISOLIO, Lilian Marta; CRISORIO, Beatriz Carolina. *Estado, Poder e Violência na América Latina*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

⁴¹¹ PEREIRA, Ivonete. “Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)”, in HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v: 12, n 1-2, jan. - dez. 2009. – Rio de Janeiro, p. 104.

⁴¹² REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerdas dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), divergências no interior do PCB, o PC do B, Movimento Estudantil 1º de Maio e Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Todos esses grupos teriam dado origem a vários outros, por exemplo, a Ação Libertadora Nacional (ALN) formada por dissidentes do PCB. Ainda segundo o autor, essa fragmentação ocorreu por conta de alguns aspectos: o impacto da derrota em abril de 1964, as experiências externas como a Revolução Cubana, o choque de gerações – visto que antigos dirigentes foram contra a resistência –, e a repressão por parte daqueles que chegaram ao poder com o golpe. Apesar de haver diferenças, o objetivo era o mesmo: derrubar a ditadura e implantar o socialismo.

Para Reis, esses movimentos, chamados por ele de Nova Esquerda,⁴¹³ romperam com qualquer forma de diálogo com setores burgueses, algo tão comum no PCB. Por isso a luta armada como mecanismo para enfrentar a ditadura. “a descrença no caminho pacífico, na possibilidade de reformas e a proposição da luta armada e da destruição das instituições burguesas, das formas de representação política tradicionais, do aparelho judiciário e das forças armadas”.⁴¹⁴

Apesar de serem grupos que apresentavam inúmeras propostas para derrubar o governo golpista, defendendo o socialismo/comunismo como meta, não conseguiram superar o fato de suas lideranças serem da classe média, homens e brancos. Evidente que alguns casos se destacam, como Carlos Marighella na ALN, baiano mulato. Ademais, negros, mulheres e operários não aparecem em papéis de liderança frente à guerrilha, mas deixaram registrados seus anseios, vontades e sonhos. Cada qual apresentou sua contribuição para a história da resistência política.

A luta armada trouxe inúmeros aspectos importantes para a configuração política brasileira, pois as mulheres, por exemplo, conseguiram romper uma conjectura majoritariamente masculina ao empunhar armas. Acabaram questionando e rompendo com a hierarquia vigente. É claro que, anos antes, as mulheres impuseram-se um papel de destaque na frente de alguns movimentos sociais brasileiros, mas é com a guerrilha que elas talvez tenham conseguido uma maior articulação de ações políticas.

Ao abraçarem a causa coletiva da militância, romperam com o que se esperava de uma mulher, adotando outras identificações até então a elas proibidas. Assim, no bojo

⁴¹³ O autor justifica a expressão Nova Esquerda, no sentido de Nova por ser diferente as atuações desses grupos, se comparado com o passado de luta dos comunistas no país, e Esquerda por tratarem-se de grupos clandestinos. O recorte escolhido para a pesquisa, 1961 refere-se ao 1º Congresso da ORM-POLOP, em Jundiaí/SP e 1971, marco de dez anos de luta dos grupos guerrilheiros.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 17.

desse processo, foram quebradas normas, tabus e toda uma gama de valores que a sociedade carregava e que afetava, de forma, incisiva, a vida dessas mulheres naquele período.⁴¹⁵

A militância e a própria maternidade dessas mulheres fizeram parte da construção da identidade feminina no período. Conquistaram representatividades que foram levadas ao longo de anos. Hoje podemos ver essas mesmas mulheres em cargos políticos, como deputadas, senadoras, ministras, e até mesmo no cargo máximo da República, como a presidenta afastada, vítima de um golpe político, Dilma Rousseff. Esses exemplos não se restringem apenas ao Brasil, mas em todo o cone sul, afetado por ditaduras.

A guerrilha também contribuiu para aumentar a militância entre os trabalhadores do campo. Em seu próprio sentido ideológico, para os opositores ao governo ditatorial, a luta deveria iniciar no campo, visto o exemplo cubano. Evidente que devemos considerar as lutas camponesas das Ligas Camponesas de Francisco Julião, por exemplo, mas a contribuição de grupos como (Vanguarda Popular Revolucionária) VPR, ALN, PC do B, entre tantos outros, também deve ser considerada.

Quando o PC do B se instalou, no final dos anos 60, na região do Araguaia, entre o atual estado do Tocantins e do Maranhão, tinha como objetivo iniciar uma guerrilha rural e preparar o campo para tomar as cidades. Nas relações entre comunistas e camponeses houve um processo de simpatia pela causa, visto que os guerrilheiros se aproximaram dos moradores da região e iniciaram a construção de uma relação cotidiana, pois os membros do partido se passaram por posseiros. Em citação de Romualdo Campos Filho, a pesquisadora Patrícia Mechi afirma que 22,47% dos membros do grupo guerrilheiro no Araguaia eram camponeses que aderiram à causa. Trabalhadores que não têm suas histórias aprofundadas por estudiosos do tema. Em sua maioria, migrantes que foram para a região na busca por melhores condições, fugidos, majoritariamente da seca Nordestina.⁴¹⁶ Observamos que a própria situação camponesa, marcada por dificuldades, levou parte dessa população a aderir à guerrilha.

Devemos considerar também que muitos agricultores que não aderiram à luta armada foram vítimas do Estado durante o processo de perseguição aos comunistas. Eram, em grande parte, guias dos militares na mata. Foram torturados para falarem o que

⁴¹⁵ PEREIRA, Ivonete, op. cit., p. 105.

⁴¹⁶ MECI, Patricia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Ver também JUSTAMAND, Michel; MECI, Patrícia S. *Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia*. Revista de Arqueologia Pública, v. 9, p. 122-133, 2015.

sabiam, tiveram suas plantações queimadas e alguns acabaram morrendo por narrarem as atrocidades cometidas pelos representantes do governo brasileiro. Toda essa experiência, marcada por deslocamentos e perseguições do sertanejo, trouxe uma nova realidade para aquela população:

Essa visibilidade também faz com que eles desenvolvam a consciência da importância dessas lutas e de sua vivência nelas, assim como das lutas atuais. O vínculo entre as lutas passadas, a repressão e a resistência à ditadura acentuada pelos camponeses vem acompanhado da politização de seu discurso, que vai ganhando contornos mais amplos e profundos à medida que eles vão sendo ouvidos: questionam a ausência da Guerrilha do Araguaia nos livros didáticos e o silêncio a seu respeito nas escolas, reivindicam para si um papel ativo no combate à ditadura civil-militar, posicionam-se criticamente em relação à morosidade em se fazer justiça e conceder indenizações a quem tem direito.⁴¹⁷

Esse posicionamento dos camponeses refere-se, principalmente, ao fato de a situação da terra ter se agravado com muita profundidade na região, no pós-ditadura. Consideramos que não apenas no Araguaia, mas em todo o país. Inúmeros foram os personagens que permearam a luta pelo fim do estado de exceção, instaurado a partir de 64. Hoje é possível encontrarmos na bibliografia especializada várias correntes e/ou setores sociais que, de alguma maneira, resistiram à violência institucional não apenas mulheres e camponeses, mas também indígenas, homossexuais, negros, clérigos, donas de casas, entre tantos outros.

Também a participação de clérigos marcou a história da luta armada no Brasil. Muitos religiosos fizeram parte da ALN, em especial os dominicanos. Isso se deve porque parte dos frades, no passado, compôs a Juventude Estudantil Católica (JEC), com forte influência esquerdista. Os dominicanos tinham um estilo muito próprio, por exemplo, trabalhavam para o sustento, e assim muitos deles entravam em contato com movimentos sociais. Eram jornalistas, professores, escritores, ou até mesmo vendedores em livrarias. Marighella era favorável da aproximação com católicos, e isso de fato aconteceu.

Em julho de 1966, ocorreu um dos primeiros atentados contra o governo ditatorial, no aeroporto de Guararapes, no Recife. Uma bomba endereçada ao futuro presidente militar Costa e Silva, acabou explodindo e matando um almirante da reserva e um jornalista. A ação foi atribuída à Ação Popular (AP), formada por militantes católicos,

⁴¹⁷ Ibidem, p. 38.

oriundos da JEC.⁴¹⁸ Os religiosos, como os dominicanos, de São Paulo aderiram à guerrilha e tinham um papel importante não de empunhar armas, mas de servirem de apoio às ações, como viajar pelo país em busca de locais para a instalação da guerrilha rural, esconder pessoas, levar recados, entre outros. Foi com a prisão dos religiosos que a repressão paulista chegou a Carlos Marighella e conseguiu, numa emboscada, assassiná-lo.

Apesar de haver um intenso debate acerca das ações promovidas pelos grupos guerrilheiros que lutavam contra o regime ditatorial, para Gaspari foi a direita quem inaugurou o que passou a ser chamado de “ataques terroristas”. Cita alguns exemplos, como um ataque a tiros num Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Petrópolis, em 1962. A ação foi atribuída ao Movimento Anticomunista (MAC). Em São Paulo, já eram conhecidos ataques promovidos pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), atuante desde 1963.

A vitória de 1º de abril canalizou para outra direção os planos e fantasias do radicalismo da direita militar. Alguns oficiais foram para comandos prestigiosos, outros meteram-se no labirinto dos IPMS, e quase todos passaram a sentir-se parte daquele ente vago que se denominava “linha dura”. Quem queria caçar esquerdistas podia agora fazê-lo dentro da máquina do Estado.⁴¹⁹

O ano de 1964 foi especialmente difícil para Raphael Martinelli, a crise política brasileira levou o país a conhecer um de seus piores momentos da história, um regime de exceção, a Ditadura Civil-Militar. Os movimentos sociais foram perseguidos pelo governo que se instalou no poder. Era o início de maior repressão a qualquer forma de questionamento ao regime imposto, assim, o sindicalismo brasileiro, que passava por um momento peculiar por conta da abertura às discussões propostas pelo presidente João Goulart, passou a conhecer a violência institucionalizada, já conhecida em outros momentos, num passado recente.

Nesse capítulo, pretendemos indicar parte da trajetória de Raphael Martinelli nos quadros da guerrilha brasileira, numa reação ao governo ditatorial instalado a partir de 1964. Período que conheceu o lado mais cruel de um Estado de exceção, a tortura, e não

⁴¹⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. A Ação Popular (AP), também conhecida como “esquerda cristã”, foi criada em Minas Gerais, em 1962, por agremiações da juventude católica. Defendia o “socialismo humanista”, a ideia era unir o pensamento de Karl Marx com o de Jesus Cristo. Além de jovens, muitos clérigos apoiaram e foram atuantes dentro do grupo. Em 1967 rompeu com a Igreja Católica e passou a seguir a teoria marxista-leninista. O socialismo era uma necessidade urgente.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 252-253.

somente a tortura que, por si só, já deixa marcas difíceis de serem esquecidas, mas também as mazelas trazidas por anos de chumbo, como o descaso e a indiferença. Também discutiremos a importância da resistência ao governo civil-militar, por meio de ações armadas promovidas pela oposição ou de oposições ao regime.

Em 30 de março de 1964, o presidente João Goulart discursou para militares no salão do Automóvel Clube, na Cinelândia. Era uma tentativa de acalmar os ânimos entre aquele setor. Jango sabia que havia grande descontentamento das Forças Armadas com seu governo.

A experiência política de Jango fora marcada por derrubadas e golpes, sempre oriundos de setores militares, apoiados por uma elite conservadora. Para Jacob Gorender, o presidente era aberto a contatos com a esquerda, mas acabou cedendo às pressões conservadoras, por isso aceitou o sistema parlamentarista, mesmo que fosse contra a Constituição.⁴²⁰

O modelo político adotado por João Goulart não agradou setores das Forças Armadas e das elites conservadoras.⁴²¹ As Reformas de Base anunciadas num comício na Central do Brasil, principal estação ferroviária do Rio de Janeiro, fizeram com que o golpe começasse a ser tecido, com o apoio dos Estados Unidos. O embaixador estadunidense Lincoln Gordon, foi grande articulador do golpe de 64, o intermediário entre os interesses do Norte e os golpistas e, acerca do governo de João Goulart, teria afirmado: “poderia transformar o Brasil na China da década de 1960”.⁴²² A conspiração contra o presidente não partia apenas dos militares e da oposição política, liderada pela UDN (União Democrática Nacional), mas também de empresários, apesar disso “O golpe, porém, dependia de iniciativa propriamente militar [...]”.⁴²³

Para desespero da oposição, o presidente deixava transparecer a ideia de que almejava mudanças na Constituição que permitissem a reeleição. Segundo Luís Carlos Prestes, secretário do PCB, Goulart teria apoio dos comunistas e, caso o Parlamento não aprovasse a alteração na Carta Magna, teria afirmado o líder comunista: “Poderíamos concordar com a dissolução do Congresso [...]”, ou seja, havia no ar a possibilidade de

⁴²⁰GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

⁴²¹Na capital paulista, em 13 de março de 1964, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 200 mil pessoas, era um exemplo das forças conservadoras que agora expunham seu pensamento anti-Jango. Na passeata era possível ver faixas com os dizeres: “Tá chegando a hora de Jango ir embora”, “Vermelho bom, só batom”, e o slogan “Um, dois, três, Jango no xadrez!”. GASPARI, Elio; op. cit., ver também MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁴²² Ibidem, p. 269.

⁴²³FICO, Carlos. op. cit., p. 15.

um golpe por parte de Jango, já que o presidente não possuía maioria no Parlamento.⁴²⁴ Carlos Marighella era contrário ao possível golpe do presidente.

Para entender a formação da guerrilha como forma de luta contra o governo ditatorial imposto a partir de 1964, em especial a Ação Libertadora Nacional, é importante observarmos as divergências dentro do PCB, pois os fundadores da ALN eram dissidentes do Partidão, assim como a maioria dos grupos armados que surgiu para lutar contra o governo ditatorial. O principal representante da esquerda no país, o PCB, optou por não pegar em armas.

As posições de Prestes há muito desagradavam quadros importantes do Partido Comunista, visto a própria cisão que teria dado origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).⁴²⁵ Marighella expunha seu descontentamento em congressos, falas entre os camaradas, artigos. As divergências vinham de antes do golpe, já a partir de 1962 o líder baiano não mais passou a coordenar comissões do partido. O posicionamento do PCB frente à luta das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião⁴²⁶ também descontentava Marighella, que defendia a união entre comunistas e membros das Ligas, e não o afastamento e questionamentos como fazia o Comando Central (CC), do partido. A divisão dentro do PCB era cada vez maior entre aqueles que defendiam a luta armada e os que a rejeitavam, como o secretário geral Luís Carlos Prestes.

Gaspari, em citação a Jacob Gorender, afirma que a cada dez militantes paulistas, sete estavam ao lado do líder baiano, que defendia a luta armada.⁴²⁷ Os grupos de esquerda acreditavam na luta armada como único caminho, o que os diferenciava eram os métodos empregados, como e quando iniciar o movimento. Eram projetos diferenciados, mas com o mesmo objetivo: derrubar a ditadura e implantar o socialismo.

Inúmeras foram as formas de resistência contra o governo autoritário imposto no país, mas evidentemente que as guerrilhas se destacam, pois seu poder de atuação e de confronto com a ditadura os que mais causaram desconforto junto ao estado brasileiro. Dentre o quadro guerrilheiro, a ALN, idealizada por Carlos Marighella, tornou-se uma

⁴²⁴GASPARI, Elio, op. cit. Ver também MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁴²⁵Em 1962 nasceu o PC do B, na verdade o partido se auto-intitula o mesmo fundado em 1922, afirma que passou apenas por uma reorganização em 1962, algo que gera muita polêmica entre os membros do PCB e do PC do B até hoje. Este acabou alinhando-se ao Partido Comunista Chinês, enquanto o primeiro manteve-se ao lado do posicionamento soviético. GORENDER, Jacob, op. cit.

⁴²⁶Na segunda metade da década de 50 foi fundado, no sertão pernambucano, uma organização camponesa, liderada pelo advogado Francisco Julião Arruda de Paula, que ficou conhecida como Ligas Camponesas, por agregar inúmeras entidades nordestinas de luta no campo. Seu lema era “reforma agrária na lei ou na marra”. O grupo recebeu forte apoio, inclusive econômico, de Cuba. Ibidem.

⁴²⁷GASPARI, Elio, op. cit.

das mais atuantes, num espaço curto de tempo. Em 1966, teria afirmado: a “preparação da insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento – até mesmo quando da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração”.⁴²⁸ Além disso, a luta deveria ser no campo, e não em centros urbanos, onde o inimigo estaria mais bem organizado. Posicionamento no qual, em muito, percebemos a influência da Revolução Cubana, que do campo estendeu-se às cidades. A ALN recebeu apoio econômico e militar de Cuba, e muitos de seus membros foram enviados à ilha caribenha para treinamento de guerrilha.

A formação do grupo passou a delinear-se a partir da chegada de Carlos Marighella ao Comitê Estadual do PCB em São Paulo, eleito como primeiro-secretário. Na capital paulista, encontrou campo fértil para a formação da guerrilha. A regional de São Paulo apresentava perfil próprio, com maior liberdade e questionamentos ao CC. Martinelli afirma que foi por seu intermédio que Marighella veio para São Paulo. Mesmo sabendo que isso contrariava o partido, considerava que era necessário alguém com experiência para organizar o comitê paulista, os quadros que poderiam assumir eram despreparados, segundo sua ótica.

Conheci ele no Rio na época, eu era presidente da Federação, membro do CGT, ele era ligado ao Comitê Central, conheci ele, nossa amizade vem de lá, eu trouxe ele pro Comitê Estadual, derrubei os não educados revolucionariamente, minha posição era clara... respeitei a posição do Comitê Central de São Paulo, fazia autocrítica, era responsável, parava mais de 150 mil ferroviários, quer dizer, o papel meu como dirigente eu fiz revolucionar. Uma falha do partido que não educou revolucionariamente os seus quadros...⁴²⁹

Em sua fala, o líder sindical evidencia seu poder de mobilização, numa tentativa de mostrar sua importância no movimento de formação de uma nova base do partido em São Paulo. Além disso, faz uma crítica ao PCB, que segundo ele não fazia um trabalho de base junto a seus membros, no sentido de formação política/ideológica.

Apesar do apoio de lideranças importantes, a permanência de Marighella no PCB se tornava cada vez mais insustentável e, automaticamente, de todos aqueles que o apoiavam na defesa da luta armada. Em dezembro de 1966, o futuro líder da ALN renunciou ao cargo da Comissão Executiva do partido; e um forte sentimento de luta

⁴²⁸Citado por MAGALHÃES, Mário, op. cit., p. 333.

⁴²⁹ Entrevista concedida em 3 de julho de 2013.

armada pairava em parte da esquerda brasileira. A ideia de guerrilha existia nos anos que antecederam ao golpe. Em 1962, as Ligas Camponesas já levantavam essa bandeira e, às vésperas do 1º de abril de 64, um grupo do PC do B embarcou para a China a fim de receber treinamento militar. Após a tomada do poder pela Ditadura Civil-Militar, outros agrupamentos passaram a defender a luta por meio das armas, como o Movimento Nacionalista Revolucionário, fundado por Leonel Brizola e que se estabeleceu na Serra do Caparaó, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ação apoiada com recursos cubanos. Também a Política Operária (POLOP), que trazia em seus quadros estudantes, intelectuais, além de soldados e sargentos acreditava que a luta armada era a única saída. Os movimentos de esquerda passaram a articular-se nesse sentido, principalmente com a crise política causada pela renúncia do presidente Jânio Quadros.

Em 1967, Marighella voou para Cuba, sem o consentimento do PCB; antes disso, membros do Comitê Estadual paulista já haviam embarcado para a ilha caribenha, também sem o aval do partido. O objetivo dos paulistas era o de receber treinamento de guerrilha; e o do líder baiano, participar da Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).⁴³⁰ Marighella acabou redigindo o discurso da comissão brasileira, mas não quis pronunciá-lo, pois estava apenas como convidado do evento.⁴³¹

A essa altura o PCB repudiava a participação de Marighella na OLAS, e o governo brasileiro passou a perceber suas ideias, quando, numa entrevista à Rádio Havana afirmou: “Cada patriota deve saber manejar sua arma de fogo. Sem isso, qualquer ação combativa no Brasil atual está destinada ao fracasso [...] conquistar o poder pela violência e destruir o aparelho burocrático militar do Estado, substituindo-o pelo povo armado”.⁴³² Sua expulsão do partido consumou-se em 1967; junto a ele outros nomes seguiam na lista, como o de Raphael Martinelli. “Editada pelo partido, a *Voz Operária* publicou seus nomes civis, o anúncio implícito de que aderiam à luta armada”. Martinelli afirmou inúmeras vezes que o próprio partido os entregou à repressão quando seus nomes civis foram divulgados no documento de exclusão publicado.

⁴³⁰ O objetivo da Conferência era traçar caminhos na luta contra o imperialismo estadunidense na América Latina. O documento produzido no encontro traz em seu item nº 5 “Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina”. E encerra com a frase “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. Devemos lembrar que o PCB boicotou o evento em Cuba, assim como os Partidos Comunistas da Venezuela e Argentina. BASTOS, Roberto G., op. cit.

⁴³¹ Segundo o Centro de Informação do Exército (CIE), o número de enviados de Marighella para Cuba no período de 1965 a 1971 foi de 85 membros da esquerda. MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁴³² Ibidem, p. 350-351.

As principais lideranças das Forças Armadas eram leais a João Goulart. Os líderes do movimento que levaram ao golpe de 64 exerciam funções menos destacadas, mas foram competentes no processo de articulação e convencimento dos quadros, principalmente dentro do Exército. O golpe, em grande parte, foi arquitetado em Minas Gerais, pelo general Olympio Mourão Filho e o comandante de Infantaria Carlos Luiz Guedes. Em meio ao processo golpista, é possível observarmos a importância dos ferroviários, tão destacada por Raphael Martinelli, numa passagem de Gaspari.

... o comandante de uma unidade militar informava que “o presidente Goulart deve ser deposto rapidamente” e admitia a possibilidade de a rebelião estourar no dia seguinte... e advertia: “Petróleo é um problema. Os comunistas controlam os portos e as ferrovias, mas não as rodovias...”⁴³³

O debate que vemos na historiografia é sobre, principalmente, a posição de imobilismo adotada pelo presidente e da falta de articulação do PCB. Talvez Jango não acreditasse no golpe, mas sua inércia e incapacidade de reunir forças levaram à sua derrocada. Para Gaspari, a esquerda tinha medo de que João Goulart os traísse, em caso de derrota dos conspiradores. O fato é que o presidente, sem apoio e sem forças, em 1º de abril de 1964, de Brasília voou para o Rio Grande do Sul, seu reduto eleitoral. O presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, num ato ilegal, visto que Jango estava no país. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, foi empossado presidente interino, no apagar das luzes. As leis, a Constituição, já não eram mais respeitadas, era o início de um regime em que apenas quem estava no poder dava as cartas. Jango acabou indo para uma de suas fazendas no Uruguai, onde passou seus últimos dias.

O dia 31 de março de 1964 marca o início de um longo período de trevas, – numa alusão ao texto de Jacob Gorender, *Combate nas trevas* –, para os militantes de esquerda. Esperava-se reação por parte de João Goulart, e esta não veio. Em depoimento a Isa Grinspum Ferraz, sobrinha de Marighella, Raphael Martinelli evidenciou a frustração de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando o próprio Comitê Central (CC) do partido, na figura de Luís Carlos Prestes, afirmou que não haveria resistência.

O problema meu é o seguinte: a gente ficou... eu tive com o Velho, com o Prestes. Eu, o Roberto Morena (?), e outros companheiros, até... até eu costume brincar, né? Que [risos], porque o Roberto Morena era conhecido que nem... que nem... até no mundo, né?

⁴³³GASPARI, Elio, op. cit., p. 58. Devemos lembrar que as bases sindicais do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) eram formadas por ferroviários e portuários.

Careca... e isso, foi no carro justamente da perua que era da Federação dos Ferroviários. E aquele povão lá, passamos lá em frente ao Flamengo, eles queimando a UNE (estalo de dedos), né? Botando fogo. E a gente passando naquilo. E eu falava pro va... pro cara: - Abaixa a cabeça aí, pô! Se os... se os caras reconhecerem você, eles vão queimar a nossa perua aqui. Falei para o... pro Morena isso. E fomos na casa do... do Prestes, isso é verdade, pô! E, infelizmente nós tivemos uma resposta, né? Muito... que... a gente saiu liquidado. Saímos liquidados que não ia ter resistência, não ia ter... nada. Isso machuca a gente, está entendendo? Então a gente foi pra clandestinidade, onde estava com um companheiro do Comitê Central, e certo, eu só soube depois de todas as coisas do Comitê Central por esse companheiro. Que já não tinha mais (hum), vamos dizer, aparelho, fechou tudo, acabou com tudo.⁴³⁴

O desapontamento diante o posicionamento do presidente e do próprio PCB é narrado em boa parte da bibliografia destinada ao debate acerca do golpe de 1964. Num sentimento que oscila entre a culpa, por não acreditarem na possibilidade de tomada do poder, e de amargor, por não terem se preparado para a resistência. O próprio Martinelli, como narrado acima, sentiu-se decepcionado ao saber que não haveria luta, “saímos liquidados”. A forma como o partido guiou seu posicionamento contribuiu para que alguns membros optassem pela clandestinidade e, automaticamente, à guerrilha. Era o conflito com o Partido, o que resultou na formação da Ação Libertadora Nacional (ALN). A escolha em não pegar em armas levou a críticas e saída de quadros, a maioria escolheu a luta armada e partir para o confronto direto, algo condenado pelo PCB.

A luta armada era uma proposta de derrubada do governo civil militar instaurado que propunha a “transformação revolucionária da sociedade”.⁴³⁵ Sales nos sugere que nem toda luta armada consistia realmente em ações com uso de armas. Ainda segundo o autor, existiram duas formas de resistência: a guerrilha rural e as ações urbanas. Sendo a primeira um movimento de forjar a luta, treinar militantes, não envolvendo necessariamente atos armados, havia uma divisão nas funções. Para a guerrilha, era importante alguns quadros não estarem na clandestinidade, assim teriam como acessar hospitais, advogados, ou ainda atrair simpatizantes da causa em escolas, escritórios, igrejas.

⁴³⁴Agradeço a Isa Ferraz que gentilmente cedeu a transcrição do depoimento de Raphael Martinelli, obtido para o documentário *Marighella*, lançado no Brasil em 2012. Podemos observar que a transcrição obedece, possivelmente, a agravação, pois “risos” e “estalos dos dedos”, foram transcritos. Realmente Martinelli, em suas falas, costuma rir, mesmo ao narrar situações de dificuldade, e estala os dedos com frequência.

⁴³⁵SALES, Jean Rodrigues. “Apresentação”, SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 9.

Muitas mulheres que pertenciam aos quadros da guerrilha não atuavam diretamente, mas serviam de apoio aos grupos, em alguns casos não estavam na clandestinidade. Tiveram papel fundamental, eram mães, companheiras, parentes, que se solidarizam com a causa, ou simplesmente ajudavam alguém com que mantinham uma estreita relação. Além disso, clérigos, advogados, pessoas comuns também compunham a rede de ajuda aos movimentos de esquerda, o apoio também consistia em esconder procurados ou até mesmo financiar a luta.⁴³⁶

Naquela manhã do dia 31 de março de 1964, o líder sindical iniciou sua rotina como todos os dias. Seguiu para uma reunião na Federação Nacional dos Estivadores, no trajeto não percebeu nada de incomum. Foi no prédio da Federação que vivenciou os primeiros minutos do golpe. Em seu livro de memórias lembra:

...já vieram bombas de gás, ameaças e todo o ritual da repressão que a gente conhece...

Eu fiquei com dó dos companheiros estivadores, que vieram de cidades do interior, onde este tipo de ação policial não era tão comum como no Rio. Eles ficaram apavorados com os alaridos e principalmente com as bombas de gás lacrimogêneo. Começaram a chorar, reclamando que os olhos ardiam, que queimavam. Eu, que já tinha experiência nessas situações, gritei pra eles, desesperados:

- Mija rápido num lenço e coloca nos olhos, porra!⁴³⁷

Os sindicalistas ficaram encurralados no prédio, fecharam-se na sala da Tesouraria e bloquearam a passagem com cofres da sala. Mello Bastos, oficial da reserva da Aeronáutica, que estava entrincheirado com os sindicalistas, conseguiu ligar para o ministro da Aeronáutica, que enviou quatro soldados e intermediaram a soltura dos sindicalistas. Martinelli afirma que quando saiu à rua, ela estava tomada por tanques. O CGT decretou greve geral e, para surpresa, Jango não apoiou, considerava que a situação estava sob controle.⁴³⁸

⁴³⁶BETTO, Frei. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. SÁ, Fernando. MUNTEAL, Oswaldo. MARTINS, Paulo Emílio. (org.) *Os advogados e a ditadura de 1964: A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

⁴³⁷BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 305. Ver também MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁴³⁸Ibidem.

Às 14h00 Martinelli dirigiu-se à Rádio Nacional, juntamente com seu companheiro ferroviário, e também líder sindical, Batistinha,⁴³⁹ de onde fez um pronunciamento aos trabalhadores:

Companheiro trabalhador brasileiro, aqui é Raphael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, e falo mais diretamente aos ferroviários do Brasil, nesta hora tão difícil para nossa democracia. Você, líder operário, sindicalista, mais que ninguém, sabe o que deve fazer para enfrentar a situação. Não podemos deixar que nossas conquistas e nossos esforços sejam arrebatados de nossas mãos. Sem precipitações, procurem suas lideranças e seus companheiros de luta. Não vamos baixar a cabeça para mais esta tentativa de sufocar a classe trabalhadora em sua determinação para acabar com o atraso no nosso país. Eles querem derrubar um presidente legitimamente eleito, que tem compromisso com nosso povo. Recomendo cautela, mas firmeza, para defendermos nossas bandeiras e nossos direitos. Confiamos na força do povo.⁴⁴⁰

A fala é de um líder sindical aos trabalhadores. O tom é de luta e resistência, de alguém que não se conformava com o imobilismo de seu partido. Assim que saíram da Rádio, a repressão chegou ao prédio. Podemos observar no pronunciamento que Martinelli inicialmente dirige-se aos ferroviários e depois estende seu apelo a todos os trabalhadores, solicitando que buscassem suas lideranças sindicais, para que houvesse a resistência frente ao golpe. Afirma ainda que o presidente João Goulart tinha seu cargo ameaçado, sendo que fora “legitimamente eleito”. Devemos lembrar que Jango venceu as eleições para o cargo de vice, pois, naquela época, o vice também era eleito pelo voto direto. Em seu livro de memórias, faz uma autocrítica daquele período, em que a direita se impôs na história política do Brasil.⁴⁴¹

Nós sabíamos que tínhamos de estar preparados para um golpe. Jango, Prestes, Brizola, e todos que estavam no movimento sabiam que uma quartelada não era algo impossível. A direita estava falando grosso. Os últimos dias não tinham sido fáceis. O que ocorria é que acreditávamos que eles não vingariam numa possível quebra da legalidade. Ou pelo menos queríamos acreditar nisso. Depois de tantos anos, temos de

⁴³⁹Em agosto de 2013 Martinelli contou-me que foi a Juiz de Fora prestar homenagens ao colega morto pela ditadura, e foi recebido pela filha do ex-companheiro. Ela faz parte da Comissão da Associação Nacional dos Advogados do Trabalho da OAB de Minas Gerais, algo que lembrou com ternura e orgulho. Batistinha também era membro do CGT, e os filhos de ambos brincavam juntos, quando os sindicalistas viviam no Rio de Janeiro.

⁴⁴⁰BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 307.

⁴⁴¹Frei Beto nos lembra que a direita também se apropria do passado, da memória. Ela se apodera da história, assim sua versão perpetua-se. Para ele, a esquerda erra ao menosprezar elementos como os mortos, a religião e a tradição, assim a direita escreve sua história, sua versão a respeito dos fatos. BETO, Frei, op. cit.

fazer autocrítica e reconhecer que o que tínhamos mesmo não passava de um conjunto de bravatas em torno da ideia do “esquema militar”...

Resistir? Como? Foi um período em que nós, líderes sindicais, comunistas ou não, desrespeitamos as massas, apesar de pensarmos estar fazendo o correto. Nós andávamos mais de avião do que de trem e pisávamos mais nos palácios do que nas oficinas, mas isso porque acreditávamos, verdadeiramente, que agir deste modo era o melhor caminho.⁴⁴²

A fala de Martinelli é de autocrítica, aliás, ele afirma o tempo todo que isso é necessário, que a esquerda deve “fazer uma autocrítica”. Sua posição é a de que o distanciamento das lideranças de suas bases contribuiu para a eclosão do golpe.⁴⁴³ Observa a fragilidade da democracia brasileira em 64 e mais ainda, o imobilismo do PCB.

O golpe teve início com a deposição do presidente João Goulart – algo reconhecido pelo Congresso Nacional –, a edição em 09 de abril do Ato Institucional nº 1 (AI-1)⁴⁴⁴ e com a eleição indireta do general Humberto de Castelo Branco.⁴⁴⁵ O AI-1, foi decretado pelo “Comando Supremo da Revolução” e intitulado como “operação limpeza”. Determinava as primeiras cassações de mandatos, a suspensão de direitos políticos e a transferência de militares para a reserva. Raphael Martinelli aparece na primeira lista de pessoas que tiveram suspensos seus direitos políticos, era o número 36 da lista,⁴⁴⁶ além de ser exonerado da ferrovia.

Com 23 anos, exonerado. Era membro do Conselho da Rede, eu era Diretor de Patrimônio do Nacional também, eu fui exonerado, foi tudo. Presidente da Federação Nacional dos Ferroviários. Eu era membro do Conselho da Rede, eleito por 22 ferrovias, perdi tudo.⁴⁴⁷

A cassação significou 23 anos de dedicação à ferrovia e a seus trabalhadores desrespeitados. Houve uma tentativa de apagar da história da luta sindical toda sua dedicação aos ferroviários. Inconformado com o posicionamento do PCB, voltou a São

⁴⁴²BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 308-309.

⁴⁴³Faz a mesma autocrítica em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), afirma que o partido distanciou-se de suas propostas iniciais, e por isso também se desligou da legenda.

⁴⁴⁴ Os Atos Institucionais foram normas e decretos editados durante o governo civil-militar. Foram criados para legitimar as práticas antidemocráticas e autoritárias do governo. No total foram 17 atos institucionais, no período de 1964 a 1969.

⁴⁴⁵NAPOLITANO, Marcos. “O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica”. In: Revista Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX. Vol. 2, año 2, 2011.

⁴⁴⁶ A lista de cassados apresentava 100 nomes de cidadãos brasileiros, que a partir daquele momento tiveram seus direitos desrespeitados. Além do presidente João Goulart, estavam na lista ex-presidentes, intelectuais, políticos, jornalistas, militares. Ver ANEXO 1.

⁴⁴⁷ Entrevista concedida em 29 de agosto de 2013.

Paulo, mesmo sem autorização do partido, sentia que era necessário fazer algo. Martinelli nos conta:

Logo nas primeiras semanas após o golpe, o próprio Comitê Central do PCB propôs-me atuar clandestinamente no Rio Grande do Sul. O Gorender foi. Eu recusei. Meu desejo era retornar para São Paulo com minha mulher e meus três filhos pequenos. Queria mesmo era voltar para Jundiaí, onde eu morava antes de ir para o Rio e onde moravam meu sogro e meus cunhados. Minha decisão desagradou profundamente a direção do Partido, que se colocou contrária a ela. Não cedi e pra dizer a verdade nem me importei muito com o que eles pensavam em relação à minha decisão...

E não era só isso que me incomodava. Com toda essa minha “revolta”, cheguei a São Paulo tão disposto a fazer uma autocrítica quanto a condenar o Comitê Central e as decisões individuais do secretário-geral, Luiz Carlos Prestes, que raramente dava satisfações ao colegiado do CC. Eu estava com muita raiva e condenava também os direitistas no governo Jango, os militares e a burguesia nacional, e mais o diabo!⁴⁴⁸

O irmão Angelino providenciou a ida da família para Jundiaí. Martinelli ficou ainda alguns meses no Rio de Janeiro. Sem os direitos políticos, refugiou-se na casa de um irmão, em Bragança Paulista, interior de São Paulo, onde trabalhou por dois anos, ajudando na criação de coelhos e galinhas. Em 1967, retornou para a capital paulista e foi trabalhar como raspador numa empresa que aplicava cascolac, produto aplicado sobre pisos de madeira. Apesar do distanciamento político-sindical nos primeiros anos do golpe, Martinelli era levado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), junto com outras lideranças, toda véspera do 1º de maio, para o Clube Português, onde havia uma sede da Polícia Federal, e eram soltos apenas no dia seguinte. Essa foi a maneira encontrada pelo governo de assegurar que os sindicalistas não se envolvessem em manifestações contrárias ao regime.

Com a cassação, a vida de Martinelli começou a tomar rumos nunca imaginados por ele. Mesmo afastado por um curto período das atividades políticas, na clandestinidade ele continuava a participar de encontros com os camaradas do partido, muitos deles inconformados com o imobilismo do PCB. Apesar da constante vigilância que sofriam, não desistiram e decidiram tomar uma decisão: em março de 1968, marcaram uma reunião na casa do ex-deputado federal do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Jéthero de Faria Cardoso. Ali, delinearam-se as discussões que levaram à formação da Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo armado que se opôs diretamente ao governo militar e do qual

⁴⁴⁸BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 325.

Raphael Martinelli fez parte.⁴⁴⁹ Em seus relatos da reunião, lembra das palavras de Marighella para convencer os companheiros da necessidade de formar o grupo. Ato que levou os presentes à expulsão do PCB, pois o partido não optara pela luta armada. Sobre a decisão do Partidão afirma:

Jamais eles (o Comitê Central) poderiam ter-nos expulso naquele momento. Naquelas circunstâncias em que a repressão estava voltando a ser pesada. Na verdade, ao nos expulsar, eles nos jogaram para uma clandestinidade mais profunda ainda. Mas foi o que fizeram.⁴⁵⁰

Martinelli é crítico da forma pela qual o PCB o excluiu. Em seus relatos salienta que ele, Carlos Marighella e Rômulo Frates foram expulsos publicamente, ou seja, um documento tratando das expulsões – no qual seus nomes apareciam – tornou-se público. Segundo ele, até mesmo os nomes de guerra foram citados. Ficou o sentimento de traição, pois a repressão logo saberia quem foram os quadros que partiram para a guerrilha. Afirma que nas reuniões da ALN⁴⁵¹, ele, como representante dos ferroviários, defendia o uso de armas, mas sem mortes nas ações que renderiam dinheiro ao grupo. É evidente que ele próprio afirma que isso era difícil, e os justicamentos⁴⁵² tornaram-se prática do grupo, o que denota ambiguidade ao mesmo tempo, pois, se consistiam em ações, como assaltos, as armas estavam presentes e seu uso era uma possibilidade:

a gente partiu para a luta armada e tudo mais, tinha algumas divergências, inclusive, como pegar dinheiro, a gente discutiu entre nós, ferroviários e, achamos de dar algum exemplo de como fazer uma desapropriação, sem morte, sem nada e com repercussão revolucionária, então, a gente fez um estudo todo de fazer um assalto ao trem pagador, que eu conhecia, era a minha ferrovia, sabia de onde saía, onde entrava, como é que era...⁴⁵³

⁴⁴⁹ Em entrevista a Isa G. Ferraz, Martinelli afirma que na escolha do nome do grupo, ficaram entre Ação Libertadora Nacional e Ação Nacional Libertadora, ele escolheu a segunda opção, mas foi voto vencido.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 340.

⁴⁵¹ As primeiras ações do grupo não foram assinadas pela sigla ALN, ainda não havia escolhido o nome do grupo. Definiram-se inicialmente como Agrupamento Comunista, chegaram a delinear alguns princípios básicos: “São três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução”. O primeiro documento que aparece a sigla ALN data de janeiro de 1969, num texto de Marighella, onde um capítulo foi intitulado de “Estratégia da ação libertadora nacional”, em letras minúsculas. MAGALHÃES, Mário, op. cit., p. 361, 417.

⁴⁵² Os justicamentos eram assassinatos de empresários que financiavam a ditadura, ou ainda, de militares torturadores. Uma forma de luta política ideológica, no sentido de eliminar os inimigos do povo, segundo a ótica do grupo.

⁴⁵³ Comissão Nacional da Verdade (CNV), op. cit., linha 916 a 921. A primeira ação do grupo foi um justicamento, quando em setembro de 1967 o fazendeiro José Conceição Gonçalves foi morto por Edmur Péricles Camargo, que havia recebido treinamento de guerrilha com os Tupamaros, no Uruguai. MAGALHÃES, Mário, op. cit.

Percebemos que existe uma ideia romanceada da luta armada. Martinelli defendia o uso de armas nas ações, mas ao mesmo tempo era contra seu uso. Ele propôs a expropriação da Ferrovia Santos-Jundiaí, considerava que seu conhecimento a respeito do funcionamento da estrada de ferro era suficiente para o sucesso do assalto ao trem pagador. Apesar de ter planejado o assalto, não participou da ação. Mas seu papel foi fundamental, sem seu conhecimento a respeito do funcionamento da ferrovia, tudo teria sido mais difícil. Essa é uma questão interessante para a reflexão, pois, por vezes, só se valorizam aqueles que pegaram em armas; o que evidencia a falta de conhecimento do funcionamento dos grupos guerrilheiros, ao qual era necessária toda uma rede de funções e nem todas pegavam em armas.

Também era crítico da ALN quando ela recrutava jovens para as ações; considerando que eles eram mal preparados e agiam por revolta, tão comum, numa juventude amordaçada: “não adianta assaltar bancos e colocar quadros de 18 ou 20 anos para morrer, se leva mais de 20 anos para criar um quadro; então, não se pode entregar um jovem antes que ele entenda toda a luta, isso não é aventura”.⁴⁵⁴ Essa fala aparece em muitas de suas entrevistas, quando o tema é a ALN:

Então, essas coisas, nós, eu, Marighella, outros companheiros, não concordamos, divergimos, etc., tentando modificar toda a direção, tomar o poder também, no comitê central... Então, porque nós queríamos mudar a direção para ter a educação revolucionária em seus quadros, pelo menos política, etc., etc. Então, com isso, com essas divergências e a ditadura cada vez mais grave, os Atos Institucionais, não só para os comunistas de esquerda não, eram homens, professores, democratas, patriotas, advogados, médicos, cientistas, quer dizer, Deputados, Senadores, quer dizer, que era uma, a ditadura foi tão violenta, tão violenta, descarada, antidemocrática de um modo geral e criminosa em vários casos, que nós tivemos que decidir pela luta armada, criar a Ação Libertadora Nacional, quer dizer, antes disso, nós fomos expulsos, eu, o Marighella e o Frates...⁴⁵⁵

O depoimento demonstra a vontade de alguns membros em mudar o posicionamento do PCB frente a disputa política. Assim como ele, que teve a oportunidade de aprender a base ideológica política no sindicato, inclusive em aulas ministradas por Clara Charf, assim também o desejava aos jovens que entravam para o partido e depois na guerrilha. Acredita que apenas o debate, o esclarecimento e o conhecimento podem forjar o verdadeiro revolucionário.

⁴⁵⁴ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 346. Afirma que uma das propostas da ALN era educar politicamente os jovens, mas não houve tempo.

⁴⁵⁵ CNV, op. cit..

A ALN, nas falas de seu principal líder, Carlos Marighella, defendia a autonomia de seus membros, ou seja, não seria necessário esperar ordens de comandos superiores. Era uma nova maneira de se enxergar a luta política. Seria um grupo pequeno, ágil e móvel: “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”.⁴⁵⁶ Como Martinelli lembra, as ações deveriam ter repercussão pública, e automaticamente, política. A imprensa, por vezes anunciava as práticas do grupo como sendo atos de ladrões comuns, por conta disso panfletos esclarecendo a população passaram a ser deixados em locais onde ocorriam as ações, principalmente nos bancos.⁴⁵⁷

A Ação Libertadora Nacional – ALN – surgiu da luta interna no PCB em torno de algumas teses básicas: a luta de libertação nacional, a montagem de uma organização revolucionária nacional, patriótica, de caráter amplo e ampla autonomia tática, e, principalmente, o desencadeamento de ações revolucionárias como base para afirmação da organização, e para a formação do exército popular de libertação nacional.⁴⁵⁸

Foram vários os movimentos de expropriações para financiar a ALN. Assaltos a bancos, instituições financeiras ou a carros-pagador. Dentre as principais ações do grupo, destacam-se: expropriação do trem pagador da Ferrovia Santos-Jundiaí e do carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG) no Rio de Janeiro; ocupação da Rádio Nacional; justicamento do militar estadunidense Charles Chandler (com participação da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR) e do empresário Henning Albert Boilesen⁴⁵⁹; sequestro do embaixador dos EUA Charles Elbrick (em conjunto com o Movimento Revolucionário 8 de outubro - MR-8) e do embaixador alemão Ehrenfried Holleben (com participação da VPR); destruição de caminhões do Grupo Frias; tomada do sindicato dos têxteis.⁴⁶⁰

O principal objetivo das ações era obter recursos que seriam utilizados para manter as ações do grupo, mas principalmente criar uma guerrilha rural. A guerrilha consumia muito dinheiro, que era empregado não apenas nos aparelhos, mas em viagens e compra de terras, por exemplo. Em abril de 1968, ocorreu a primeira expropriação da ALN, um assalto ao carro-pagador do Banco Francês e Italiano, na zona sul da capital paulista. O

⁴⁵⁶Jornal *O Guerrilheiro*, 1968. Citado em SILVA JR., Edson Teixeira. “Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”: a Ação Libertadora Nacional. In SALES, Jean Rodrigues (org.), op. cit.

⁴⁵⁷ MAGALHÃES, Mário,. op. cit.

⁴⁵⁸ REIS, Daniel A.; SÁ, Jair F., op. cit., p. 206.

⁴⁵⁹ Boilesen era o presidente da empresa Ultragás, fazia campanha entre empresários para arrecadar fundos e manter o sistema repressivo em São Paulo. Muitos presos afirmam que o próprio Boilesen chegou a assistir seções de tortura.

⁴⁶⁰ Além das ações, o grupo também chegou a editar dois jornais: *O Guerrilheiro* (1968) e *Venceremos* (1971-72).

grupo que saía às ruas para as ações foi chamado de Grupo Tático Armado (GTA). Cada núcleo espalhado pelo país possuía seu GTA.

A ALN produziu textos discutindo o papel e a importância da guerrilha. Na maior parte, atribuídos a Carlos Marighella. Em maio de 1969, publicaram “O papel da Ação Revolucionária na Organização”, o texto afirma a importância em combater o inimigo, liderado pelos Estados Unidos, e está dividido em doze itens.

Expropriando o governo e os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, capturando armas e explosivos, prejudicando as iniciativas e a propaganda da ditadura, como no caso da sabotagem por bomba à exposição anti-subversiva do Exército em São Paulo, atacando os bens e a propriedade dos imperialistas norte-americanos, participando em operações conjuntas para a punição dos espiões dos Estados Unidos, pusemos em prática, de fato e não por palavras, um plano concreto de combate ao inimigo.⁴⁶¹

A forma encontrada pelo PCB para dialogar com os setores dominantes não satisfazia os grupos que se opunham à ditadura. Era necessário agir. A URSS já não era mais o exemplo a ser seguido, mas sim Cuba, Vietnã. Esse afastamento da guerrilha com o país do leste europeu ocorreu pela falta de apoio dos soviéticos, os quais se mantiveram ao lado da ideia de partido único e do não apoio à luta armada.

A ação que Raphael Martinelli mais gosta de contar é a do assalto ao trem pagador da Ferrovia Santos-Jundiaí, em 10 agosto de 1968. A composição levava o dinheiro referente aos salários de 1800 funcionários, que seriam pagos na estação de Jundiaí. Escolheram executar a ação logo depois da estação da Lapa e do pontilhão sobre o rio Tietê. Bastos nos narra o episódio:

Estação da Lapa exatamente 7h03. Sobem os dois companheiros que davam cobertura. Após a composição alcançar a velocidade de 70 km por hora e chegar à altura dos armazéns do pessoal da via permanente, a alavanca do breque foi acionada – apenas uma vez, rigorosamente de acordo com o que se planejara e estudara exaustivamente. O enorme trem começa a perder velocidade, sacudindo e fazendo um ruído ensurdecedor das rodas deslizando sobre os trilhos gelados pela manhã de inverno.

Com as metralhadoras, os guerrilheiros não têm dificuldade em render os vigilantes que guardam os malotes. Abrem então as portas do vagão-bagageiro e os malotes são colocados para fora do trem.⁴⁶²

A ação foi arquitetada pelos ferroviários da ALN, Raphael Martinelli e Francisco Gomes, o Beduíno, e executada pelo Grupo Tático Armado (GTA). Os guerrilheiros

⁴⁶¹ Citado em REIS, Daniel A., SÁ, Jair F., op. cit., p. 209.

⁴⁶² BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 352-353.

fizeram o trajeto duas vezes antes do dia da expropriação. Apesar de não ter participado diretamente da ação, orgulha-se por ter sido um dos arquitetos da operação. As três principais lideranças envolvidas: Marighella, Martinelli e Beduíno foram proibidas pelos companheiros de participarem da ação, por conta do risco de prisões.⁴⁶³

Lamenta-se apenas que nenhuma parte do que fora expropriado – cerca de 108 mil cruzeiros novos⁴⁶⁴ – tenha sido repassada a entidades ferroviárias: “não assaltávamos como bandidos e fora da lei, nós lutávamos para manter vivas as organizações que combatiam um regime de terror e de exceção”.⁴⁶⁵ Defende a importância das expropriações para a manutenção da guerrilha.

Olha, o problema da desapropriação, nós somos só... nós estávamos de acordo, que a gente fala desapropriação porque aquele dinheiro já é da classe operária, explorada da classe operária, quer dizer, o regime capitalista é que nos explora. Então às vezes só está tirando, desapropriando um pouco do... do que é nosso, né? Isso é verdade.⁴⁶⁶

A narrativa do assalto ao trem pagador, no livro de memórias do líder sindical, é descrita em duas páginas e não apresenta os problemas da ação contados por Mário Magalhães, o qual, por sua vez, dedicou cinco páginas de seu livro Marighella, para narrar a expropriação da ferrovia. Isso nos evidencia, mais uma vez, a tentativa do jornalista Roberto Gicello de construir a figura de um líder, em que a principal ação na qual Martinelli se envolvera diretamente não poderia mostrar falhas em sua execução.

Segundo Mário Magalhães, a alavanca do freio (breque) falhou quando Elio Ferreira Rego a puxou:

Elinho se postou diante do freio e da placa de alerta: “Em caso de perigo, puxar a alavanca”. Foi o que ele fez com força, pouco antes de Pirituba, equilibrando-se para evitar o tombo recorrente da desaceleração brusca. Por um motivo incerto, não funcionou, e o trem não ficou sequer um quilômetro por hora mais lento. “Putá que pariu!”, desesperou-se Elinho. “Agora acabou tudo.”

...Um minuto depois da partida da estação da Lapa, Marquito, o comandante da ação, acercou-se do vagão postal acompanhado de três egressos da Faculdade de Direito da USP... Abriu a sacola de lona e couro que carregava a tiracolo, sacou a metralhadora

⁴⁶³Uma das regras da ALN era a de que dirigentes estudantis, sindicais, ou figuras políticas conhecidas não participassem das ações do grupo, apesar disso, o próprio Marighella quebrou a regra e a contra gosto dos companheiros se expôs em muitas ações.

⁴⁶⁴Mário Magalhães fala em 576 mil reais corrigidos a época da publicação de seu livro. MAGALHÃES, Mário, op. cit.

⁴⁶⁵BATOS, Roberto G., op. cit., p. 369.

⁴⁶⁶Isa G. Ferraz, op. cit., p. 15.

e entrou com João Leonardo e Arno Preis – o outro companheiro ficou vigiando a porta. Deparou-se com quatro funcionários e anunciou:

“Isto é um assalto, e não queremos matar ninguém! Fiquem quietos.”

O guarda ferroviário José Luís Carvalho... Foi desarmado e obrigado a abaixar de cócoras com os colegas... empilharam-se três malas de couro cru, abarrotadas de notas separadas em envelopes para saldar o salário de julho. Os guerrilheiros as apanharam e esperaram os arredores da estação de Pirituba para Elinho frear o trem. Como demorava, Marquito se afligi e disparou em busca dele. Ao avistá-lo... ouviu de Elinho...:

“Esta merda não parou!”

Marquito reagiu puxando o primeiro freio que alcançou... Dessa feita, as sapatas se agarraram às rodas... o trem chacoalhou e enfim não se moveu [...].⁴⁶⁷

A ação ocorreu com o apoio da VPR, pois a logística consistiu em armas, carros, local para esconder o dinheiro, ou seja, um número grande de pessoas foi envolvido na expropriação; E não levava mais do que 10 minutos, mesmo considerando o tempo gasto com a alavanca que não funcionou. A polícia não conseguiu, ao menos num primeiro momento, solucionar o caso, e afirmou tratar-se de um assalto de ladrões ligados à Marighella e ao PC do B. Numa charge publicada no jornal Folha da Tarde, o cartunista Chico Caruso ironizou um detido sendo levado por um policial ao delegado e dizendo: “Seu delegado, ele confessou tudo e ainda o assassinato do Kennedy”.⁴⁶⁸

Numa picada às margens da ferrovia, dois fuscas os aguardavam. Um deles, guiado por João Antônio Abi-Eçab, fugiu com alguns guerrilheiros que participaram do assalto, além de todas as armas usadas. No outro carro, guiado por Aloysio Nunes Ferreira Filho, outros membros da ação e o dinheiro roubado. O montante foi escondido na casa de membros da VPR.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷MAGALHÃES, Mário, op. cit., p. 386-387.

⁴⁶⁸Ibidem, p. 388.

⁴⁶⁹ Ibidem.



A notícia do assalto foi estampada na primeira página dos principais jornais da época. A Folha de São Paulo, fez, inclusive, um mapa do local e da ação dos assaltantes. O grupo foi chamado de “Quadrilha da Metralhadora”. A polícia não tinha certeza se a ação havia sido executada por guerrilheiros ou assaltantes comuns. O texto ainda afirma que era o oitavo assalto do grupo. O jornal dá grande destaque ao ocorrido, além da capa, destinou uma página quase que inteira para a notícia.

Eram comuns ações que envolvessem mais de um grupo armado. A ALN e a VPR protagonizaram ações em conjunto, dentre elas, o sequestro do embaixador alemão Von Holleben, durante a Copa do Mundo de Futebol, em 1970.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi criada em 1968, em Osasco na grande São Paulo, em meio às efervescências operárias. Seus membros eram trabalhadores, jovens, intelectuais, militares cassados e também militantes de grupos que já existiam antes do golpe de 64, como a POLOP; entre seus membros, o que mais se destacou foi Carlos Lamarca, desertor do Exército. Parte desses quadros era dissidente do PCB; e assim como outros grupos armados, defendia a formação de uma guerrilha rural. Em 1969, a VPR juntou forças com o grupo mineiro COLINA, e passaram a se chamar VPR-Palmares, união que durou poucos meses, por conta de divergências político-ideológicas. Mas foi o bastante para que o grupo realizasse uma das ações mais curiosas

⁴⁷⁰ <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/08/11/2/>

da guerrilha urbana brasileira: o roubo do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros. A expropriação rendeu US\$ 2.456.400,00 dólares.⁴⁷¹

O Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴⁷² apenas alimentou ainda mais a guerrilha, pois a emenda contribuiu para empurrar opositores em maior número para a luta armada. Marighella teria afirmado: “Pela primeira vez no Brasil os atos terroristas passaram a desempenhar um papel na luta política”.⁴⁷³ Assim, vários projetos de ações da ALN começaram a ser formulados. O próprio Martinelli fez o levantamento de uma possível ação no oleoduto de Utinga, na grande São Paulo. Mas ao mesmo tempo o AI-5 desmantelou os grupos de esquerda. Foi um duro golpe nos movimentos de oposição, pois as formas e os mecanismos utilizados pela repressão passaram a ser muito mais violentos. Aqueles que decidiam entrar para a luta armada, após a implantação do AI-5, não tiveram tempo de receber treinamento, caíram rapidamente, num processo de aniquilação dos grupos.

A ferrovia Santos-Jundiaí mais uma vez estava nos planos da ALN para o final daquele ano de 1968, considerando-se o pagamento do décimo-terceiro salário, um dinheiro que ajudaria e muito para os próximos passos do grupo, no entanto, segundo Martinelli, por falta de quadros, a ação não ocorreu.

Revolucionário tem que andar de bicicleta, motocicleta, guiar carro, tá, tudo. Que uma hora você tem aí um motor do seu lado e você não sabe andar. Tem uma bicicleta e você não sabe andar. O... o revolucionário tem que ser tudo. Saber fazer a bomba, atirar com 22, com metralhadora, tudo. Tudo isso ele tem que saber. Se vai usar, é outro problema. Isso é a minha posição. Prova é que você vê, o que faltou? Naquela ação que a gente queria? Alguém que guiasse helicóptero. Tomasse helicóptero. Entendeu? Nós não tinha.⁴⁷⁴

Lutar contra a ditadura era algo difícil, pois lutavam contra o Estado, a máquina que possuía as armas. Viviam na clandestinidade, sem nome, com documentos falsos, sem paradeiro certo. Conseguir quadros para a guerrilha não era fácil, pois, apesar da luta armada, que, por vezes, seduzia os jovens por conta do ímpeto de liberdade, o número de

⁴⁷¹ MACIEL, Wilma Antunes. “VPR: contra a ditadura, pela revolução”. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

⁴⁷² O AI-5 foi uma reação à inúmeras manifestações de rua contra o regime e o aumento da oposição. Fatos como as reações causadas pela morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, e o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, que chamou os quartéis de “covis de torturadores”, contribuíram para a decisão do Conselho de Segurança Nacional e da presidência da República em um aumento da repressão e na diminuição das liberdades individuais.

⁴⁷³ MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 422.

⁴⁷⁴ Isa G. Ferraz, op. cit., p. 17.

membros não era suficiente para executar as ações, as quais dependiam de dias e meses para um plano entrar em ação. Muitas vezes semanas de trabalho eram frustradas e o plano era abortado. Conseguir dinheiro, armas, documentos, automóveis, aparelhos, não era tarefa fácil. Além disso, a inteligência do governo estava constantemente no encalce e, com o aumento da repressão, os grupos armados foram sendo, um a um, desarticulados.

Pouco tempo depois ao assalto do trem pagador, a repressão tomou proporções ainda maiores em São Paulo. A Operação Bandeirante, ou OBAN, foi criada para auxiliar o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), nas investigações e prisões dos chamados “subversivos” e contrários ao regime.

Segundo Joffily, os depoimentos eram marcados pela tortura, prática que fazia parte dos processos de inquirição. A cidade de São Paulo foi escolhida para ser a sede da Operação por ser considerada “centro de erradicação de subversivos”. A OBAN e o DOI-CODI eram a afirmação do poder repressivo. Órgãos criados especialmente para combater a oposição ao regime. Mas devemos considerar que o estado criou uma série de mecanismos para podar as liberdades individuais, tais como a Constituição de 67, Atos Institucionais, a Lei de Segurança Nacional e maior atuação de Tribunais Militares, entre outros.⁴⁷⁵ Ao mesmo tempo em que houve um aumento da repressão, o mesmo ocorreu com a guerrilha. Jovens, principalmente universitários, aderiam cada vez mais à luta contra a ditadura. Martinelli tem razão quando afirma que os jovens trazem um espírito libertário, entregavam-se à causa, mesmo que não estivessem preparados para ela.

Assim, o ano de 1969 foi muito difícil para a Ação Libertadora Nacional (ALN), pois suas principais lideranças começaram a cair frente ao sistema repressor, principalmente após o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. O primeiro foi Marcos Antonio Braz de Carvalho, seguido do líder, Carlos Marighella. Em seu livro de memórias, conta quando recebeu a notícia:

Eu soube da morte do Mariga pelo rádio. O mais horrível de tudo é a forma como eles apresentavam o homem. Uma propaganda do assassinato, como se tivessem ganho uma Copa do Mundo. Os trens da Sorocabana passavam a toda velocidade e apitando, em alguns prédios avistavam-se festejos pelas janelas. Um espetáculo triste, se já não bastasse a própria notícia.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵JOFFILY, Mariana, op. cit.

⁴⁷⁶BASTOS, Roberto Gicello, op. cit., p. 370.

Martinelli refere-se a Marighella como Mariga, apelido carinhoso, utilizado por todos, e que nunca deixa de usar, sempre numa fala de respeito e admiração ao antigo companheiro. Apesar da morte do líder da ALN, o grupo continuou atuando, mas de maneira muito reduzida, pouco a pouco, um a um foi caindo frente a OBAN. Inclusive o próprio Martinelli, que nos confirma:

Fui preso pela Operação Bandeirante – OBAN, em 1º de abril de 1970, às 3h da tarde no meu local de trabalho, à época eu era secretário da Cooperativa Habitacional União Sindical, na rua dos Andradas, 570, em Santa Ifigênia, centro de São Paulo. Fui preso por “infringir a Lei de Segurança Nacional, por subversão e comunismo”. Esta era a acusação contra mim.⁴⁷⁷

Na OBAN, foi interrogado pelo capitão Benoni Albernaz, ali permaneceu por duas semanas, onde foi torturado tantas vezes, que diz não se lembrar mais a quantas sessões fora submetido. Dali o levaram ao DOPS⁴⁷⁸, local em que as torturas continuaram, por vezes, pelo próprio delegado Fleury. Na guerrilha, Martinelli usava o codinome David. Em seu livro de memórias, conta como era o tratamento dado aos presos:

No DOPS, eu fui levado para a sala de tortura várias vezes. Apanhei com soco inglês abaixo da linha das costelas, levava choques elétricos, pau-de-arara, cadeira do dragão, o diabo... uma gritaria que parecia uma orquestra, sabe, com agentes que falavam uma coisa e já outro vinha e falava outra num outro tom de voz.⁴⁷⁹

Duas semanas depois, o transferiram para o presídio Tiradentes. Lá, a tortura não ocorria, mas ainda era possível ser torturado quando eram levados para o DOPS, para algum interrogatório. Martinelli lembra que, mesmo durante as seções de espancamentos, os agentes da repressão não deixavam de assistir aos jogos da Copa de 1970.

No presídio, nas celas, os presos políticos foram colocados, inicialmente, juntos aos detentos comuns. Somente algumas semanas depois, é que houve a separação dos presos pela administração penitenciária, pois surgiu o medo de haver a politização dos demais presos. Algo que vinha ocorrendo em prisões no Rio de Janeiro.

Enquanto esteve no presídio, Martinelli dedicou-se a escrever tudo que sabia e/ou lembrava a respeito das ferrovias no país, especialmente da Santos-Jundiaí. Numa das

⁴⁷⁷Ibidem, p. 373. Evidente que a repressão tinha todos os motivos para prender Martinelli, sua trajetória política/sindical favorecia a nomenclatura de subversivo, pois além de suas atuações no país, viajou enquanto líder sindical, a países com governos socialistas, como União Soviética, Hungria e Cuba.

⁴⁷⁸O DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) ou DOPS/SP, como passou a ser chamado, foi criado em 30 de dezembro de 1924. Seu objetivo era reprimir delitos considerados contra a segurança do Estado. Foi extinto em 4 de março de 1983.

⁴⁷⁹Ibidem, p. 376.

visitas que fiz a seu escritório, ele me mostrou essas anotações, feitas em enormes folhas; um impressionante banco de informações a respeito da malha ferroviária brasileira. Considera que em algum momento isso será útil. É evidente que esse material é rico em informações, pois foi produzido por um ferroviário que conhece os trilhos e seus problemas país a fora.

O dia a dia no Tiradentes era formado por trabalhos de faxina, leituras e, principalmente, debates e discussões políticas entre os inúmeros quadros das várias tendências que estavam representadas entre os presos políticos. Mas, afirma que os membros do PCB não participavam das reuniões, por conta da expulsão daqueles que escolheram a luta armada, algo condenado pelo Partidão.

Sua condenação foi de 8 anos de reclusão, mas o soltaram em condicional em 27 de setembro de 1973. Apesar da participação na guerrilha, não deixa de analisar criticamente as ações da ALN, refletindo:

Se você me perguntar se foi positivo, eu direi que foi. Mas apenas do ponto de vista da repercussão das ações, do combate direto aos nichos militares e aos setores da elite. Mas não passava de um grito. Do ponto de vista estritamente revolucionário, nós não tínhamos efetivamente uma organização que pudesse fazer frente ao regime e muito menos que pudesse tomar o poder. Nesse aspecto, foi um desastre.⁴⁸⁰

Martinelli enxerga os erros, faz autocrítica, mas considera que tudo aquilo fora necessário, afirmando que faria tudo de novo, evidentemente que com algumas ressalvas. Garante que erraram tentando acertar e reconhece a importância daqueles grupos na luta contra a ditadura. Afirma ainda que eram constantes os debates acalorados, num processo de autocrítica, mas o contexto e as pressões constantes os teriam levado a erros estratégicos algumas vezes.

Os grupos de esquerda formaram no país a resistência ao regime de exceção de inúmeras maneiras, por exemplo, com a luta armada. A resistência pressupõe a luta por soberania, retomar a liberdade que lhe fora tirada. Assim como nos lembram Ana Maria D'Ávila Lopes e Isabelle Maria C. V. Chehab, alguns mecanismos jurídicos garantem o direito à resistência nos dias de hoje, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966,

⁴⁸⁰Ibidem, p. 345.

além da Constituição Federal Brasileira de 1988.⁴⁸¹ Documentos esses produzidos com base em experiências ditatoriais e no sentido de superar a ausência de direitos por luta.

Em seu texto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma:

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum. Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão.⁴⁸²

Devemos lembrar que o texto é resultado de discussões do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a sombra do nazismo ainda pairava sobre as mentes das pessoas, sendo necessário um documento que assegurasse o direito de resistência e luta nos países que assinaram o texto, inclusive o Brasil. A própria Constituição Brasileira em seu artigo nº 5 também garante o direito do cidadão, que não será obrigado a fazer aquilo que esteja acima da lei, e condena o uso da tortura ou qualquer outra forma degradante. Lembrando também que a Carta Magna foi promulgada no pós-Ditadura Civil Militar, em 1988.

⁴⁸¹ LOPES, Ana Maria D'Ávila; CHEHAB, Isabelle Maria C. V., "Reflexões sobre o uso do direito de resistência em face da ditadura civil-militar brasileira", in Org. MEZZARROBA, Orides. FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coêlho., op. cit.

⁴⁸²Ibidem, p. 22.

CAPÍTULO 4

Da luta armada aos porões do Tiradentes

Raphael Martinelli foi preso exatamente seis anos após o golpe de 64. Em 1º de abril de 1970, conheceria o que muitos temiam: os porões da ditadura. Apesar do terror que a prisão significava, não desistiu da luta. Desafiar o inimigo era buscar o fim de um regime de exceção, que reprimia toda e qualquer forma de liberdade. A prisão de Martinelli começou a ser desenhada quando João Batista Spanier, ex-ferroviário da Sorocabana e membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi capturado pela Operação Bandeirante (OBAN). Sua casa era um dos aparelhos,⁴⁸³ e ele foi preso nos últimos dias do mês de março de 1970. Em seu livro de memórias, nos narra:

Eu fui preso após um companheiro ferroviário, Spanier, ter aberto minha posição. Este companheiro havia sido designado pelo Joaquim Câmara (líder da organização após a morte de Marighella) para um aparelho em São Paulo e caiu. Após 24 horas sob tortura, o Spanier abriu minha localização. Não vou culpá-lo, porque no ato da prisão o companheiro Chico, que estava com ele, conseguiu fugir e ficou de me avisar sobre a queda do aparelho. Só que este companheiro simplesmente não fez o que havia se comprometido a fazer, e, alegando que tinha de tomar providências para sair do país, passou a responsabilidade da informação a um companheiro, também ferroviário. Aí o companheiro não me avisou. Segundo o que ele próprio me contou, quando se deu conta do encargo recebido para que me alertasse do perigo iminente, já se haviam passado as 24 horas, e aí ele soube da minha prisão. Eu felizmente não fui fuzilado na hora, porque se os policiais soubessem a minha importância na estrutura da ALN certamente este livro não estaria sendo feito.⁴⁸⁴

Assegura não guardar ressentimentos a respeito da falta de informações que o levaram à prisão. Mas observamos que a regra de avisar os companheiros a respeito da queda de um aparelho e da prisão de um membro não foi respeitada. Ele próprio destaca seu papel dentro da organização, salientando que os policiais não sabiam de sua “importância”. Podemos afirmar que a esquerda não conseguiu formar uma teia de organização que confrontasse com a da direita. Mas também devemos considerar que estes tinham o poder da máquina, uma estrutura difícil de ser desestabilizada.

⁴⁸³ Aparelho era o nome dado aos locais de encontros das organizações clandestinas, geralmente eram casas ou apartamentos, que podiam ser de membros do grupo, simpatizantes ou, o mais comum, locais alugados.

⁴⁸⁴ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 372-373.

Espanha, é o sobrenome dele, Espanha, Spainier, I, e, R, no final, Spainier, ele morreu já, tudo mais, companheiro, bom, deixa para lá. Só que, vamos ver, quem tinha que me avisar, porque nós éramos o grupo, quem tinha que avisar era o Chico, mas, pela responsabilidade da queda, do aparelho, mas, a prisão do Espanha, ele tinha que, no máximo de ir embora, fugir, passou esse recado para um outro menino: “Avisa o Martinelli.” Só que esse menino não era um homem responsável, assim, revolucionariamente, não me avisou, então, eu estou trabalhando, na Cooperativa Habitacional, normal, a minha posição era, tinha a Folha, porque era na Rua José Andrada e eu tinha que ir na Folha saber o edital, porque era distribuição de casa, sabe? BNH, sabe? O edital, tal. Eu fui até a Folha, quando cheguei lá estava a Operação Bandeirante em peso lá.⁴⁸⁵

A falha na comunicação levou à prisão de Martinelli. Segundo Bastos, sua prisão foi digna de uma cena de cinema, com policiais chegando ao prédio da Cooperativa Habitacional União Sindical⁴⁸⁶ fortemente armados, com pneus cantando. Era necessário impressionar todos os que estavam no local:

Eu fui preso onde trabalhava. De acordo com a nossa organização, mesmo fazendo organização revolucionária, se possível tínhamos que ter um emprego. E eu trabalhava na Cooperativa Habitacional União Sindical, que era dos ferroviários. Quando cheguei no trabalho, a OBAN já estava lá, com metralhadora e o diabo. Fui preso porque um companheiro caiu e o outro conseguiu fugir. Ele pediu para outro companheiro me avisar. E ele avisou. Aí, depois de 24 horas esse que foi preso abriu o meu nome, como se fosse ter uma reunião comigo.⁴⁸⁷

Observamos que no depoimento à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), Martinelli diz que foi avisado da queda do aparelho, algo que contradiz no livro de Bastos, em que salienta que foi preso porque não recebeu a mensagem.⁴⁸⁸ Isso nos evidencia que

⁴⁸⁵ Comissão Nacional da Verdade (CNV), 993 a 1002. O BNH, foi o Banco Nacional de Habitação, tinha como objetivo o financiamento da casa própria. Sua criação é de agosto de 1964, e também administrava do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço). O banco foi extinto em novembro de 1986, sendo suas funções incorporadas pela Caixa Econômica Federal (bando estatal).

⁴⁸⁶ Uma das regras da ALN era a de que seus membros deveriam ter emprego fixo, que não despertasse desconfiças. Desta maneira, além de conseguirem dinheiro para as ações, no local do trabalho deveriam cooptar membros/simpatizantes, para o grupo. Era necessário ter uma rede de apoio, mesmo por pessoas que não faziam parte da guerrilha, mas que estavam dispostas a colaborar de alguma maneira.

⁴⁸⁷ MARTINELLI, Raphael. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p.117. O projeto *Infância Roubada* é resultado dos trabalhos na Comissão Estadual da Verdade, da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Filhos de perseguidos, presos e desaparecidos políticos deram seus depoimentos narrando as experiências causadas pela ditadura civil-militar. Os trabalhos estão disponíveis da *internet*, em forma de vídeo ou texto pdf, ilustrado com fotografias dos depoentes na infância. www.al.sp.gov.br/comissoes/comissao-da-verdade/ ver também em www.comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/

⁴⁸⁸ Alguns militantes mudavam de hábitos quando algum companheiro era preso, mas outros não tinham essa preocupação. Os agentes sabiam da importância de conhecer os costumes e práticas cotidianas dos

as versões, por vezes, entram em conflito. A respeito dessa confusão de informações, Ecléa Bosi destaca que a memória atende o chamado do presente, por isso existe uma lacuna muito grande no espaço entre o ocorrido e a narração: “O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente, nosso narrador”.⁴⁸⁹ Assim, pequenos esquecimentos ou confusões fazem parte das falas dos depoentes. Em alguns momentos, fiz a mesma pergunta em dias diferentes ao meu entrevistado.

No acervo pessoal de Martinelli, um documento referente ao depoimento de Spanier nos mostra que seu nome foi citado pelo companheiro:

DOCUMENTO 6

13 de maio de 1970

Assunto: Atividades da Operação Bandeirante

Informação nº 792/70

Em anexo, por cópia, esta AI remete documentação referente a Gilberto Luciano Beloque (“Marcos Mello Souza”, “Osvaldo Castelucci”, “Alencar”, “Gonçalves” ou “Julio”) e outros, que foram prêsos pela CEI/Operação Bandeirantes.

Assunto: subversivos trocados pelo embaixador suíço.

Resumo de declarações prestadas por João Batista Spanier (“Português”, “Julio” ou ?⁴⁹⁰), à equipe de interrogatório preliminar c/1. No dia 7 de abril de 1970, das 9h05 às 10h55.

Que conheceu Guiomar Silva Lopes (“Maria”) por intermédio de Rafael Martinelli (“David”) em fins de novembro, que ela lhe foi apresentada na rua onde apenas ficara se conhecendo, e novo contato com (“Maria”) se deu numa reunião havida na Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores servidas pela E.F.S. Ltda, da qual tomaram parte (“David”), Francisco Gomes (“Beduíno”), o depoente, Otávio Ângelo (“Tião”) e (“Maria”). Que tal reunião ocorreu fora do expediente, num domingo ou feriado, e lá se tratou de possibilidade de arregimentar pessoal para formação de grupos ao longo da Ferrovia, que tal trabalho ficou a cargo de (“Beduíno”) e do depoente, que o trabalho não foi iniciado por falta de verba na organização. Que nessa reunião a parte do assunto principal (arregimentação de pessoal), ficara estabelecido que José Nonato Mendes

guerrilheiros. “Uma das coisas que me fizeram ficar vivo foi a falta de preguiça de mudar de região quando caía alguém. Eu lembro a época em que eu parei de ir a um barbeiro japonês que eu gostava de ir... no dia que caiu um companheiro que conhecia esse meu hábito, eu nunca mais fui ao barbeiro japonês[...]” depoimento de César Augusto Castiglione, citado em GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: Histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014, P. 180-181.

⁴⁸⁹ BOSI, Ecléa. Entrevista para *Dispositiva* - Revista do programa de pós-graduação em comunicação social da faculdade de comunicação e artes da PUC-Minas, volume 1, número 2, nov. 2012 – abril 2013, p. 196 a 199. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/issue/view/292>

⁴⁹⁰ Não foi possível identificar o nome transcrito.

(“Pelo de Rato”) iria lhes dar aulas de preparo de bombas tipo caseiro e engenhos explosivos, para tanto seria necessário arranjar local etc, mas que nesse meio tempo (“Pelo de Rato”) caiu, essa é razão da presença de (“Tião”) na reunião; que (“Beduíno”) foi designado para o aprendizado tendo recebido algumas aulas e mostrado ao depoente um relógio furado dizendo que já estava preparado para acionar o dispositivo de detonação...⁴⁹¹

Verificamos que, na inquirição do depoente, o codinome que cada guerrilheiro usava era colocado entre parênteses todas as vezes que eram citados. O documento fazia parte de um relatório sobre os presos trocados pelo embaixador suíço, numa mostra de que mesmo depois da troca as investigações continuavam. O texto afirma que o preso delatou que pensaram em arregimentar pessoal na ferrovia, na Sorocabana, onde trabalhava o depoente. Mais uma vez, percebemos que a estrada de ferro é pensada para ações do grupo. Ali era local de trabalho de Spanier, por isso seria mais fácil arregimentar membros. Além disso, é possível observarmos que a Cooperativa Habitacional era local que muitos guerrilheiros usavam para encobrir suas ações, muitos deles eram empregados, ou ainda era local para o encontro e reuniões da ALN. Como no documento emitido pela Cooperativa justificando o emprego dado a Martinelli em 1968:

DOCUMENTO 7

São Paulo, 2 de maio de 1968.

Ilmo. Sr. Dr. João Cândido Delfino

DO. Delegado do Departamento Polícia Federal

NESTA

Com o presente faço chegar às mãos de V. S., carta que me foi endereçada pelo Sr. Raphael Martinelli, ex-ferroviário da E. F. Santos a Jundiaí (em litígio trabalhista, pois foi dispensado do serviço por ato do Governo Revolucionário), solicitando emprego na Cooperativa Habitacional União Sindical, do qual sou presidente.

Posso afirmar que o Sr. Martinelli poderá ser bastante útil aos serviços da Cooperativa, uma vez que possui experiência para o trabalho de escritório, eis que, quando demitido, exercia as funções de Oficial Administrativo na Estrada.⁴⁹²

O documento é assinado por Geraldo Souza Pereira, presidente da Cooperativa. Por todo o ofício, Pereira enaltece Martinelli como homem honesto e trabalhador. Diz entender as preocupações das autoridades, mas afirma que nem tudo que se dissera sobre

⁴⁹¹ Raphael Martinelli, acervo pessoal.

⁴⁹² Documento disponível na página Brasil Nunca Mais em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?pesq=raphael+martinelli&bib=bnm&pesquisa=Pequisar>. Ver em Anexo 2.

ele era verdade. Compromete-se em vigiar Martinelli no horário de trabalho e afirma que dessa maneira ele terá como sustentar a família. Observamos que a Cooperativa pertencia a uma teia de mecanismos da ALN e servia de fachada para que os militantes pudessem continuar atuando sem despertar suspeitas. A carta é um processo de convencimento para que a Cooperativa pudesse empregar Martinelli e ele mesmo poderia continuar atuando, nos moldes do que defendia o grupo guerrilheiro, trabalhando gerando fundos para as ações de resistência. O certo é que o documento convenceu o governo e Martinelli foi empregado. Este episódio nos mostra que a vigilância sobre Martinelli e todo aqueles considerados subversivos era constante.

No momento de nossa pesquisa, esse material estava em seu escritório, no centro da capital paulista, organizado por data. Quando foi possível adquirir cópias desta documentação, por meio da Lei de Acesso à Informação, ele assim o fez. Considera importante saber e conhecer todo o material formado por meio das investigações e monitoramentos a respeito de suas práticas políticas. Acredita ser importante a manutenção desse acervo, para que outras pessoas tenham contato com sua história e com o passado autoritário de nosso país.

Naquela manhã de 1º de abril de 1970, os policiais estavam à paisana. Raphael Martinelli entregou-se sem resistência e assim que entrou na viatura começou o interrogatório. Ele lembra da fala dos agentes:

- Onde são os pontos? É melhor começar a falar a partir daqui. Lá com o capitão vai ser pior – intimidavam os agentes. Como Martinelli permanecesse calado, eles voltaram à carga: - Aqui não tem governo, não tem nada que possa te defender. Você é nosso.⁴⁹³

A intimidação iniciava-se já nos primeiros momentos. Era necessário criar um ambiente de medo para que o preso falasse. Os métodos de interrogatório adotados pela OBAN e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) estavam de acordo com as práticas repressivas do governo militar. Suas ações simbolizavam o poder sobre a população. Eram órgãos que refletiam, por meio de seus mecanismos, o uso da violência institucionalizada. A tortura, nos interrogatórios, fazia parte do processo, podia ser física ou psicológica. O estado brasileiro, por meio daqueles que estavam guiando o novo modelo implantado, se respaldaram com leis e decretos. O Ato Institucional nº 2 legitimou as práticas repressivas do governo, pois definiu que as ações enquadradas como crimes

⁴⁹³ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 373-374.

contra a segurança nacional seriam julgadas por um Tribunal Militar. Assim, o sistema jurídico passou a legitimar a violência. Consideramos que a reação opressora à resistência não foi apenas por considerarem que o país estava sob uma “ameaça comunista”, mas sim por existir um plano maior em torno de um projeto político: a implantação do socialismo.

O policial que atuava nas ruas, nas dependências das delegacias ou nos órgãos de repressão, deveria ter convicção da necessidade de seu “trabalho” na luta contra a esquerda, uma ameaça que deveria ser eliminada, apesar de alguns admitirem terem sido manipulados.⁴⁹⁴ Para trabalhar nos órgãos de repressão era necessário sigilo, poucos eram os agentes que tinham conhecimento de todos os detalhes. Apesar de muitos terem se arrependido e apresentarem problemas psicológicos, a maioria mantém, até hoje, a ideia de que tudo aquilo era necessário.

Esses homens tentam explicar suas razões, motivações e compreensão que tinham da época e do trabalho, ainda visto muitas vezes como moralmente defensável e necessário. Há os que sinceramente defendem o regime porque acreditavam nele, em suas realizações e, por extensão, identificavam o governo com a pátria em nome do qual lutavam. Tortura e assassinato eram subprodutos de uma guerra sem regras, uma guerra suja.⁴⁹⁵

Os militares brasileiros adotaram o conceito francês de “guerra revolucionária” para combater a oposição. Porque até mesmo num conflito armado existem limites, o que não fora respeitado no caso brasileiro, visto o uso da tortura. Para Brilhante Ustra, não era possível “combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para o cidadão comum [...] terroristas não eram cidadãos comuns”.⁴⁹⁶ Os crimes cometidos pelos agentes

⁴⁹⁴ GODOY, Marcelo., op. cit..

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 24. O pesquisador ouviu vários agentes do DOI-CODI, mesmo aqueles que defendem o regime, confirmam que apresentam transtornos psicológicos. Uma policial revelou: “No meu caso, o médico falava que eu tinha neurose de guerra”, p. 157. Nas palavras de um ex-agente do DOI-CODI: “Não, não passou, o duro é que não passou. O duro é que é o seguinte: pode ter passado para você, mas eu sei que não passou. Tanto não passou que você andou ligando para as pessoas e todo mundo ligou pra mim. Se tivesse passado, eu não estaria falando com você, eu ainda estaria no anonimato e você jamais saberia de mim [...]”. Ibidem, s/pag.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 195. Carlos Alberto Brilhantes Ustra, conhecido pelo codinome Dr. Tibiriça, foi coronel do Exército e comandou o DOI-CODI de 1970 a 1974. Tornou-se um dos principais porta vozes de oficiais envolvidos com a repressão, publicou *Rompendo o silêncio* e *A verdade sufocada*, onde conta suas versões a respeito da atuação do DOI-CODI. Em 2008, foi o primeiro oficial condenado pelos crimes de sequestro e tortura durante o regime de exceção no país. A defesa de Ustra recorreu, mas o pedido foi negado pela Justiça, em 2012. Também em 2012, o coronel foi condenado a indenizar a irmã de um militante morto nas dependências do DOI.

brasileiros constituíram um desrespeito à Convenção de Genebra⁴⁹⁷, assim como nos afirma o advogado Mario de Passos Sima:

Então se vivia em estado de guerra. Isso foi reconhecido, isso foi dito com todas as letras. Se aplicou uma legislação de guerra, se levou para a Justiça Militar. O adversário político era considerado inimigo. Mas a própria guerra tem as suas leis, o inimigo que é feito prisioneiro não pode ser torturado. Se houve uma guerra, estamos diante de crimes de guerra. Se estamos diante de crimes de guerra, esses crimes são imprescritíveis. E se não for julgado pelo Brasil, tem que ser julgado por um tribunal internacional.⁴⁹⁸

Muitos advogados defenderam militantes contrários ao regime. Não era tarefa fácil, visto que as leis não eram respeitadas pelos agentes do estado, e após a promulgação do AI-5, em 1968, o *habeas corpus* foi suprimido, o que aumentou a truculência. Além disso, muitos advogados perdiam seus empregos, eram perseguidos e presos por associação à subversão. A missão não era apenas garantir a liberdade do preso, mas principalmente a integridade física deles.

O aumento da oposição e dos ataques de grupos armados fez com que o poder público desenvolvesse medidas que freassem a resistência ao regime. Era necessária uma resposta rápida. Segundo Joffily, a deserção do capitão Carlos Lamarca e o roubo de armas e munições do 4º Regimento de Infantaria Quitaúna⁴⁹⁹ fizeram com que os militares acendessem a luz de alerta. Inicialmente, criou-se a OBAN, em São Paulo, posteriormente, o sistema formado pelos Destacamentos de Operações de Informações e pelos Centros de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI⁵⁰⁰, que acabaria incorporando a OBAN. As funções desses órgãos estavam baseadas em investigação e a produção de provas contra os membros participantes das organizações clandestinas, além de “aprimorar” os mecanismos utilizados nos interrogatórios.

Formou-se um núcleo especializado na investigação de ações de cunho político – reunindo efetivos da Secretaria de Segurança Pública, do DOPS, do CIE, do CISA, bem

⁴⁹⁷ A Convenção de Genebra foi uma série de quatro acordos internacionais que o Brasil assinou. Determina como prisioneiros de guerra devem ser tratados, baseados nos Direitos Humanos. A tortura não é admitida. Ela torna-se, desta maneira, num instrumento de proteção aos prisioneiros.

⁴⁹⁸ MOURA, Ana Maria Straube de Assis, GONZAGA, Tahirá Endo. “Mario de Passos Sima: mais que um advogado, um patrono”, in MUNTEAL, Oswaldo, MARTINS, Paulo Emílio (org.) *Os advogados e a ditadura de 1964: A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 87.

⁴⁹⁹ O 4.º Batalhão de Infantaria Leve, também conhecido como Regimento Raposo Tavares, é uma unidade do Exército Brasileiro, localizada em Osasco, no estado de São Paulo e vinculada à 12.ª Brigada de Infantaria Leve, sediada em Caçapava. *Quartel de Quintaúna*, Programa Lugares da Memória, in www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/upload/memorial/bancodedados/

⁵⁰⁰ JOFFILY, Mariana. op. cit..

como do II Exército –, que passou a recolher informações sobre o tema e a coordenar investigações e diligências que tivessem como alvo militantes de grupos de luta armada contra o regime.⁵⁰¹

Em 1969, formou-se na capital paulista um núcleo com o objetivo de investigar e conter ações de cunho político, a OBAN. A fundação do novo órgão de inteligência foi prestigiada não apenas por militares e policiais, mas também por políticos e empresários. O órgão foi criado com o “investimento” de setores privados, como bancos, indústrias e empresários. Até mesmo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi acionada. As empresas davam todo tipo de suporte não apenas com fundos, e sim também com refeições, automóveis, notícias falsas na imprensa. Como a OBAN não era legalizada, ou seja, não fora institucionalizada juridicamente, representava apenas uma série de medidas internas. Dessa maneira, tinha maior liberdade de atuação, pois muitas de suas práticas eram ilegais. Usava-se de torturas, prisões, assassinatos e invasões de domicílio, por exemplo.⁵⁰²

A escolha dos policiais que compuseram parte da OBAN foi estrategicamente pensada. Eram, principalmente, membros da Divisão Estadual de Investigações Criminais (DEIC), famosos pelos métodos agressivos empregados nas investigações. Foram escolhidos policiais experientes em capturas e violentos em suas práticas. Para Huggens, tratava-se de um novo “Esquadrão da morte”.⁵⁰³ Os órgãos de Segurança Pública deveriam encaminhar os presos, por suspeita de subversão ou terrorismo, para a Operação Bandeirante, os quais, após os interrogatórios, eram levados para o DOPS⁵⁰⁴ – órgão em que a escolha dos agentes não era diferente: tinham de ser frios e não podiam fazer perguntas. Um policial que pertenceu ao DOPS do Espírito Santos afirmou:

O sigilo era fundamental entre as equipes; ninguém sabia qual a missão da outra. Minha técnica foi sempre a mesma: dois tiros diretos no peito da vítima. Era o bastante. Se necessário, daria outros. Na maioria das vezes não se sabia nem a motivação da missão, tampouco o nome da vítima. As informações eram mínimas. Eu recebia as ordens, me levavam ao local, apontavam o alvo e eu agia.⁵⁰⁵

⁵⁰¹ JOFFILY, Mariana. op. cit., p. 40. Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ O “Esquadrão da morte”, foi um grupo paramilitar, que em São Paulo, nos anos 70, agia sobre a liderança do delegado Fleury. HUGGENS, Martha. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

⁵⁰⁴ JOFFILY, Mariana, op. cit.

⁵⁰⁵ NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 38.

A OBAN resultou ações positivas para o aparelho do estado repressor e decidiu-se ampliar em todo o país a estrutura criada em São Paulo. Em 1970, instituíram os Centros de Operação de Defesa Interna (CODIs), para criar planos de ação da repressão política, no mesmo ano criaram os DOIs, que executariam os planos dos CODIs. Dessa forma, estava criado o sistema DOI-CODI, de âmbito nacional. De maneira geral, o aumento dos tentáculos repressivos foi uma resposta ao crescimento das ações de grupos guerrilheiros, pois, naquele órgão os policiais eram escolhidos pelo mesmo método da OBAN.⁵⁰⁶

A prisão significava a tortura ou até mesmo a morte, uma vez que muitos não conseguiram sobreviver à violência física e psicológica imposta pelos representantes do Estado Brasileiro. A pressão que esses militantes sofreram era pior que a morte anunciada e executada. A tática do regime era criar uma situação desesperadora, levar o prisioneiro ao enlouquecimento:

Em que pensavam os judeus trancados em campos de concentração, cientes de que a qualquer momento seriam asfixiados na câmara de gás? Talvez em nada, como muitos aqui agora. Quem sabe permaneciam calados e surdos, à espera, não da morte ou do milagre de escapar, só à espera, incapazes de racionar sobre o irracional ou sentir medo perante o inevitável. Medo se sente quando se imagina o evitável. Quando se sabe que nada mais depende de nós, o medo já não significa resistência ou fuga; restam o silêncio e essa tenebrosa espera.⁵⁰⁷

E o sentimento daqueles que estavam no cárcere era a incerteza. Angústia que começava já nos primeiros momentos: o preso não sabia se seria executado antes mesmo de chegar à delegacia. No caminho de Raphael Martinelli até a OBAN, ele não sabia o que pensar. E, ao chegar no destino, receou por sua vida:

Albernaz, quer dizer, o cara era de matar, agora, a gente não pode culpar o companheiro, porque o companheiro ficou 24 horas apanhando, arrebitado, se tivesse me avisado eu não tinha caído, certo? Porque ele aguentou as 24 horas, então, abriu o que? A reunião comigo e com o Marighella na Sorocabana, isso é coisa sindical, de cooperativa e tudo mais, eu caí com essa linguagem (ininteligível): “Por que é que são (ininteligível), com o Maringa e tal.” Me arrebitando, não é? Quer dizer, eu apanhei depois mais porque o Espanha abriu outras coisas do trem pagador, aquele, várias coisas mais graves ainda, entre nós. O começo nosso era tomar uma cidade, nós preparamos a cidade e tudo, num tempo, era uma cidade que ia dar um bom dinheiro aquele dia, não

⁵⁰⁶ GODOY, Marcelo, op. cit. Alguns policiais que deveriam ser punidos por algumas faltas, também eram enviados para os órgãos de repressão.

⁵⁰⁷ BETTO, Frei, op. cit., p. 79.

precisava estar, ficar assaltando banco, era um milhão e 700, já dava para fazer aquilo que eu pensava, não aconteceu por outros motivos, está entendendo? Então, mas, abriu, mesmo assim, não funcionou, mas, abriu a cidade, abriu, o Martinelli, aí fui torturado, o mérito, sabe disso, perdeu o Abel, porque o Abel caiu nele e ele não me arrancou nada, está entendendo? Um canalha, quando (ininteligível), quando ele viu que eu tinha, quem eu era, puta que pariu, não me matou porque são coisas históricas na vida, eu tenho uma cunhada que ela está com 90 e poucos anos, do meu irmão mais velho, ela mora na City, na Lapa e moram, morava um Coronel, um militar, que se dava com elas há anos, você sabe como é que é vizinho, coisa e tal e ela, sabe? Muito simplesmente chegou para esse militar, o jeito dela falar meio napolitano: “Sabe, eu tenho o meu cunhado que é diretor de sindicato, não sei o que, não apareceu mais em casa, será que ele está preso? Podia ver se onde ele está preso.” Aquele troço da minha cunhada, entende? Aí o cara deu o serviço, é proibido eles darem serviço, lá na Operação Bandeirante, ela foi com roupa lá, com roupa, foi a minha irmã também, aí souberam que eu estava preso.⁵⁰⁸

Raphael Martinelli foi interrogado por Benoni Albernaz, chefe dos interrogadores, a quem chama por Abel. Tentou não falar da ALN, restringindo suas falas à Cooperativa Habitacional. Em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmou que o companheiro Spanier (codinome Espanhol) não falou nada que o comprometesse nas primeiras 24 horas, esse era o prazo combinado entre aqueles que eram capturados. Era o tempo para que os companheiros que tivessem alguma relação com o que havia sido pego, conseguissem fugir. Mas Martinelli já havia sido preso, pois não houvera tempo para fuga. E é solidário com o amigo porque sabia que ele estava sendo torturado, orgulhando-se quando afirma que não delatou nenhuma ação ou companheiros: “perdeu o Abel [...] e ele não me arrancou nada [...]”.

Em sua fala, quando afirma: “era uma cidade que ia dar um bom dinheiro aquele dia”, refere-se ao assalto ao trem pagador, algo que o companheiro preso delatou. Atribui o fato de não ter sido morto à amizade de sua cunhada com um militar vizinho, que indicou onde ele estava preso, e ela, certa da informação, chegou à Operação Bandeirante (OBAN) com roupas numa sacola.

Quando os agentes chegavam até os guerrilheiros, já existia uma regra a respeito de quem deveria morrer. Militantes treinados no exterior e lideranças deveriam ser executados, assim como envolvidos em crimes de sangue e banidos que voltavam para o país. As experiências com esquadrões da morte foram levadas para dentro dos órgãos de repressão.

⁵⁰⁸ CNV, op. cit., 1023 a 1046. Benone de Arruda Albernaz, foi o militar acusado pela presidenta Dilma Rousseff de tortura, ela também foi presa pela OBAN, em 1970.

A tortura era vista como uma “arma de guerra”. Era por meio da dor física e do terror psicológico que a repressão almejava dismantelar as organizações de oposição ao regime. A violência utilizada pelos agentes foi a marca do governo ditatorial. Nas palavras de um torturador “abrir informações sob tortura não é traição, é limite da resistência”.⁵⁰⁹ Para Hannah Arendt, os maiores criminosos, que praticaram genocídios ou a tortura, por exemplo, eram pessoas que estavam integradas ao sistema e que realmente acreditavam naquele método. A palavra tortura teria origem no grego *anagkai*, derivado de *necessidade*. Ela seria “a necessidade que nenhum homem pode suportar”.⁵¹⁰

Jaime Martinelli Sobrinho, um dos filhos de Martinelli, num depoimento à Comissão Estadual da Verdade, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), declarou a respeito da tortura:

...em um programa agora, recentemente, do Antônio Abujamra, Provocações, onde falou uma coisa que eu ouvi pela primeira vez e que marcou muito. Foi perguntado por que ele era da linha stalinista, que para mim sempre foi um criminoso dos maiores que teve nessa humanidade. Ele foi questionado pelo Abujamra: “Mas, stalinista?” E ele falou: “Sim, porque Stalin matava, mas não torturava”. Tortura é a coisa mais absurda que existe no mundo. E eu acredito que só quem tenha passado, e ele passou, pode dizer isso com todas as letras. É muito mais fácil matar do que torturar. Então, essa coisa horrível que algumas pessoas estão passando aqui pela Comissão da Verdade tentando se defender, as pessoas não podem ser humanas fazendo torturas com seres humanos.⁵¹¹

O filho reflete as falas do pai – que passou pela tortura e defende Stálin - a respeito das ações de outro governo ditatorial “Stálin matava, mas não torturava”. E Jaime, mesmo não seguindo as posições políticas do pai, reconhece que mesmo “um criminoso dos maiores que teve nessa humanidade”, não foi capaz de torturar. A violência praticada pelos agentes da repressão era algo difícil de compreender por aqueles que não compactuam com um regime de exceção violento. Jaime termina “as pessoas não podem ser humanas fazendo torturas com seres humanos”⁵¹². Citar uma ditadura para questionar outra parece contraditório, mas para essas pessoas as marcas que a tortura traz são para a vida toda, enquanto a morte representa o fim. A imposição do medo foi característica

⁵⁰⁹ Citado em GODOY, Marcelo, op. cit., p. 244.

⁵¹⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 141.

⁵¹¹ SOBRINHO, Jaime Martinelli. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 106.

⁵¹² *Ibidem*.

daquele governo, algo típico em regimes de exceção, como observa Arendt.⁵¹³ Esses governos, criam novas leis e as seguiam numa tentativa de se legitimarem. O medo, o terror, tornam-se total quando não há oposição. No Brasil, houve essa tentativa, mas a ditadura foi fracassando por conta da resistência e da própria crise político-econômica causada por aqueles que estavam no poder.

Muitos daqueles que viveram eventos de nossa história recente, que foram e são pesquisados, estão vivos e podem contar suas versões. A memória é o interpretar, o repensar, por meio dela outras subjetividades podem ser conhecidas, relatos daqueles que presenciaram ou sentiram em seus cotidianos momentos que são agora estudados. A memória foi estimulada pela proximidade com os eventos em questão, o que contribui para as pesquisas. A ditadura civil-militar, que faz parte de nossa história recente, e da qual hoje muitos de seus personagens são importantes para o entendimento do período e de seus desdobramentos, nos deixa perceber que aquele tempo não passou. Os traumas e fantasmas continuam a rondar.⁵¹⁴ Ainda segundo Denise Rigonati, “as memórias ligadas à eventos traumáticos, podem apresentar confronto de memórias”,⁵¹⁵ pois a mesma é formada por subjetividades e sentimentos de pertencimento. Assim, Martinelli tem em sua memória passagens que considera mais relevantes que outras, o que não exatamente é seguido por companheiros que participaram dos mesmos eventos. Estes, por sua vez, fazem uma outra leitura, apresentando suas próprias subjetividades.

O passado traumático remete-se a um tempo que não passa. A ausência de punição aos agentes torturadores, no caso brasileiro, contribui para o sentimento de que o passado perturba. O resgate da memória, o falar, colaboram para a superação, mas os traumas ficam e, por isso, muitos optam pelo silêncio. Para Raphael Martinelli, falar é contribuir para que não se esqueçam a violência do estado brasileiro. É cooperar para a construção da democracia.

Eu tenho um sonho. Eu gostaria de ver uma democracia mesmo. Uma democracia onde todos os estudantes pudessem estudar tranquilamente, acabar com o analfabetismo e todos nós pudéssemos ter força de trabalho para trabalhar, que não

⁵¹³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Ainda para a autora, o bem-estar da sociedade, só poderia vir, na ótica dos regimes totalitários, com a eliminação daqueles que não aceitavam as regras impostas.

⁵¹⁴ Para Aleida Assmann, o trauma dificulta a narração, as palavras ficam comprometidas. Existe uma dificuldade de abrir as páginas da memória e expô-las à sociedade. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

⁵¹⁵ RIGONATI, Denise Truguilho. “Ditadura militar no Brasil: história, memória, trauma e gênero”, in GRISOLIO, Lilian Marta e CRISORIO, Beatriz Carolina. *Estado, poder e violência na América Latina*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 105.

houvesse morte no campo, que os índios fossem tratados como pessoas humanas, endente? Essa democracia que é a coisa mais linda do mundo, o problema humano. Que todos tivessem solidariedade, sem briga, que todos tivessem o direito ao trabalho. Viver do trabalho, porque eu acho que o trabalho... A minha mãe costumava dizer: “O trabalho não mata ninguém, filho”. Todo mundo com direito a trabalhar, ter sua casa, sua família, seu estudo e isso é a coisa mais linda do mundo, e a sociedade pode ser assim. Eu acredito que uma sociedade pode ser tranquila e democrática.⁵¹⁶

Para Martinelli, a democracia deve ser atrelada a questões como o acesso ao estudo, trabalho e respeito. Ele fala de trabalho em vários momentos do documentário, refletindo sua herança no que se refere à formação política, de uma época em que o comunismo se desenvolvia a partir do proletário e por meio dele. Suas palavras exprimem os objetivos de todos aqueles que buscam algo melhor para a sociedade: democracia, educação, trabalho, fim da violência. Também fala das populações indígenas, muitas vezes tão esquecidas dos discursos. E cita, por duas vezes, que “a democracia é a coisa mais linda do mundo”.

Para Rigonati, o golpe instituído a partir de 1964 “aplicou a política do medo”.⁵¹⁷ Sendo a violência uma prática para o controle da sociedade, as agressões tinham como objetivo não apenas a dor física e a punição por não seguirem as “regras impostas”, mas também e principalmente a destruição psicológica do prisioneiro, daqueles que não aceitavam as imposições. Mesmo depois da abertura e do fim do regime de exceção, por longos anos, aqueles que sofreram sentem-se sozinhos, trazendo os fantasmas do passado. Todavia, ao mesmo tempo, hoje as vozes daqueles que foram perseguidos e estiveram na luta contra a ditadura estão resistindo e encontrando espaços, por exemplo, por meio das Comissões da Verdade, de pesquisas históricas e de diversas formas de mídias (filmes, documentários, músicas, exposições).

Por outro lado, falar do posicionamento dos agentes hoje torna-se uma árdua tarefa. Muitos não falam, não assumem a prática da tortura. Outros aceitam dar seus depoimentos e, dentre eles, estão aqueles que defendem o uso da violência nos interrogatórios e também os que se mostram arrependidos:

Você não tem ideia do que é passar a noite inteira vendo um homem e sabendo que no dia seguinte ele vai morrer... E você ali com ele... Essa foi uma das coisas que me

⁵¹⁶ Depoimento para o documentário *Os irredentos*, 2015, com produção de Paulo Gomes e Geraldo Sardinha.

⁵¹⁷ RIGONATI, Denise Truguilho, op. cit.

deixaram mal depois. Todos nós carregamos um fantasma que te acompanha a vida inteira. Esse é o meu.⁵¹⁸

Há, dessa forma, muitas visões e falas de uma prática comum atualmente em inúmeros departamentos de polícia país a fora. Nas palavras de um agente: “Era um serviço que precisava ser feito, se não virava uma baderna. Já estava virando, tinha de ter uma repressão”.⁵¹⁹ A baderna (bagunça) significava sair da ordem estabelecida. Era necessário seguir os preceitos daqueles que estavam no poder e ali instauraram um modelo baseado nas fileiras militares.

Martinelli foi recebido com pancadas pelo corpo e tinha de tirar a roupa inúmeras vezes, numa tentativa de aterrorizá-lo ainda mais. Seus interrogadores sabiam de sua participação no assalto do trem pagador, pois o companheiro Spanier já havia delatado. Quando encontrou o companheiro nos corredores da prisão, teria dito a ele: “- Filho da puta, para de abrir essa boca, porra! Chega! Você já abriu a Jundiaí, que merda! Você vai me matar!” Numa situação de conflitos entre os dois companheiros. Abrir a Jundiaí, significava delatar o assalto ao trem pagador, que ocorrera na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

DOCUMENTO 8

Data: 13 de abril de 1970

Assunto: Atividades da Operação Bandeirante

Difusão: SNI/AC

Em reunião da Comunidade de Informações, de 8 abr 70, foram relatadas as atividades mais recentes, desenvolvidas pela Operação Bandeirante e Polícia Estadual no combate à subversão verificando-se que

I – Foram localizados e desmantelados os seguintes “aparelhos”:

II – Foram presos os seguintes subversivos:

e. Raphael Martinelli (“David”) – Fêz o levantamento, juntamente com Francisco Gomes (“Beduíno”), do Trem Pagador da EFSI, o qual foi assaltado em 1968...

Sobre Raphael Martinelli, informa-se tratar de antigo líder sindicalista, demitido da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e punido com a suspensão de seus direitos políticos por 10 anos, de acordo com o AI de 9 jan 64. Ex-presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e antigo diretor da extinta CGT, tinha nos ferroviários da EFSJ sua principal área de ação.

⁵¹⁸ Depoimento de um tenente que trabalhou nas dependências do DOI-CODI, entrevista em 16 de junho de 2005. GODOY, Marcelo., op. cit., p. 2.

⁵¹⁹ Absalon Moreira Luz, ex-agente do DOI-CODI, em entrevista de 29 de julho de 2005, in GODOY, Marcelo, op. cit., p. 186.

III – As diligências e prisões, que ora se transmitem, poderão abrir novos rumos ao combate à subversão neste Estado. Todavia, alguns dos elementos supra referidos possivelmente terão comprometimento apenas relativo no esquema terrorista, sendo apenas adeptos da doutrina marxista...⁵²⁰

O documento apresenta informações importantes a respeito das ações de Martinelli: membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), participação no assalto ao trem pagador, sua história na ferrovia e no sindicato e termina afirmando que as ações da OBAN resultaram em prisões e que foram um passo importante para dismantelar a guerrilha no estado de São Paulo. Afirma ainda que alguns militantes presos na ação não desempenhavam papel importante nos quadros da guerrilha, mas apenas simpatizantes da “doutrina marxista”, e era importante registrar o posicionamento ideológico daqueles que foram pegos na Operação.

Martinelli lembra de ter visto o executivo do grupo Ultra Henning Albert Boilesen, na OBAN, o qual teria passado na frente das celas, encarado os presos e dito: “Agora só falta o chefe de vocês”, referindo-se a Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo.⁵²¹

A tortura, na Operação Bandeirantes foi feita várias torturas de ignorância, soco inglês nas costas, arrebentou todas as minhas costelas, fiquei 12 dias no, porque no começo eu cai não quente, por exemplo, porque quando abriram o troço, ah, rapaz! Apanhei tanto que já me colocaram na única lá, fechado, era, a única...

Fiquei naquilo, mas, mesmo assim me colocaram no pau de arara ainda, são coisas da vida, está entendendo? Que acontecem.⁵²²

Depois de sofrer com os espancamentos, o colocaram numa cela: uma cela totalmente fechada, sem ventilação. Uma solitária. Afirmou que enquanto esteve na Operação Bandeirante (OBAN) foi levado para algum lugar, que não sabe dizer ao certo, e recebeu ameaças. Tinha certeza de que seria executado e, para amedrontá-lo ainda mais, os policiais deram tiros. Foram 12 dias de tortura na sede da OBAN. Quando perguntado sobre a tortura fala rapidamente, de forma curta:

Raissa Ventura – Não? E cadeira do dragão? O senhor foi?

Raphael Martinelli – Também, também, essas coisas foi normal mesmo, certo?

Raissa Ventura – E o choque, estava falando, boca...

⁵²⁰ Acervo pessoal Raphael Martinelli. CGT: Comando Geral dos Trabalhadores.

⁵²¹ BASTOS, Roberto G. op. cit. O “Comandante Toledo” como era conhecido, saiu do PCB e entrou para a luta armada, foi um dos líderes da ALN. Fez parte do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick. Foi morto em outubro de 1970, pelos agentes da repressão, comandados pelo delegado Fleury.

⁵²² CNV, op. cit., linha 1056 a 1059; linha 1071 a 1073. Martinelli não gosta de falar sobre as torturas, as lembranças da violência o trazem muito amargor, por isso suas falas são desencontradas.

Raphael Martinelli – Todos os órgãos, pode dizer, todos.

Raissa Ventura – Todos? Órgãos genitais também?

Raphael Martinelli – Todos, todos.⁵²³

O depoimento é guiado pela pesquisadora da CNV. Percebemos que Raissa Ventura não deixa Martinelli à vontade para falar. Suas perguntas são feitas no sentido de conduzir as respostas. A memória da tortura fica com o torturado: “Sua resistência reside na memória. Esta não se pode apagar”.⁵²⁴ O torturador apaga de suas lembranças o semblante das vítimas, alguns carregaram o peso da violência que praticaram, contudo, para a maioria, era o ofício a ser executado. Talvez essas respostas curtas tenham residido na maneira que ele encontrou para se blindar de lembranças que lhe causam tanta tristeza. Em minhas entrevistas, nunca perguntei sobre a tortura, pois sabia que ele não gosta de falar:

...eu vou contar, por exemplo, eu sou testemunha do Lauance, no DOPS, o Lauance foi torturado junto comigo, eu sendo torturado já vários dias, ele caiu depois, ele caiu depois, no 1º de maio, sabe? Eu fui antes, mas, ele mesmo sendo torturado no chão, com pancada na cabeça, eu até elogiei, porque o pessoal pensa que é trotskista e eu sou um, o Stalin é que manda matar, dizem, então, eles ficam meio assim comigo, mas, eu sempre, o cara se portou, isso eu já disse em conferência desde os primeiros, se portou como um guarda revolucionário.⁵²⁵

Em sua fala, Martinelli afirma que o companheiro agiu como um “guarda revolucionário” porque não falou nada que comprometesse a organização e os demais companheiros. Aguentou a tortura, sem delatar. Resistir à dor reflete um posicionamento de cumplicidade para com aqueles que estavam fora, nas ruas, lutando. Afirma ser stalinista e que as pessoas “ficam meio assim comigo”. Seu posicionamento frente à Stálin é sempre destacado por ele nas entrevistas. Não se intimida quando questionado a respeito de sua posição política. É firme e tem argumentos, pois esteve na URSS, o que lhe traz a certeza de seu posicionamento.⁵²⁶

Lauance acabou não resistindo às seções de tortura e morreu. Segundo Martinelli, os presos fizeram muito barulho nas celas, para que o companheiro, que agonizava, fosse

⁵²³ CNV, op. cit., 1110 a 1115.

⁵²⁴ BETTO, Frei. op. cit., p. 17.

⁵²⁵ CNV, op. cit., linha 1183 a 1190.

⁵²⁶ É durante o governo de Joseph Stálin (1924-1953) que a URSS torna-se uma das maiores potências mundiais. E isto alimenta o discurso de Martinelli.

levado ao hospital. Os guardas entraram na cela e o levaram e seu corpo foi encontrado na rua Ipiranga, no centro:

...mataram ele porque estava arreventado por dentro, eu tive a sorte, não é que eu, eu lutei boxe, você ficando assim, sem querer dizer que está se defendendo, você está levando aqui, isso é a vesícula, aqui é o baço, aqui é o depósito de sangue, sem querer, não é que o, você percebe que está, mas, espera aí. Então, são coisas que, sem querer, você...⁵²⁷

Segundo ele, suas experiências com os esportes, principalmente o boxe, contribuíram para que as pancadas não afetassem órgãos vitais, pois “sabia como apanhar”. Duas semanas depois de ter sido preso, Martinelli foi levado da sede da OBAN para o prédio do DOPS, no Largo General Osório, e passou a ser interrogado/torturado pelo delegado Fleury. Por ironia do destino, o prédio pertencia à Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), e enquanto esteve ali ouviu diariamente o passar dos trens – o prédio localiza-se às margens da ferrovia, entre a Estação Júlio Prestes e a Estação da Luz. Em seu livro de memórias, nos conta:

No DOPS, eu fui levado para a sala de tortura várias vezes. Apanhei com soco inglês abaixo da linha das costelas, levava choques elétricos, pau-de-arara, cadeira do dragão, o diabo... uma gritaria que parecia uma orquestra, sabe, com agentes que falavam uma coisa e já outro vinha e falava outra num outro tom de voz. Numa das vezes que fui tirado da cela, fui levado até o 3º andar do prédio junto com Francisco Ferreira, companheiro da ALN, onde ficava o centro de tortura. Lá eles queriam fazer tipo uma acareação na base da porrada e quem comandou a coisa toda foi o próprio Fleury, junto com o delegado Joceyr Cuoco.⁵²⁸

A violência física continuou no cárcere do DOPS, não havia interrogatório sem tortura. Muitas vezes, ela ocorria junto com outro companheiro. Os torturadores, por vezes, tentavam confundir, gritando, falando inverdades, para que o preso entrasse em confusão mental e assumisse a culpa. No depoimento, conta que foi torturado junto com outro companheiro, porque a humilhação poderia contribuir para que falassem.

A presença dos trilhos e das locomotivas, passando ao lado das celas, também marcou os que por ali passaram. Em Diários de Fernando, livro publicado por Frei Betto,

⁵²⁷ Ibidem, linha 1212 a 1215. Na entrevista, os interlocutores afirmaram estar fazendo um dossiê sobre a morte de Lauance, pois havia a suspeita de que o laudo médico que atestou a causa de sua morte, teria sido fraudado.

⁵²⁸ BASTOS, Roberto G. op. cit., p. 376. O delegado Joceyr Cuoco foi acusado por ter torturado em 1974, um bebê de 1 ano e 8 meses nas dependências do DOPS, em São Paulo.

que editou as anotações do frei dominicano Fernando nos cárceres da ditadura – a ferrovia é lembrada várias vezes:

Dentro do edifício construído por Ramos de Azevedo nos primórdios do século XX, dentro do mastodonte inspirado na arquitetura inglesa, dentro do que outrora serviu de armazém e escritório à Estrada de Ferro Sorocabana, cujos trilhos passam às suas costas, aqui dentro ecoam gritos de dor, e manivelas rodam, rodam, rodam, eletrizam correntes, provocam espasmos em corpos esgarçados de homens e mulheres amarrados à cadeira do dragão, dependurados no pau de arara, atirados às masmorras...

Dia e noite, escutamos os ruídos da Sorocabana: locomotivas em manobra, engate de vagões, como se o aferrolhar de rodas dentadas mordendo os trilhos multiplicasse exageradamente o estrépito das chaves dos carcereiros nas fechaduras enferrujadas de nossas celas.⁵²⁹

Hoje, o prédio é local de visitas, pesquisas e reflexões. O Memorial da Resistência, tem em suas antigas celas gravações com os depoimentos de alguns sobreviventes que passaram por ali. No cárcere do DOPS quase não havia visitas, pois, como local de tortura era recomendável que familiares não vissem os presos, já que as marcas eram evidentes. Mas, por vezes, elas ocorriam. E a filha de Martinelli, mesmo criança, chegou a ir ver o pai:

E lembro quando a minha tia, irmã do meu pai ficou sabendo que ele estava no DOPS. Eu nem sabia o que era DOPS, achava que ia visitá-lo em algum lugar, tinham encontrado meu pai. Fui com minha tia. Ela me levou porque eu era uma criança que não estava mais dormindo à noite, e ela quis me aliviar. E eu me lembro que foi uma cena muito marcante nesse dia porque eu cheguei num lugar muito escuro, com paredes escuras. Cheguei muito feliz porque ia rever meu pai. Essa é uma cena muito marcante na minha memória, porque quando meu pai finalmente apareceu, dois homens o amparavam e ele estava irreconhecível. Eu não conseguia ver que aquele homem ali na minha frente era meu pai, ele era uma pessoa fisicamente diferente. Ele chegou bem próximo de mim, colocou a mão na minha cabeça e foi nesse instante que eu vi que era ele. Eu não entendia nada, mas lembro de uma coisa que me chamou a atenção, quando eu fecho os olhos e lembro desse dia, era a camisa dele abotoada errada. E as mãos tremiam muito. E, novamente, eu caio naquela palavra silêncio porque na minha curiosidade infantil queria perguntar: “E aí, pai, o que está acontecendo? O que é aqui?” Me lembro da minha tia falando “xiu”, e então, foram duas coisas muito marcantes.⁵³⁰

⁵²⁹ BETTO, Frei. op. cit., p. 15-16.

⁵³⁰ MARTINELLI, Rosa Maria. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 109.

A pequena Rosa, que chorava pelo pai, na inocência de uma criança, não sabia o que era o DOPS. A ausência do pai estava lhe trazendo tristeza, por isso a família decidiu levá-la na visita. As lembranças são de um “lugar muito escuro”, “paredes escuras”. Apesar da alegria em estar ali para ver o pai, num primeiro momento não o reconheceu, por conta das marcas das torturas. Lembra até hoje dos detalhes, apenas se acalmou quando ele colocou as mãos sobre sua cabeça, sabia que era ele. Com a camisa abotoada errada e as mãos trêmulas, afirma que estava desfigurado. As expressões do pai refletiam o que era estar sob a tutela de um Estado repressor. E o silêncio deveria mais uma vez estar presente, o “xiu” era regra.

Raphael Martinelli descreve a prisão de celas lotadas e condições precárias, nada diferente do que vemos hoje. Acerca do DOPS, afirmou:

A rotina não tinha, nós não tínhamos banho de sol, não tinha nada, não tinha banho de sol, um banheiro para 16, 18, 20 pessoas na cela, certo? Quer dizer a rotina era aquela: sobe, vem buscar, era aquela, eu brinquei uma vez, numa visita que eu fiz no DOPS, pessoal estava visitando: “Ô, Martinelli, tal.” Eu falei: “É, uma coisa mais chata, nossa...” Falando para o povo que estava visitando, aquela bruta, aquele troço de fechar a porta...

Aquela, eu cheguei e falei assim: “Isso daqui, para nós, era um inferno, porque era... Ou você não sabe, quando abria, se era para vir buscar ou quando tinha, ia entrar o companheiro arrebitado.” Era um troço desgraçado e que a gente tinha que aguentar, não é?⁵³¹

O barulho da fechadura tornou-se também uma tortura, pois significava que saíam para as sessões de espancamentos – das quais muitas vezes não sabiam se voltariam –, ou voltavam dessas sessões machucados, desmaiados, famintos. Martinelli destaca que hoje, em suas visitas ao prédio do antigo DOPS, atual Memorial da Resistência,⁵³² tem de ficar explicando para as pessoas como era ficar na cela e sua rotina na prisão. Ele é um dos idealizadores do Memorial, por isso participa de eventos, como

⁵³¹ CNV, op. cit., linha 1251 a 1263.

⁵³² Como professora, tive a oportunidade de levar alguns alunos até o Memorial da Resistência, e chamou-me a atenção as reações de alguns deles. A indignação e revolta fizeram parte dos sentimentos, principalmente quando entraram em contato com as celas e os áudios. O choro também foi comum em alguns daqueles jovens. Locais de traumas tornam-se símbolos negativos para olhos e ouvidos das pessoas, esses espaços costumam tornar-se memoriais com mensagens políticas para aqueles que os visitam. Para Assmann, esses locais não trazem autenticidade, porque não são mais os mesmos, foram modificados para tornarem-se pontos de visitação. “Os locais memorativos podem ser vistos como a instituição que os sucedeu; deles se espera que produzam um contato com os fantasmas do passado. A força vinculativa dos lugares está fundamentada de modo muito diversificado... no caso dos locais memorativos, ela repousa sobre uma narrativa resgatada e legada adiante;... e no caso de locais traumáticos, sobre uma ferida que não quer cicatrizar”. ASSMANN, op. cit., p. 359.

palestras e mesas redondas, com educadores e visitantes. O local, inaugurado em 1º de maio de 2008, teve um longo discurso de Martinelli, no qual afirmou:

Este dia é muito especial para todos nós. Estamos aqui para fazer, através desta dramática exposição organizada pela Secretaria de Direitos Humanos, o resgate de nossa história, simbolizada neste prédio de trágica memória para nosso povo...

A memória de minha classe, pois sou ferroviário, foi esmagada quando colocaram aqui um dos mais cruéis instrumentos de terror do Estado contra a classe operária, que foi o Departamento de Ordem Política e Social, conhecido como Dops.

Alguns torturadores... permanecem ainda escondidos ou, quando descobertos, alegam que “apenas cumpriram ordens”, tal como os nazistas em Nuremberg. Nós que passamos por suas mãos manchadas de sangue sabemos de seus crimes e não os esqueceremos.

É por isso que exigimos a punição dos torturadores. Não somos vingativos nem revanchistas, mas somos ferrenhos defensores do princípio de que àqueles que cometeram crime de lesa-humanidade quando estavam a serviço do Estado deve corresponder o ônus da Justiça....

É hora de revelar quem foram os assassinos dos revolucionários que foram presos vivos e como foram misteriosamente “desaparecidos” centenas de patriotas...

Aos torturadores manifestamos nosso mais profundo repúdio e desprezo...

Nós nunca esqueceremos as ações de nossos amigos. Agradecemos ao nosso povo, que nunca nos abandonou e nunca será abandonado por nós e nossa.⁵³³

Algumas palavras em seu discurso nos chamam atenção: resgate, história, memória, revelar. São elementos que trazem em seus conceitos aquilo que se busca: o reconhecimento e o não apagar da história. É a busca da verdade e a manutenção de um não esquecimento. O memorial tem exatamente esses objetivos tão presentes na fala de Martinelli. Contudo, ao mesmo tempo ele fala em dramática, trágica, esmagada, cruéis: sentimentos negativos que essas experiências lhe deixaram. E compara os agentes brasileiros aos nazistas. Para ele, a experiência brasileira pode ser comparada aos horrores do regime de Hitler. E levanta a bandeira da punição aos torturadores: o fio condutor de todos aqueles que passaram por situações de violência extrema. Almeja ver a justiça, terminando numa singela homenagem aos companheiros “nunca esqueceremos nossos amigos”, dedicando essa luta ao povo brasileiro:

Eu tenho esperança ainda na juventude, porque quando eu falo pra juventude nas palestras, na faculdade... No Memorial nosso, no Memorial nosso, antigo DOPS, nós fomos com que era o secretário, mudamos o próprio decreto para o Memorial da

⁵³³ BASTOS, Roberto G., op., cit., p. 463 – 465.

Resistência, porque nós dissemos ao secretário “Aqui nós era morto, era espancado, resistia à ditadura... porque não o Liberdade e coloca a Resistência?” Ele botou. Pedimos todo aquele aparato lá, da ditadura...⁵³⁴

Ele lembra dos momentos de discussão para a criação do Memorial. O Secretário de Cultura propôs o nome de Memorial da Liberdade e os ex-presos políticos propuseram Memorial da Resistência, o que fora aceito. A aceitação da mudança de nome, por parte do poder público, evidencia, para Martinelli, o respeito que merecem. Mais uma vez, no sentimento de pertencimento “No Memorial nosso [...]”, é possível observarmos que esse elemento, em suas afirmações, faz com que se sinta ainda vivo, que seu passado está fortemente atrelado à luta.

IMAGEM H



Vista da fachada do prédio do *Memorial da Resistência*, em São Paulo.⁵³⁵

A fala aos jovens é algo que também aparece com certa regularidade. Ele gosta de participar de eventos onde conta suas experiências, considerando que a juventude tem de ter informação e, principalmente, formação política:

...todo mundo conhecia do meu, porque no DOPS eu apanhei mesmo, porque no DOPS era isso contra mim, então, não adiantava mentir, estava toda a minha vida, de sindicato, o diabo, greve, não sei o que, palestra de Cuba, palestra de, estava tudo ali, então, não adianta mentir e tudo mais, eu falei aquilo que eu achava que não estava, não era aquilo, era a revolução para nós, entende? De partido e como, para ter um partido, como ter, como sair, eu ficava naquilo...⁵³⁶

⁵³⁴ Programa *Provocações*, op. cit.

⁵³⁵ Imagem disponível em www.catracalivre.com.br/brasil/?s=memorial+da+resistencia

⁵³⁶ CNV, op. cit., linha 1265 a 1270.

A repressão tinha em mãos informações a respeito da trajetória sindical de Martinelli, por isso diz que não tinha como mentir, como todos sabiam de sua história, não adiantava mentir. Mas afirma que não delatou ninguém, teria dito apenas aquilo que considerava que não prejudicaria nenhum companheiro. Conta ainda que conseguiu livrar alguns presos, como um jovem ferroviário. Nas ruas tinha convicção de que estava a caminho da revolução, era necessário tomar o poder, entretanto na prisão era importante resguardar os companheiros.

Chegou e trouxeram o menino de Campinas, (ininteligível), machucado, sangrando: “Você conhece?” Falei: “Conheço, esse moleque aí, eu dei um documento para ele.”

Dentro do DOPS, dei esse documento, assim como se fosse: “Não tem nada a ver, esse cara é revolucionário, não é merda nenhuma.” Falei, claro: “Ele é merda nenhuma, um estudante aí.” “Então, não tem nada (ininteligível) no seu?” “Não, esse cara eu dei um documento assim para ele, só para ler, não pertence à organização minha, a ALN, nem nada, não.” Quer dizer, foi bom para ele porque logo foi embora também.⁵³⁷

Martinelli diz que conseguiu “salvar” o garoto da repressão, ao afirmar aos militares que apenas panfletou, na tentativa de esclarecer o jovem. A desqualificação “Ele é merda, um estudante aí”, fez parte da estratégia de mostrar que o garoto não pertencia à ALN. Como ele mesmo disse: “eu desmentia várias coisas, eu desmentia, negócio da cidade, negócio de Iotinga, de todos os depósitos que tinha lá para os políticos, essa coisa toda eu desmenti [...]”.⁵³⁸ Mentir, esconder, eram táticas de sobrevivência. Salaria que muitos companheiros eram salvos com informações erradas, e gosta de dizer: “A ditadura era burra”.

A solidariedade entre aqueles que estavam presos representou algo que marcou a vida desses militantes: permanecerem unidos era também uma estratégia de sobrevivência. No DOPS, estava preso o médico Waldemar Tebaldi, que muito ajudou no socorro daqueles que chegavam machucados com as torturas. Os prisioneiros eram jogados e abandonados à própria sorte nas celas. A presença de um médico, por vezes, ajudou no sentido de pressionar por auxílio externo, como levar o ferido a um hospital ou até mesmo fazer os primeiros atendimentos. Martinelli lembra disso com admiração. Mas alguns médicos também estavam a serviço da repressão. A CNV denunciou médicos que

⁵³⁷ Ibidem, op. cit., linha 1302 a 1311.

⁵³⁸ Ibidem, op. cit., linha 1293 a 1295. A transcrição, por vezes, apresenta erros. Utinga aparece como Iotinga. Refinaria na região do ABC Paulista, onde a ALN cogitou uma ação.

participaram de seções de tortura, que estavam lá para garantir que os presos “aguentariam um pouco mais”.⁵³⁹

O Ato Institucional nº 2 definiu que todo crime militar, político e político-militar seriam julgados pelo Superior Tribunal Militar. Assim, militantes envolvidos em crimes considerados contra a segurança nacional eram julgados pela Justiça Militar. Esses julgamentos ocorriam em locais onde as famílias dos presos não podiam assistir/participar, mas apenas o advogado. Em São Paulo, os julgamentos aconteciam no prédio da Auditoria Militar, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, região central da cidade.⁵⁴⁰ Apesar de os julgamentos não serem imparciais, era o momento em que o preso podia falar, e muitos denunciavam as torturas e outras formas de violência.

Aqueles que conseguiam sobreviver aos interrogatórios na Operação Bandeirante (OBAN) ou no DOPS eram enviados para o Presídio Tiradentes. Martinelli foi transferido em 10 de junho de 1970, levado à cela de número 3, pavilhão 1.⁵⁴¹ Chegando ao presídio, relata que eram colocados juntos com presos comuns, mas depois os militares perceberam a necessidade de separação dos presos políticos e dos demais, ação tomada em todos os presídios do país, pois iniciou um processo de politização.⁵⁴² Em seu livro de memórias afirma:

Entre o Tiradentes e o Dops era quase semiliberdade. Não tinha tortura. Apesar disso a gente vivia a permanente expectativa de ser levado de volta ao Dops ou à Oban, para algum tipo de acareação. Quando isso acontecia, era quase certo que o pau comia de novo”.⁵⁴³

Em seu livro de memórias, Martinelli descreve que no Tiradentes não havia tortura, mas para a Comissão Nacional da Verdade (CNV) disse que havia, nos evidenciando as confusões que a memória pode causar, devemos considerar também sua idade avançada, por isso a importância de ouvir a mesma história mais de uma vez:

⁵³⁹ “CNV atesta que médicos participaram de sessões de tortura na ditadura”, in www.agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/cnv-medicos-e-instalacoes-hospitalares-foram-usadas-para-tortura

⁵⁴⁰ O prédio foi entregue à OAB-SP em 2014, para a criação de um memorial sobre os anos de chumbo.

⁵⁴¹ Um documento datado de 20 de abril de 1980, informa que Raphael Martinelli havia sido transferido para o Presídio Tiradentes, em 12 de maio de 1970. As datas quase nunca batem, por vezes documentos tratados da mesma informação, trazem datas diferentes.

⁵⁴² Alguns estudos apontam para que a capacidade de organização dos presos comuns deu-se por meio dessa convivência, e desta maneira teria surgido nos presídios do Rio de Janeiro o Comando Vermelho, uma das maiores organizações criminosas do país.

⁵⁴³ BASTOS, op. cit., p. 379.

Raissa Ventura – Desculpa insistir nesse ponto, mas, é das denúncias da tortura, o senhor se lembra de uma tortura que eles chamavam de sopa de pescoço?

Raphael Martinelli – Não, afogamento eles usavam.

Raissa Ventura – É afogamento?

Raphael Martinelli – Isso no Tiradentes, no Tiradentes não.

Raissa Ventura – No DOPS?

Raphael Martinelli – É, no Tiradentes também, no Tiradentes e lá na Mooca.

Raissa Ventura – O senhor foi torturado na Tiradentes?

Raphael Martinelli – Lógico.⁵⁴⁴

Quando a entrevistadora diz “Desculpa insistir nesse ponto [...]”, nos mostra que possivelmente ele não queria falar sobre as torturas, algo que realmente o incomoda. Ela também faz um questionamento (perguntas) que o levam a confundir-se nas respostas. Por conta de sua idade, a melhor estratégia é deixa-lo falar à vontade. Ele se sente melhor. Portelli afirma que é importante existir um elo, uma afinidade, entre depoente e entrevistador, algo que na CNV não ocorreu com Martinelli e Raissa.⁵⁴⁵ Não é possível observarmos se as falas dele eram cortadas pelas perguntas. O que percebemos são respostas curtas e sem muita reflexão.

Sua fala remete-se ao sim e não, ou seja, é confusa, mas ao final afirma que foi torturado no Tiradentes e no Hipódromo da Mooca. Nos primeiros dias em que estive no presídio, localizado no bairro da Luz, manteve contato com presos comuns, e esses, principalmente assaltantes de banco, queriam saber táticas de expropriações. Afirma que a ideia era politizar os presos, mas confessa que era tarefa árdua. Observamos que lidar com aqueles que não tinham formação política e ligação com o crime era algo que não atraía Martinelli: “Mas a gente até que tentava botar alguma coisa na cabeça deles”.⁵⁴⁶ O frei dominicano Fernando, em sua passagem pelo Tiradentes, também fez referência aos presos comuns em seus manuscritos:

No andar térreo do Pavilhão 2... a polícia entulha, sem notificação legal, presos comuns em período de investigação e interrogatório... São chamados corrós – apodo de correccionais... Podem ser torturados a qualquer hora ou assassinados, porque legalmente não se encontram presos.⁵⁴⁷

⁵⁴⁴ CNV, op., cit., linha 1326 a 1334. O Presídio do Hipódromo ficava localizado no Brás, Martinelli afirma ser na Mooca, isto deve-se por conta do local estar na fronteira entre os dois bairros. Foi desativado em 1995.

⁵⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: Revista Projeto História da PUC-SP, n° 14 – Cultura e Representação, 1997, op. cit.

⁵⁴⁶ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 379.

⁵⁴⁷ BETTO, Frei, op. cit., p. 46.

Os presos comuns tinham menos direitos que os presos políticos, pois eram pobres e não tinham acesso a advogados. Muitas vezes, ficavam semanas encarcerados e acabavam mortos pelo “Esquadrão da Morte”. Em depoimento à CNV, Martinelli afirmou:

quer saber, nós ensinamos como assaltar banco sem matar ninguém, para eles, porque eles matavam gente na rua, assaltavam operários, assaltavam todo mundo e a gente ia e: “Mas, como é que vocês fazem?” Então: “Faça aí.” Hoje são mais práticos do que nós, eles fazem túneis, fazem tudo, mas, para que? É verdade, aprenderam melhor que nós, fazem túnel, fazem tudo, sabe aquele assalto no Ceará? Cento e, Banco do Brasil, está maluco.⁵⁴⁸

Afirma que ensinaram as táticas de roubo, sem matar inocentes. Havia esse contato porque inicialmente dividiam os mesmos espaços. Mas as condições de encarceramento eram iguais para ambos os grupos, presos políticos ou não. As descrições feitas por ele, do presídio e das celas, não fogem à regra dos dias de hoje. No frio, vento que entrava pelas janelas – se é que podem ser chamadas assim – poucos cobertores, recintos superlotados e água fria para o banho; já no calor, as celas tornavam-se mais abafadas, e os odores, insuportáveis.

Havia militantes das várias tendências nas celas, como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Ação Libertadora Nacional (ALN). Os prisioneiros também tinham acesso a rádio, jornais e até televisão, mas todos controlados pela direção do presídio, que se entendesse que algo estava “saindo da linha” tudo podia ser cortado.⁵⁴⁹ Em seu livro de memórias Martinelli afirma que os membros do Partido Comunista não participavam das discussões promovidas nas celas.⁵⁵⁰ Os debates tinham como temáticas

⁵⁴⁸ CNV, op. cit., linha 1442 a 1447.

⁵⁴⁹ Como as celas recebiam presos, que na sua maioria, tinham formação universitária, era comum haver aulas das mais diversas áreas, como História, Geografia, Matemática, Física, Sociologia, entre outras. Eram feitos debates, e até missas, pelos padres que estavam presos. Tudo de maneira que os guardas não percebessem, inclusive os atos litúrgicos dos dominicanos “A Justiça Militar não nos autorizou celebrar missa. Seria reconhecer que não somos terroristas ateus... Decidimos celebrar todas as noites entre nós, frades encarcerados [...]”. BETO, Frei, op. cit., p. 57.

⁵⁵⁰ Em setembro de 2015, participei de uma roda de debates no Bar do Mutcho, um local que promove saraus, arte e rodas de discussões, na região do Campo Limpo, zona sul de São Paulo. Na oportunidade estavam presentes ex-militantes da ALN, Celso Horta e Carlos Fon. Perguntei sobre as relações entre os presos da ALN e os membros do PCB, no Presídio do Hipódromo, local que os mesmos ficaram presos. Afirmaram que havia uma relação amistosa, e que todos participavam dos debates políticos, quando promovidos. Num relato diferente dado por Martinelli, sobre os presos no Tiradentes.

os mais variados assuntos, desde política, religião, leis trabalhistas e até mesmo as obras do metrô, que logo desativariam o Tiradentes.⁵⁵¹

...você sabe, na cadeia tem coisa radical, vem por exemplo, reação nossa, você coloca, na parede, fotografia do Marighella, do Che Guevara e tudo mais, aí vem o bate pau mesmo, da área militar, os caras que vem para revistar e bater, se for preciso, então, vinha, tirava as coisas da parede e tirava e colocava e, é bom porque e nós mesmos, revolucionários, não podíamos reagir, porque está apanhando, ia apanhar ali, de graça, apanhar de graça, discurso de Cuba, eu, por exemplo, fazia, porque eu visitei cuba em 61, 40 dias em Cuba, em 61, quer dizer, chegava data de Cuba, o diabo, na grade, fazendo discurso sobre a luta revolucionária, quer dizer, se o cara me pegava já vinha, quer dizer, você lá, dentro da cadeia, fazer, porque todo mundo está na cadeia esperando: “Martinelli fala.” Está entendendo? Quer dizer, mas, é um troço, coisa nossa.⁵⁵²

A atuação política continuou mesmo entre as paredes da cela, em cartazes, fotos, escritos, debates e histórias contadas sobre as experiências de cada um; mesmo quando a revista dos guardas ocorria e os eles batiam nos presos com socos e destruíam tudo o que havia sido colado nas paredes, afinal aquilo era encarado como uma provocação. Tinham orgulho do que tinham passado e consideravam importante narrar a luta dos companheiros ali encarcerados. Evidentemente que cada um apresentava motivações diferentes para as viagens à ilha caribenha, por exemplo. Enquanto Martinelli foi para participar de eventos sindicais, outros tiveram como objetivo receber treinamento de guerrilha. Falavam de suas opções para reafirmarem suas posições políticas: uma forma de valorizarem suas próprias histórias. Ele termina a fala revelando que os companheiros pediam para que contasse suas experiências “Martinelli, fala”.

Dentre as ações dos presos destacam-se as denúncias em relação ao extermínio de presos comuns. Martinelli diz que o “Esquadrão da Morte” agia dentro do Tiradentes. Os detentos eram retirados de madrugada e encontrados mortos em locais ermos da cidade. Salienta que muitas vezes era possível ver as viaturas chegando vazias e saindo com os presos. Na “maioria das vezes era composta de negros e alguns a gente acreditava que já chegavam mortos ao presídio”.⁵⁵³ Mas eles conseguiram denunciar. Na época, o promotor

⁵⁵¹ O Presídio Tiradentes foi demolido em 1972, por conta das obras do metrô Norte-Sul. A maioria dos presos políticos, foram enviados para o Presídio do Hipódromo, no Brás, enquanto os presos comuns transferidos para o Presídio do Carandiru. No local hoje, apenas o portal, tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), mantém a memória da luta política no Brasil, onde era a antiga carceragem.

⁵⁵² CNV, op., cit., linha 1485 a 1495.

⁵⁵³ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 382.

Hélio Bicudo iniciou as investigações a respeito do grupo criminoso que havia se formado dentro da polícia paulista.

O período de clandestinidade e a prisão de Raphael Martinelli marcaram profundamente sua família, especialmente seus filhos. Eles participaram do Seminário Infância Roubada, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), promovido pelo deputado estadual Adriano Diogo, no contexto da Comissão Estadual da Verdade. Os relatos dos filhos de ex-presos políticos tornaram-se publicação e os Martinelli fizeram suas contribuições narrando as lembranças de um período tão difícil, pois eram crianças ou adolescentes. Esses depoimentos em muito contribuíram para nossa pesquisa.⁵⁵⁴

Observar o que a luta do pai significa para eles é importante, pois foram duramente atingidos. A guerrilha, as fugas, a prisão e a tortura são elementos que também atormentam aqueles que não empunharam armas ou que não estiveram no cárcere:

Eu sou o mais velho dos irmãos, portanto o que não sofreu o que eles sofreram. Eu fui mais cobrador do meu pai, tinha 15 anos em 1964. Depois do golpe, fomos distribuídos na casa de estranhos, depois parentes ficaram com cada um dos irmãos, até que meu avô nos reuniu numa casa de aluguel. E só quando ele [o pai, Raphael Martinelli] apareceu voltamos a conviver.⁵⁵⁵

Aqui Jaime afirma que não sofreu tanto porque já tinha 15 anos, não era tão pequeno quanto os demais, o pai teria se envolvido definitivamente na política quando os irmãos nasceram, mas não é o que seu depoimento nos passa. Observamos que a mágoa e a tristeza também estão em sua fala. Em vários momentos, cobra o pai por ter sido o “arrimo de família”, como ele mesmo afirma, pois Martinelli estava ausente, muitas vezes, por conta das fugas e prisões.

E comecei a ser um questionador do meu pai. Eu ia visitá-lo, mas não tantas vezes. Comecei a ter revolta pelo fato de ele ter sido líder político, cassado, procurado. E passada aquela fase, ele se envolveu com a luta armada e acho que ele não pensou tanto na família. Nós não sabíamos o que ele fazia. Eu não sei se isso foi uma defesa para a família. Se nós tivéssemos sido pegos, torturados, não teríamos o que falar do meu pai. Nem a mãe e nenhum dos filhos sabíamos o que ele estava fazendo.⁵⁵⁶

⁵⁵⁴ https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf

⁵⁵⁵ SOBRINHO, Jaime Martinelli. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 105.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

O depoimento mostra uma cobrança do filho, pois o pai teria sido o responsável pelo sofrimento da família, e ao mesmo tempo diz que o fato de não saberem das atividades do pai os ajudou a protegê-los. Continua dizendo que, quem conhece Raphael Martinelli, “vira fã do velho”, mas completa que foram os filhos que garantiram uma casa para ele na velhice, pois sua trajetória política não lhe proporcionou uma “vida confortável”⁵⁵⁷. Reclama que o pai não tem o merecido reconhecimento por parte de muitos políticos que ele teria ajudado no passado.

Enquanto Jaime lamenta-se dos traumas causados pelas experiências do pai, o filho Edson Lenin Martinelli inicia seu depoimento destacando questões positivas, como brincadeiras e viagens. Nesse período, enquanto o pai era presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, foram morar em Copacabana, no Rio, era o ano de 1959. Viajavam pelo país, quando o pai participava de eventos representando o sindicato. Mas também não deixa de narrar os horrores que um regime de exceção pode causar numa criança:

Fomos filhos que voltaram a brincar nas várzeas da Lapa de Baixo, mas fomos crianças que tiveram que justificar dezenas de vezes o porquê desses nomes e sobrenomes associados à esquerda. Enquanto meu pai continuava na luta da esquerda brasileira. Fomos pré-adolescentes assustados e horrorizados com a notícia da prisão por quatro anos e tortura de nosso pai. Fomos pré-adolescentes que tivemos que ir ao trabalho mais cedo para sustentar a nossa casa. Paramos de brincar e de viver o fogo da idade. Tivemos que nos policiar no trabalho para não sermos taxados como burgueses, também tinha essa dualidade.⁵⁵⁸

Apesar de reconhecerem a importância da luta do pai, os traumas causados por sua ausência e as dificuldades para a sobrevivência e sustento, são recorrentes nas falas dos filhos. O pai comunista e a tradição de militância da família não os levaram ao mesmo destino. Talvez a violência causada pelo regime de exceção os tenha distanciado da luta política, seguiram carreiras burocráticas, a filha Rosa, aventura-se na literatura. Mas Rosa Maria, apresenta outros traumas:

Acho que se tem alguma coisa que aprendi quando eu era pequenininha, foi silenciar. Silenciar é a palavra que me vem imediato na cabeça. Era sempre “xiiuu, não pode falar”. Eu perguntava, e falavam “psiu”. Era sempre um silêncio e eu chorava muito porque sentia a falta dele...

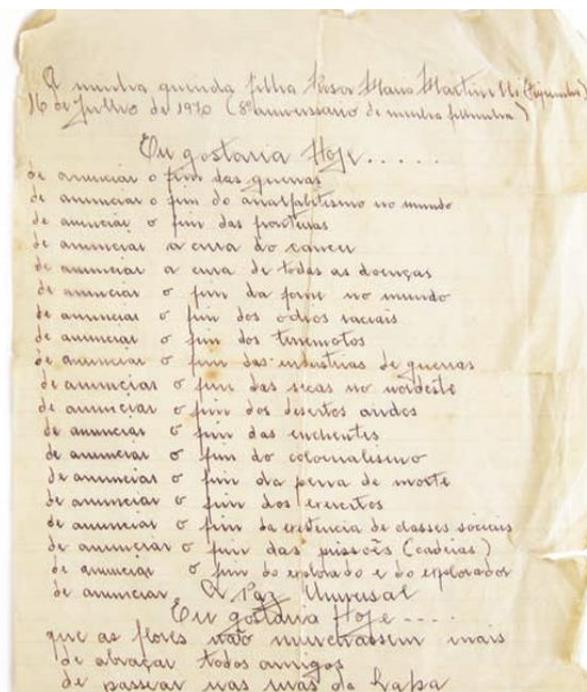
⁵⁵⁷ Martinelli vive hoje num pequeno apartamento na Lapa, numa região modesta do bairro.

⁵⁵⁸ MARTINELLI, Edson Lenin. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 108.

Eu passava na revista feminina e aquilo era para mim uma coisa absurda. Eu era criança, tinha que abrir a boca, tinha que abrir as pernas, eles vasculhavam meu corpo todo para poder entrar. Mas ali era sempre uma coisa boa para mim. Eu ficava feliz de ir até lá porque sabia que ia vê-lo e podia brincar. Era um pátio enorme, eu lembro dos dois pavilhões, onde, de um lado, ficavam os presos políticos e do outro, os presos comuns. E eu sempre estava perto dos presos comuns, porque eu fazia umas brincadeiras, eles me jogavam colares, jogavam pulseiras e eu ficava feliz.⁵⁵⁹

O silêncio foi o que marcou Rosa Maria, lembra-se de ter de ficar calada e não poder perguntar nada. Algo incomum para uma criança, mas apesar dessas experiências ainda se lembra com ternura dos momentos em que ia ao Tiradentes e podia ver o pai e brincar. A felicidade também era possível aos olhos de alguém que não entendia muito bem o que estava acontecendo. O depoimento publicado no livro *Infância Roubada*, também apresenta uma cópia de um poema escrito pelo pai à filha, no qual ele começa: “À minha querida filha Rosa [...]”. Ela afirma que foram várias as cartas trocadas pelos dois.

IMAGEM I



Carta de Martinelli à Rosa Maria, 1970.⁵⁶⁰

⁵⁵⁹ MARTINELLI, Rosa Maria. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 109.

⁵⁶⁰ Documento disponível em MARTINELLI, Raphael. *Infância Roubada – Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014, p. 112.

Os depoimentos foram gravados em vídeos e estão disponíveis na *internet*, no site da ALESP. As falas foram marcadas por grande emoção. É possível vermos que logo no início, quando a filha Rosa inicia seu depoimento, Martinelli retira-se da mesa. Disse que não conseguiu ficar. As falas dos filhos também são regadas de lágrimas e desabafos. Mas o pai também dá seu depoimento, que foi publicado junto com os dos filhos. Ali, afirma que, apesar do sofrimento gerado, a luta era necessária. A clandestinidade causada pelo golpe foi a primeira grande separação da família:

Primeiro, fiz um esquema clandestino, sem contato com a minha família. E quando fiz contato com a minha mulher, fui encontrá-los e a minha menina não me reconheceu. Ela tinha um ano e pouco. Coitadinha, ela me olhou como quem diz “quem é esse cara?”. Foi um encontro clandestino, no bairro da Lapa. Nessa época, eles estavam morando em Jundiaí.⁵⁶¹

Isso ocorreu meses depois do golpe, quando foi cassado. Resolveu tirar sua família do Rio de Janeiro e enviá-la para junto da família, na cidade de Jundiaí, lá viviam os sogros. Martinelli sempre teve uma vida atribulada. A entrada para a direção do Sindicato dos Ferroviários o levou a uma rotina de reuniões e viagens. Ficar longe da família era uma realidade que já fazia parte de seu cotidiano. Mas algo bem diferente da clandestinidade, em que a separação era forçada e o contato, drasticamente cerceado. A vida de seus filhos sempre fora marcada por mudanças, viagens e fugas:

A família da gente sofre no lar, sofre na sociedade. Eu recusei sair no sequestro do embaixador suíço, e então minha fotografia saiu no jornal como terrorista. Aí ficamos achando que a gente é terrorista mesmo e isso mexe com a família.

Com esse troço de terrorista, quem dava as aulas de educação moral e cívica nas escolas eram os capitães. E um capitão colocou meu filho Edson na frente e começou a arrebentar com os terroristas. E aí disse: “O Martinelli teve a coragem de dar o nome de Lenin para esse menino, vejam só”.

Mandei entregar um livro para meu filho, dizendo: “Leia Lenin e veja porque botei seu nome de Lenin, veja o bandido que ele é”. Ele tinha 7 anos, ele nasceu em 1953.

A família sofre muito com as consequências. Na cadeia, eu fazia cestas de vime, uma por dia, e eles vendiam para ajudar com as despesas da família.⁵⁶²

Quando Martinelli e outros presos recusaram-se a sair do país por causa do sequestro do embaixador, suas fotos saíram nos jornais e os filhos passaram a ser perseguidos e ridicularizados. Reconhece o sofrimento passado pelos filhos, mas também

⁵⁶¹ Ibidem, p. 117.

⁵⁶² Ibidem, p. 118.

afirma que “faria tudo de novo”. Relata a humilhação de um professor para com seu filho, numa verdadeira tortura psicológica. Essa era a realidade narrada por muitos que tiveram suas vidas afetadas na infância. Os traumas são sentidos para toda a vida e muitos precisam de acompanhamento psicológico. Sobre isso, afirma Rosa:

Para se ter uma ideia de como eu sempre tive relacionamentos difíceis, casamentos difíceis, alguns terapeutas chegaram à conclusão de que quando eu amo, eu amo a distância, porque quando meu pai foi preso eu vivia em pleno Édipo. Toda menina é apaixonada pelo seu pai, e exatamente nesse momento ele saía de cena. Então, eles chegaram à conclusão de que eu amo o distante... Claro que hoje aos 50 anos, eu trabalhei tudo isso e não estou curada, mas me sinto muito mais consciente de que isso veio daquela época, porque eu amei meu pai à distância. Para se ter uma ideia, eu nunca disse ao meu pai que eu o amava. Nunca. Não consigo. É como se falar de amor fosse falar de uma coisa muito frágil e que pudesse quebrar. A história dele é uma história toda de amor, pelo seu povo, pelo seu país, é um cara que teria dado a vida pelo Brasil.⁵⁶³

A distância, a separação, marcaram Rosa para o resto da vida. Apesar dos traumas deixados por uma vida marcada por luta política e violência, existe uma fala de reconhecimento do pai. E isso observamos nos depoimentos dos três filhos. Luiz Carlos Martinelli não pôde participar, pois não estava bem de saúde. As marcas de um passado vivido por sofrimentos também delegaram ao pai problemas psicológicos:

Raissa Ventura – E, aquela conversa que a gente começou a ter, na semana passada, sobre os traumas, quais são os traumas que o senhor acha que carrega desse tempo, desse período?

Raphael Martinelli – Não, eu só disse uma vez, eu não gosto de porta fechada, só isso, eu não gosto, não sei o porquê, eu gosto mais de janela aberta, é coisa minha, está entendendo?

Raissa Ventura – E, trauma físico, o senhor teve algum tipo de seqüela física?

Raphael Martinelli – Não, fisicamente eu sempre, bom, é o que eu estou dizendo, era um quadro preparado para tudo, tanto na cadeia, como na tortura, certo.⁵⁶⁴

Ele admite não se sentir bem com portas fechadas, mas diz não ter ficado com sequelas físicas da tortura porque “era um quadro preparado para tudo”. Isso evidenciamos sua militância stalinista, do comunista forte e que “aguenta tudo”. Em uma de suas entrevistas contou-me estar com dor nas costelas porque teve uma queda na rua. Disse-lhe que era necessário procurar um médico e ver se estava tudo bem. Respondeu-me:

⁵⁶³ MARTINELLI, Rosa Maria, op. cit., p. 111-112.

⁵⁶⁴ CNV, op., cit., linha 1517 a 1525.

“Quando fiquei no DOPS me quebraram várias costelas e aguentei. Agora, não aguentar um tombinho?” A figura do combatente forte deve prevalecer.

O período de maior atuação da guerrilha foi marcado pelos sequestros de embaixadores, trocados por companheiros que estavam presos e sofriam a violência do Estado. Para Elio Gaspari, “Foi a mais original e bem-sucedida de todas as ideias da esquerda brasileira nos anos 60”.⁵⁶⁵ O sequestro de diplomatas consistiu num mecanismo encontrado que resultou em ações positivas para a esquerda armada. O primeiro, numa sequência de quatro, o do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, em 1969, numa ação executada por membros do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Depois do sequestro do embaixador estadunidense, houve mais três diplomatas sequestrados: Nobuo Okushi, do Japão; Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben, da Alemanha; e por fim o suíço Giovanni Enrico Bucher. Na lista dos presos que deveriam ser libertos, trocados pelo embaixador da Suíça e enviados para o Chile, estava o nome de Raphael Martinelli.

Segundo Gaspari, a esquerda armada dividia-se em três grupos: os presos, os exilados e aqueles que estavam nas ruas, clandestinamente. Estes últimos tinham um sentimento de solidariedade, um “compromisso com os mortos”,⁵⁶⁶ pagar essa dívida significava libertar aqueles que estavam em poder da ditadura. O embaixador Bucher era conhecido no Rio de Janeiro pela boemia e pelos costumes requintados. Em 7 de dezembro de 1970, sequestraram o embaixador suíço no bairro do Flamengo, numa ação que resultou na morte de um agente federal que o escoltava, Hélio de Araújo. A VPR, mesmo em número reduzido, por conta da repressão, agiu sozinha no sequestro.⁵⁶⁷ Apesar disso, a ação foi pensada e, nas palavras de Gaspari, havia uma “razoável infra-estrutura”, pois uma casa fora alugada meses antes, construíram relação com a vizinhança e também possuíam um segundo cativo, caso algo saísse errado.⁵⁶⁸

As exigências para a soltura do embaixador eram: a uma lista com setenta presos que deveriam ser libertados e extraditados, a divulgação de um manifesto, catraca livre nas estações de trem do Rio de Janeiro e o congelamento dos preços, estes dois últimos por noventa dias. Diferentemente dos sequestros anteriores, o governo questionou

⁵⁶⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 87.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 338.

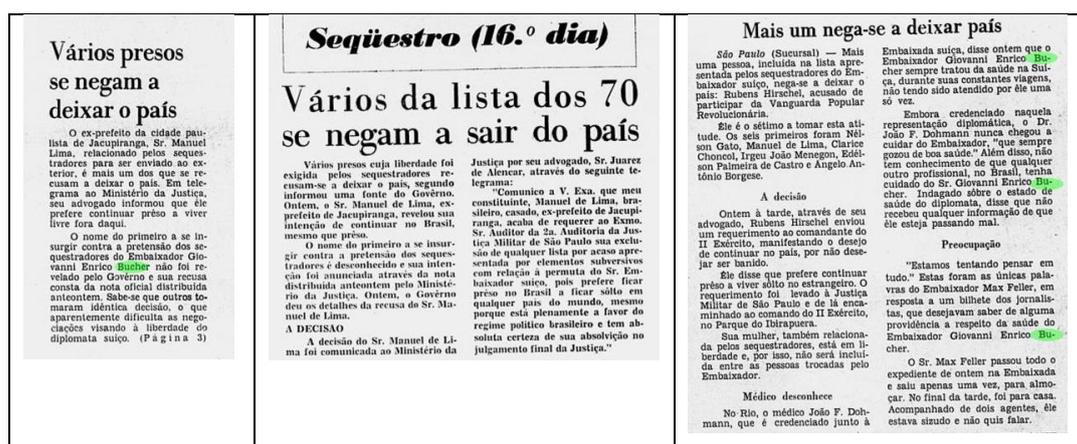
⁵⁶⁷ *Ibidem*.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

algumas exigências dos sequestradores. Recusou-se a atender os três últimos pontos e não aceitava libertar 13 dos presos que estavam na lista. Era algo que até então não havia ocorrido nos sequestros anteriores. O governo queria ditar as regras. A VPR encontrou-se num dilema: aceitar as propostas do inimigo e deixar para trás treze companheiros, ou matar o embaixador e manter todos os presos em cárcere.

Durante as negociações, outro fator inédito despontou. Dezoito presos não aceitaram ser trocados pelo embaixador, entre eles, Raphael Martinelli. Além dos treze que a ditadura negava trocar pelo diplomata, havia companheiros que não aceitavam o banimento. O governo brasileiro aceitou completar a lista dos setenta por outros nomes. A decisão tomada pelos prisioneiros que não aceitaram ser trocados, nos leva a questionar o porquê de preferirem o sofrimento do cárcere a tentar uma vida nova. Quando indagado, Martinelli respondeu que não havia feito nada de errado e o banimento significaria aceitar que havia errado e realmente era um contraventor. Decidiu ficar e lutar até o fim.

IMAGEM ⁵⁶⁹



No Tiradentes, por meio dos jornais, Martinelli ficou sabendo do sequestro do embaixador suíço, entre os guerrilheiros envolvidos na ação estava Renato Martinelli, que apesar do sobrenome não tinha nenhuma relação de parentesco com ele, mas comentou aos companheiros: “Quer ver que com este nome Martinelli envolvido nas negociações eu entro na lista?”⁵⁷⁰ E estava certo. Alguns dias depois, o levaram ao DOPS, lá retirou

⁵⁶⁹ Jornal do Brasil, 23, 24 e 29 de dezembro de 1970. Disponível em [https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701223&printsec=frontpage&hl=pt-BR](https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701223&printsec=frontpage&hl=pt-BR;);

<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701224&printsec=frontpage&hl=pt-BR><https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701229&printsec=frontpage&hl=pt-BR>

⁵⁷⁰ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 392.

as roupas e tiraram fotos suas de todos os ângulos, para evidenciar a ausência de marcas de tortura e de que estava saudável. Dessa maneira, o levaram à presença do delegado Fleury, e assim recebeu a notícia de que seria trocado pelo embaixador. Surpreendentemente, negou a troca, afirmando que não assinaria o banimento.⁵⁷¹

Martinelli sempre foi crítico dos sequestros e acreditava que deveriam sair da prisão os companheiros que estavam mais debilitados. Ao mesmo tempo, era um ato que poderia ser questionado por seus próprios pares de luta, pois também estavam se arriscando para salvá-lo. Preferiu ficar e respondeu ao delegado:

Eu não vou assinar isto! Assinando isto eu estou reconhecendo algo que não reconheço: que meu país é uma merda, que nada aqui presta e que por isso sou banido. Muita gente pode até assinar e obter a liberdade em outro país, e muita gente corre riscos ficando, inclusive os companheiros que mantêm o embaixador no cativeiro com o intuito de salvar companheiros. Mas não posso sair assim do país onde nasci e que amo, este é o melhor país do mundo. Aliás, se fiz o que fiz é exatamente para tirá-lo desta situação. Não assino!⁵⁷²

A fala convicta é de alguém que não aceitou a troca e estava certo de que o melhor era ficar. Sabia que sair do país talvez significasse não ver mais a mulher e os filhos. Sua irmã Cecília foi chamada para assinar documentos que comprovavam que Martinelli estava bem de saúde, e a VPR exigiu comprovações de que os companheiros que se negaram a ser trocados pelo embaixador fizeram isso espontaneamente, tinham de enviar uma carta de próprio punho. E assim Martinelli escreveu a carta publicada em alguns jornais de grande circulação da época.

Em 7 de janeiro de 1971, o jornal Folha de São Paulo publicou a declaração de Raphael Martinelli:

Eu, Rafael Martinelli, brasileiro, casado, declaro de livre e espontânea vontade, não aceitar a minha saída do Brasil, porque nada fiz que merecesse a punição de ser excluído do território brasileiro, pois sempre lutei por condições melhores dos meus conterrâneos. Eu jamais assinarei ou escreverei concordando em ser banido, perdendo assim a minha condição de brasileiro. Mesmo preso, mesmo velho, mesmo perseguido, tenho a consciência que serei útil à minha Pátria como sempre tentei ser, nada fazendo de que possa me envergonhar ou trazer vergonha a meus filhos.⁵⁷³

⁵⁷¹ Os presos trocados por embaixadores e enviados para o exílio escreviam uma carta onde declaravam arrependimento pelos crimes cometidos contra o país. Isso significaria o banimento, ou seja, não poderiam retornar ao Brasil. O documento era divulgado em alguns jornais do país.

⁵⁷² Ibidem, p. 394.

⁵⁷³ <http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=rafael+martinelli&site=&periodo=acervo&x=20&y=17>

A carta publicada representava uma das exigências da VPR. Nela, Martinelli afirma que nada fez para ser banido de seu país. A preocupação com sua imagem fica explícita: um homem marcado pela luta e agora sair como terrorista, expulso para outro país, era uma marca que não queria levar. A apreensão com os filhos também figura uma realidade, visto que não queria deixá-los envergonhados. Mas quando sua foto foi publicada nos jornais, sendo chamado de terrorista, conheceu o que a mídia era capaz de criar: um constrangimento à sua família. Seus filhos, mesmo pequenos, foram expostos, de uma maneira cruel.

IMAGEM K⁵⁷⁴



Alguns jornais deram grande destaque aos presos que preferiram ficar a ser banidos. No jornal *Diário de Notícias*, as fotos dos presos que não assinaram o banimento pegavam parte considerável da folha. O periódico *Diário da Noite*, publicação paulista, trazia uma matéria intitulada: “Seguem para o Chile terroristas banidos”, e ao longo do texto trazia um resumo de quem eram os presos que se recusaram a ser trocados pelo embaixador suíço:

⁵⁷⁴ Jornal *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1971, in http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_05&pasta=ano%201971&pesq=Raphael%20Martinelli

Preferem o Brasil

As autoridades federais de Segurança distribuíram, hoje, a relação e as fichas dos presos que não aceitaram a libertação em troca do embaixador sequestrado, preferindo permanecer no Brasil.

RAFAEL MARTINELLI

“Davi”, ligado à ALN/SP, ferroviário. Agitador, ex-líder sindical, esteve em Moscou, era dirigente de base comunista, esteve em Havana. Envolvido em subversão e terrorismo, acompanhou Marighella na dissidência do PCB; fez levantamento do trem pagador da EFSJ em 1968, para o assalto posteriormente executado. Tem prisão preventiva decretada.⁵⁷⁵

O jornal refere-se a Martinelli como um “agitador”, subversivo e terrorista. Além disso era comunista e havia estado na URSS e em Cuba, ou seja, o texto nos dá a impressão de que se tratava de alguém que representa algo nocivo. As matérias repetiam uma fala do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid de que a permanência dos 70 era “nociva e perigosa à segurança nacional”.⁵⁷⁶

Em 1972, Martinelli e outros presos políticos foram transferidos para o Presídio do Hipódromo.⁵⁷⁷ Ali, mais uma vez, foram separados dos presos comuns e fizeram inúmeras denúncias em relação às péssimas condições do cárcere. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmou que apesar de não ter sido torturado, no Hipódromo, lá também ocorriam torturas. Segundo seu filho Jaime, é nesta época que recebem em casa, no bairro da Lapa, um homem que afirmou estar representando o ex-presidente João Goulart. O emissário teria oferecido ajuda à família, propondo que quando Martinelli saísse da cadeia fossem para o Uruguai recomeçar a vida nas terras de Jango. Proposta que não foi aceita. A família decidiu ficar e recomeçar.

No livro de Roberto C. Bastos está transcrito o documento da condicional de Martinelli, que nos traz alguns fragmentos evidenciando que ele negou participação na guerrilha até o fim, mesmo a repressão tendo evidências de sua efetiva ação:

O ora liberado, por ocasião de sua prisão, exercia o cargo de secretário-executivo da Cooperativa Habitacional União Sindical, cargo para o qual pretende voltar... Pretende

⁵⁷⁵ Jornal *Diário da Noite*, 14 de janeiro de 1971, in http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_05&pasta=ano%20197&pesq=Raphael%20Martinelli

⁵⁷⁶ Jornal *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1971, *ibidem*.

⁵⁷⁷ O Presídio foi desativado em 1995, hoje no local existe uma unidade da Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente).

outrossim, retornar à vida normal, voltando a residir com seus familiares no bairro da Lapa, nesta Capital.

Tendo sido condenado a oito anos de reclusão, pena essa reduzida para quatro, por decisão do Supremo Tribunal Militar. Esclarece que o ora liberado foi condenado por ligações com a ALN. Salienta, contudo, que jamais pertenceu a essa ou a qualquer agremiação terrorista, tendo seu nome sido citado por amigos que pertenciam a essa agremiação (João Batista Spannier, também condenado). Que efetivamente teve estreitas ligações com os comunistas até 1967, tendo inclusive viajado duas vezes para a União Soviética e uma vez a Cuba, sempre a convite de entidades desses países. Esclarece também que teve seu nome na lista de banidos para o Chile, de janeiro de 1971, tendo recusado, e não sabendo mesmo porque teve seu nome incluído na lista, pois nunca teve contato com a cúpula e mesmo com elementos da ALN, com exceção desse seu amigo acima referido.⁵⁷⁸

É possível observarmos que Martinelli nega qualquer ligação com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e afirma até hoje que não abriu nada enquanto esteve preso. Negou até o fim, mesmo sob tortura. Disse que jamais entregaria algo que comprometesse algum companheiro e afirmou apenas eventos os quais não poderia negar, pois sua vida, enquanto sindicalista, era pública. O documento ainda afirma, por duas vezes, que o ele buscava por uma “vida normal”, ou seja, longe da política e da militância e dedicada à família. Como se lutar por melhores condições e se engajar politicamente não fosse algo para pessoas normais. E o documento continua:

Diz o ora liberado que, em liberdade, pretende retornar ao seio dos familiares e levar uma vida social normal, dentro das leis vigentes e da ordem, e a jamais voltar a ter contato com qualquer elemento ou agremiação comunista ou terrorista. Renuncia igualmente a toda participação política, mesmo porque encontra-se com seus direitos políticos cassados. Quanto ao fato de comunicar às autoridades que venha a ter conhecimento, esclarece que não se sentiria em condições morais para tal, salientando contudo que isso jamais acontecerá pois, como frisou anteriormente, pretende isolar-se de maneira total de toda pessoa ou ligação com o t. (terrorismo) digo, de toda pessoa ou entidade marginalizada.

Era o que tínhamos a informar.⁵⁷⁹

O documento reforça a “vida social normal”, “dentro das leis e da ordem”, ou seja, era necessário que Martinelli esquecesse toda sua militância, como o próprio texto indica “renúncia a toda participação política”, e isolar-se de pessoas ou grupos marginalizados. Realmente Martinelli afastou-se da militância. Conseguiu emprego numa

⁵⁷⁸ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 405.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 405-406.

transportadora e decidiu voltar a estudar. Terminou o científico (atual Ensino Médio) e entrou para a faculdade, no curso de Direito na cidade de Bragança Paulista, interior de São Paulo, formando-se em 1979. Dedicou-se às questões trabalhistas. Neste mesmo ano estouraram as greves no ABC paulista,⁵⁸⁰ o movimento sindical estava renascendo. Foram seis anos afastado da militância. Na abertura promovida pelo governo João Figueiredo⁵⁸¹, Martinelli retomou seu ativismo.

Nos anos que se seguiram à sua soltura foi vigiado pelos órgãos de repressão e inteligência, mesmo no período democrático pós-1985.

DOCUMENTO 9

São Paulo, 5 de abril de 1972

Assunto: Relação de elementos presos com condenação e preventiva decretada.

Origem: A Ponte

Difusão: SSP/SNI/6ª DN

Informação: nº 703-B/72

Remetemos para seu conhecimento uma relação de elementos presos condenados e com preventiva decretada.

Este trabalho foi elaborado a pedido do Gabinete do Ministro do Exército com o fim de responderem com dados reais a campanha difamatória com respeito à qualidade de subversivos presos no país.

Raphael Martinelli – Preso em 12 de maio de 1970. Indiciado em Inquérito em 1970. Teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria do 2ª Reg. Militar. Ramon Fernandes

Assina: Fichário e Arquivo da Ordem Social, em 8 de março de 1972.

Informado por J. B. Klein, Encarregado.⁵⁸²

DOCUMENTO 10

Data: 06 de abril de 1981.

Assunto: Ano Internacional do Deficiente Físico – Elementos ligados a movimentos esquerdistas...

⁵⁸⁰ A região do ABC Paulista, compreende as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Região industrial que começou a ser formada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e por isso concentrava grande número de operários.

⁵⁸¹ João Baptista de Oliveira Figueiredo: 1979 – 1985.

⁵⁸² Acervo pessoal Raphael Martinelli.

3 – João Batista Spanier, Francisco Ferreira Oliveira e Rafael Martinelli, todos ligados ao MDPD, foram presos portando impressos destinados à confecção de documentos falsos.⁵⁸³

As investigações continuavam mesmo quando eles estivessem sob a custódia do Estado. Informações eram cruzadas e suas famílias também eram monitoradas. O documento número 2 evidencia a vigilância sobre os militantes, mesmo depois da assinatura da Lei de Anistia. Spanier e Martinelli, citados em outros documentos, juntos novamente. O texto indica que eram ligados ao MDPD. Não encontramos referências a essas siglas. Todavia, uma certeza é que os três citados pertenceram à ALN.

No início dos anos 80, o país passava por um período importante, que levaria ao fim do governo de exceção. Como afirma Eder Sader, “novos personagens” que entraram em cena trazendo ações de sujeitos que lutaram ativamente por direitos políticos. Além do operariado, tradicional em sua luta político-sindical, temos novos grupos sociais, como os Clubes de mães e Comunidades Eclesiais de Base. O movimento sindical do ABC extrapolou outros setores (bancários, por exemplo) que assumiram a luta, ou seja, as ações na grande São Paulo se alastraram a outras regiões do país, envolvendo centenas de trabalhadores. Ocorreu a emergência de uma reconfiguração dos trabalhadores, com uma nova identidade social. Toda aquela luta que fora sufocada pelo regime civil-militar, resistiu e sobreviveu, retomando o fôlego no final dos anos 70: “A extraordinária importância de tal transformação é ser ela querida, reclamada, exigida. A necessidade da transformação existe em estado bruto, impetuoso e coativo, na consciência e na vida dos homens e mulheres colonizados”.⁵⁸⁴

Martinelli continua sua luta sem fim, politizado e politizando sujeitos, o seu vigor militante continua sem medo de ser feliz e junto com tantos homens, mulheres e crianças também diz: FORA TEMER!

⁵⁸³ Acervo pessoal Raphael Martinelli. São vários os documentos que evidenciam a vigilância sobre a militância de Martinelli. 12 de abril de 1982: Fórum de Debates de Questões Sindicais; 29 de setembro de 1983: Seminário Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social; 23 de maio de 1984: Aperfeiçoamento do Processo Eleitoral (reunião do PT); 26 de junho de 1984: Debate sobre “O Movimento Sindical – Ontem e Hoje” (debate na TV Cultura); s/data: Simpósio “1º de maio – 100 anos de luta – O Massacre de Chicago” de 23 a 25 de abril 1986, na USP; s/ data: Relatório Periódico de Informações, período de 25 de junho a 26 de julho de 1986 (o documento apresenta várias anotações sobre Martinelli); s/data: Inauguração da Delegacia Sindical da Central do Brasil em Mogi das Cruzes em 20 e 32 de julho de 1988; 23 de fevereiro de 1989: Eleições do Sindicato dos Ferroviários; 23 de outubro de 1989: Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Transportes da Central (CUT). Nesses eventos, Martinelli era palestrante ou debatedor.

⁵⁸⁴ FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 26.

Considerações Finais

Em nossa pesquisa, utilizamos fontes orais que nos trouxe algo diferente dos estudos que trabalham apenas com fontes escritas. Os encontros, as falas, o olho no olho nos revelam sentimentos que até então os documentos não trazem. Lidar com a história de quem está vivo torna-se, por vezes, uma dificuldade, pois “a fonte” pode questionar e interferir no trabalho a qualquer momento. Suas emoções acabam fazendo com que tenha uma outra leitura daquilo que está sendo pesquisado. E ao mesmo tempo a oralidade nos permite maior leque de possibilidades. É possível indagar mais e buscar informações que possivelmente o papel não possibilitaria.

A proximidade com a fonte também consente que laços sejam criados. Além de poder acompanhar Martinelli em alguns eventos para os quais ele me convidou, em junho de 2017 tive a oportunidade de assumir o cargo de coordenadora da Subsede da Apeopesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e pudemos desenvolver alguns trabalhos em conjunto, como o Seminário Centenário – 1917: o ano que abalou o mundo, sobre a Revolução Russa e a Greve Geral de 1917, em novembro do mesmo ano. Martinelli participou do evento e pôde contar suas experiências como sindicalista, suas viagens representando o Sindicato dos Ferroviários na URSS e em Cuba; além de um rico debate acerca das experiências e do legado da luta do trabalhador no Brasil.

O encontro possibilitou aos professores presentes entrarem em contato com alguém que vivenciou aquilo que os livros trazem. Ouvir as narrativas de um líder sindical, que teve a oportunidade de se encontrar com presidentes como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, que subiu ao palanque com Fidel Castro e militou ao lado de personagens importantes de nossa história, como Luís Carlos Prestes e Carlos Marighela, foi algo que contribuiu para suas formações não apenas de professores, mas principalmente como militantes políticos nas causas ligadas à educação e na formação de uma sociedade melhor.

A pesquisa que aqui apresentamos objetivou trazer contribuições nos estudos da história oral e da história recente de nosso país, em que a trajetória de um sindicalista foi barrada por conta de suas posições ideológicas e da influência que seu discurso podia causar frente aos ferroviários e trabalhadores de modo geral. Por meio de documentos

escritos e das experiências de Raphael Martinelli, pudemos observar as mudanças políticas e a luta por um país mais justo.

Observamos sua trajetória no sentido de verificar e conhecer um pouco mais da história de nossa sociedade, as transformações no país e contribuir para o debate acerca da luta dos trabalhadores. Sua vida perpassa momentos importantes da história do país e, por meio dela, nos foi possível discutir as relações culturais entre futebol e sociedade; a luta sindical; a resistência a governos repressores; e as punições que o sistema impõe a quem não segue as regras impostas. Nossa tese seguiu um caminho que se iniciou nos campos de futebol, com o menino que sonhava em ser jogador, terminando com a militância política, esta sim, presente em todos os momentos de sua vida. É evidente que a história de Martinelli não se encerra com sua saída da prisão em 1973. Ela continua. Está viva e atuante!

Foi possível observar toda essa problemática a partir de encontros com meu entrevistado, e das demais fontes pesquisadas, documentos diversos, entre eles, jornais, fotografias, seu livro de memórias, além da bibliografia apropriada para discutir o tema. A partir desse debate produzido, pudemos perceber a luta travada entre poder público e trabalhadores, além dos mecanismos utilizados por aqueles que desejavam ver consolidadas suas aspirações.

Os anseios de uma burguesia oligárquica e de interesses internacionais deveriam ser correspondidos com o golpe instaurado a partir de 1964. O objetivo era eliminar qualquer forma de manifestação contrária aos interesses dessas forças econômicas e reprimir o avanço de propostas comunistas. Eram tempos de Guerra Fria, e o Brasil havia se alinhado às aspirações estadunidenses.

Nossa história foi marcada pela violência do poder público, uma dívida com o passado que não foi paga. Os órgãos de repressão desapareceram sem que setores da sociedade pudessem reivindicar as devidas punições. Documentos desaparecidos, arquivos inteiros que ainda não foram abertos. Nas palavras de Daniel Aarão Reis: “uma incômoda e contraditória memória”.⁵⁸⁵

Apesar de tantas questões, a luta política do período pós-64 nos trouxe um legado importante: envolve a luta pela democracia e maior participação dos cidadãos. As ruas

⁵⁸⁵ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. O autor afirma que a partir dos anos de 1990, uma série de obras foram publicadas baseadas nas memórias daqueles que defendiam o golpe, como militares, intelectuais de direita e torturadores.

foram ocupadas pelos movimentos grevistas do final dos anos 80 e comunidades de bairro nasceram.

As pressões ocorriam de todos os lados tanto dentro como fora do país. Dessa maneira, a Lei de Anistia foi promulgada, e apesar de sofrer inúmeras críticas ela deve ser vista como uma vitória sobre o regime de exceção, pois os presos políticos tiveram sua liberdade devolvida e aqueles, que outrora haviam sido expulsos do país, ou fugido dele, puderam retornar para casa. Devemos considerar, sim, uma vitória, visto que sua aprovação não foi algo fácil: 206 votos a favor e 201 contrários, ou seja, o conservadorismo do Congresso e as forças que o representavam ainda estão vivos. E, hoje, podemos avaliar esse conservadorismo vivo e ativo.

O movimento das Diretas Já despertou um sentimento adormecido em muitos: a vontade de ter de volta o direito de participar com maior protagonismo nos rumos políticos do país. A censura caiu e as pessoas puderam voltar a se expressar sem medo da repressão. O multipartidarismo também retomou sua trajetória, freada com o bipartidarismo.⁵⁸⁶ Novas siglas nasceram, e uma delas chamou a atenção: o Partido dos Trabalhadores (PT), ação na qual Raphael Martinelli estava diretamente ligado, pois fora um dos idealizadores do novo partido. O PT destacou-se por ter sido fundado por intelectuais e trabalhadores, pois estes últimos tiveram pouca representatividade na formação de siglas partidárias na história de nosso país.

Não apenas o PT se tornou um exemplo de luta por identidade desses novos agentes, entre o final dos anos 70 e início dos 80, mas também sindicatos que renasceram, grupos da Igreja Católica (influenciados pela teologia da libertação),⁵⁸⁷ associações de bairro, entre tantos outros pelas periferias do Brasil. É o que Eder Sader chamou de “a identificação do sujeito”.⁵⁸⁸ A luta pela cidadania forjou um novo sujeito, baseado na luta coletiva, que se afirmou e teve no caminho da política partidária uma das trajetórias possíveis. Essas pessoas se identificavam por conta de suas histórias de luta. Eram

⁵⁸⁶ O bipartidarismo foi instituído pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965, e vigorou até 1979, onde novas siglas partidárias puderam ser criadas. Durante a vigência do bipartidarismo, puderam atuar apenas o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de “oposição”, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação.

⁵⁸⁷ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã católica, nascida na América Latina em 1971, após a publicação do livro *Teologia da Libertação*, do padre Gustavo Gutiérrez, defende a opção preferencial pelos pobres. Engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação das injustiças econômicas, políticas ou sociais. No Brasil seu principal expoente é Leonardo Boff.

⁵⁸⁸ SADER, Eder, op. cit.. “Quando uso a noção de sujeito coletivo, é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”, p. 55.

trabalhadores que por longos anos tinham voz, mas não podiam expressá-las porque eram reprimidos por atos violentos e censuras. Agora, a luta sindical havia inaugurado uma série de caminhos para a reunião e a formação de um projeto para o futuro. E a resistência de muitos contra as imposições do regime repressor fez com que essa semente de esperança não morresse.

A resistência ao período da ditadura civil-militar ocorreu de várias maneiras, a luta armada foi o exemplo de desespero, última alternativa, evidentemente que por influência de exemplos externos, como as Revoluções Chinesa e Cubana. Mas era um caminho sem volta, e que muitas vezes significaria a morte. Dessa maneira, outros personagens encontraram formas de resistências, como a arte (música, literatura, pintura, artes plásticas de maneira geral), a conversa com os amigos, a fuga dos grandes centros e a formação de comunidades alternativas. O importante era resistir, empunhando armas ou não.

De maneira geral, as entrevistas e o livro de memórias de Raphael Martinelli formaram a base desse trabalho. Por meio de meus encontros com meu entrevistado que pude perceber as tensões de alguém que não se conforma com as desigualdades e continua atuante em seus ideais. Para Martinelli, o verdadeiro revolucionário (é assim que ele denomina todos aqueles que lutam pelo bem-estar social) deve estar imbuído de sentimentos de solidariedade, característica sem a qual não é possível sonharmos com uma sociedade mais justa.⁵⁸⁹

Percorremos vários caminhos para a construção dessa tese. As falas de Raphael Martinelli levaram-me a outras pessoas, entidades e eventos. Por meio dele entrei em contato com movimentos e personagens que não desistem de seus ideais e daquilo em que realmente acreditam.

A pesquisa em seu acervo também foi algo diferente, visto que sempre pesquisei em arquivos e agora parte da documentação pertencia a um acervo particular. Esses documentos fazem menção a uma pessoa que está viva, e que muitas vezes, sentada ao meu lado, estava pronta para sanar as dúvidas que surgissem. Além do mais, diversos comentários eram feitos numa relação diferente daquilo a que eu estava acostumada. A pesquisa em arquivos é algo silencioso e solitário.

⁵⁸⁹ Apesar de ter em suas falas conceitos como democracia e solidariedade, também afirma que alguns traidores do povo, de hoje e do passado, merecem o fuzilamento, numa sólida influência de sua formação política, de um tempo onde o fuzilamento era prática comum.

Pesquisar a ditadura civil-militar por meio de documentos nos remete, por vezes, aos mortos e às suas experiências e atuações. A história oral muda essa característica. Trabalhar este tema e ter um sobrevivente da repressão modifica conceitos e posições, pois aquele que participou dos eventos que conhecemos por meio dos livros pode contar sua versão e desmistificar algumas histórias, evidentemente que é necessário lembrar que a subjetividade figura como uma característica de cada narração.

Meu sentimento em cada uma de nossas conversas era o de não querer ir embora, e sim ficar ali ouvindo as narrações durante horas. E por um momento me descuidei, pois num de nossos encontros demorei para perceber que Martinelli estava cansado, não apenas por ficar horas contando suas histórias, mas principalmente pelas lembranças tristes que tudo aquilo trazia a ele, levando-o à exaustão física e psíquica. Também devemos considerar a sua idade avançada, mesmo que disponha de uma energia impressionante.

De maneira geral, a pesquisa nos faz perceber a história de alguém que não é anônimo na multidão, mas que não está presente nos livros didáticos, ou seja, a maioria da população nunca ouviu seu nome, embora ele esteja registrado entre aqueles que lutaram e lutam pela verdadeira democracia. Enquanto puder contribuir, vai continuar viajando o país e participando de eventos que debatam ferrovia e ditadura, principalmente.

O grande sonho de Martinelli é ver a retomada das ferrovias, como caminho para os transportes de usuários e mercadorias, e a “democracia plena”, algo também presente em suas falas.

O sucateamento das linhas férreas é algo que não está apenas no passado. No Brasil, os trilhos foram abandonados, para satisfazer a indústria automobilística. Andar de trem nas grandes cidades torna-se um exercício de paciência e perseverança, visto o total abandono em que se encontram. Mesmo na capital paulista, onde o trem ainda é o principal meio de transporte de milhares de trabalhadores, não há investimentos. Todos os dias é possível ouvirmos histórias referentes aos atrasos causados por falhas nos serviços.

Para Raphael Martinelli, democracia plena é o acesso irrestrito de toda a população à educação, ao trabalho e à cultura. Três questões que estão constantemente em suas falas: realmente acredita que sem esses elementos não é possível chegarmos a uma sociedade justa. Ele cita muito os jovens, acredita na juventude, e que nela está a mudança, afirmando: “é necessário mostrarmos aos jovens o que passou”. Isso, em muito,

vai ao encontro do que acredito como professora que tenta contribuir na formação de cidadãos conscientes do protagonismo que exercem.

É necessário não esquecer o que passou. Vencemos o projeto imposto de enterrar fragmentos da história que incomodam parte daqueles que estão no poder, seja ele político ou econômico. Todavia, vencemos apenas uma etapa. A luta é contínua por um estado de direito, como nos afirma Virgílio de Mattos:

O que vem a ser estado de direito? Particularmente venho de uma geração que lutou muito por isso, pois era fundamental derrotarmos a ditadura empresarial-militar e conseguimos derrotar apenas a ditadura militar. A ditadura empresarial, a ditadura do capital continua firme por aí nas esquinas. É preciso avançar e pensar: quando é que essa exploração termina?⁵⁹⁰

A caminhada político-partidária, ou seja, as ações em nosso parlamento atual, nos mostram um retrocesso às conquistas da sociedade brasileira. Por isso Martinelli considera tão importante continuar a luta, destacando que não houve vitória, pois a direita estava à espreita. Ele está certo, visto a violência policial que continua país afora. A tortura é uma realidade praticada por aqueles que se dizem representantes da lei. A censura, algo característico dos períodos marcados por ditaduras, também continua a ser exercida; assim como a perseguição política. Nossas celas, ainda hoje, têm em seus interiores, presos políticos. O Brasil não havia conquistado a democracia quando o golpe se encerrou oficialmente, em 1985, mas estava em processo de construção. Algo que foi barrado por uma onda conservadora em 2016, com o golpe sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Nossa história recente nos mostra que não basta “demonizar” a ditadura: precisamos ir além! Abrir um amplo debate acerca das bases do que foi nosso regime ditatorial. Pudemos ver como a direita se articulou durante todos esses anos: estar na Avenida Paulista, a principal via de São Paulo, e observar grupos de mulheres com faixas expressando “fora o comunismo” é algo impressionante. É necessário formação e informação à sociedade. Enxergar a democracia como o campo a ser atingido por meio de uma ótica utópica, sendo ela a salvadora de todos os nossos males, não resolve. Mas nem todos estão inseridos nesse quadro alienante, produzido pelas mídias, por exemplo. Alguns grupos aparecem articulados e conscientes da opressão, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

⁵⁹⁰ MATTOS, Virgílio de. “Memória, justiça e verdade: a parte visível”, in: MATTOS, Virgílio de (Org). *Memória, justiça e verdade: a parte visível*. Belo Horizonte, CAAP; GAFPPL, 2014, p. 21.

Trazer o fim do discurso de “conciliação nacional”, “pacto democrático”, esses conceitos apenas alimentaram aqueles que não se conformaram com a derrota e hoje vociferam aos quatro ventos o retorno de um regime de exceção. Sem dúvidas que a Anistia trouxe um ar ingênuo àqueles que enxergavam os novos ares com a vitória democrática. Hoje, é possível observarmos que a intolerância, o preconceito e a violência, transfigurados na figura de poder, ainda rondam nosso cotidiano em todos os âmbitos.

Evidentemente que se torna necessário valorizarmos os avanços no campo democrático, principalmente as pesquisas e produções a respeito do período ditatorial, que em muito contribuem para a elucidação. Revelam-se importantes os resultados das Comissões da Verdade, instauradas por todo o país, mesmo com as dificuldades causadas por arquivos fechados e a resistência por parte de setores das Forças Armadas, e que muitos continuam a defender a “revolução democrática de 64”.

Dessa maneira, temos como desafio observar e desvendar as complexas relações entre a sociedade, com todos os seus grupos, e o regime ditatorial, bem como o legado deixado por golpistas e aqueles que representavam a resistência ao que estava sendo imposto.

A biografia de Martinelli termina com um fragmento de entrevista concedida a uma equipe de documentaristas em 2012, e assim também encerra nossa pesquisa:

No futuro espero que as pessoas estejam mais próximas umas das outras, pensando mais no convívio familiar do que em comprar coisas e disputar espaços. Espero que as crianças possam crescer num país onde a educação seja de qualidade e igual para todas elas e que elas possam escolher suas profissões, num país onde os velhos sejam respeitados e admirados. Espero que os trabalhadores do Brasil – e do mundo inteiro – possam trabalhar menos, para ter mais tempo com suas famílias e com seus amigos; e que possam ir ao teatro, ao cinema, que possam apreciar boa música, que possam sair de casa para trabalhar sem medo da violência e voltar sem medo da miséria. Espero que um dia não haja fronteiras entre os países, e as pessoas possam transitar livremente por onde quiserem, sem barreiras, sem preconceitos de raça, de classe social, de religião, sem discriminação de qualquer natureza. Espero, na verdade, que algum dia nossa luta não tenha sido em vão.⁵⁹¹

As esperanças de Raphael Martinelli também são as minhas!

⁵⁹¹ BASTOS, Roberto G., op. cit., p. 469.

Bibliografia

- ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira. “Práticas esportivas e o predomínio do futebol (1870-1940)” in *São Paulo - das tribos indígenas às tribos urbanas*. Coord. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. SP, CIEE, 2013.
- ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira, “O futebol nas fábricas”, *Revista USP*, nº 102.
- ANTUNES, Fátima Martins R. Ferreira, *Futebol de fábrica em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Sociologia, USP, 1992.
- ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista – Uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BALBINO, Ana Cristina Alves. *O cotidiano através dos trilhos – Problema ou Progresso? A relação entre a São Paulo Railway e a população paulista 1870-1890*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2004.
- BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCHI, Paulo. “Resgate da memória e da verdade: um direito de todos”, in SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BENEVIDE, Maria Victoria. “Participação popular na Constituição: um corretivo à representação política”, in *Brasil em artigos – Coletânea de textos publicados na revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE, 1995.
- BETTO, Frei. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BOLONHA, Carlos e RODRIGUES, Vicente. “Justiça de transição no Brasil: dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações”, in COLEÇÃO

CONPEDI/UNICURITIBA -*Justiça de Transição: Verdade, Memória e Justiça*. Organizadores: MEZZARROBA, Orides. FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coêlho. Coordenadores: PFLUG, Samantha Ribeiro Meyer. MALISKA, Marcos Augusto. Curitiba - PR . : vol.30 - 1ª ed., Clássica Editora, 2014.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*. 3ª Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. Entrevista para *Dispositiva* - Revista do programa de pós-graduação em comunicação social da faculdade de comunicação e artes da PUC-Minas, volume 1, número 2, nov. 2012 – abril 2013.

BRANT, Vinícius Caldeira. “Sindicato de trabalhadores”, in SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org.) *São Paulo: O povo em movimento*. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

BRUNI, José Carlos. (Org.). Dossiê Futebol. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, 1994.

BURKE, Peter. *O que História Cultural?* RJ, Jorge Zahar Editora, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CAMPOS JR., Celso de. *1942: o Palestra vai à guerra*. Santos, SP: Realejo Edições, 2012.

CARDOSO, Tom. *Sócrates: A história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

CARONE, Edgar. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo. Educ/Fapesp, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria. e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa” in *Revista Projeto História*, São Paulo, nº 35, dezembro de 2007.

CUNHA, Odir. *100 anos de futebol arte*. Magna, SP, 2012.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 3ª edição.

DRUMOND, Maurício. *Estado Novo e Esporte – a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês – Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo*. SP: Melhoramentos, 2005.

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004.

FLORENZANO, José Paulo. *A Democracia Corinthiana – práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANCO JR, Hilário, *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 25.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O preço de uma reconciliação extorquida*. p. 179. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.) *O que resta da ditadura - a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. SP, Cia das Letras, 1987.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: Uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: Histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES JR, René Duarte. *Friedenreich e a reinvenção de São Paulo (1910-1930)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: O caso da Copa de 70*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma – A modernidade na selva*. SP, Cia das Letras, 1988.

- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBBSAWM, Eric J., *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HUGGENS, Martha. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.
- JUNG, Carl Gustav. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia S. Guerrilha del Araguaia: arqueología, historia y derechos humanos. *Arqueologia Histórica Latinoamericana*, v. 5, p. 93-103, 2016.
- JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia S. Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 9, p. 122-133, 2015.
- JUSTAMAND, Michel. Arqueologia, História e Direitos Humanos na Guerrilha do Araguaia. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. ANAIS Eletrônicos do Evento. Florianópolis: EdUFSC, 2015. v. 1. p. 1-15.
- JUSTAMAND, Michel.; MECCHI, Patrícia S. *Arqueologia em Contextos de Repressão e resistência: A Guerrilha do Araguaia*. *Revista de Arqueologia Pública*, v. dossiê, 2014.
- JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia S. Guerrilha do Araguaia: Arqueologia, História e Direitos Humanos. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 8, 2014.
- JUSTAMAND, Michel. Guerrilha do Araguaia: arqueologia, história e direitos humanos. In: III Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2014, Fortaleza. III Encontro Internacional de Direitos Culturais. Fortaleza: UNIFOR, 2014. v. 1.
- JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia S.; FUNARI, Pedro P. Abreu. “Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira”, in MECCHI, Patrícia Sposito; MELO, Wanderson Fábio de. *Questões da*

ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2016.

JUSTAMAND, Michel. “Contribuições da arqueologia, da história e dos direitos humanos para a Guerrilha do Araguaia”, in GRISOLIO, Lilian Marta; CRISORIO, Beatriz Carolina. *Estado, Poder e Violência na América Latina*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

JUNG, Carl Gustav. “Chegando ao inconsciente”, in JUNG, Carl Gustav. (org.) *O homem e seus símbolos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LOPES, Ana Maria D’Ávila; CHEHAB, Isabelle Maria C. V., “Reflexões sobre o uso do direito de resistência em face da ditadura civil-militar brasileira”, in Org. MEZZAROBA, Orides. FEITOSA, Raymundo Juliano Rego. SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. SÉLLOS-KNOERR, Viviane Coêlho. Curitiba-PR: Clássica Editora, 2014.

MACHADO, Felipe Morelli. *Bola na rede e o povo nas ruas! Estado Novo, imprensa esportiva e torcedores na Copa do Mundo de 1938*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2011.

MACIEL, Wilma Antunes. “VPR: contra a ditadura, pela revolução.”, in SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARQUES, José Carlos. *O futebol em Nelson Rodrigues – O óbvio ululante, o Sobrenatural Almeida e outros temas*. 2ed. São Paulo: Educ, 2012.

MARTINS, Luis Carlos. “Urbanização, industrialização e favelas: O Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas”, in Revista *Projeto História São Paulo*, nº 53. Mai-Ago 2015.

MATTOS, Virgílio de. “Memória, justiça e verdade: a parte visível”, in MATTOS, Virgílio de (org.). *Memória, justiça e verdade: a parte visível*. Belo Horizonte, CAAP/GAFPPL: 2014.

MECHI, Patricia Sposito. *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis, GONZAGA, Tahirá Endo. “Mario de Passos Sima: mais que um advogado, um patrono”, in MUNTEAL, Oswaldo, MARTINS, Paulo Emílio (org.) *Os advogados e a ditadura de 1964: A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MOURA, Irene Barbosa de. “São Paulo: memória e identidade”. In AVELINO, Yvone Dias e FLÓRIO, Marcelo. *Polifonias da cidade. Memória, arte e cidade*. São Paulo: Ed. do Autor, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MURRAY, Bill. *Uma história do futebol*. Hedra, SP, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. “O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica.”, in Revista Contemporânea. Historia y problemas del siglo XX. Vol. 2, año 2, 2011.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. “A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina”. In História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 12, n. 1-2, jan. - dez. 2009. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. *A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK(1956-1961)*. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. “Memória e Esquecimento das Ditaduras de Segurança Nacional: Os Desaparecidos Políticos”. História em Revista n.10. Pelotas, Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, 2004.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. *A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

PELÉ, com Brian Winter. *A importância do futebol*. Santos, SP: Realejo Edições, 2014.

PEREIRA, Ivonete. “Estudo de casos: narrativas sobre a militância e a maternidade nas ditaduras brasileira e argentina (1964-1989)”, in HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v: 12, n 1-2, jan. - dez. 2009. – Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Esquecer é começar a morrer”. SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (Coord.). *Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum.” In AMANO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.” In Revista Projeto História da PUC-SP, nº 14 – Cultura e Representação, 1997.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”, in Revista Projeto História da PUC-SP, nº 14 – Cultura e Representação, 1997.

PORTELLI, Alessandro (Coord). *República dos sciuscìa: A Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Editora Salesianos, 2004.

PORTELLI, Alessandro. “História, memória e significado de um massacre nazista em Roma”, in Revista Oralidades, nº 3, 2008.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral e Memórias”. In Revista *História e Perspectivas*, Uberlândia (50), jan/jun 2014.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. “Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos ‘anos de chumbo’”, in *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. V. 12, n.1-2, jan. - dez. 2009. Rio de Janeiro.

PRINS, Gwyn. “História Oral”, in BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe e 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerdas dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política. Quem manda, Por que manda, Como manda*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIGONATI, Denise Truguilho. “Ditadura militar no Brasil: história, memória, trauma e gênero”, in GRISOLIO, Lilian Marta e CRISORIO, Beatriz Carolina. *Estado, poder e violência na América Latina*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

RODEGHERO, Carla Simone. “A anistia entre a memória e o esquecimento”, in Revista História Unisinos, Maio/Agosto 2009.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SÁ, Fernando. MUNTEAL, Oswaldo. MARTINS, Paulo Emílio. (org.) *Os advogados e a ditadura de 1964: A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª edição.

SALES, Jean Rodrigues. “Apresentação”, SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

SALUN, Alfredo Oscar. *Palestra Itália e Corinthians: Quinta coluna ou tudo buona gente?* Tese de Doutorado, USP, 2007.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão do jogo – primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SÁVIO, Marco Antônio Cornacioni. *A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC, 2002.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”, in BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Diana Mendes Machado da. *A Associação Atlética Anhanguera e o futebol de várzea na cidade de São Paulo (1928-1950)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2013.

SILVA JR., Edson Teixeira. “Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”: a Ação Libertadora Nacional. SALES, Jean Rodrigues (org.). *Guerrilha e Revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, 13ª edição.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUKEF JR., André, MAZZOCO, Maria Inêz Dias. *Cem anos Luz*. São Paulo: Dialetto Latin American Documentary, 2000.
- SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: A construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.
- SREAPCO, João Paulo França. “Cego é aquele que só vê a bola” *O futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa – II a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 4ª Edição.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. 5ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TONINI, Marcel Diego. *Além dos gramados: história oral de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2011.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A falência da política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. Editora Cortez, SP, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

Sites/Web

www.acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/08/11/2/

www.acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=rafael+martinelli&site=&periodo=acervo&x=20&y=17

www.acritica.com/channels/esportes/news/maior-campeonato-de-peladas-do-mundo-comeca-neste-sabado-no-clube-do-trabalhador

www.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09/cnv-medicos-e-instalacoes-hospitalares-foram-usadas-para-tortura

www.al.sp.gov.br/comissoes/comissao-da-verdade/

www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf

www.bananeirasonline.com.br/noticias/8/ex-tecnico-do-nacional-detalha-mafia-na-base.html

www.bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?pesq=raphael+martinelli&bib=bnm&pesquisa=Pesquisar

www.cartacapital.com.br/revista/871/medo-e-mentiras-8620.html

www.catracalivre.com.br/brasil/?s=memorial+da+resistencia

www.cnv.gov.br

www.cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Raphael_Martinelli.pdf

www.comissaodaverdade.al.sp.gov.br/livros/infancia-roubada/

www.cpdoc.fgv.br

www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php

www.globoesporte.globo.com/sp/sorocaba/futebol/campeonato-paulista/noticia/2015/01/paulistao-historias-de-cidades-e-times-do-interior-sao-ligadas-

www.g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/desrespeito-as-mulheres-em-trens-e-metro-provoca-protestos-no-rio-e-em-sp/4531077/

www.jornalggm.com.br/categoria/movimentos-sociais?page=141,pela-ferrovia.html

www.ludopedio.com.br/arquibancada/futebol-e-politica-o-futebol-resiste

www.memorialdaresistencia.org.br

www.memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=giovanni%20enrico%20bucher

www.memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_05&pasta=ano%20197&pesq=Raphael%20Martinelli

www.memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=221961_05&pasta=ano%20197&pesq=Raphael%20Martinelli

<http://www.nacionalacsp.com/2012/10/historia-do-clube.html>

www.news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701223&printsec=frontpage&hl=pt-BR;

www.news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701224&printsec=frontpage&hl=pt-

www.news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19701229&printsec=frontpage&hl=pt-BR

www.nossapolitica.net

www.noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/17/protesto-interrompe-circulacao-de-trens-na-zona-leste-de-sao-paulo.htm

www.noticias.r7.com

www.periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/issue/view/292

www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d0aae9539e4dd0bd

www.redebrasilatual.com.br/revistas/91/a-vida-fora-dos-trilhos-1026.html

www.revistacontemporaneos.com.br/n13/entrevistas/EntrevistaMartinelli.pdf

www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233

www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322

www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25158

www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/106992/105563

www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/2026

www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26963

www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/27504/15080

www.sul21.com.br/jornal/ha-muitos-arquivos-da-ditadura-que-nao-foram-abertos-diz-pesquisador/

www.superesporte.com.br

www.televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/27/desumano-avalia-ricardo-boechat-ao-enfrentar-trens-lotados-em-sao-paulo.htm

www.terra.com.br

www.torcedores.com

www.trivela.uol.com.br

www.universidadedofutebol.com.br

www.uvanet.br/hist/janjun2011/alessandro_portelli.pdf

www.youtube.com/watch?v=NexxOaiw-ZU

www.youtube.com/watch?v=fqvdo6FVWV0

www.youtube.com/watch?v=pIRW5t540nE

www.youtube.com/watch?v=ZJt6_xH8En4

www1.folha.uol.com.br

Periódicos / Revistas

Revista *Caros Amigos*, “A Copa da discórdia”, março de 2014, ano XVII, edição nº 204.

Revista *Contraponto*, “Não roubo merenda, eu não sou deputado”, ano 16, nº 103, maio 2016.

Jornal *Gazeta Esportiva*, 1939 a 1941.

Jornal *O Estado de São Paulo*, 1939 e 1940.

Jornal *Diário da Noite*, dezembro de 1970; janeiro, fevereiro, março e abril de 1971.

Jornal *Jornal do Brasil*, dezembro de 1970; janeiro, fevereiro, março e abril de 1971.

Jornal *Folha de São Paulo*, janeiro e fevereiro de 1968.

Documentos/Vídeos/Fontes

São Paulo (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. – São Paulo: ALESP, 2014.

BASTOS, Roberto Gicello. *Estações de ferro: Raphael Martinelli*, 2013.

Documentário: *Marighella*, de Isa Grinspum Ferraz, 2012.

Documentário: *Os irredentos*, com produção de Paulo Gomes e Geraldo Sardinha, 2015.

Programa *Provocações*, TV Cultura, 9 de outubro de 2012.

Entrevista: Raphael Martinelli, 9 de maio de 2013, 3 de julho de 2013, 29 de agosto de 2013, 5 de junho de 2017.

Entrevista: Ayrton Franco Santiago,

Arquivos Pesquisados

Acervo pessoal Raphael Martinelli

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade

Anexo 1

ATO Nº 1, SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

1. Luiz Carlos Prestes
2. João Belchior Marques Goulart
3. Janio da Silva Quadros
4. Miguel Arrais de Alencar
5. Darci Ribeiro
6. Raul Riff
7. Waldir Pires
8. Gen. R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite
9. Gen. R/1 Sampson da Nobrega Sampaio
10. Leonel de Moura Brizola
11. Clodsmith Riani
12. Clodomir Moraes
13. Hercules Correa dos Reis
14. Dante Pelacani
15. Oswaldo Pacheco da Silva
16. Samuel Wainer
17. Santos Vahlis
18. Lincoln Cordeiro Oest
19. Heber Maranhão
20. José Campelo Filho
21. Desembargador Osm Duarte Pereira
22. Ministro José de Aguiar Dias
23. Francisco Mangabeira
24. Jesus Soares Pereira
25. Hugo Regis dos Reis
26. Jairo José Farias
27. José Jofily
28. Celso Furtado
29. Marechal R/1 Osvino Ferreir Alves
30. Josué de Castro
31. João Pinheiro Neto
32. Antonio Garcia Filho
33. Djalma Maranhão
34. Huberto Menezes Pinheiro
35. Ubaldino Santos
36. Raphael Martinelli
37. Raimundo Castelo de Souza
38. Rubens Pinho Teixeira
39. Felipe Ramos Rodrigues
40. Alvaro Ventura

Anexo II

253

352

 **Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo**
RUA SANTA EFIGENIA, 591 a 601 - Sede Própria - TEL. 31-3200 - SÃO PAULO - BRASIL

REF. P

São Paulo, 2 de maio de 1968

Ilmo. Sr. Dr. João Cândido Delfino
DD. Delegado do
Departamento Polícia Federal
N E S T A

Com o presente faço chegar às mãos de V.S., carta que me foi endereçada pelo Sr. Raphael Martinelli, ex-ferroviário da E.F. Santos e Jundiaí (em litígio trabalhista, pois foi dispensado do serviço por ato do Governo Revolucionário), solicitando emprego na Cooperativa Habitacional União Sindical, de qual sou presidente.

Posso afirmar que o Sr. Martinelli poderá ser bastante útil aos serviços da Cooperativa, uma vez que possui experiência para o trabalho de escritório, eis que, quando demitido, exercia as funções de Oficial Administrativo na Estrada.

Aliás, conheço-o o suficiente para dizer que se trata de homem honesto e trabalhador. E pode V.S. acreditar que não há de minha parte qualquer outro objetivo e não ser do interessado condições de ganhar o pão com suas próprias mãos. Não se trata, em absoluto, de barganha, aquela muito usada em que se dá algo em troca de apoio. As autoridades sabem muito bem como penso e como atuo.

E também devem saber que estou em permanente vigília em se tratando da segurança da ferrovia - de suma importância - posição infelizmente até antipática aos que não compreendem a realidade nacional, principalmente, em se falando de segurança, porque assim determinem as leis e até que as leis sejam modificadas têm de ser cumpridas. Eu asscumpro e as faço cumprir quando posso, dentro de minhas responsabilidades.

(cont.)

Handwritten signatures and initials are present on the right side of the document.



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo

RUA SANTA EFIGENIA, 591 a 601 - Sede Própria - TEL. 34-3290 - SÃO PAULO - BRASIL

(anexo carta de Sr. Raphael Martinelli)
(2)

REF. P. _____

Por outro lado, reconheço a preocupação das autoridades com relação ao Sr. Raphael Martinelli.

Por isso mesmo essa mesma preocupação se estende a esta presidência, que sabe que informações chegam às autoridades mencionando que o Sr. Martinelli fez isto ou aquilo, ali, aqui, lá, em dia tal, em tal hora. E procurando esclarecer, tenho inquirido o Sr. Martinelli o suficiente para concluir que nem tudo é verdade. O Sr. Martinelli nega toda e qualquer interferência nas atividades deste Sindicato, ou melhor junto aos ferroviários de Santos a Jundiaí, alegando até que por ser conhecido é instado a opinar, inclusive por pessoas que o querem comprometer, porém se mantém equidistante.

Todavia, não podem as autoridades, especialmente o setor de V.S., destacar pessoas para vigiar o Sr. Martinelli constantemente.

Nessas condições, sinceramente vejo vantagem no atendimento do pedido: 1 porque o interessado terá obrigações a cumprir e que não são poucas no serviço; 2 porque terá que garantir esses meios (o serviço) que lhe proporcionarão as condições para sustento de sua família (o gato escaudado de água quente tem medo de água fria) e que sempre provelece quando ocorre algo com líderes não profissionais (o Sr. Martinelli nunca o foi - trabalhou na S.J. 23 anos). 3 porque estarei eu em condições de vigiar melhor o Sr. Martinelli e poder afirmar, quando necessário, se esteve mesmo em tal lugar, em tal hora, pelo menos durante o dia.

Cumpra-me ressaltar que no meu caso pessoal, não terei a mínima preocupação quanto à possível peculiaridade do Sr. Martinelli, colocando-o na Cooperativa, inicialmente como eventual.

(cont.)



Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo

RUA SANTA EFIGENIA, 591 a 601 - Sede Própria - TEL. 34.3290 - SÃO PAULO - BRASIL

(carta do Sr. Raphael Martinelli)

REF. P. _____

354
F. A. M.
M.

(3)

Na verdade, concretizado isso trar-me-á até melhor tranqui-
lidade, pois estou certo que o que no momento mais deseja o in-
teressado é o serviço.

Als
M.

Finalizando e considerando a situação do Sr. Raphael Mar-
tinelli perante autoridades superiores, peço a V.S. examinar a
questão, bem como manifestar-se se não há inconvenientes às au-
toridades, eis que a nós elas não existem. Aliás, o próprio Sr.
Martinelli pediu-me que, se atendido, deseje haja pouca divul-
gação entre os ferroviários, pois quer trabalhar tranquilimen-
te.

Na próxima semana falarei pessoalmente com V.S. sobre es-
ta questão.

Fraternamente,

G. Souza Pereira
GERALDO SOUZA PEREIRA
PRESIDENTE.